

# Canindé

Revista do Museu de Arqueologia de Xingó



## **EDITORIAL**

Com o presente número, a CANINDÉ completa sua terceira edição anual, sempre procurando atingir um bom nível de qualidade e divulgar na comunidade arqueológica os mais recentes trabalhos produzidos por alguns de seus membros. Continuamos com a política aberta, de não receber apenas contribuições de pesquisadores com alguma ligação com o MAX. Aliás, este número contempla artigos de diversos pesquisadores, ampliando, assim uma integração institucional e abrindo um canal com arqueólogos estrangeiros, do México e da Argentina.

Como já foi bastante divulgado no último Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, através do folder específico, os dois primeiros números da revista se encontram integralmente disponibilizados na Internet, na página do Museu, e a esses logo se seguirá o presente, de forma a possibilitar um amplo acesso à produção aqui veiculada.

# Canindé

Revista do Museu de Arqueologia de Xingó

## EDITOR

José Alexandre Felizola Diniz

MAX, Universidade Federal de Sergipe

## COMISSÃO EDITORIAL

Albérico Queiroz	UNICAP
Ana Lúcia Nascimento	UFRPe
André Prous	UFMG
Aracy Losano Fontes	UFS
Beatriz Góes Dantas	UFS
Cláudia Alves Oliveira	UFPe
Emílio Fogaça	UCG
Gilson Rodolfo Martins	UFMS
José Alexandre F. Diniz Filho	UFG
José Luiz de Moraes	MAE/USP
Josefa Eliane de S. Pinto	UFS
Márcia Angelina Alves de Souza	MAE/UDP
Maria Cristina de O. Bruno	MAE/USP
Marisa Coutinho Afonso	MAE/USP
Pedro Augusto Mentz Ribeiro	LEPAN/FURG
Pedro Ignácio Schmitz	IAP/RS
Sheila Mendonça de Souza	FIOCRUZ
Suely Luna	UFRPe
Tânia Andrade Lima	M.N/UF RJ

Pede-se permuta  
Ou demande l'échange  
We ask for exchange  
Pede-se canje  
Si richiede lo scambo  
Mann bitted um austausch

Home Page: [www.museuxingo.com.br](http://www.museuxingo.com.br)

E-mail: [paxingo@se.ufs.br](mailto:paxingo@se.ufs.br)

A revisão de linguagem, as opiniões e os conceitos emitidos nos trabalhos são de responsabilidade dos respectivos autores.

# SUMÁRIO

Editorial .....	3
- INSTRUMENTOS LÍTICOS UNIFACIAIS DA TRANSIÇÃO PLEISTOCENO-Holoceno NO PLANALTO CENTRAL DO BRASIL: INDIVIDUALIDADE E ESPECIFICIDADE DOS OBJETOS TÉCNICOS .....	9
EMÍLIO FOGAÇA	
- HUELLAS DE ALTERACIONES CULTURALES EN EL HOMBRE PREHISPANICO .....	37
JOSEFINA BAUTISTA MARTÍNEZ	
- A TRAJETÓRIA HUMANA. ....	59
FABRÍZIO D' AYALA VALVA, JOSÉ ALEXANDRE FELIZOLA DINIZ-FILHO	
- ALFARERÍAS PREHISPÁNICAS DE LAS SOCIEDADES SURANDINAS DE JUJUY (NOROESTE DE ARGENTINA) .....	85
MARÍA BEATRIZ CREMONTE	
- RITUAIS FUNERÁRIOS E PROCESSOS CULTURAIS: OS CAÇADORES-COLETORES E HORTICULTORES PRÉ-HISTÓRICOS DO NOROESTE DE MINAS GERAIS .....	105
GLAUCIA MALERBA SENE	
- ESTUDO PALINOLÓGICO EM UM SÍTIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA UHE GUAPORÉ/MT .....	135
MATHEUS DE SOUZA LIMA RIBEIRO, MAIRA BARBERI	
- CAPTAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS E INDÚSTRIA LÍTICA DE ÁGUA LIMPA, MONTE ALTO - SÃO PAULO .....	151
SUZANA CESAR GOUVEIA FERNANDES	
- O CANGAÇO ENTRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA .....	165
ANTÔNIO FERNANDO DE ARAÚJO SÁ	

- ARTUR RAMOS: ENTRE RENDAS DE BILRO E O SERTÃO DO SÃO FRANCISCO ..... 191  
BEATRIZ GÓIS DANTAS
- AVALIAÇÃO DE ÁREAS POTENCIAIS À PRESENÇA DE SAMBAQUIS NA COSTA DO ESTADO DE SERGIPE UTILIZANDO COMO PONTO DE PARTIDA UMA COMPREENSÃO DA EVOLUÇÃO DA ZONA COSTEIRA NOS ÚLTIMOS 5.600 ANOS A. P ..... 223  
SUELY AMÂNCIO, JOSÉ MARIA LANDIM DOMINGUEZ
- A ETNOHISTÓRIA COMO ARCABOUÇO CONTEXTUAL PARA AS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NA ZONA DA MATA MINEIRA ..... 245  
ANA PAULA DE PAULA LOURES DE OLIVEIRA
- DOCUMENTAÇÃO CERÂMICA CONTEXTUALIZADA E AS DIFERENÇAS DE GÊNERO NOS SEPULTAMENTOS PRIMÁRIOS DO SÍTIO DE ÁGUA LIMPA, MONTE ALTO, SÃO PAULO ..... 275  
MÁRCIA ANGELINA ALVES

## **NOTAS E RESENHAS**

- NOTA PRÉVIA SOBRE TRAÇOS DE DESARTICULAÇÃO E DESCARNAMENTO EM UM ESQUELETO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO FURNA DO ESTRAGO, BREJO DA MADRE DE DEUS, PERNAMBUCO ..... 293  
OLIVIA ALEXANDRE DE CARVALHO, SHEILA MENDONÇA DE SOUZA  
ALBÉRICO NOGUEIRA DE QUEIROZ, ARDILLES FÉLIX DA SILVA  
MARIA APARECIDA DE MENEZES ALVES, MARIA ISABEL CHAVES SILVA
- A COLEÇÃO DE ARTES PLÁSTICAS DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE XINGO ..... 299  
VERÔNICA NUNES
- EXPOSIÇÃO ITINERANTE: XINGÓ, 9.000 ANOS DE OCUPAÇÃO HUMANA ..... 309  
ALMIR SOUZA VIEIRA JÚNIOR

**INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES ..... 315**

# **ARTIGOS**



# INSTRUMENTOS LÍTICOS UNIFACIAIS DA TRANSIÇÃO PLEISTOCENO-HolocENO NO PLÂNALTO CENTRAL DO BRASIL: INDIVIDUALIDADE E ESPECIFICIDADE DOS OBJETOS TÉCNICOS

EMÍLIO FOGAÇA\*

## RÉSUMÉ

Cet article présente l'étude technologique de 24 outils rétouchés, récupérés dans l'abri du Boquete (Minas Gerais, Brésil). Les analyses diacritiques des gestes techniques permirent l'identification de deux stratégies de recyclage des supports, à l'origine de la variabilité technomorphologique de la collection. En conclusion, sont discutés les concepts d'individualité et de spécificité de l'objet technique (SIMONDON, 1969; BOËDA, 1997), en tant que notions-clés pour l'appréhension de la variabilité technologique.

**Palavras-chave:** tecnologia lítica, variabilidade tecnológica, Pleistoceno, Holoceno, abrigo do Boquete.

---

\* Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia / Universidade Católica de Goiás. Caixa Postal 86, Goiânia, Goiás, 74605-010. emilio@ucg.br.\*\* Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

## INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta o estudo tecnológico de uma coleção formada por 24 instrumentos líticos lascados recuperados no abrigo do Boquete (vale do rio Peruaçu, Minas Gerais, Brasil). Os objetos provêm das camadas arqueológicas VIII, VII e da transição VII/VI, associados a datações ( $^{14}\text{C}$ ) entre  $12.000 \pm 300$  e  $9520 \pm 70$  (Fogaça, 2001)<sup>1</sup>. Todos apresentam modificações em apenas uma das faces dos suportes.

São os únicos instrumentos preservados nessas camadas que, agrupados em subconjuntos ou tomados isoladamente, podem ser relacionados a alguma categoria tipológica previamente definida para essa faixa cronológica, em sítios do Planalto Central Brasileiro (SIMONSEN, 1975; MENDONÇA DE SOUZA *et. al*, 1977; SCHMITZ, 1984); são objetos que despertam uma certa ‘impressão de familiaridade’ e podem assim ser imediatamente classificados como ‘instrumentos plano-convexos’, ‘raspadores terminais’, ‘raspadores laterais’, ‘raspadeiras’ etc.

O estudo desenvolvido visou o reconhecimento da intencionalidade na origem desse instrumental.

Propusemo-nos portanto privilegiar a reconstrução dos processos técnicos para explicar a variabilidade dos instrumentos, ao invés das categorias tipológicas, que julgamos inapropriadas para o reconhecimento de comunidades tecnológicas. A explicação resultaria da diferenciação entre as táticas circunstanciais e as estratégias essenciais implicadas na produção do instrumental lítico.

O problema central, a ser investigado pode ser condensado na seguinte questão:

*- com base no reconhecimento das relações entre núcleos, lascas e instrumentos – articulados pela reconstrução das etapas seqüenciais que permitem identificar os métodos de lascamento, e as cadeias operatórias –, podemos postular que a variabilidade morfológica que percebemos no conjunto de instrumentos é resultado de projetos preexistentes, objetivos que guiaram o trabalho dos artesãos ?*

---

<sup>1</sup> A escavação do abrigo do Boquete foi realizada no âmbito do Projeto Arqueologia do alto-médio São Francisco, coordenado por A. Prous (UFMG).

Nas páginas seguintes apresentaremos uma síntese dessa investigação. Como conclusão, discutiremos os conceitos de individualidade e especificidade do objeto técnico (SIMONDON, 1969; BOËDA, 1997). São conceitos que devem ser dominados para que se possa entender sistemicamente as diferentes categorias de vestígios de uma indústria lítica. E permitem que a realidade técnica não se dissimule sob o manto das impressões formais<sup>2</sup>.

## OS SUPORTES

Os instrumentos estudados foram confeccionados sobre suportes lascados. Trata-se de lascas robustas, originalmente espessas e longas. Predomina o aproveitamento do sílex; apenas 4 instrumentos foram confeccionados sobre arenito. Seis objetos preservam ainda porções de córtex. Tais superfícies mostram que apenas um suporte pode provir de um fragmento rochoso rolado em água, os demais provêm de fragmentos rolados em superfície.

Algumas características dos estigmas registrados nessas peças permitiram diferenciar com segurança as seqüências de gestos técnicos:

- as últimas retiradas de transformação dos suportes deixam negativos completos, em muitos casos com contra-bulbos preservados;
- quando as porções proximais dos negativos de *façonnage*<sup>3</sup> ou de retoque são eliminadas por retiradas subsequentes, perdendo-se

---

<sup>2</sup> É louvável que arqueólogos brasileiros – que se iniciam no estudo dos objetos líticos – preocupem-se com o problema da variabilidade estilística, seja ela expressão individual ou do ethos grupal. Trabalhos dessa natureza são desenvolvidos na Europa continental há mais ou menos quatro décadas. Infelizmente, no Brasil, discute-se estilo sem que haja sequer o reconhecimento e interpretação dos gestos técnicos básicos. É como discutir a divisão sexual do trabalho acreditando que o quê diferencia homens de mulheres é o comprimento do cabelo...

<sup>3</sup> Uma seqüência de *façonnage*, conforme definido por Inizan, Reduron, Roche & Tixier (1995: 43), tem por objetivo esculpir u'a massa rochosa inicial, retirando matéria numa sucessão organizada de gestos técnicos, segundo um planejamento prévio. Segundo Boëda (1997), o *façonnage* visa tornar o objeto operacional no campo funcional. Trata-se de modificar e criar relações tridimensionais (orientação de planos, simetria ou oposição entre formas e volumes etc). Esse trabalho deve culminar na obtenção de um objeto que responda aos conceitos preexistentes que determinam a relação entre forma, funcionamento e função para cada categoria de utensílio. Durante o trabalho de *façonnage*, cada nova retirada estabelece novas relações volumétricas entre todas as partes do artefato. Na literatura européia, a aplicação do termo *façonnage* (e portanto o reconhecimento dessa etapa no interior de um método de lascamento) tendeu a restringir-se aos objetos apresentando mais de uma face trabalhada.

- assim os contra-bulbos, têm-se sempre os ângulos formados com a face inferior, a curvatura das ondas de percussão e/ou o desenvolvimento da topografia do negativo como indicativos dessas etapas;
- em oposição às características mencionadas acima, os negativos anteriores à obtenção dos suportes podem ser assim reconhecidos porque tendem a ser paralelos às faces inferiores, formando com essas ângulos acentuadamente agudos; são testemunhos de retiradas que partiram do mesmo plano de percussão dos núcleos;
  - esses negativos anteriores podem também possuir uma topografia acentuadamente plana, sem indicativos da proximidade de contra-bulbos; mostram dessa maneira que os golpes foram aplicados em pontos distantes nos planos de percussão do núcleo, nunca sobre a face inferior do suporte, após a sua debitagem; em alguns casos, preservam-se as lancetas adjacentes às nervuras, possibilitando então a orientação desses negativos.

Seguindo esses parâmetros, distinguimos cinco categorias tecnológicas de suportes (além de uma sexta categoria que reúne as peças cuja análise diacrônica tornou-se impossível devido a alterações térmicas intensas ou fragmentação do artefato, não apresentada neste artigo) . As categorias tecnológicas são: 1) suportes com uma nervura-guia; 2) com combinações de nervuras-guia; 3) com uma superfície central lisa; 4) com superfície cortical central; e 5) com uma crista (*crête, crest*) longitudinal.

- 1) A primeira categoria reúne instrumentos cujos suportes foram debitados seguindo uma nervura-guia criada previamente no núcleo (FIGURA 1). Em seis peças - 1414, 2443-3, 3097-1, 3097-4, 3154-10 e 3083-17 - pode-se observar as nervuras originais. Normalmente, os pontos de impacto preservados nos talões demonstram o cuidado no sentido de aplicar o golpe exatamente no eixo dessas nervuras;
- 2) A segunda categoria define-se pelo agrupamento de dois instrumentos: 3121-2 e 3281, cuja debitagem foi orientada por combinações de nervuras-guias criadas previamente nos núcleos (FIGURA 2). Essas nervuras delimitam em ambas as peças uma superfície central relativamente ampla;
- 3) A terceira categoria agrupa sete suportes que apresentam uma superfície central lisa (FIGURA 4): 1423-3, 1423-7, 2444, 2462-20,

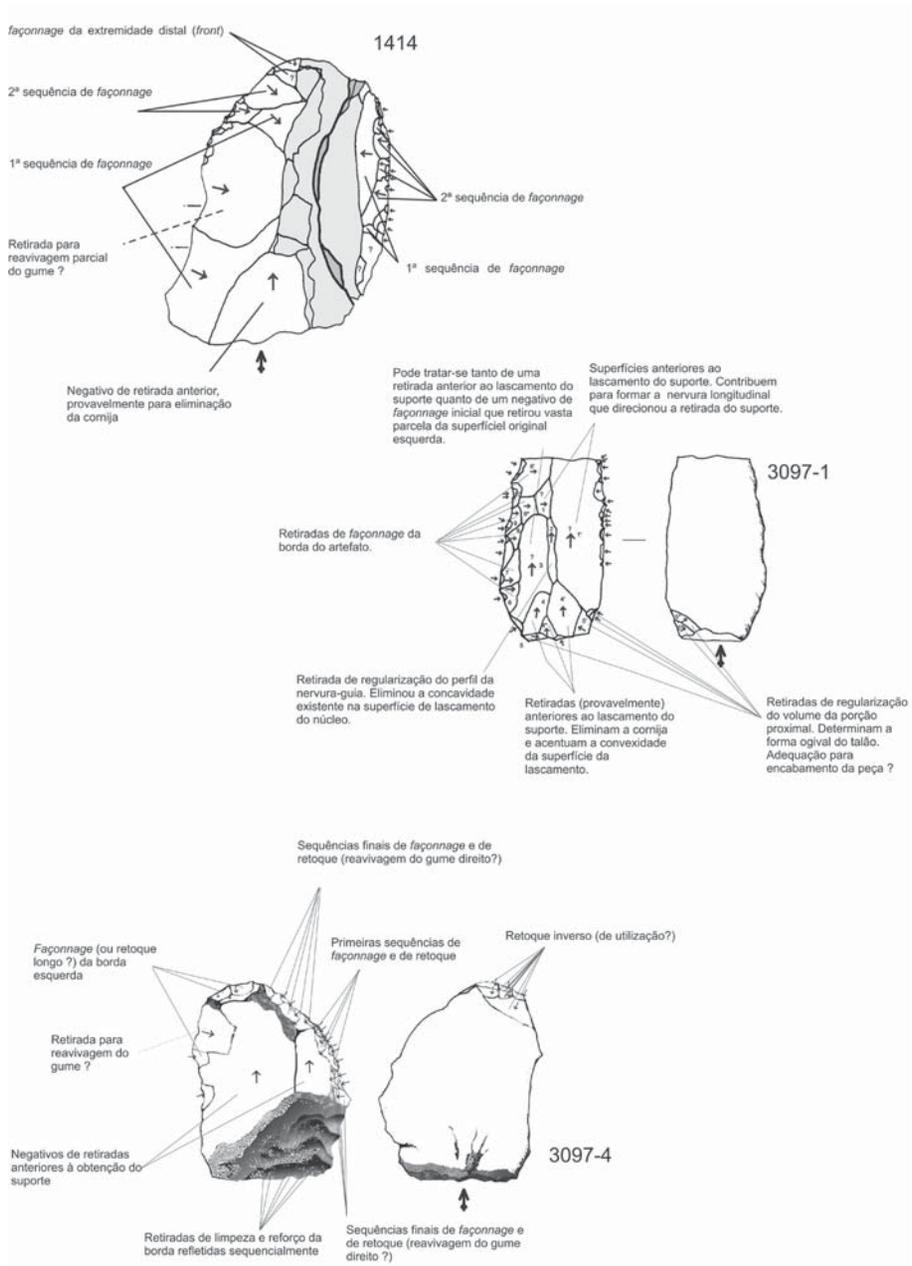


Figura 1: Exemplos de instrumentos unificiais sobre suportes com uma nervura-guia.  
Desenho: E. Fogaça.

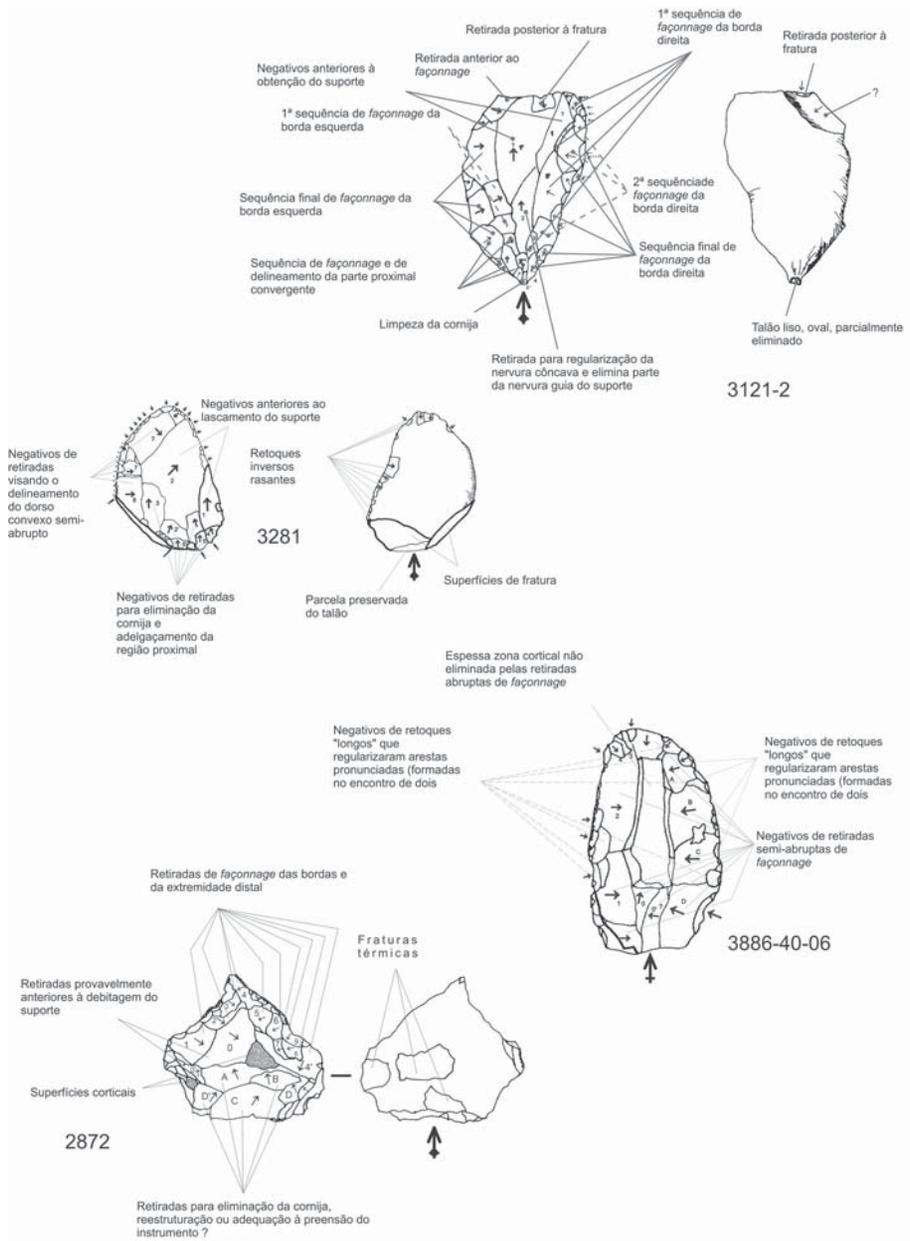


Figura 2: Instrumentos unifaciais sobre suportes com combinação de nervuras-guia (peças 3121-2 e 3281); instrumentos unifaciais que preservam superfícies corticais centrais (peças 2872 e 3886-40-06) (sem escala). Desenho: E. Fogaça

- 2872-20, 3116-52 e 3376-10. Sem nervuras-guias, os suportes se desenvolvem graças à convexidade e homogeneidade das superfícies de lascamento;
- 4) A quarta categoria reúne as duas peças 2872 e 3886-40-06 que preservam superfícies corticais centrais (FIGURA 2). Como em ambos os casos o córtex foi parcialmente eliminado por retiradas posteriores à obtenção dos suportes, não podemos saber se originalmente eram corticais ou semi-corticais;
  - 5) A quinta categoria proposta reúne as peças que não mais preservam características originais devido a criação de uma crista longitudinal seguramente posterior à debitagem do suporte (FIGURA 3): 1402-1, 2432-34, 2872-16 e 4356. Peças com tal característica podem teoricamente originar-se a partir de todas as categorias já comentadas.

## **FAÇONNAGE DOS INSTRUMENTOS E RETOQUE DAS PARTES ATIVAS**

O exame da diacronia dos gestos técnicos de transformação dos suportes debitados levou-nos a diferenciar duas fases distintas e sucessivas: o *façonnage* e o retoque do instrumento.

Distinguimos no *façonnage* dos instrumentos a adequação dos suportes a um dos quatro módulos volumétricos básicos identificados na coleção, ou seja (FIGURA 5): 1) prisma de base triangular; 2) tronco de pirâmide com base poligonal; 3) prisma de base trapezoidal; e 4) semi-elipsoides.

Conforme o módulo correspondente, as peças apresentarão seções transversais triangulares, trapezoidais ou semi-elipsoides (plano-conexas). Esses volumes são obtidos principalmente nessa etapa de *façonnage* dos suportes. As peças adaptam-se a esses módulos segundo seus eixos morfológicos, coincidindo ou não com os eixos de debitagem. Mas, quando alguns suportes brutos de debitagem já possuem as relações volumétricas almejadas, o trabalho posterior pode restringir-se ao mínimo, somente retoque, não havendo sequer uma etapa de *façonnage*.

Poderia então haver uma predeterminação dos suportes para adequá-los às características volumétricas dos instrumentos planejados. Diante dessa perspectiva, investigamos inicialmente uma possível relação entre

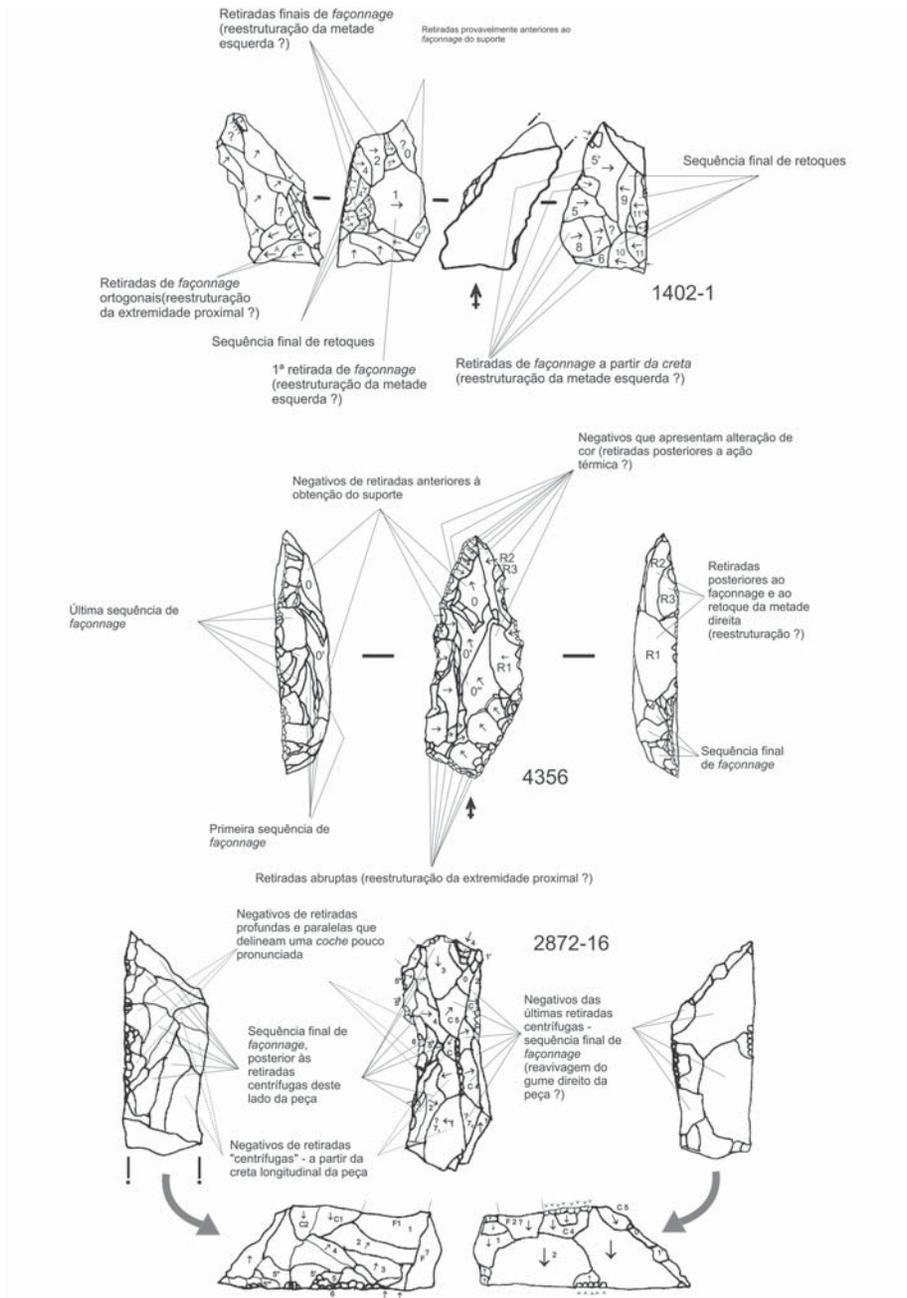


Figura 3: Exemplos de instrumentos unifaciais com crista longitudinal (sem escala).  
Desenho: E. Fogaça

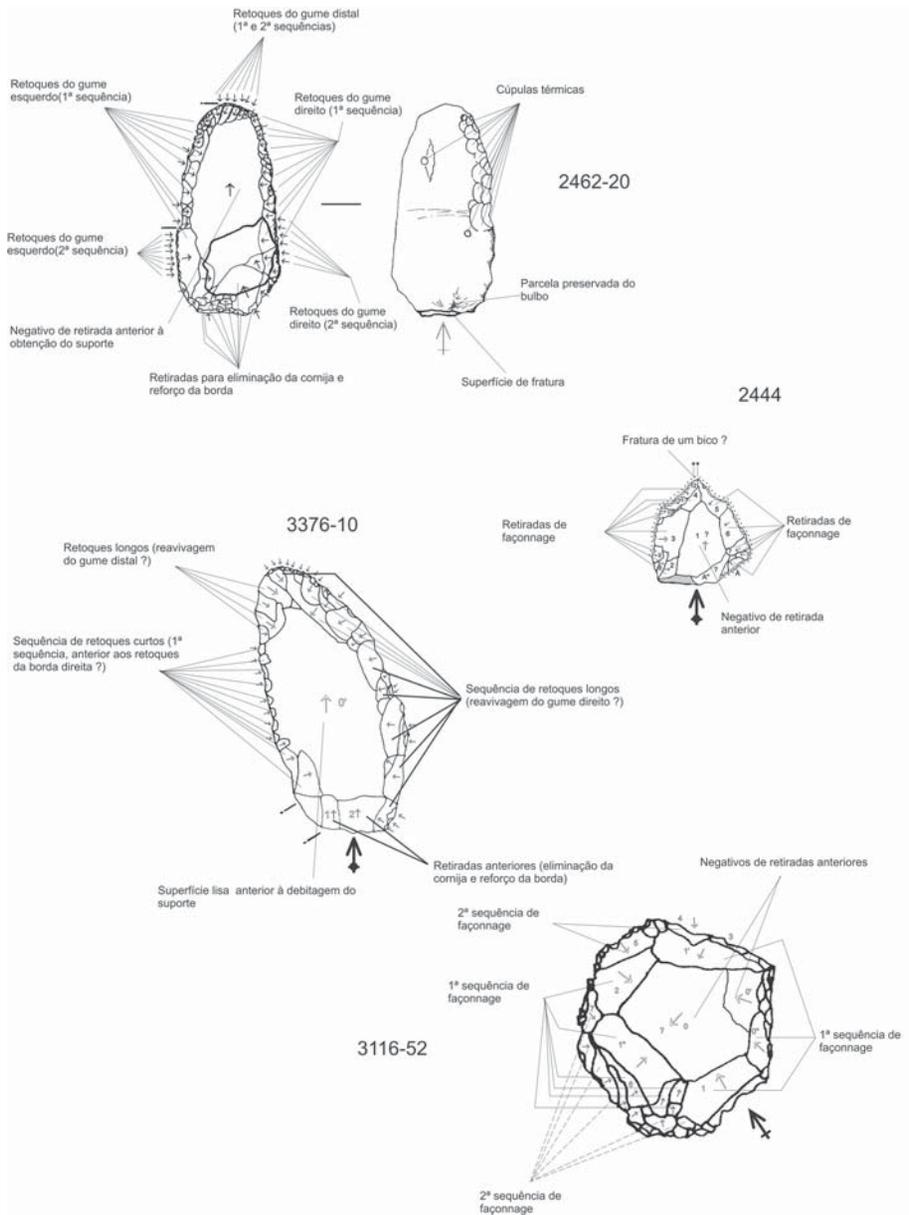


Figura 4: Exemplos de instrumentos unificiais sobre suportes com superfície central lisa anterior (sem escala). Desenho: E. Fogaça

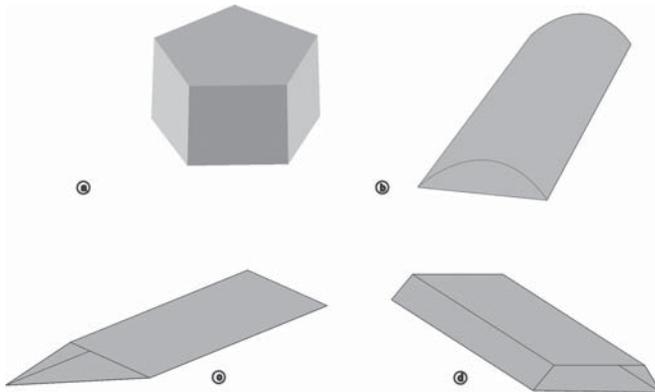


Figura 5: Módulos volumétricos dos instrumentos típicos: (a) - tronco de pirâmide com base poligonal; (b) - semi-elipsóide; (c) - prisma triangular; (d) prisma trapezoidal. Desenho: E. Fogaça.

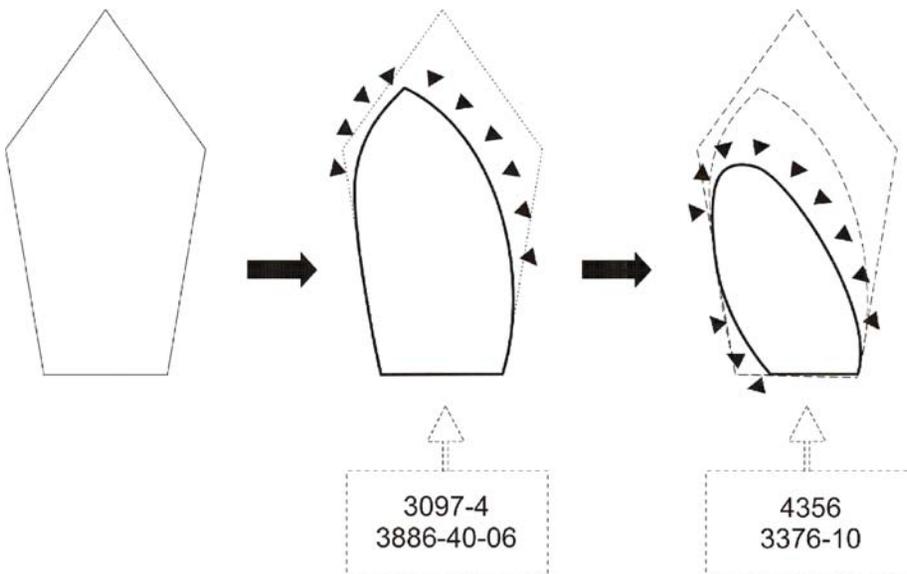


Figura 6: Modelo do processo de reavivagem de gumes na origem da assimetria de alguns instrumentos. Os números indicam as peças exemplares. Desenho: E. Fogaça.

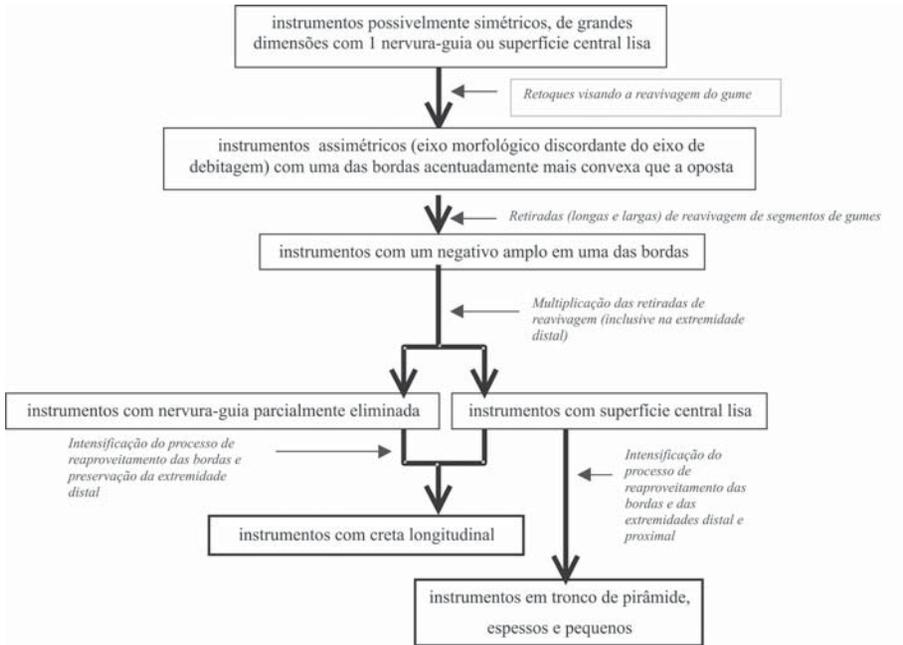


Figura 7: Modelo da relação diacrônica entre os instrumentos. Os processos de reestruturação e de reavivagem dos instrumentos na origem da variabilidade sincrônica.

os módulos volumétricos estabelecidos e as categorias de suportes anteriormente descritas.

Examinaremos primeiramente as peças cujo volume pode ser contido num prisma triangular (FIGURA 8). Evidentemente, são instrumentos mais longos do que largos que possuem relativa simetria em seção transversal ao eixo morfológico. Dentre eles, seis utensílios foram fabricados a partir de suportes que originalmente possuíam uma nervura-guia – o que já aproximava naturalmente esses suportes do módulo volumétrico do instrumento finalizado –, enquanto que três peças enquadram-se nessa concepção após transformações mais intensas que produziram cristas longitudinais no encontro de bordas laterais abruptas. As peças com nervura-guia são: 1414; 2443-3; 3083-17; 3097-1; 3097-4 e 3154-10. Essas seis peças indicam uma relação predominante entre o tipo de suporte original e o volume do instrumento após transformação. Não se trata de uma relação necessária, imposta pelas leis de fraturação das rochas duras, pois seria perfeitamente possível dar a esses suportes um volume plano-convexo através de retiradas de

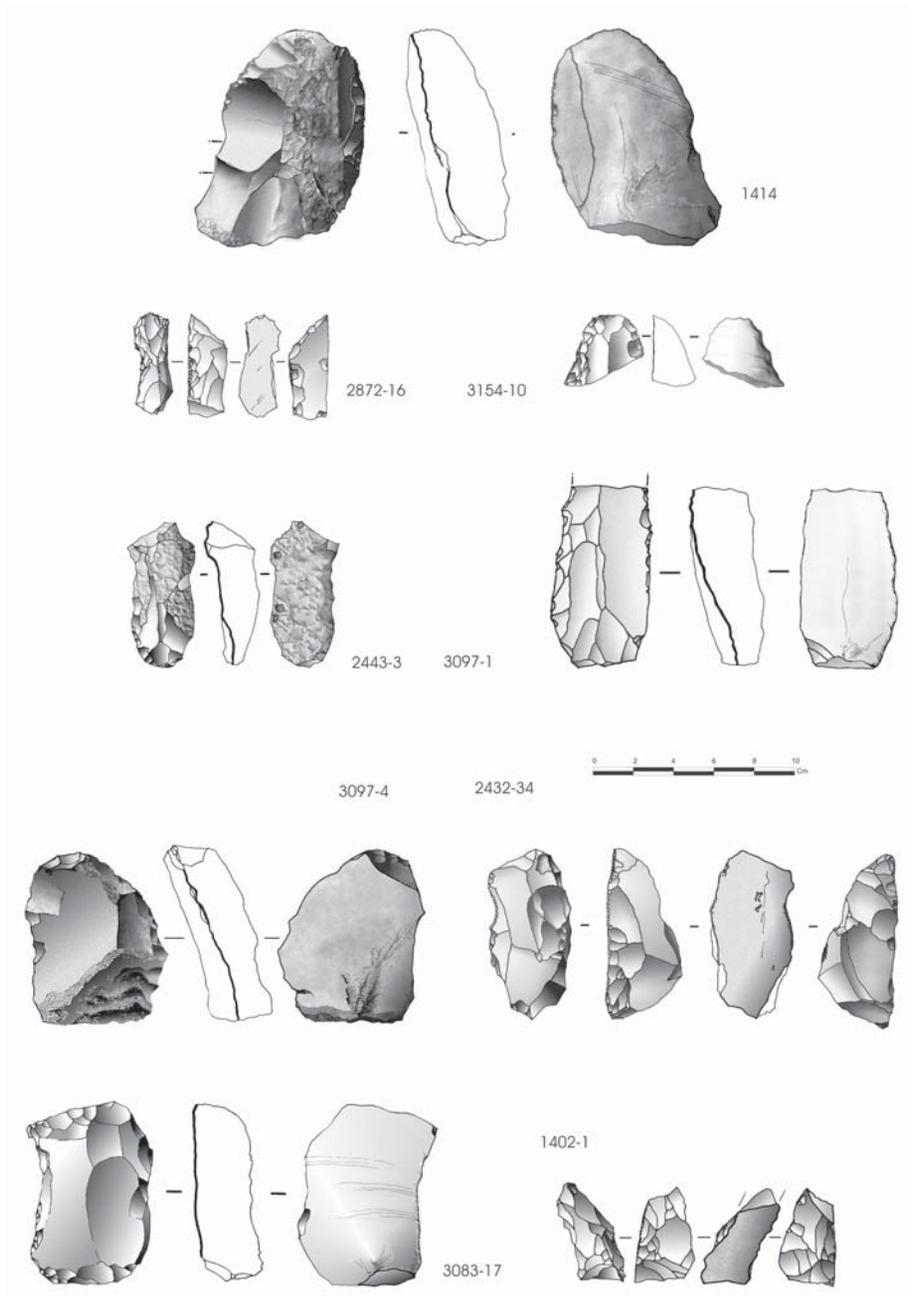


Figura 8: Instrumentos com módulos volumétricos em prisma triangular. Desenho: E. Fogaça

*façonnage* invadentes ou abrangentes que eliminassem paulatinamente a nervura-central; (esse tipo de transformação pode ser observado na face superior do instrumento 4356, na FIGURA 3).

Além desses seis instrumentos, três outros também se enquadram no mesmo módulo volumétrico, apresentando porém, ao invés de uma nervura-guia, cristas longitudinais criadas após a debitagem dos suportes: 1402-1; 2432-34 e 2872-16. Todas conservam ambas as bordas intensamente trabalhadas, tanto por retiradas que partem da face inferior, quanto por retiradas centrífugas efetuadas a partir da crista longitudinal central (FIGURA 3). Contrariamente aos seis instrumentos acima analisados, cujos suportes originais se conservam parcialmente nos instrumentos após o *façonnage*, nada se pode afirmar sobre os suportes originais dos instrumentos com crista. Sabemos somente que estes se adequaram a um certo padrão volumétrico após importante transformação.

Em todas as peças desse grupo o retoque nunca modifica notavelmente as formas dos gumes e seus ângulos, criados durante a etapa anterior de *façonnage*. O delineamento dos gumes é definido independentemente dessa fase de operações que, em todas as peças, deixaram negativos relativamente muito curtos. Parece ser feito visando apenas reforçar as arestas dos gumes (ou diminuir ângulos por demais cortantes). Delineamentos irregulares em forma de denticulados grosseiros (pseudo-denticulados) produzidos durante o *façonnage* são mantidos como tal e reforçados pelo retoque final.

O segundo grupo é formado pelas cinco peças que se enquadram num módulo volumétrico correspondente a um tronco de pirâmide com base poligonal (FIGURA 9): 1423-3, 1423-7, 2444, 2872-20 e 3116-52, todos com superfície central lisa. Aqui também podemos propor uma relação predominante entre o tipo de suporte original e o volume do instrumento após transformação. Trata-se mais uma vez de uma relação não necessária pois outras peças com superfície central foram trabalhadas apenas marginalmente e são bem mais longas que largas.

Em todas as peças, as faces planas, não trabalhadas, correspondem a pequenas parcelas de faces inferiores.

Essas faces planas, quase sem estigmas, podem resultar de processos de reaproveitamento intensos, conforme será discutido mais adiante. Esse reaproveitamento reduziria cada vez mais a massa e o volume dos suportes, originalmente bem maiores, conforme sugerido pelas espessuras relativas dessas peças.

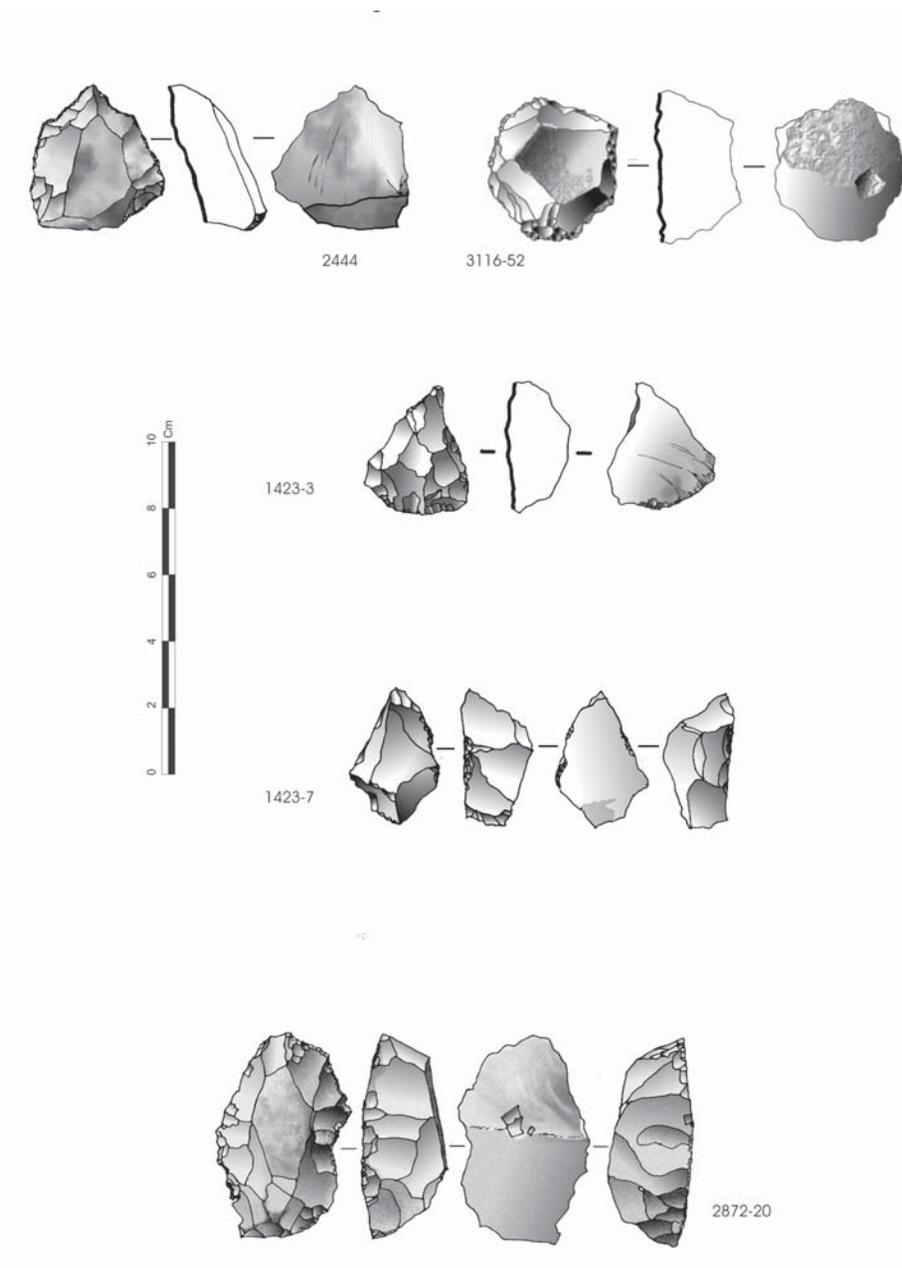


Figura 9: Instrumentos com módulos volumétricos em pirâmide de base poligonal.  
Desenho: E. Fogaça

A primeira etapa de *façonnage* desses instrumentos se dá pela retirada de lascas largas em todo o perímetro; com poucas retiradas define-se o volume das peças. Essas retiradas reduzem as superfícies centrais a formas também poligonais, similares às formas das faces planas (com exceção da peça 1423-3, devido a criação do bico curvo). Quando há uma segunda seqüência de *façonnage* (por exemplo: 2444 e 3116-52, FIGURA 4) esta visa tornar as bordas acentuadamente mais abruptas. Essa segunda seqüência pode concentrar-se em trechos das bordas, diminuindo os pseudo-denticulados criados durante a primeira seqüência de *façonnage*.

Em todas as peças, com exceção de 2872-20, apenas uma seqüência de retoque pode ser observada. Esta única seqüência visa o reforço dos gumes e pode estender-se ou não por todo o perímetro das peças, sendo contínua ou descontínua.

O terceiro grupo é formado pelas quatro peças que se enquadram em módulo volumétrico correspondente a um prisma trapezoidal (FIGURA 10): 2462-20, 3121-2, 3376-10 e 3886-40-06. Reúnem-se nesse grupo dois suportes com superfície central lisa, um suporte com combinação de nervuras-guias e um suporte com superfície cortical central. Observa-se aqui uma dispersão maior entre suportes de diferentes categorias. O módulo volumétrico tanto pode ser alcançado por um trabalho relativamente simples, no caso dos suportes com superfície central lisa (peças 2462-20 e 3376-10, FIGURA 10), quanto resultar de uma transformação mais intensa, envolvendo um número maior de etapas e de gestos técnicos. Neste último caso, os instrumentos são relativamente mais espessos (produtos da transformação de suportes também mais espessos).

Nesse grupo as faces inferiores estão bem preservadas, sendo que o trabalho de transformação dos suportes pouco consumiu da massa inicial.

As duas peças com superfície central não preservam negativos que, pela orientação, extensão, morfologia ou ângulo, possam ser considerados como testemunhos de uma etapa de *façonnage*. Nota-se nelas apenas as conseqüências de séries de retoques marginais. Enquanto que em 2462-20 esses retoques são bem regulares, mantendo a mesma extensão e sub-paralelos em todo o perímetro, os retoques de 3376-10 variam conforme a região: na borda direita – acentuadamente convexa – e extremidade distal, os retoques seguem duas seqüências: na primeira, são mais longos e escamosos, com ângulo mais rasante; na segunda seqüência são muito curtos e visam o reforço do gume, não influenciando em seu delineamento; já

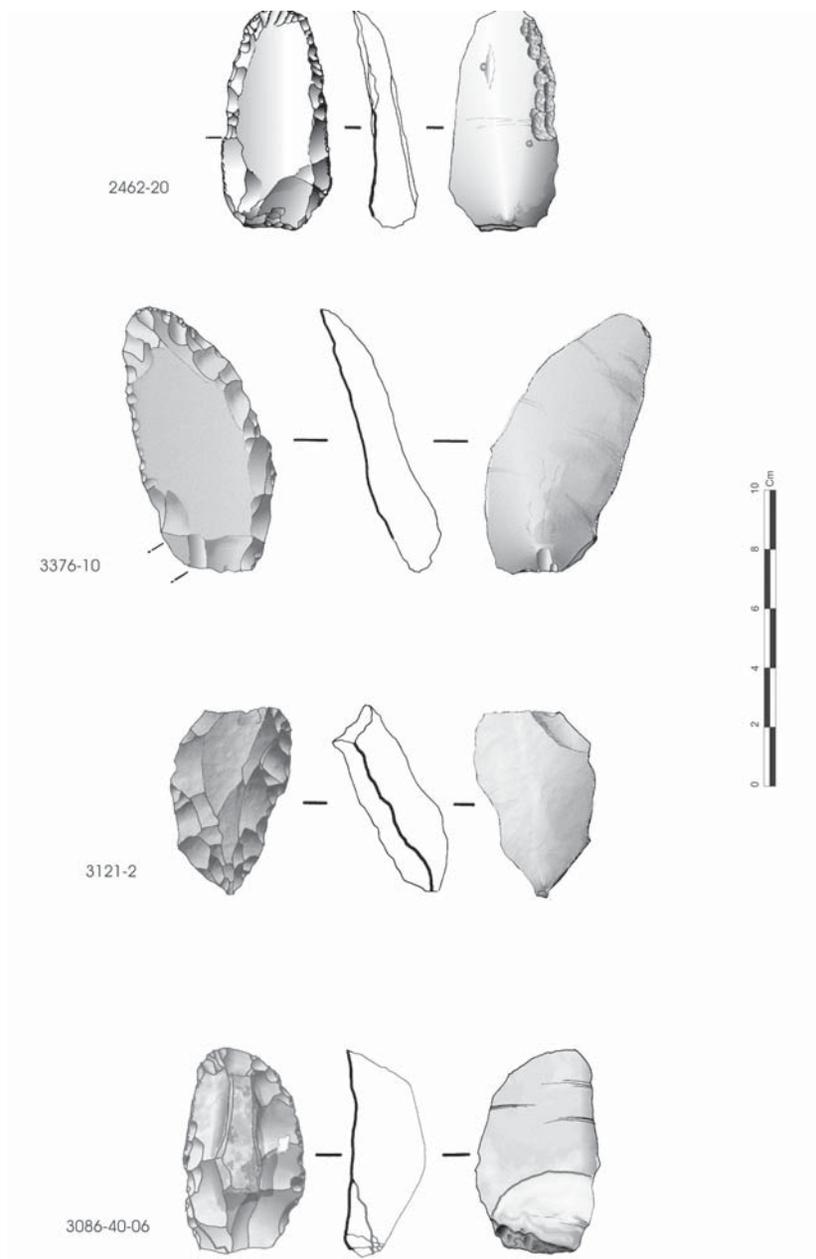


Figura 10: Instrumentos com módulos volumétricos em prisma trapeoidal. Desenho: E. Fogaça.

na borda esquerda, há apenas uma seqüência, semelhante à segunda seqüência da borda oposta.

Trabalho bem distinto pode ser observado na peça 3121-2 (FIGURA 2). O módulo volumétrico resulta mais das seqüências de *façonnage* do que da morfologia original do suporte. O *façonnage* concerne ambas as bordas, preservada apenas a fratura distal. Na metade direita esse trabalho é registrado em três etapas de retiradas progressivamente mais curtas. O ângulo criado na primeira seqüência (menos abrupto aqui que na borda oposta) é mantido pelas seqüências posteriores. O que não ocorre na borda esquerda, onde a duas seqüências de *façonnage* fecham cada vez mais seu ângulo geral. Há uma concentração de retiradas na porção proximal do instrumento. Aí, esse trabalho visa fazer convergir as bordas em direção ao talão (pode-se imaginar que a apreensão do artefato se daria segundo a orientação inversa à orientação tecnológica, com a superfície de fratura para baixo).

Finalmente, características particulares podem também ser observadas na peça 3886-40-06 (FIGURA 2). O módulo volumétrico resulta das retiradas de *façonnage* centrípetas que, no entanto, preservam a superfície plana cortical no centro da face. Poderíamos imaginar que o objetivo seria retirar completamente esse córtex, dando ao instrumento um volume plano-convexo. Entretanto, a existência de seqüências de retoque indicam o aproveitamento do artefato<sup>4</sup>, independentemente da impossibilidade de eliminar completamente o espesso córtex que influi no volume geral da peça. O *façonnage* aqui obedece a gestos distintos conforme a borda trabalhada. Na metade direita, o *façonnage* delinea uma borda convexa e mais abrupta que a oposta. Na borda esquerda, retilínea, os negativos (bem mais largos e menos numerosos) possuem ângulos mais agudos.

Pode-se então considerar um certo padrão de *façonnage* que opõe bordas com inclinações e delineamentos distintos. Nessas peças não pode haver simetria em seção transversal e, em alguns casos, tampouco em projeção axial.

Também nesse grupo, os retoques são todos diretos, podendo cobrir ou não todo o perímetro dos instrumentos. Apenas em 3886-40-06 há uma primeira seqüência que pouco regulariza o pseudo-denticulado criado anteriormente pelo *façonnage*.

---

<sup>4</sup> Esse instrumento preserva microvestígios que comprovam com segurança a sua utilização.

O último grupo constitui-se de quatro instrumentos que inscrevem-se em módulos volumétricos semi-elipsóides (FIGURA 11): 2444-4, 2872, 3281 e 4356. Os instrumentos dividem-se em um suporte com combinação de nervuras-guia, um suporte com crista, um suporte com superfície central cortical e um suporte cuja leitura tornou-se impossível.

Esse módulo volumétrico é alcançado segundo estratégias bem distintas:

No caso das peças 2444-4 (com reservas, devido a seu estado de conservação) e 4356 (FIGURA 3), o *façonnage* é realizado a partir das bordas com alternância de retiradas invadentes ou abrangentes, ortogonais ao eixo de debitage, da direita para a esquerda e vice-versa. Busca-se na extremidade distal tão somente a convergência das bordas. A extremidade proximal é igualmente mais preservada. Como resultado, esses dois instrumentos apresentam formas alongadas, permanecendo relativamente pouco espessos.

Já a peça 2872 (FIGURA 2) possui uma mesma organização volumétrica obtida porém por um processo de *façonnage* distinto. Neste caso, o trabalho é realizado a partir de todo o perímetro do suporte; o volume é resultado de retiradas longas e invadentes. Não há aqui negativos de retiradas abrangentes, partindo de uma borda até a borda oposta.

## CAUSAS DA VARIABILIDADE DOS INSTRUMENTOS

A análise tecnológica dos instrumentos permite detectar características – formais e tecnológicas – que podem ser interpretadas como resultantes de intensa transformação dos suportes originais desses artefatos. Verificamos a ocorrência de múltiplas seqüências de *façonnage* ou de retoque que teriam reduzido significativamente as dimensões e o volume originais dos suportes ou provocado delineamentos assimétricos nos gumes de uma mesma peça.

O reconhecimento dos aspectos originais das faces superiores de alguns suportes, preservados nas faces trabalhadas dos instrumentos, a classificação das peças segundo módulos volumétricos padronizados e o cruzamento dessas variáveis permite-nos distinguir dois conjuntos de instrumentos que podem resultar de métodos estáveis de retransformações dos artefatos, a saber:

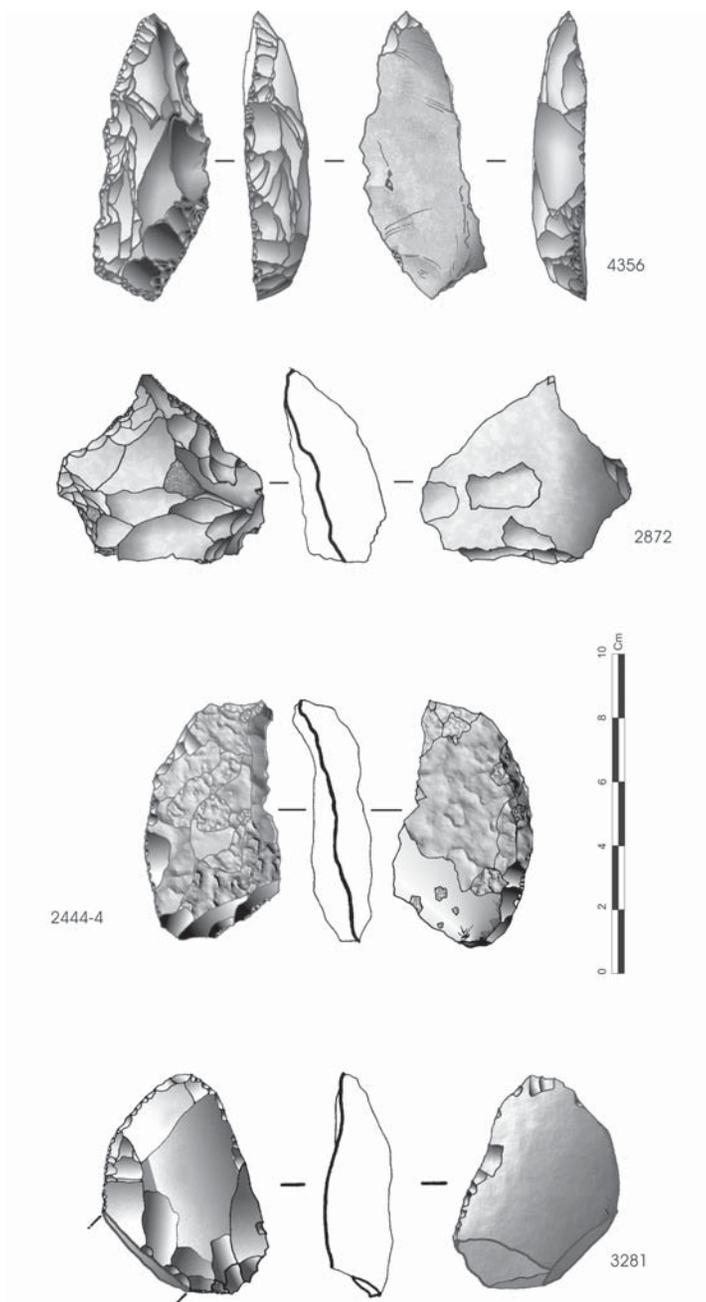


Figura 11: Instrumentos com módulos volumétricos semi-elipsóides. Desenho: E. Fogaça.

- 1) Cinco peças apresentam faces superiores com superfícies centrais lisas e se enquadram no módulo volumétrico tronco de pirâmide; todas apresentam essa superfície central praticamente paralela (ou pouco oblíqua) à face oposta. Essas superfícies centrais encontram-se delimitadas por negativos de retiradas de *façonnage* que partiram de todo o perímetro da peça, sendo que as mais antigas tendem a ser mais paralelas (ou menos oblíquas) à face oposta; essa face oposta preserva (em todas as peças) somente resquícios parciais de estigmas das faces inferiores de suportes lascados: a) alguma ligeira ondulação (indicando que o bulbo encontrava-se originalmente distante dessa parcela da face); b) poucas lancetas localizadas em apenas um segmento de uma das bordas (indicando que as bordas originais foram eliminadas); c) alguma ligeira elevação dessa superfície (sugerindo o desenvolvimento periférico da protuberância bulbar); d) e, em apenas um caso (2444), alguma parcela do bulbo e metade do talão (ambos parcialmente eliminados);

Todas essas configurações devem resultar da redução progressiva dos perímetros originais das superfícies de faces inferiores (que possuíam primitivamente os estigmas típicos). Quanto mais avança essa redução da superfície, menos estigmas evidentes são preservados, restando apenas indícios das ondas de percussão. Um suporte originalmente volumoso e robusto mas com equilíbrio entre seu comprimento, largura e espessura, pode, após tais processos repetitivos, tornar-se uma peça exageradamente espessa; conseqüentemente, tais processos implicam na criação de bordas ou gumes progressivamente mais abruptos.

- 2) Quatro peças possuem uma crista longitudinal criada após a debitage do suporte. Essas cristas se formaram pelo encontro de negativos de retiradas de *façonnage* que partiram das faces inferiores dos suportes. Em nenhum caso pode-se postular a exploração, ainda nos núcleos, de planos de percussão ortogonais aos planos de retirada dos suportes<sup>5</sup>, pois em todas as peças, mesmo os negativos de *façonnage* mais antigos (parcialmente eliminados por seqüências posteriores) – uma vez projetadas as suas superfícies de encontro às faces inferiores – sugerem suportes originalmente

pouco mais largos ou longos que no estado de abandono das peças. Cabe então indagar se essas cristas seriam criadas intencionalmente (para adequar o instrumento a algum conceito morfo-volumétrico preestabelecido) ou seriam um subproduto de simples processos de reaproveitamento de instrumentos, guardando-se sempre a relação comprimento > largura. Essa segunda alternativa explicaria a formação das cristas pelo trabalho de *façonnage* repetitivo apenas a partir das bordas direita e esquerda. Como última opção de reaproveitamento desses instrumentos (uma vez os gumes atingindo ângulos muito próximos a 90°), restaria a crista que necessariamente forneceria ângulos entre os negativos a partir dos quais se poderia reavivar os gumes provocando intencionalmente a ultrapassagem de lascas centrífugas<sup>5</sup>. A forma à primeira vista ‘inacabada’ do instrumento 4356 pode também ser resultado de tais processos de reaproveitamento, culminando na formação da crista. Neste exemplo, a crista está ainda apenas esboçada na extremidade proximal, mas, após novas etapas de reestruturação da peça, modificações decorrentes de novas seqüências de *façonnage* terminariam por criar uma crista longitudinal sobre toda a face superior do instrumento.

Independentemente dos subconjuntos definidos pelos módulos volumétricos ou pelas conformações das faces superiores, outros estigmas também se somam aos dados já discutidos em favor desses processos de reciclagem de instrumentos.

Um primeiro grupo de peças pode ser destacado pela presença de negativos largos e longos que se encontram isolados em parcelas de um de seus gumes; resultam de retiradas laterais (nunca partindo da região distal ou proximal) que eliminam seqüências anteriores de retoques curtos ou de *façonnage* e podem receber novas seqüências de retoques, parciais ou em toda a borda abrangida pelo negativo.

---

<sup>5</sup> Que criariam assim essas cristas nos núcleos para guiar a debitação, como no caso de métodos de debitação laminar do Paleolítico do Velho Mundo; cf. Tixier, Inizan & Roche, 1980: 82-83.

<sup>6</sup> Esse método de reavivagem foi identificado por Caldarelli (1984) em indústrias da chamada Tradição Humaitá, no estado de São Paulo.

Interpretamos tal padrão de estigmas como indicador de estratégias de reavivagem de segmentos de gumes esgotados, seja após a sua abrasão intensa, seja pela necessidade de produzir novos delineamentos mais côncavos. Um negativo desse tipo pode ser facilmente reconhecido na peça 1414 (FIGURA 1), na região mesial de sua borda esquerda: foi retirada uma lasca bem mais larga e mais longa que aquelas provenientes das seqüências anteriores; o negativo preservado sobrepõe-se nitidamente àquele situado à sua esquerda (em direção à extremidade distal) cuja forma e extensão corresponde ao padrão original de retoque do artefato.

Um segundo exemplo pode ser verificado na peça 3097-4 (FIGURA 1), também em seu gume esquerdo, na região méso-distal: é igualmente bem mais largo e longo que as seqüências anteriores, sobrepondo-se a negativos menores e menos amplos, tanto à sua direita quanto à esquerda. O terceiro caso é observável na borda direita da peça 4356 (FIGURA 3), aqui também na região mesial do gume; neste último caso, o negativo amplo foi ligeiramente regularizado por poucas retiradas bem mais curtas (i.e. teve reduzida a exagerada concavidade criada no gume).

A partir do exemplo fornecido por essa peça, podemos também supor que as cristas se formariam pela multiplicação progressiva dessas retiradas amplas (de reavivagem parcial de gumes). De tal forma que as peças com cristas longitudinais seriam resultantes de numerosas etapas de reavivagens parciais e não de um único e intermitente processo de reestruturação de todo o volume. Assim sendo, entre cada retirada desse tipo, haveria, intercalado, um momento de utilização daquele segmento do gume. Um exemplo de estágio avançado desse processo estaria registrado na peça 2872-16 (FIGURA 3): esse instrumento – também com crista longitudinal – teve toda a sua borda direita (com delineamento de gume côncavo) definida por duas amplas retiradas na região mesial da borda. Bastaram essas duas retiradas (que foram posteriormente eliminadas por retiradas centrífugas) para definir a crista longitudinal a partir da borda direita.

Num outro grupo de peças, destacamos a acentuada assimetria existente entre as bordas que acaba por criar um eixo morfológico do instrumento discordante do eixo de debitagem do suporte. Apresentam tais características as peças 3097-4, 3886-40-06, 4356 e 3376-10 (FIGURAS 1, 2, 3 e 4, respectivamente). Todas elas possuem uma borda esquerda com delineamento retilíneo oposta a uma borda direita convexa, o ponto de convergência dessas bordas, na extremidade distal, está deslocado para a esquerda, defi-

nindo assim um eixo morfológico orientado aproximadamente no sentido SE – NW. Três instrumentos preservam essa extremidade distal arredondada, sendo que apenas a peça 4356 é ainda pontiaguda. As bordas convexas apresentam, em todos os artefatos do grupo, indícios de possível reavivagem: seqüências mais amplas e contínuas de negativos de retiradas de *façonnage* (3376-10, 4356 e 3886-40-06) ou maior número de negativos de retoques numa maior extensão do gume (3097-4).

Parece-nos pouco plausível apreender essas peças como casos de um ‘tipo’ padronizado (‘raspador retilíneo-convexo, por exemplo) pois apresentam, sobre outros aspectos, importante variabilidade entre si: de matéria prima (sílex e arenito), de granulação do sílex (fina e média), de relação entre ‘comprimento X largura X espessura’, de módulos volumétricos (prisma triangular, prisma trapezoidal, semi-elipsóide), de características originais da face superior dos suportes (com nervura-guia, com superfície central lisa, com creta e com superfície cortical) e de ângulos dos gumes. Se acaso agrupássemos tais formas sob uma mesma categoria tipológica, estaríamos camuflando essas características tecnológicas que devem ter sido consideradas durante a fabricação dos instrumentos.

Propomos que essas formas, aparentemente padronizadas, podem ser causadas por processos de reavivagem dos gumes originais que necessariamente terminam por produzir tal assimetria, caso se concentrem principalmente sobre uma das bordas. A forma desses artefatos não espelhariam portanto um ou vários ‘tipos’ conceituais predeterminados mas, sim, o resultado de primeiras etapas de reaproveitamento dos gumes, ainda modificados apenas por seqüências de *façonnage* curto e de retoques, conforme modelizado na FIGURA 6.

Observe-se que as peças 4356 e 3376-10 (que podem situar-se numa etapa de reavivagem dos gumes posterior a 3097-4 e 3886-40-06) preservam as porções proximais das bordas esquerdas com negativos que indicam maior transformação. Poderiam estar sendo adequadas dessa maneira à simetria SE – NW.

As explicações fornecidas conduzem-nos a identificar uma possível relação diacrônica entre esses tipos de instrumentos, modelizada na FIGURA 7 e descrita na FIGURA 12. Relação essa que explica a variabilidade formal e volumétrica como consequência da reciclagem de suportes inicialmente similares: robustos, mais longos do que largos, com espessura relativamente variável, faces superiores lisas ou com nervura-guia mas fornecendo, todos, u’a massa rochosa suficiente para numerosas etapas

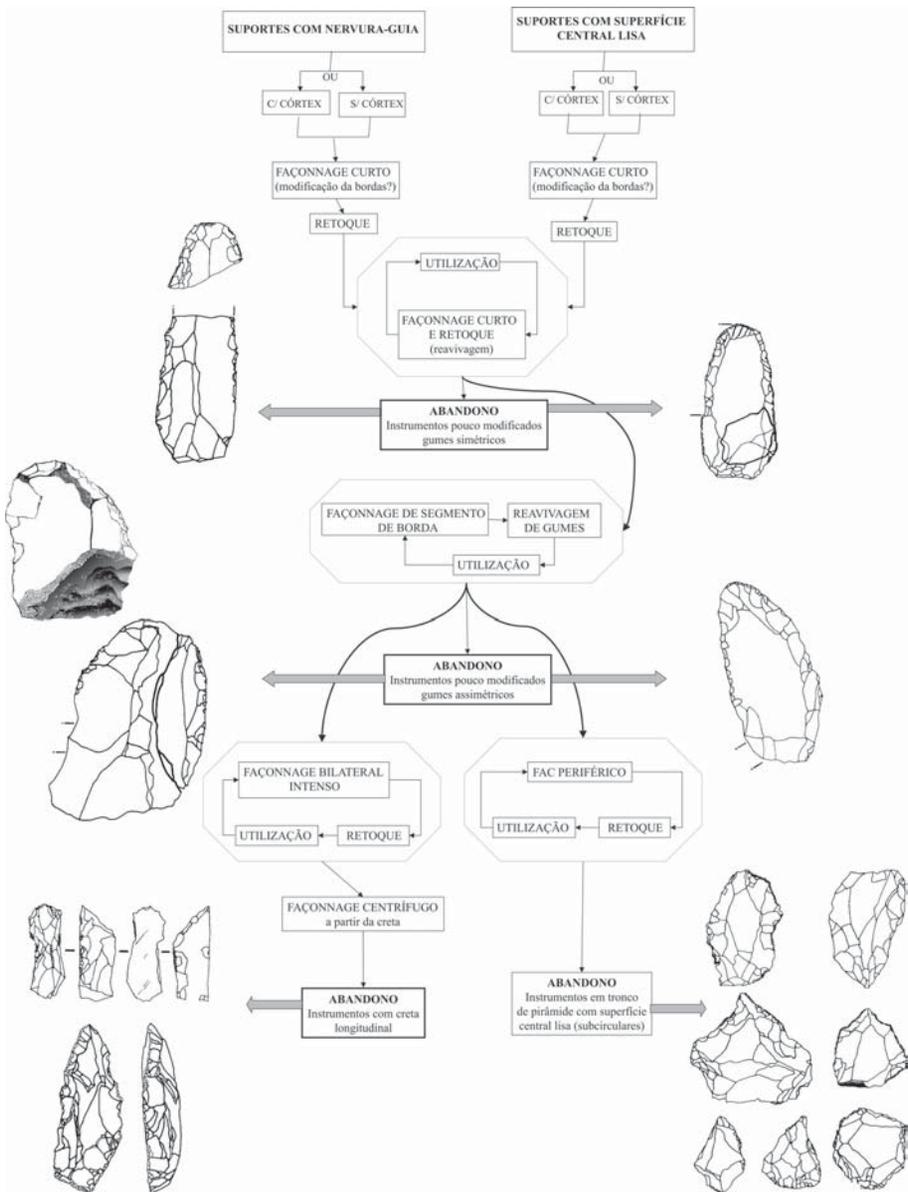


Figura 12: Relação Diacrônica entre os instrumentos Unifaciais. Desenho: E. Fogaça

de transformação até o esgotamento final. Esse esgotamento pode estar representado pelas pequenas peças, subcirculares, com módulo volumétrico em tronco de pirâmide: 1423-3, 1423-7, 2444 e 3116-52 (FIGURA 9); e por aquelas, mais alongadas e com gumes côncavos, também de pequenas dimensões, com cristas longitudinais: 2872-16 e 1402-1, FIGURA 8.

Enfim, a leitura tecnológica nos conduz a considerar a variabilidade constatada como expressão de diferentes etapas (diacronicamente organizadas) de uma estratégia global de gestão dos instrumentos típicos, ao invés de entendê-los como grupos de implementos adequados a funções sincrônicas, mais ou menos variáveis, numa única etapa de uma cadeia operatória (imediatamente anterior ao descarte das peças). As duas principais estratégias de reestruturação baseiam-se no *façonnage* periférico intenso de toda a peça ou no *façonnage* bilateral intenso (preservando-se aqui as extremidades e mantendo-se a morfologia longada do instrumento).

## CONCLUSÃO: INDIVIDUALIDADE E ESPECIFICIDADE DOS INSTRUMENTOS

O método de leitura dos objetos que adotamos permite a reconstrução dos processos técnicos na origem dos vestígios líticos da Pré-História. Cada objeto, seja ele núcleo, lasca ou instrumento, é consequência de etapas anteriores e estrutura o seu porvir. A individualidade é constituída pela posição do objeto no interior desses processos: no caso estudado, o processo é organizado por regras de reaproveitamento dos suportes.

Cada processo mobiliza um estoque de conhecimentos e de saber-fazer que, transmitidos de geração a geração, serão mais ou menos estáveis em função do maior ou menor peso da tradição. Portanto, enquanto indivíduo, o objeto não pode ser substituído: “Se o artesanato, a cada novo bloco de pedra, pode se deparar com um novo problema técnico, cada novo bloco de pedra não produzirá em refluxo um novo artesanato” (FOGAÇA, 2003).

A cada objeto associa-se um ‘meio tecnológico’ (SIMONDON, 1969) que é a sua condição de existência e não a sua causa (BOËDA, 1997). Nesse sentido, o instrumento lítico, possui uma estrutura que, enquanto invenção, é íntegra e estável: nasce como solução estruturada e não como

evolução gradual por acréscimo de partes. O instrumento é causa e condição de seu funcionamento.

A aparente variabilidade formal da coleção que aqui apresentamos dissimula a real variabilidade estrutural. Essa estrutura pode ser entendida, já que tratamos de objetos técnicos primitivos, como a regra de relação entre uma parte transformativa, uma parte receptiva de energia, e uma parte preensiva; sobreposições são possíveis.

Cada um desses instrumentos pode ter sua estrutura própria, da qual a forma é apenas um dos componentes. Cada um possui uma especificidade técnica: um meio associado no qual função e funcionamento relacionam-se como causalidades recíprocas.

Os instrumentos que apresentamos possuem volumes distintos, composições distintas de uma ou mais partes ativas em cada suporte, diferentes propriedades mecânicas e técnicas diretamente relacionadas às capacidades funcionais. Eles possuem assim distintas especificidades.

É certo, por exemplo, que o ângulo de um gume destinado a cortar não deve superar certos valores (aproximadamente 30°). Característica universal, esse ângulo não constitui variável suficiente para definir a estrutura do objeto faca, pois a nenhum objeto técnico corresponde uma função estável (SIMONDON, 1969). A extensão, localização, morfologia desse gume, entre outras variáveis, participarão da estrutura, relacionados às outras partes. Essas partes são igualmente necessárias, em sua integralidade e estabilidade. É preciso identificá-las: diferentes tratamentos das bordas podem revelar a adequação de partes transformativas e preensivas.

Torna-se então evidente que uma aparente estabilidade morfológica, admitida por uma visão tipológica, impressionista, não expressa um grupo coeso, resultante da mesma regra de estruturação. Assim como, uma aparente instabilidade formal (problema essencial das leituras tipológicas pois em que patamar consideraremos os objetos semelhantes ou diferentes?) não traduz uma multiplicidade de regras.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**BOËDA, E. Technogenèse de systèmes de production lithique au Paléolithique inférieur et moyen en Europe occidentale et au**

- Proche Orient.** Habilitation à diriger des recherches (antigo doutorado de estado), Nanterre: Université Paris X, 2 vols, 1997.
- CALDARELI, S. “Ultrapassagem intencional em artefatos plano-conve-xos da tradição Humaitá no Estado de São Paulo”. **Revista de Pré-his-tória**, VI, p. 251-255, 1984.
- FOGAÇA, E. **Mãos para o pensamento. A variabilidade tecnológica de indústrias líticas de caçadores-coletores holocênicos a partir de um estudo de caso: as camadas VIII e VII la Lapa do Boquete (Minas Gerais, Brasil – 12.000 / 10.500 B.P.)**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PPGH/PUCRS, 2 vols, 2001.
- \_\_\_\_\_. “O estudo arqueológico da tecnologia humana”. **Habitus**, vol.1, nº1, Goiânia: IGPA/UCG, p.147-180, 2003.
- INIZAN, M.-L.; REDURON, M.; ROCHE, H. & TIXIER, J. **Préhistoire de la pierre taillée 4: technologie de la pierre taillée**. Meudon: Cercle de Recherches et d’Etudes Préhistoriques / CNRS / Université de Paris X - Nanterre, 199 p., 1995.
- MENDONÇA DE SOUZA, A.A.C.; FERRAZ, S.M. & MENDONÇA DE SOUZA, M.A.C. **A fase Paranã. Apontamentos sobre uma fase pré-cerâmica e de arte rupestre do Planalto Central. Projeto Bacia do Paranã**. Goiânia: UFGO/ Museu Antropológico, 1977.
- SCHMITZ, P.I. “Caçadores e Coletores antigos no Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil (31.500 a 4.000 A.P.)”. **Caçadores e Coletores na Pré-História do Brasil**. São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas / UNISINOS, 39 p, 1984.
- SCHMITZ, P.I.; BARBOSA, A.S., MIRANDA, A.F; RIBEIRO, M.B. & BARBOSA, M.O **Arqueologia nos cerrados do Brasil Central. Su-doeste da Bahia e leste de Goiás (o Projeto Serra Geral)**. São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, 198 p, 1996.
- SIMONDON, G. **Du mode d’existence des objets techniques**. Paris: Aubier-Montaigne, 268 p., 1969.
- SIMONSEN, I. **Alguns sítios arqueológicos de Goiás. Notas prévi-as**. Goiânia: Museu Antropológico da UFGO. 77 p., 1975.
- TIXIER, J. ; INIZAN, M.-L. & ROCHE, H. **Préhistoire de la pierre taillée 1: terminologie et technologie**. Valbonne, Cercle de Recherches et d’Etudes Préhistoriques, 120 p, 1980.



# HUELLAS DE ALTERACIONES CULTURALES EN EL HOMBRE PREHISPANICO.

JOSEFINA BAUTISTA MARTÍNEZ\*

## ABSTRACT

Among the inhabitants from the Prehispanic Mexico, losing temper in different ways the body, it was a very diffused habit. The causes of these modifications were several; some are related with their festivities, others with their agricultural cycles and some more, with their cycles of life. It was common that they celebrated some festivity or natural event, putting on makeup the expensive y/o the body with designs and specific colors and they made some dances. They also accustomed to be made scarifications on the skin of the face, arms or legs. Also, it was common to be deformed the head, to be filed y/o to be incrustrated stones semiprecious in the previous teeth. There are evidences of these cultural practices in ceramic stamps, statuettes, skulls, teeth and columnists' stories, which speak to each other of how, when, who and to who they carried out them, and some narrate us until the reason.

---

\* Antropóloga Física. Investigadora de la Dirección de Antropología Física del Instituto Nacional de Antropología e Historia. México.

Email: jbm0090af@aol.com.mx

## **INTRODUCCION.**

Es sabido, que desde los primeros hombres sobre la tierra fue costumbre la modificación de la presencia natural corporal.

Entre los habitantes del México anterior a la Conquista, antes de 1492, alterarse la morfología del cuerpo, parcial o totalmente y de manera transitoria o permanente, fue una costumbre muy difundida.

En México, contamos con evidencias de estas prácticas culturales de distinta índole: sellos de cerámica, figurillas, cráneos, dientes y relatos de crónistas, los cuales nos hablan del cómo, cuándo, quién y a quiénes las realizaban, y algunos nos narran hasta el porqué.

Muy probablemente la pintura corporal y el uso de adornos, fueron los primeros medios que el hombre puso en práctica con el fin de modificar o cambiar su apariencia. Posteriormente, fueron comunes las alteraciones tegumentarias: escarificaciones y tatuaje; la deformación de la cabeza y el limado e incrustación dentaria. Cabe mencionar que tenemos evidencias de deformación cefálica intencional en un cráneo precerámico localizado en la Cueva de Texcal, en Valsequillo Puebla, con una antigüedad de 7480 +55 años antes del presente (González y col, 2003), el cual muestra deformación del tipo Tabular Erecto.

Las causas de estas alteraciones fueron varias, quizás en un principio tuvieron el fin de adornarse, además de protegerse del medio ambiente, algunas están relacionadas con sus festividades, con sus ciclos agrícolas o con sus ciclos de vida. Fue común que celebraran alguna festividad o acontecimiento natural, por ejemplo, inicio de temporada de lluvias, paso de la niñez a la pubertad, pintándose la cara y/o el cuerpo con diseños y colores específicos y efectuaran algunas danzas. También los guerreros acostumbraban, al regreso de una batalla, hacerse escarificaciones sobre la piel de la cara, brazos o piernas. Quizás por motivos ornamentales practicaron la perforación o distensión del lóbulo de la oreja o de los labios, sobre todo del inferior. Asimismo, era frecuente deformarse la cabeza, limarse o incrustarse piedras semipreciosas en los dientes anteriores.

## **COLORACION DEL CUERPO.**

Probablemente fue la primera alteración de tipo temporal que el hombre realizó sobre su cuerpo; ésta consistió en cubrir de manera uni-

forme, una región corporal o totalmente el cuerpo, utilizando sustancias o pinturas de varios colores o arcillas naturales que al secarse, tomaron distintas coloraciones. Las causas quizás hayan sido protección del frío o de las quemaduras provocadas por el sol, o de los piquetes de los moscos en aquellas regiones calurosas húmedas.

## **PINTURA CORPORAL.**

La pintura corporal pudo haberse aplicado de diversas maneras, con pinceles, con sellos o pintaderas y los colores utilizados pudieron haber sido de origen vegetal o mineral. Las formas obtenidas, fueron dibujos o combinación de colores.

Es posible que a la costumbre sencilla de pintarse el cuerpo, haya sucedido la de grabarse, para que lo que sirve de adorno sea más duradero y persistente.

Daban gran importancia a la pintura, sobre todo se pintaban pecho y brazos, y con menor frecuencia el tórax o las piernas.

Los acaxes de Durango y Sinaloa, se pintaban la cara, los brazos y las piernas de amarillo o negro, con hollín que tomaban del fondo de los comales. Y cuando volvían vencedores y traían la cabeza de un vencido, en la fiesta que hacían se agujereaban el labio inferior y pasaban por él un hueso como de cuatro cm de largo, y hacían tanto agujeros como hombres habían matado (Orozco y Berra, 1978 Tomo II:187).

Los tehuecos de Sinaloa, se pintaban la cara y el cuerpo con colores brillantes y se adornaban la cabeza con plumas de guacamayo.

Los tobosos de Coahuila y Nuevo León, en la muerte de alguno de sus parientes se pintaban la cara figurando una calavera con lagrimas en las mejillas para simular el pesar que les causaba su pérdida (Orozco y Berra, 1978 Tomo II:198).

Landa (1994:115,133) dice que en algunas fiestas las mujeres mayas, se pintaban de colorado el rostro y el cuerpo como los varones, y ponían al color una goma aromática y por medio de moldes delineaban las figuras en el pecho, en los brazos y en la espalda. También utilizaban estos grupos, el color azul y el amarillo (Figura 1).

Los mexicas no sólo se pintaban con motivo de sus fiestas guerreras, sino que también lo hacían cuando algún acontecimiento les llenaba de regocijo.



Figura 1. Figurilla maya procedente de Jaina Campeche con pintura corporal sobre la cara y los brazos.

## TATUAJE.

Esta práctica se puede definir de manera muy general como la modificación del color de la piel, la cual se logra rompiendo el tegumento para introducir sustancias colorantes en las heridas.

El proceso en tiempos prehispánicos quizás haya sido el siguiente: realizar en la piel pequeñas punciones o piquetes, con un instrumento de dientes agudos, por medio de los cuales se introducía la materia colorante, provocando el grabado permanente de la figura dibujada anteriormente sobre la piel.

Otra forma de realizar el tatuaje, pudo haber sido el paso de un hilo impregnado de aceite y hollín, colocado en una aguja muy delgada, a guisa de cedal, que al pasar entre la epidermis y la dermis depositó la sustancia negra de que estaba impregnado.

En su principio, el tatuaje fue simplemente ornamental y decorativo; después sirvió para distinguir a los miembros de una familia, de una tribu, de un pueblo, a la vez que de adorno, caracterizando así tipos étnicos. Y después fue un signo de posesión.

El tatuaje debió comenzar en un principio solamente en la cara y extenderse después al resto del cuerpo.

Hay escritos y figurillas de toda mesoamérica que muestran que los guerreros mayas se pintaban la cara y el cuerpo de varios colores, con el fin de espantar a sus enemigos. A la gente del pueblo no se le permitía tatuarse.

Se dice que se grababan en el cuerpo toda especie de dibujos y de figuras de animales. Hay afirmaciones de Landa (1994:116) donde dice que “labrábanse los cuerpos, y cuanto más, [tanto] más valientes y bravos se tenían, porque el labrarse era gran tormento que era de esta manera: los oficiales de ello labraban la parte que querían con tinta y después sajabánle delicadamente las pinturas y así, con la sangre y tinta, quedaban en el cuerpo las señales; y que se labraban poco a poco por el grande tormento que era, y también después se [ponían] malos porque se les enconaban las labores y hacía materia y que con todo eso se mofaban de los que no se labraban”. También menciona que las mujeres mayas se labraban el cuerpo de la cintura para arriba, a excepción de los senos, con labores más finas que las de los hombres y que el guerrero joven comenzaba con una o dos figuras, y por cada nueva víctima que hacía, pedía una nueva inscripción.

## ESCARIFICACIONES.

De manera general, las escarificaciones consisten en levantar la piel de alguna región corporal para producir relieves notables. Se producen haciendo heridas e introduciendo en ellas cuerpos extraños (ceniza o pequeñas piedras), con el fin de causar una cicatriz exuberante formada de gruesos botones carnosos (Figura 2).

Las incisiones o escarificaciones que son la forma más simple del tatuaje, sucedieron al afeite de la pintura exterior. Las pinturas se usan juntamente con las incisiones o escarificaciones del cuerpo, dentro de las cuales se introducen las tierras coloreadas o carbón molido para que resalten las gruesas y prominentes cicatrices que se hacen en la cara, en el tronco o en las piernas.

Otra especie de cicatrices consiste en hacer una incisión e impedir la cicatrización de la herida. Esto se consigue levantando la costra que se forma y avivando la herida; lo que da por resultado una cicatriz exuberante formada de gruesos botones carnosos.



Figura 2. Figurilla procedente de Jalisco. Muestra escarificaciones sobre los hombros y brazos.

Estas cicatrices, tuvieron distintas formas: geométricas, simples líneas rectas, círculos concéntricos, rombos, rayas entrelazadas en forma de estrellas o figuras de animales.

Es posible observar entre algunas figurillas mayas, sobre todo entre las procedentes de Jaina, Campeche, una hilera de cicatrices o escarificaciones sobre la cara, se extienden desde la frente en toda su altura hasta la punta de la nariz (Figura 3).



Figura 3. Figurilla de Jaina Campeche con escarificaciones sobre las mejillas y una línea de puntos sobre la frente.

Entre algunos grupos del occidente de México, las escarificaciones están presentes además de la cara, sobre los hombros y/o brazos.

Orozco y Berra (1978, Tomo II:193.194) y Sahagun (1982, libro X: 660) nos dicen que los opatas, ubicados cerca de los pimas y de los apaches, tenían la costumbre de que las madres picaran a los recién nacidos con una espina, alrededor de los párpados, para dejarles impresos muchos puntos negros, que formaban arcos, como símbolo de hermosura. Como signos de distinción, tenían unas cicatrices longitudinales y ondulantes, que los acreditaba como guerreros.

Los guachichiles, moradores de los estados de Zacatecas y Coahuila, tenían como cicatrices que los acreditaban como valientes; para la guerra se pintaban sobre el cuerpo dibujos de animales y adornaban la cabeza con plumas de colores (Orozco y Berra, 1978, Tomo II: 198).

## **PERFORACION O DISTENSIÓN DEL LÓBULO DE LA OREJA.**

Las modificaciones de la oreja tenían como fin primordial la colocación de objetos diversos. Podía ser por compresión del lóbulo con los dedos, perforación con una aguja, portadora o no de un hilo; o distensión, mediante la fijación de objetos cada vez más pesados (Figura 4). También se acostumbró la colocación de pequeños arillos de distintos materiales, en toda la orilla del reborde auricular.

Torquemada (1995 libroXIV, cap XXIV), Landa (1994:132)) y Sahagun (1982, libroX:661) dicen que la mayoría de los grupos prehispánicos se perforó el lóbulo de la oreja, hay muchas figurillas que muestran la colocación de orejeras o la perforación y/o distensión del lóbulo; hay citas textuales y figurillas que nos dejan ver que los mayas, los mexicas, los grupos del Golfo de México, así como los de Oaxaca o los del Occidente, se perforaban las orejas para colocar adornos de madera o de metal, y para éstos últimos fue común colocarse un número considerable de arillos en el reborde auricular (figura 5).



Figura 4. Figurilla de Jaina Campeche, mostrando distensión del lóbulo de la oreja por el uso de objetos pesados.



Figura 5. Figurilla procedente de Nayarit. Muestra nariguera y varios arillos sobre el reborde auricular.

## ALTERACION DE LA NARIZ.

La deformación de la nariz consiste en la perforación de la parte inferior del tabique nasal y de las alas. Parece ser que con fines ornamentales. En la perforación pudieron haberse colocado huesos del grosor de un dedo humano, largas plumas o narigueras de distintas formas, de terracota o metal. En las alas nasales también acostumbraron colocarse pequeños aros, quizás de madera, arcilla o metal (Landa, 1994:132). (Figura 6).

Sahagún (1982, Tomo II:132) menciona que se perforaban la nariz, ensanchaban el agujero con hojas de palma, y se colocaban en él un canutillo de oro dentro del cual atravesaban un plumaje colorado.

Duran (1984, cap XVII) menciona que a los guerreros tenochca se les agujereó el tabique de la nariz y se pasó por él un manojito de plumas con joyas de oro, que tenía la apariencia de bigote. Sobre todo en el Occidente de México, se agujereaban el tabique nasal y se colgaban una piedra verde. Al respecto, Orozco y Berra dice que “se agujeran la temilla de la nariz y se cuelgan con un cordón una piedra verde de las que llaman chalchihuites” (1978, Tomo II:188).



Figura 6. Cráneo de un adulto femenino de 30-35 años de edad el cual muestra una nariguera de concha dentro de la cavidad nasal.

## **PERFORACION O DISTENSIÓN DE LOS LABIOS.**

Perforarse los labios también fue su costumbre, Torquemada (1995, libXIV, cap XXIV) dice que lo hacían con el objeto de fijar ornamentos. Se practicó en el labio inferior, en el superior, en ambos o en las comisuras. Realizaban las perforaciones con una espina de acacia, la cual era renovada hasta lograr la permanencia del agujero. Posteriormente provocaban la dilatación de éste introduciendo objetos cada vez más grandes. También acostumbraban la distensión del labio inferior; la cual lograban colocando un objeto redondo, que cada determinado tiempo cambiaban por uno de mayor tamaño.

También dice sobre el aspecto físico del indio mexicano que afeaban y perdían dotes naturales por llevar pendientes muy pesados que les hacían las orejas deformes; las penitencias, durante el ritual, les dejaban cicatrices y lacras; los hombres se pintaban para salir a la guerra; se desfiguraban el labio, perforándolo para llevar el distintivo guerrero; a causa de los arillos y sacrificios tenían las orejas largas, aspadadas y con excrecencias.

## **DEFORMACION CEFALICA INTENCIONAL.**

La costumbre de modificar la forma de la cabeza de los recién nacidos, fue una costumbre muy arraigada y difundida entre todos los pueblos de México, antes de la Conquista. Los orígenes de esta práctica no se conocen; hay evidencias de ella en América, Asia, Europa y África. En nuestro país, el cráneo más antiguo deformado culturalmente procede de la cueva de Texcal, en Valsequillo, Puebla; sitio fechado con una antigüedad de 7480 ± 55 años antes del presente.

Esta práctica es posible realizarla en niños pequeños, cuando es fácil moldear la cabeza, debido a la plasticidad de esta estructura ósea, y porque casi todos los huesos están en pleno proceso de crecimiento; Para lograr su propósito, podían utilizar dos tipos de aparatos deformadores; cunas o aparatos cefálicos, o la combinación de ambos, primero el uso de cuna y posteriormente, cuando el infante se desplazaba por sí mismo, la colocación de un aparato cefálico.

Landa (1938:132) dice que lo lograban de la siguiente manera: "... a los cuatro o cinco días de nacida la criaturita poníanla tendidita en un lecho pequeño, hecho de varillas, y allí, boca abajo, le ponían entre dos

tablillas la cabeza: la una en el colodrillo y la otra en la frente entre las cuales se la apretaban tan reciamente y la tenían allí padeciendo hasta que acabados algunos días les quedaba la cabeza llana y enmoldada como la usaban todos ellos. Era tanta la molestia y el peligro de los pobres niños, que algunos peligraban, y el autor vio agujerarle a uno la cabeza por detrás de las orejas, y así debían hacer a muchos”.

Los aparatos cefálicos fueron ser de varios tipos, Dembo e Imbelloni, nos dan una lámina con varios de ellos (Figura 7). En el México Prehispánico, lo común fue el uso de dos tablillas, una anterior y la otra posterior, sostenidas con cuerdas o vendas, menos frecuente fue la colocación del sujeto en cuna.

Cuando utilizaban tablillas, obtenían formas de compresión anteroposterior, lo que provocaba una expansión lateral notable de la cabeza; a este tipo de deformación se le conoce como Tabular y puede ser de dos variantes; Tabular Erecto (Figura 8), si las dos tablillas están colocadas paralelas y verticales entre sí; cuando las tablillas están paralelas e inclinadas hacia atrás, logran la variedad Tabular Oblicuo (Figura 9). Hay otro tipo de deformación, el Anular, que logran usando únicamente vendas, para crear formas redondas con expansión superior: Anular Erecto ó Anular Oblicuo (Figura 10). Hay variantes, quizás regionales o grupales, tema que se tendrá que trabajar un poco más, antes de afirmarlo.

Los escritos de los cronistas nos indican que eran las parteras o las madres de los niños las indicadas para realizar esta práctica. Sabemos que

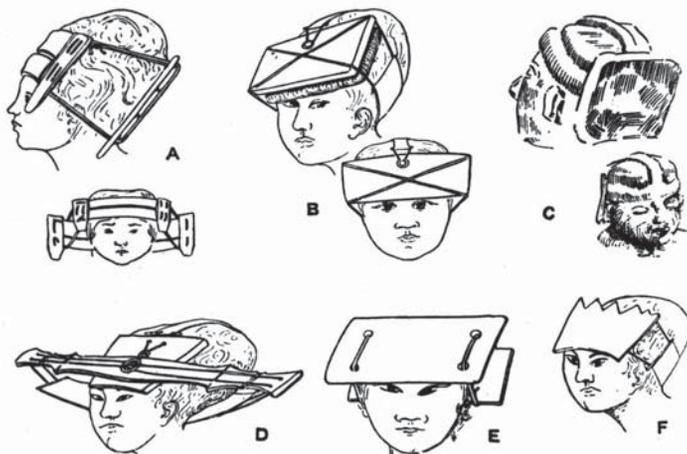


Figura 7. Tipos de aparatos cefálicos deformadores. Tomado de Dembo e Imbelloni, 1938: 292.



Figura 8. Cráneo 347, femenino de 25 a 30 años de edad con deformación del tipo Tabular Erecto. "Colección Solórzano".



Figura 9. Cráneo 311 masculino de 25 a 30 años de edad con deformación Tabular Oblicuo. "Colección Solórzano".



Figura 10. Cráneo 384, de sexo femenino de 30-35 años de edad con deformación anular Oblicua. “Colección Solórzano”.

no había preferencia sexual, deformaban la cabeza de los niños y de las niñas.

Las razones posibles, pudieron ser: ornamentales, embellecimiento (la menos creíble, puesto que no sabemos cuál era su concepto de belleza), jerarquía social, distinción entre grupo o etnias, para parecer más fieros durante las guerras, y quizás más tarde por costumbre.

Los estudios sobre el tema indican que el tipo más común durante la época prehispánica fue el Tabular Erecto, seguido con una amplia diferencia, del Tabular Oblicuo.

### **LIMADO E INCRUSTACION DENTARIA.**

Otra práctica cultural, con el fin de alterar la morfología corporal, fue el limado e incrustación de los dientes, sobre todo de los anteriores (incisivos y caninos). La finalidad pudo haber sido un medio ornamental, una expresión de duelo, o un rito de iniciación (extracción de un diente).

Esta alteración se realizaba a hombres y mujeres de edad adulta, hasta ahora, no hay evidencias de que se llevó a cabo en dientes de leche o

primera dentición. En general, esta modificación cultural fue practicada con mayor frecuencia por los hombres. Todas las localizadas hasta hoy están concentradas en el cuadro de clasificación del maestro Romero (1974) (Figura 11).

El limado de los dientes es el más antiguo. Es un proceso relativamente fácil, quizás en sus inicios haya sido autolimado, es decir, la misma

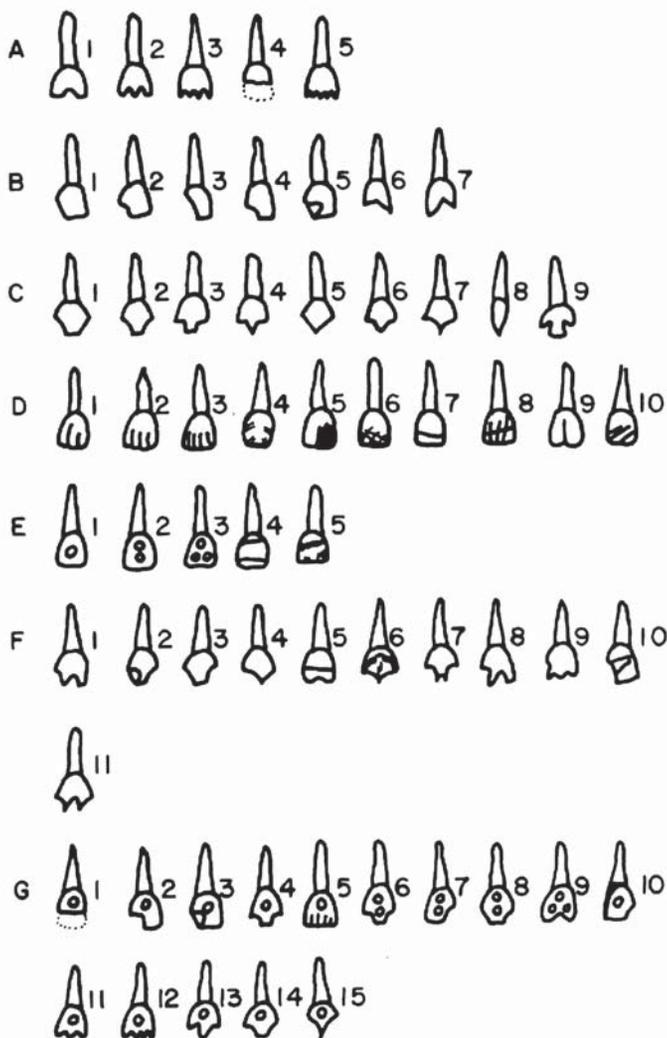


Figura 11. Tabla de clasificación de los tipos y formas de mutilación dentaria. Tomada de Romero, 1986:11.

persona se realizaba el trabajo, utilizando ciertas piedras y agua, para obtener distintas formas (Figura 12). Landa dice que “tenían por costumbre aserrarse los dientes dejándolos como dientes de sierra y esto tenían por galantería y hacían este oficio unas viejas limándolos con ciertas piedras y agua” (1994:132).

La incrustación dentaria es una labor en la cual es necesaria la intervención de otra persona, la que debió tener amplios conocimientos



Figura 12. Limado de los dientes anteriores superiores del tipo A-2 de un cráneo femenino de 25-30 años de edad. “Colección Solórzano”.

sobre anatomía dental, ya que la mayoría de los dientes catalogados e inventariados, no muestran huellas de infecciones a causa de esta alteración. Se supone que para efectuarla usaron un pequeño taladro, ya que no se ha encontrado el instrumento que utilizaban para realizar el trabajo dentario. Los cronistas se concretan a describir morfológicamente los distintos modos de trabajo, dicen que se realizaba por la rotación de un pequeño cilindro hueco actuando indefinidamente sobre una delgada capa de polvo silicio. Por lo general hacían una perforación de forma circular y colocaban dentro de ella, pequeños discos de jadeíta, hematita, turquesa, y muy pocas veces hueso (figura 13), ayudándose para fijarlas, de un cemento del cual, hasta ahora, se saben sus componentes químicos, pero no se ha logrado obtenerlo. La piedra más usada fue la pirita, la cual es un



Figura 13. Dientes anteriores con limado e incrustación dentaria del cráneo del entierro 121 de Chiapa de Corzo, Chiapas.

sulfuro de hierro o cobre o una combinación de ambos metales; su color original es amarillo y tiene un brillo metálico, el cual con el paso del tiempo adquiere un tono café oscuro. Estas perforaciones, en la mayoría de los casos, no llegaron a afectar la cavidad pulpar y, por lo tanto, no provocaron infecciones ni pérdida de la pieza trabajada.

Puede afirmarse que las alteraciones dentarias más elaboradas proceden de la zona maya, pero no olvidar que se tienen ejemplares únicos procedentes de todo México prehispánico.

Algunos grupos del México Antiguo, también acostumbraban pintarse los dientes, hay referencias (Sahagun, 1982, libro X:662,668) y piezas dentarias procedentes de algunas culturas asentadas en el golfo de México, que señalan el uso de materiales de color negro.

## **TREPANACION CRANEANA.**

Hay otras alteraciones corporales o uso del cuerpo humano, como es la Trepanación Craneana; la cual consiste en la perforación, raspado o limado, desde la superficie exterior del cráneo hasta llegar a las membranas cerebrales; fue hecha con diversos instrumentos, tales como taladros, limas y raspadores. El raspado probablemente fue hecho con una lasca de

piedra o con una navaja de obsidiana; se va raspando el hueso poco a poco hasta lograr la horadación de forma circular u ovoide. Para cortar o aserrar el hueso, quizás hayan usado un instrumento de piedra, para quitar un pedazo de hueso. Utilizando la técnica de taladrar, debieron usar un taladro hueco redondo, parecido al de joyería o al utilizado en las perforaciones dentales para incrustar piedras semipreciosas (Márquez, 1992).

Sabemos que la técnica más antigua fue la del raspado, empleada desde 900 años aC., le siguió la del taladro aproximadamente hacia los 700 años aC, pero esta última técnica no desplazó a la primera (figura 15).

Las causas de esta práctica pudieron haber tenido varios objetivos, entre ellos como una medida terapéutica para disminuir la presión intracraneal que puede ocasionar dolores de cabeza, también utilizada como un medio curativo posterior a una fractura de cráneo o también

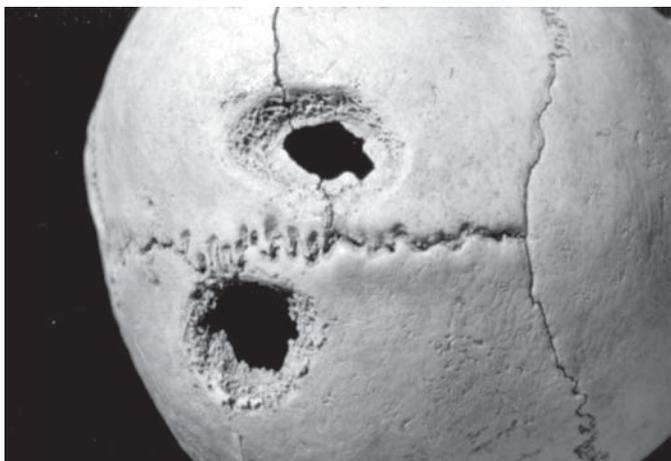


Figura 15. Cráneo procedente de Monte alban, Oaxaca, México con trepanación por raspado sobre parietales.

pudo haberse realizado la trepanación para extraer fragmentos de hueso y utilizarlos como amuletos religiosos.

En México, el mayor número de cráneos trepanados procede de Monte Albán, Oaxaca; hasta 1992 se habían localizado veinticuatro casos (Márquez, 1992:44); también hay reportes de ejemplares procedentes de Cerro de los Tepalcates, Tlatilco, Estado de México, de Monte Negro, Tilantongo, Oaxaca y de Yucatán (Romero, 1974: 181-194) (figura 16)

## HUESOS LARGOS TRABAJADOS.

También hay huellas directas sobre los huesos, de que algunos de ellos (pero),



Figura 16. Cráneo procedente de Monte Albán, Oaxaca, México con trpanación con taladro sobre parietal derecho.

fueron manipulados *postmortem* de una manera intencional. Generalmente se localiza una serie de muescas transversales que marcan las diáfisis. El propósito de realizar estas modificaciones, era crear un instrumento musical llamado en náhuatl “*omichicahuaztli*”. El sonido se provoca raspando una concha sobre la superficie donde se encuentran las muescas. Su uso está reservado a los ritos funerarios dedicados a los guerreros muertos en el campo de batalla (Pereyra, en prensa).

Uso *postmortem*: Tzompantlis, elaboración de omechicahuaxtlis y grabados sobre hueso. (figura 14).

## CONSECUENCIAS DE LAS ALTERACIONES CORPORALES.

Para cerrar este tema, es importante anotar un poco de las consecuencias estructurales, histológicas, fisiológicas y hasta lingüísticas



Figura 14. Fragmento de femur del lado izquierdo con cortes transversales.

de algunas de las practicas culturales cuyo fin primordial, fue el de alterar de manera temporal o permanente el cuerpo humano.

La deformación cefálica intencional provocó cambios estructurales no sólo de la región posterior de la cabeza, sino también en la región facial, y en específico las cavidades oculares y el plano de oclusión dental. Las alteraciones de las órbitas repercutieron en la visión del sujeto; lograron como consecuencia el estrabismo. Éste no se debe, a la colocación de un pegotillo entre los ojos, como nos lo mencionan los cronistas, sino que es consecuencia de la alteración ósea.

Los dientes, por el limado practicado, tienden a presentar cambios en su plano oclusal o línea de contacto entre los dientes superiores e inferiores, a veces, hay una asimetría notable de ambas mitades, o un desgaste mayor en uno de los lados; sobre todo si está relacionado con deformación cefálica intencional asimétrica.

No olvidar las consecuencias de la costumbre de alterarse los lóbulos de las orejas, ya sea por perforación o distensión. La fijación de grandes pesos distiende considerablemente el lóbulo, interfiere en la audición y puede llegar a ocasionar la rotura del mismo.

La perforación o colocación de objetos pesados en los labios provoca tracción hacia delante y abajo, reducción del espesor y hasta su rotura, dejando expuesta la arcada dentaria. También pueden producirse consecuencias histológicas: hipervascularización sanguínea, abundante proliferación de fibras musculares, desaparición de las glándulas sebáceas

y mucosas; consecuencias fisiológicas: la dificultad para ingerir alimentos; y lingüísticas: la modificación y en casos extremos la desaparición de sonidos labiales.

Al efectuar la introducción de pintura corporal, algunas de las heridas quizás se hayan infectado y producido grandes infecciones; sin embargo, hay que tener presente el amplio conocimiento que se tenía no sólo de la anatomía humana, sino de los productos terapéuticos naturales.

Para concluir, no debemos olvidar que los hombres prehispánicos, practicaron la alteración del cuerpo humano de distintas maneras, y que estas manipulaciones siempre tuvieron un porqué y un para qué. Tuvieron motivos naturales (protección a ciertas inclemencias ambientales), religiosos (ritos de paso, iniciación) y sociales (distinción, posesión, status), pocas veces pudieron haberse practicado por costumbre o moda. Las alteraciones corporales nos revelan que el hombre utilizó su cuerpo con el fin de guardar y revelar parte de la visión, de sus ideas y sus creencias que del mundo tenía.

Es importante recordar que la mayoría de los ejemplares óseos que muestran estas modificaciones corporales, están debidamente resguardados en el acervo osteológico de la Dirección de Antropología Física del Instituto Nacional de Antropología e Historia.

## REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS.

Bautista Martínez Josefina y Federico Solórzano. 1999. "Alteraciones corporales en el México Prehispánico". **Revista de la Universidad de Guadalajara**, núm. 16, pp: 18-21. Guadalajara, Jalisco. México.

- Casas Fray Bartolome de las. 1971. **Los indios de México y Nueva España**. Porrúa, col. Sepan Cuantos, núm. 57. México.
- Durán Fray Diego de. 1984. **Historia de los indios de Nueva España e islas de Tierra Firme**. Porrúa. 2ª ed. México.
- Dembo Adolfo y José Imbelloni. 1939. **Deformaciones intencionales del cuerpo humano de carácter étnico**. Humanior. Biblioteca del Americanista Moderno. Buenos Aires. Argentina.
- González Silvia, José Concepciób Jiménez López, Robert Hedges, David Huddart, James C. Ohman, Alan Turner y José antonio Pompa y Padilla. 2003. "Earliest humans in the Americas: new evidence from México. **Jorunal of Human Evolution**, 44: 379-387.
- Landa Fray Diego de. 1994. **Relación de las cosas de Yucatán**. CIEN de México. CNCA. México.
- Marqués Morfín, Lourdes y Ernesto González Licón. 1992. "La trepanación entre los antiguos zapotecas de Monte albán". **Cuadernos del Sur**. Núm.1:24-50. Oaxaca, México.
- Martínez Baca Francisco. 1899. **Los Tatuages. Estudio psicológico y médico-legal en delincuentes y militares**. Tipografía de la Oficina Impresora del Timbre. Palacio Nacional. Puebla, México.
- Orozco y Berra Manuel. 1978. **Historia antigua y de la Conquista de México**. Colección Biblioteca Porrúa, núm. 18. Porrúa. México.
- Pereira Gregory. **Estudio Tafonómico de los huesos humanos estriados procedentes de Zacapu, Michoacan**. En prensa.
- Romano Pacheco Arturo. 1974. "Deformación cefálica intencional", en **Antropología Física Época Prehispánica. México: Panorama Histórico y Cultural III**, SEP/INAH. México.
- Romero Molina Javier. 1974. "Mutilación e incrustación dentaría". En **Antropología Física Época Prehispánica. México: Panorama Histórico y Cultural III**, SEP/INAH. México.
- Romero Molina Javier. 1974. "La trepanación prehispánica". En **Antropología Física, Epoca Prehispánica**. Col. México: Panórama Histórico y cultural. SEP/INAH. México.
- Sahagún Fray Bernardino de. 1982. **Historia General de las cosas de Nueva España**. Porrúa. Col. Sepan Cuantos. Núm. 300. México.
- Torquemada Fray Juan de. 1995. **Monarquía Indiana**. Col. Biblioteca del estudiante universitario, núm. 84. UNAM. México.



# A TRAJETÓRIA HUMANA

FABRÍZIO D' AYALA VALVA\*

JOSÉ ALEXANDRE FELIZOLA DINIZ-FILHO\*\*

## ABSTRACT

The current knowledge of human evolution still present many polemic points, such as the origins of Homininae, of the genus *Homo* and of the modern humans. However, information available today allow us to have a general picture of the patterns and processes in human evolution, in the light of current state-of-art of macro and microevolutionary theory, revised in this paper. A critical evaluation of patterns in human evolution reveals that a continuous and gradual evolutionary model is not support. Instead, there seems to exist a complex pattern of coexistence among various species, living in alternate periods of rapid evolutionary changes and extinctions, and asynchrony for evolutionary rates in different traits, caused by both adaptive and random (contingency) processes.

---

\* Departamento de Biologia Geral, ICB/UFG. Cx.P. 131, 74.001-970, Goiânia, GO, Brasil.

\*\* Professor Visitante, Departamento de Biologia/MCAS, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO, Brasil.

*“Light will be thrown on the origin of man and his history...”*

**(Charles Darwin - On the Origin of Species, 1859)**

## INTRODUÇÃO

O anseio do Homem de conhecer a sua história se refletiu durante séculos em mitos e lendas, antes que aportasse a uma teoria científica. No início do século XIX, Lamarck corajosamente colocou o Homem na corrente da evolução, junto com os demais animais, mas foi Darwin o primeiro a propor uma teoria (1871) que de uma certa forma anunciava a teoria atual defendendo uma origem africana da humanidade.

Os avanços registrados nas últimas décadas na Biologia Evolutiva, as contínuas descobertas de novos fósseis e o suporte da Biologia Molecular no estabelecimento de filogenias mais robustas permitiram obter um quadro razoavelmente completo sobre a origem e a evolução humana. O quadro que emerge das contribuições de vários campos da Ciência descarta definitivamente uma evolução diferente e única para o Homem, confirmando que os mecanismos responsáveis por ela são os mesmos de todos os seres vivos, e que o estudo de uma linhagem no tempo geológico deve transpor os limites da microevolução.

Para Foley (1993, 1997) somos “apenas mais uma espécie única”, o resultado da interação entre fatores bióticos e abióticos, estocásticos e determinísticos, adaptativos e contingenciais. Gould (2002) sugeriu que os mecanismos responsáveis pelo processo evolutivo podem ser representados por um triângulo, tendo como vértices a adaptação, a história e o acaso. Na evolução humana, estes fatores se complementam ao longo de irradiações sucessivas, onde adaptação e contingência estão presentes, numa série de tentativas, coroadas de êxitos e derrotas, resultando em especiações e extinções, e em um aumento da complexidade, considerada como progresso por alguns mas, na realidade, sendo apenas um acúmulo sucessivo de pequenas adaptações e variações aleatórias.

## ORIGENS DOS HOMINÓIDES E A EVOLUÇÃO DOS PRIMATAS

Para melhor compreender a evolução humana, é oportuno investigar inicialmente as raízes da nossa linhagem, desde quando os primatas se

destacaram do tronco insetívoro no Mesozóico tardio, há cerca de 70-80 milhões de anos antes do presente (ma. AP). Os nossos ancestrais já possuíam características que contribuiriam para delinear o caminho evolutivo que levaria aos humanos modernos.

Os primatas primitivos apresentavam um cérebro grande em relação ao tamanho do corpo, polegar oponível, unhas ao invés de garras, elevada sociabilidade, e maior cuidado com a prole, quando comparados aos demais mamíferos (Kay et al., 1997). Além disso, junto com os demais mamíferos, apresentavam uma outra série de características, tais como: homeotermia (capacidade de manter a temperatura corpórea metabolicamente), viviparidade, vida arborícola e órgãos de sentido altamente desenvolvidos. Deste tronco primata primitivo surgiu, no início do Mioceno, por volta de 24 Ma., a linhagem dos antropóides (macacos sem cauda, os grandes símios e os hominíneos), se separando da linhagem dos cercopitécíneos, os macacos do Velho Mundo (Feagle, 1999). Durante o Mioceno médio, vários grandes antropóides surgiram, a maior parte deles extintos atualmente, tais como o *Gigantopithecus* e o *Sivapithecus*, e outros que seriam os ancestrais das formas atuais, os gibões, o orangotango, o gorila e, por últimos, o chimpanzé e as diversas formas de hominíneos.

O sequenciamento de DNA e a análise citogenética mostraram que somos muito semelhantes aos grandes símios africanos (chimpanzés e gorilas). As divergências encontradas entre os genomas humanos e dos grandes símios consistem de diferenças citogenéticas, representadas por “aberrações” cromossômicas numéricas e estruturais, de diferenças no tipo e número de seqüências repetitivas e de elementos transponíveis, abundância e distribuição de retrovírus, presença de polimorfismos alélicos, eventos de inativação de um gene específico, diferenças na seqüência gênica, duplicações gênicas, polimorfismos de nucleotídeos, diferenças na expressão gênica e variações no processamento do RNA mensageiro (Gibbons, 1998; Gagneux e Varki, 2000; Hacia, 2001). Entre humanos e chimpanzés foi encontradas nas regiões codificantes do DNA uma diferença de 1,34% em nucleotídeos, e de 1,58% entre humanos e gorilas (Hacia, 2001).

Carroll (2003) considera que a evolução morfológica e comportamental nos hominóides foi o produto de mudanças genéticas e de desenvolvimentos, típicas dos demais mamíferos e dos animais de uma maneira geral. Acredita, também, que as características mais tipicamente humanas, como o grande tamanho do cérebro, o bipedismo, a morfologia do esqueleto, a inteligência e a fala, não tenham sido resultado da ação de alguns *genes*

*maiores*, mas sim de mudanças poligênicas e de alterações na regulação gênica. Assim, por exemplo, as principais diferenças no crânio de chimpanzés e humanos são decorrentes de variações nas taxas relativas de crescimento e de maturação nos diversos componentes do crânio ao longo do desenvolvimento ontogenético. Os recém-nascidos humanos têm crânios menos maduros quanto ao formato do que os jovens chimpanzés. Isto é descrito como uma alteração heterocrônica (neotenia), que causa um crescimento e uma maturação retardados (Gould, 1977; Carroll, 2003). Por outro lado, as alterações ligadas ao bipedismo são inovações estruturais, embora estejam também associadas a alguns componentes neotênicos.

Do Mioceno médio (16 – 9 ma.) em diante, ocorreu na Terra uma diminuição significativa da temperatura, num período caracterizado por uma redução gradual das florestas e um avanço das savanas (Foley, 1993). Entre 7 e 6 milhões AP houve um deslocamento da faixa tropical para o sul do Velho Mundo, com o resultado que muitas linhagens de animais tropicais se extinguíram na Eurásia, e é provável que o grupo hominóide, do qual surgiram os hominíneos, também substituiu grupos arcaicos (Pickford, 1991). A partir de 4 ma. AP ocorreram diversas glaciações, que provocaram um abaixamento do nível dos mares e um clima mais seco na África tropical. Há evidências de que a ocorrência de um clima mais seco na África tropical e subtropical foi contemporâneo da ocorrência de geleiras no hemisfério norte (deMenocal, 1995). Estas geleiras sofreram duas expansões, há 2,8 e 1,0 ma. AP. É interessante lembrar que aproximadamente nestes dois períodos de tempo ocorreram dois eventos importantes na história dos hominíneos: o surgimento do *Homo* e dos megadontes (australopitecíneos das linhagens robustas) entre 3,0 e 2,5 ma. AP, e a saída do *Homo erectus* da África, cerca de 1,8 ma. AP.

## **OS PRIMEIROS HOMINÍNEOS E AS ORIGENS DO GÊNERO HOMO**

### **O Registro Fóssil**

Em 1925, a descoberta na África do Sul por Raymond Dart de um crânio de uma criança hominínea (*Australopithecus africanus*) confirmou a predição de Darwin que a humanidade tinha suas raízes na África, e não na Europa ou Ásia, como se acreditava na época. Descobertas posteriores de fósseis hominíneos (*Australopithecus* e *Homo*) ocorreram posteriormente

na África oriental e deslocaram as atenções dos paleoantropólogos para aquela região. Hoje, há um consenso de que os *Australopithecus* da África do Sul tiveram sua origem na África Oriental. Descobertas recentes de fósseis de hominíneos primitivos na parte ocidental da África Central (ao sul do deserto do Sahara) ampliaram o tamanho do berço africano da humanidade (Brunet et al., 2002; Vignaud et al., 2002; Wood, 2002).

Após a descoberta, em 1925, na África do Sul, do primeiro fóssil hominíneo (*A. africanus*) foram encontrados fósseis de uma outra espécie mais robusta (*A. robustus*), com dentes maiores e uma crista sagital na parte superior do crânio, onde se prendiam os grandes músculos que movimentavam a mandíbula. No Leste da África, em 1959, foi descoberto o primeiro fóssil daquela região, que foi denominado *A. boisei*. Ele pertencia ao mesmo grupo do *A. robustus* e viveu cerca de 1,8 milhões de anos AP. O *A. africanus* (assim como o *A. afarensis*, descoberto posteriormente) pertence ao grupo *grácil*. Alguns paleoantropólogos preferem hoje designar de *Paranthropus* o gênero dos australopitecíneos robustos, também chamados de megadontes (Feagle, 1999). Estudos do desgaste dos dentes com microscopia eletrônica mostraram que as espécies robustas consumiam alimentos de origem vegetal mais duros do que os utilizados pelas espécies gráceis. Isto sugere que os australopitecíneos robustos viviam em habitats mais áridos, onde folhas e frutas macias eram mais raras (Lewin, 1999).

Nesse contexto, é possível citar as duas principais hipóteses sobre o início da evolução hominínea. De acordo com o modelo linear, os caracteres tipicamente hominíneos evoluíram de uma única vez, sendo passados com ligeiras modificações para as gerações sucessivas, em um processo conhecido como anagênese. No modelo desordenado, a evolução hominínea consiste de uma série de irradiações adaptativas sucessivas, resultando em populações com um mosaico de características, arcaicas e novas, e que passam a coexistir, pelo menos em uma parte de sua extensão temporal. Por este modelo, os caracteres mais tipicamente humanos, como o bipedismo, a habilidade manual e o cérebro grande, evoluíram mais de uma vez. Portanto, não é de estranhar se os fósseis mais antigos apresentam características mistas de hominíneo e de chimpanzé, em combinações diferentes nas diversas linhagens.

Datados a partir de cerca de 6 ma. AP, os fósseis mais antigos de hominíneos (Figura 1), apresentam características que mostram um progressivo distanciamento dos símios, tais como: maxilares mais abertos, dentes caninos menores e de formato diferente, molares maiores, esmalte

dos dentes mais espesso, refletindo uma transição de uma dieta de folhas e frutas para uma de raízes, insetos e pequenos animais, um aumento do tamanho dos membros posteriores e diminuição do tamanho dos membros anteriores, sugerindo uma vida cada vez mais terrestre (Gibbons, 2002).

O primeiro fóssil de *Australopithecus* quase completo foi encontrado em 1972 na Etiópia, e foi denominado de *A. afarensis*. Tratava-se uma fêmea (“Lucy”) que viveu cerca de 3,5 ma. AP, cujo crânio apresentava características símias, mas que do pescoço para baixo já algumas apresen-

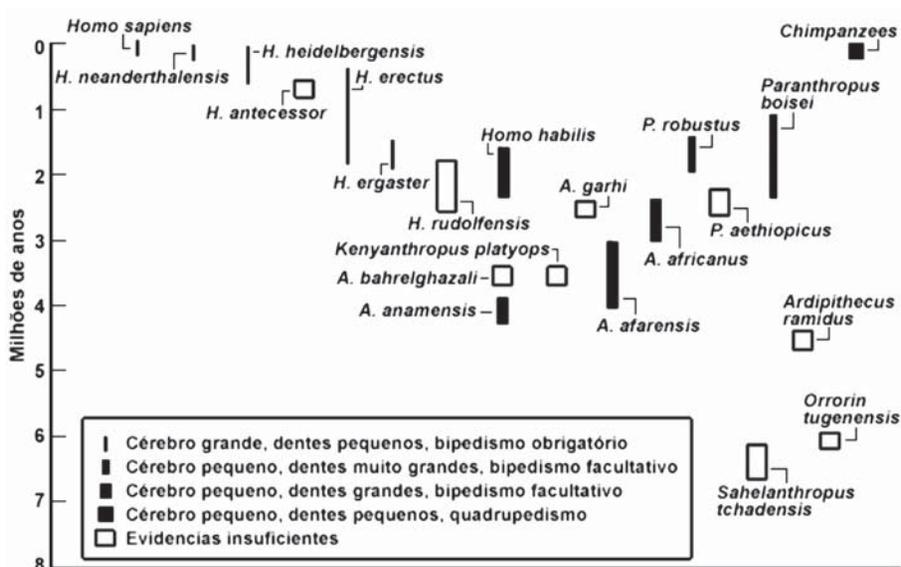


Figura 1: Esquema geral do registro fóssil humano, com a extensão temporal das espécies conhecidas e suas principais características em termos de cérebro, dentição e locomoção (modificado a partir de Wood, 2002).

tava características hominíneas, apontando inclusive para um andar bípede. Ela ainda apresentava braços longos, como os símios, e os ossos do pé denunciavam uma vida em parte ainda arborícola. Contrariamente ao que se pensava anteriormente, os primeiros hominíneos viviam em regiões recobertas por matas próximas a cursos d’água, e não em savanas, derrubando, assim, a teoria que o andar bípede teria surgido como uma conse-

qüência do desaparecimento das florestas, causado por uma mudança climática, e que teria obrigado os nossos ancestrais a descer das árvores.

Durante vinte anos se acreditou que o *A. afarensis* tinha sido o primeiro hominíneo e o ancestral da linhagem humana, até que a partir de 1992 começou a ser encontrada uma grande quantidade de fósseis com um mistura de característica símias e hominíneas. Alguns eram bem antigos, próximos da época apontada pelo relógio molecular como o início da divergência chimpanzé / hominíneos (6 – 7 ma. AP), como: *Orrorin tugenensis*, que viveu no Kenia entre 6,1 e 5,8 ma. AP, que caminhava como um humano mas tinha dentes caninos semelhantes aos do chimpanzé; *Ardipithecus ramidus ramidus* e *Ardipithecus ramidus kadabba* que viveram em regiões recobertas por florestas da Etiópia, e *Australopithecus anamensis*, que viveu entre 4,2 e 3,9 ma. AP, na beira do Lago Turkana (África Oriental), bípede, em parte ainda arborícola, mas com uma mandíbula de chimpanzé (Gibbons, 2002)

A primeira descoberta de um fóssil hominíneo fora da África Oriental (Chade) de um hominíneo contemporâneo de *A. afarensis* e com as mesmas características (*Australopithecus baherghazali*) mostrou que a linhagem hominínea não estava restrita apenas a uma parte da África.. Em julho de 2002 foi comunicada (Brunet *et al.*, 2002) a descoberta de um fóssil, também na África Central (Chade), datado entre 6 e 7 ma. AP, e que foi denominado de *Sahelanthropus tchadensis*. Ele apresenta um mosaico de características de chimpanzé e de hominíneo: o crânio, visto por traz, é tipicamente de chimpanzé, mas pela frente se assemelha ao de um *Australopithecus*, assim como se assemelham a este a estrutura da face e os dentes caninos pequenos. Essa descoberta apóia a teoria já mencionada que as adaptações hominíneas, como bipedismo e dentes caninos pequenos e, posteriormente, a encefalização, evoluíram mais do que uma vez (Wood, 2002) e que as novas características anatômicas vão ser encontradas em diferentes linhagens de hominíneos por aquisição independente e por modificação e perda em diferentes espécies, resultantes de um processo de irradiação adaptativa (Carroll, 2003).

Como observa Foley (1993), a divergência dos hominíneos primitivos em relação aos símios africanos reflete diferentes estratégias de adaptação ao ambiente da África no final do Mioceno, caracterizado por estações bem distintas com relação à quantidade de chuva. O clima estacional levou a um aumento das atividades de forrageamento, à áreas de exploração maiores, à incorporação da carne na dieta, e a um aumento do tamanho do corpo. De qualquer modo, é interessante notar que a existência de múlti-

plas espécies nos hominíneos e o padrão de irradiações adaptativas estão de acordo com o padrão encontrado em outros grupos de animais. Durante a primeira parte da evolução hominínea, quando os australopitecíneos e o *Homo* primitivo ocorriam em apenas algumas partes da África oriental e meridional, o número de espécies observáveis no registro fóssil (entre 6 e 10) estava de acordo com o modelo de especiação encontrado nos catarríneos, no qual novas e mais espécies ocorrem assim que a distribuição geográfica aumenta. Todavia, quando os hominíneos saíram da África, o número de espécies diminuiu, de acordo com um padrão que também ocorre em mamíferos da ordem Carnívora (Foley, 1997).

## CÉREBROS, DENTES E BIPEDISMO

O tamanho médio do cérebro dos australopitecíneos era, em média, de 400 cm<sup>3</sup> e aumentou muito pouco ao longo da trajetória das diferentes espécies de *Australopithecus*. Gould (2002) considera isto como um exemplo de um período de pouca ou nenhuma atividade evolutiva (estase), quando o ambiente, físico e biótico, não sofre grandes alterações, favorecendo assim uma seleção estabilizadora. De outro lado, como foi mencionado anteriormente, a dieta vegetariana dos australopitecíneos não podia suprir a energia exigida por um cérebro grande. O grande e progressivo aumento do tamanho do cérebro que ocorre a partir dos primeiros *Homo* está relacionado à presença de uma forte pressão de seleção (direcional), resultado da interação de vários fatores, como as mudanças na vida diária, trazidas pelo uso das ferramentas, pelo surgimento e evolução da fala, pela atividade de caça, pelo aumento nas interações sociais e o estreitamento das ligações familiares (Lewin, 1999).

No *Homo habilis / rudolfensis*, o cérebro passou para 650 - 800 cm<sup>3</sup>, em *H. erectus* para 850 - 1.000 cm<sup>3</sup>, e em *H. sapiens* para 1200 - 1.500 cm<sup>3</sup>. No mesmo período houve também um aumento do peso do corpo. Utilizando o quociente de encefalização (EQ), relação entre tamanho do corpo e tamanho do cérebro, fica bem evidente o constante aumento relativo do cérebro na evolução dos hominíneos: EQ médio de 2,5 nos australopitecíneos, 3,1 no *Homo ergaster/erectus* e 5,8 em *Homo sapiens* (Lewin, 1999). É interessante observar que na, passagem de *H. erectus* para *H. sapiens*, uma trajetória de mais de 1,5 milhão de anos, o aumento do tamanho do cérebro ocorreu principalmente nos últimos 300.000, com

o surgimento do *H. sapiens* arcaico. Isto está bem dentro dos padrões descritos pela *Teoria do Equilíbrio Pontuado* (Eldredge e Gould, 1972), que advoga que a maior parte das mudanças evolutivas ocorre durante os processos de origem de novas espécies (especiiação), e não durante a existência da espécie. Esse padrão, entretanto, depende da definição de espécies, em nível paleoantropológico, e atualmente tem havido uma tendência de fragmentar os diferentes achados em um grande número de espécies, tanto em função de novas descobertas (no caso de fósseis do Mioceno superior, na África) quanto no caso de formas já conhecidas, especialmente do grupo anteriormente denominado anteriormente de *H. sapiens* arcaico (hoje subdividido pelo menos em 2 espécies distintas, *H. antecessor* e *H. heidelbergensis*).

O clima estacional e a substituição das florestas por um mosaico constituído de savanas, campos e matas ciliares, favoreceram inicialmente a adoção de uma estrutura bípede, um aumento do tamanho do corpo, por sua vez relacionado a uma área de forrageamento maior (Ruff, 2002). Os hominíneos podem ser considerados animais de grande porte, apresentando em relação aos cercopitécóides um aumento da mobilidade, uma maior longevidade, uma velocidade de reprodução maior, um incremento da sociabilidade e um aumento do tamanho do cérebro (Foley, 1993). As interações sociais, a organização espacial, o fabrico e a utilização de ferramentas, a caça, a partilha de alimentos, a monogamia predominante ou poligamia menos competitiva, o cuidado prolongado com a prole, contribuíram para o aumento do cérebro, que é um órgão caro quanto ao dispêndio de energia, também suprida, a partir dos primeiros *Homo*, pela inclusão da carne na dieta. Como é inferido a partir do formato e desgaste dos dentes, os *Australopithecus* eram ainda herbívoros e frugívoros e, assim, quando os alimentos de origem vegetal começaram a escassear devido a uma mudança para um clima mais seco, eles entraram em competição com os grandes herbívoros africanos e acabaram perdendo, se extinguindo por completo por volta de 1,5 ma. AP, enquanto o *Homo*, onívoro, sobreviveu.

O quadro de que dispomos hoje sobre a evolução humana é muito dinâmico, alterando-se a cada nova descoberta de fósseis, normalmente representados por alguns dentes ou por poucos fragmentos de ossos. Alguém já escreveu que a história da evolução dos mamíferos (e especialmente a evolução humana) é, na verdade, uma história de dentes que se reproduzem e dão origem a dentes ligeiramente modificados. Dos símios para o *Australopithecus* houve uma redução dos dentes caninos e incisi-

vos, e um aumento dos molares e pré-molares, e já do *Australopithecus* para *Homo* houve um aumento dos dentes caninos e incisivos, e um aumento maior dos molares e pré molares. Os humanos modernos apresentam nos seus dentes um revestimento espesso de esmalte, enquanto nos símios africanos a camada é bem mais fina. Hoje, supõe-se que o ancestral comum dos hominóides africanos modernos apresentava uma camada fina de esmalte nos seus dentes, assim como os primeiros hominíneos, sendo que o esmalte mais espesso se desenvolveu mais tarde na evolução. Existe, evidentemente, uma correlação entre dentição e dieta, e com um microscópio eletrônico de varredura é possível uma boa avaliação do padrão de desgaste dos dentes e, por conseqüência, uma reconstituição dos hábitos alimentares (Lewin, 1999).

Além dos dentes, outras características são levadas em conta para classificar restos fósseis de hominíneos, sendo que a morfologia do crânio é muito utilizada para a identificação. Houve, na passagem dos símios para *Australopithecus* e deste para *Homo*, profundas alterações: o prognatismo se tornou cada vez menos pronunciado, as cristas supra orbitais menores, o crânio cada vez maior, com ossos cada vez mais finos. A posição do *forâmen magnum* se deslocou da parte posterior do crânio para a parte central, acompanhando a adoção da estrutura bípede, que pode também ser inferida pelas alterações dos ossos da bacia, do fêmur e do joelho, e pela mudança da relação entre os comprimentos dos membros posteriores e anteriores. Estes últimos se tornaram mais curtos, enquanto que os primeiros aumentaram, como resultado de uma vida cada vez menos arborícola e mais terrestre, o que é denunciado também pelas alterações dos ossos das mãos e dos pés. É importante lembrar que estas características surgiram simultaneamente em diversas linhagens de hominíneos, aparecendo em combinações diferentes (Lewin, 1999).

Hoje, há um consenso generalizado que a estrutura bípede foi a primeira característica tipicamente homínínea a evoluir, e que ela foi determinante na separação da linhagem dos símios, exercendo uma grande influência sobre a evolução sucessiva da nossa linhagem, liberando as mãos para o fabrico e o uso de ferramentas, e acelerando o processo de encefalização. Há várias hipóteses sobre a origem do bipedismo, mas a mais aceita é aquela que o correlaciona com o ambiente africano do Mioceno/Plioceno, constituído por um mosaico de bosques, campos e savanas, onde as principais pressões de seleção para adoção da postura bípede foram: 1) a necessidade, num ambiente de savana, de se locomover

no chão entre grupos de árvores; 2) a necessidade de adotar um sistema de termorregulação mais eficiente, desenvolvendo um grande número de glândulas sudoríparas e assumindo a postura ereta, que reduz a superfície do corpo exposta ao sol; 3) necessidade de detectar de longe os predadores nos campos abertos, além da vantagem de poder carregar alimentos e crianças. Juntamente com o bipedismo ocorreu um aumento das áreas de exploração de forrageamento, que já tinha se iniciado nos símios, como consequência do aumento do tamanho do corpo, após a separação do tronco dos antropóides. Foley (1993) discute as consequências do aumento do tamanho do corpo, que leva a um aumento da necessidade absoluta de alimentos e a uma diminuição da sua qualidade.

Nesse contexto de evolução do bipedismo, outra teoria contestada por descobertas recentes de fosseis foi a “East Side History” (Coppens, 1991), que afirmava que o levantamento da cadeia do Rift na África Oriental, por volta de 8 ma. AP teria provocado uma mudança do clima na região, que na sua parte oriental se tornou seca e recoberta de savanas e na sua parte ocidental continuou chuvosa e recoberta por florestas. A barreira geográfica surgida teria levado a um isolamento reprodutivo, que permitiu que a espécie hominóide ancestral originasse duas linhagens bem distintas: a oeste os chimpanzés, e a leste os hominíneos.

Ainda em termos comportamentais, uma mudança importante está associada à evolução do dimorfismo sexual. Em *Australopithecus afarensis* a fêmea pesava apenas 35 kg, enquanto o macho chegava a pesar 65 kg. Isso sugere que eles apresentavam uma organização social bastante semelhante à de outros primatas terrestres, consistindo de um grupo grande com competição entre os machos pelas fêmeas. Somente mais tarde este padrão se modificou, passando a predominar a monogamia ou uma poligamia menos diretamente competitiva (Foley, 1993).

### **As origens do gênero Homo**

Entre 1960 e 1963, na Garganta de Olduvai, na Tanzânia (África), foi encontrada uma série de fosseis com um cérebro maior e dentes menores do que os dos *Australopithecus* já descobertos no mesmo local. Pertenciam a um hominíneo que recebeu a designação de *Homo habilis* (Leakey, 1980) (Figura 1). Também no Leste da África, na beira do Lago Turkana, foram encontradas a partir de 1980 fosseis de várias espécies de hominíneos, que teriam vivido entre 2 e 3 milhões de anos atrás, incluindo *A. aethiopicus* (tipo robusto), *A. anamensis* (tipo grácil, mais primitivo)

Neste mesmo local também foram encontradas ferramentas feitas com pedra, com cerca de 2,5 milhões de anos de idade (Lewin, 1999).

Mais fósseis de *Homo habilis* foram encontrados na África Oriental e na África do Sul, com características bastante semelhantes, mas que foram classificados às vezes como pertencentes a espécies diferentes. Todos possuíam um cérebro com mais de 600 cm<sup>3</sup> e idade máxima de 2,5 milhões de anos, com características dentárias diferentes das dos australopithecíneos. Em 1986, os vários espécimes foram agrupadas em duas espécies: *Homo habilis* (2,3 – 1,6 ma.) e *Homo rudolfensis* (2,4 – 1,6 ma.) (Lewin, 1999). Os indivíduos da segunda espécie apresentam uma face mais achatada, molares e pré-molares mais alargados, com esmalte mais espesso, e um crânio maior. O *H. habilis* representaria, segundo alguns, uma forma mais arcaica, mas as duas espécies coexistiram há dois milhões de anos. A evolução de *Australopithecus* para *Homo*, entre 2,5 e 1,8 ma, é marcada pelo aparecimento de ferramentas, pela expansão do cérebro, pelo aumento do tamanho do corpo, pela diminuição do dimorfismo sexual, pela mudança na proporção dos membros, e pela semelhança dos crânios aos dos *Homo* sucessivos (McHenry e Coffing, 2000). Também não há unanimidade quanto ao primeiro membro do gênero *Homo*, se foi *H. rudolfensis* ou *H. habilis*. A anatomia do crânio de *H. habilis* é mais semelhante à de *Australopithecus*, e *H. rudolfensis* parece mais próximo às espécies mais tardias de *Homo*, constituindo, talvez, a ligação entre *Homo* e *Australopithecus*. Por outro lado, Tattersall (2003) mostrou recentemente *H. rudolfensis* como uma espécie do novo gênero *Kenyanthropus*, cuja primeira espécie seria *K. platyops*, que viveu há quase quatro milhões de anos AP, e que não teria relação de ancestralidade com os gêneros *Homo* ou *Australopithecus*. Complicando o quadro um pouco mais, e apresentando um ponto de vista extremo nesse debate, alguns paleoantropólogos atualmente não incluem *H. habilis* e *H. rudolfensis* no gênero *Homo*, considerando-os como *Australopithecus* (Wood e Collard, 1999).

*H. erectus*, uma espécie de corpo e de cérebro maiores, surgiu também na África, há cerca de 2 milhões de anos atrás, saindo mais tarde daquele continente e se espalhando pelo restante do Velho Mundo (Figura 1). Hoje há uma tendência de denominar de *H. ergaster* (1,9 – 1,5 ma) o *H. erectus* mais primitivo, antes que ele saísse da África. O *H. ergaster* apresentava um corpo maior e menos dimorfismo sexual do que *H. habilis* e *H. rudolfensis*. No início do Pleistoceno (1,8 – 1,6 ma) o *Homo* já estava presente na África, no Cáucaso e, possivelmente, no Oriente Médio.

Durante muito tempo se acreditou que o *Homo erectus* tinha saído da África há cerca de um milhão de anos atrás, mas, recentemente, houve uma reavaliação da idade de fósseis encontrados em Java (1,9 ma), na República da Geórgia (1,8 ma.), na China (1,6 ma.), no Paquistão (cerca de 2,0 ma.). Estas datas, após longas discussões e novas datações, são hoje aceitas por muitos paleoantropólogos, acreditando-se portanto que a saída de *H. erectus* da África deve ter ocorrido logo após o seu aparecimento.

## HOMO SAPIENS

### As origens do Homem moderno

A origem do Homem moderno é atualmente bastante controversa. Segundo uma teoria, denominada de “Arca de Noé” ou também de “Eva Negra”, o Homem moderno teria sua origem numa pequena população africana, que viveu cerca de 200.000 anos atrás, e que teria posteriormente se espalhado para outros continentes, eliminando as populações locais (Wilson e Cann, 1992; Disotell, 1999). Segundo uma outra teoria, denominada de “multiregional”, a evolução de *Homo erectus* para *Homo sapiens* teria ocorrido paralelamente em várias populações de *Homo erectus*, em diferentes locais, havendo provavelmente intercâmbio de genes entre as populações de *Homo sapiens*, nos diferentes estágios da sua evolução (Thorne e Wolpoff, 1992). A primeira teoria é baseada principalmente em estudos realizados com o DNA mitocondrial de indivíduos pertencentes às diferentes raças humanas. A segunda teoria tem sua base principal no estudo de fósseis de várias regiões e na ausência de evidências paleontológicas de uma passagem brusca de *Homo erectus* para *Homo sapiens*. Portanto, as duas teorias concordam quanto à origem africana da humanidade, discordando porém sobre quando viveu o ancestral comum africano: cerca de 200.000 anos AP para a teoria da Eva mitocondrial, e cerca de 1,8 ma. AP para a teoria multiregional (Relethford, 1998). Uma tentativa de conciliar as duas teorias é representada pelo modelo de assimilação (Smith et al., 1989, apud Relethford, 1998), de acordo com o qual os humanos modernos resultariam de uma mudança genética que ocorreu na África e que depois se espalhou por fluxo gênico e por mistura com as populações de *Homo sapiens* arcaico. Para justificar a origem única do genoma mitocondrial dos humanos modernos, Triesman (1995) levantou a hipótese que neste genoma ocorreu, há cerca de 200.000 anos AP, numa

pequena população africana, uma mutação mitocondrial favorável, mas letal quando em presença de genes nucleares diferentes. O novo genótipo se espalhou dentro da população que aumentou e saiu da África, cruzando com populações de *H. erectus*, com um intenso fluxo gênico entre as várias populações, e com o novo genoma mitocondrial se espalhando cada vez mais. Muitos antropólogos e arqueólogos sustentam que os fósseis hominíneos encontrados em grande abundância na Ásia mostram uma continuidade evolutiva, não somente nos caracteres morfológicos, mas também nas distribuições espaciais e temporais.

A teoria da origem africana recente foi apoiada pela descoberta na Etiópia, em 1997, de três crânios de *Homo sapiens* datados de 160.000 anos AP, cujo estudo levou cinco anos para ser completado e publicado (White, 2003). O mais completo dos três crânios mostra uma combinação de características de humanos arcaicos, modernos primitivos e atuais, fornecendo uma ligação entre os fósseis de *Homo sapiens* mais antigos da África (de 260.000 a 130.000 anos AP) e os mais modernos da Palestina (115.000 anos AP) (Stringer, 2003).

Por outro lado, anos antes já tinha sido encontrado na China o crânio fóssil de um humano moderno, inicialmente datado de cerca 200.000 anos AP. Portanto, este fóssil parecia mais antigo do que os exemplares existentes de homens modernos africanos, dando assim apoio à teoria multiregional. Além disso, o crânio tem características que o distinguem das formas européias e africanas de humanos arcaicos, aproximando-o da morfologia asiática atual. Isso sugeriria que a transição para o Homem moderno se deu localmente, conforme prevê o modelo multirregional (Meyer e Neves, 1994). Os defensores da teoria multiregional sustentam que os fósseis de *H. erectus* da China são semelhantes aos chineses modernos e que não haveria indícios de interrupções, devido à chegada de migrantes da África. Além disso, se os dados relativos à idade do *Homo erectus* de Solo (Java) forem confirmados (40.000 anos AP), a substituição do *Homo erectus* na Ásia ocorreu ao mesmo tempo da substituição dos neandertais na Europa. Assim, haveria recentemente 3 espécies de *Homo*: *H. erectus* presente ainda na Ásia, *H. neanderthalensis* na Europa, e o *H. sapiens* espalhado em quatro continentes. Atualmente, somente permaneceu o *Homo sapiens*, e não haverá com certeza novas espécies de *Homo*, pois não há mais espaço para novos eventos de especiação (Gould, 2002).

Assim, tanto na China quanto na África, pode ser documentada através dos fósseis a transição de *H. erectus* para *H. sapiens* arcaico e, depois,

deste para Homem moderno primitivo. No Pleistoceno médio os humanos da China apresentavam características faciais derivadas semelhantes às dos chineses atuais. Nesse contexto, parece que, durante o Pleistoceno médio e o início do Pleistoceno tardio, a evolução para *H. sapiens* se estendeu da África até a Ásia Oriental, através do Oriente Médio, ocorrendo um intenso fluxo gênico (Etler, 1996). Fósseis de *Homo sapiens* arcaicos começaram a aparecer nos fósseis chineses cerca de 300.000, e de humanos modernos cerca de 67.000 anos AP. Desta forma, a modernização do crânio ocorreu antes na Europa e na África.

Outros dados moleculares apresentam resultados conflitantes com os anteriores, indicando que humanos modernos de origem africana substituíram completamente as populações mais arcaicas na Ásia Oriental (Thorne e Wolpoff, 1996; Jin e Su, 2000). Entretanto, aqui também há divergência entre os dados obtidos a partir de DNA mitocondrial/cromossoma Y e os dados a partir dos autossomos/cromossomo X, sendo que estes últimos apontam uma data bem mais antiga para o ancestral comum dos humanos modernos da Ásia. As diferenças encontradas podem refletir diferenças nas avaliações dos tamanhos efetivos das populações, pois o DNA do cromossomo Y e das mitocôndrias é sujeito a deriva genética pela extinção de antigas linhagens. Há, também, uma certa resistência de aceitar os pressupostos da análise do DNA mitocondrial (Gibbons, 1992).

Há muita controvérsia sobre a rota do *Homo sapiens* para Leste. Provavelmente seguiu dois caminhos: um através da Ásia Central e o outro através do Sul da Ásia, a partir da Etiópia. Templeton (2002) afirma que as populações hominíneas da África e da Ásia no último meio milhão de anos, e talvez mais, permaneceram ligadas por um fluxo gênico contínuo, havendo ocasionalmente maiores migrações entre os dois continentes. Pelos dados moleculares houve pelo menos duas grandes expansões de populações africanas para a Ásia após a saída inicial do *Homo ergaster/erectus* há cerca de 1,7 - 1,8 ma. AP. A primeira ocorreu entre 400.000 e 500.000 anos AP, quando houve um aumento significativo da capacidade do crânio. A segunda expansão ocorreu entre 80.000 e 100.000 anos AP. Estas datas encontram respaldo na evidência fóssil, e estão de acordo com a teoria do surgimento de um *Homo sapiens* arcaico por volta de 500.000 anos AP. Certas características humanas modernas, como pequenas cristas supra-orbitais, fronte vertical e um mento bem demarcado aparecem inicialmente na África cerca de 130.000 anos AP, havendo em seguida

uma expansão saindo da África cerca de 90.000 anos AP, o que está de acordo com os dados do DNA do cromossoma Y e mitocondrial. Outros caracteres moleculares não estão de acordo com esta expansão, sugerindo que não houve uma substituição das populações locais mais antigas, mas sim um intercruzamento, apontado também pela heterogeneidade de frequências de certos caracteres na distribuição espacial (Templeton, 2002). Este quadro está de acordo com o modelo multiregional de Thorne e Wolpoff (1992), sendo ainda reforçado por uma análise molecular conduzida em duas populações humanas periféricas, que mostrou que a diversidade atual não resulta exclusivamente de uma única dispersão no Pleistoceno tardio (Wolpoff *et al.*, 2001).

### **Homo neanderthalensis**

Descobertas de fósseis na Palestina mostraram que duas espécies de *Homo* coexistiram durante algum tempo naquela região, há cerca de 100.000 anos atrás (Pearson, 2000): *Homo sapiens* e *Homo neanderthalensis*. Desde a descoberta do primeiro fóssil na Alemanha no século XIX, a posição taxonômica dos chamados neandertais tem sido bastante discutida, sendo classificados ora como uma subespécie de *Homo sapiens* (*Homo sapiens neanderthalensis*) ora como uma espécie realmente distinta (*Homo neanderthalensis*), posição esta última mais aceita atualmente.

Não há um consenso quanto à origem e ao desaparecimento dos neandertais, grupo que apareceu no registro fóssil há cerca de 200.000 anos AP, desaparecendo cerca de 30-35.000 anos atrás (Figura 1). O Homem de Neanderthal foi substituído pelo homem moderno no Médio Oriente entre 45.000 e 40.000 anos AP e, na Europa entre 38.000 e 34.000 anos AP (Lewin, 1999). Há duas hipóteses sobre o desaparecimento dos neandertais. Segundo uma hipótese, eles evoluíram diretamente para o Homem moderno. Segundo uma outra hipótese, mais aceita, o desaparecimento dos neandertais está ligado à chegada de homens mais evoluídos vindos do leste (*Homo sapiens*).

Há também muitas controvérsias sobre a contribuição dos neandertais para o pool gênico dos humanos modernos. Para alguns, o seu desaparecimento é resultado do primeiro genocídio na história da humanidade, e para outros eles cruzaram com o *Homo sapiens*, e acabaram sendo absorvidos (Lewin, 1999). Cerca de 100.000 AP, os neandertais estavam espa-

lhados quase sem interrupção na Europa, de Gibraltar até o Oriente Próximo, e até a Ásia Central. Nesse período, na África e, possivelmente, no Médio Oriente, os humanos modernos estavam evoluindo a partir de uma linhagens de *Homo sapiens* arcaico. Na década passada, foram encontrados fósseis na Espanha (Atapuerca), datados de 300.000 anos AP, com características intermediárias entre o *Homo erectus* (ou *H. heidelbergensis*) e *H. neanderthalensis*. No mesmo local foram encontrados fósseis datados de 780.000 AP e que foram atribuídos a uma outra espécie (*H. antecessor*), muito próxima de *H. erectus/ergaster*. Segundo alguns paleoantropólogos espanhóis, esta espécie teria dado origem tanto ao Homem de Heidelberg e, posteriormente, aos neandertais, quanto à linhagem que levaria aos humanos modernos (Bermúdez de Castro *et al.*, 1997; Gibbons, 1997; Balter, 2001). Também na África foram encontrados fósseis de *Homo* da mesma época (300.000 anos AP), com características intermediárias entre *H. heidelbergensis* e *H. sapiens* (Pearson, 2000).

Os neandertais apresentavam um cérebro de tamanho ligeiramente maior do que o dos humanos modernos, e uma face característica, na qual o nariz e os dentes dianteiros se projetavam para frente. A fronte subia suavemente ao invés de fazê-lo abruptamente como no Homem moderno. Existia, ainda, um espaço entre o último molar e a parte ascendente da mandíbula. A projeção para frente dos dentes inferiores eliminou o queixo. Existiam também várias outras diferenças entre os esqueletos do Homem de Neanderthal e do Homem moderno e, sob esse ponto de vista, não haveria dúvida de que se tratam de espécies diferentes, e não apenas de variações regionais. Descobertas recentes (Salzano, 1997), com base em DNA de fósseis, sugerem que os neandertais não contribuíram para o patrimônio genético do Homem moderno, e que as duas linhagens são muito distantes, com um ancestral comum que viveu entre 550.000 e 690.000 anos AP (Kings *et al.*, 1997). Entretanto estes dados não são considerados conclusivos por todos os paleoantropólogos (Relethford, 1998).

### **As expansões geográficas mais recentes**

A expansão dos humanos modernos na Europa pode ser em grande parte determinada através de estudos genéticos e lingüísticos. Após o final da última glaciação, cerca de 13.000 anos AP, o surgimento da agricultura levou a um grande crescimento demográfico e à ocupação das diferentes regiões do continente europeu, a partir do início do Neolítico (10.000

anos AP). Em uma análise de componentes principais de 95 genes em populações europeias (Cavalli-Sforza, 2003) foi evidenciado: 1) que agricultores, saindo do Oriente Médio nesta época, se expandiram pela Europa misturando-se com os caçadores/coletores locais (primeiro componente), 2) que a variação apresenta um gradiente norte-sul (segundo componente), sugerindo uma correlação com o clima após o final da última glaciação; 3) que houve uma expansão mais recente a partir da região ao norte do Cáucaso e dos mares Negro e Cáspio, considerada como berço da língua indo-européia (terceiro componente); 4) e que outra expansão ocorreu posteriormente a partir da Grécia com direção ao sul da Itália, à Macedônia e ao Oeste da Turquia (quarto componente); e que a população da região basca, ocupada inicialmente por populações do leste, há 35.000 – 40.000 anos AP, se expandiu no final do Neolítico para o leste da Espanha e o sudoeste da França (quinto componente).

Portanto, a Europa recebeu várias ondas migratórias vindas do leste desde o paleolítico. No Neolítico, os agricultores levaram seus genes, sua cultura e língua indo-européia para a Europa, num lento processo de expansão. As características lingüísticas e genéticas típicas dos bascos talvez sejam consequência do fato que a sua localização numa região geograficamente isolada no extremo oeste europeu tenha impedido uma mistura genética com os agricultores do leste.

No continente americano os primeiros representantes da linhagem humana (*Homo sapiens*) chegaram entre 35.000 e 30.000 anos ou, segundo outros, por volta de 15.000 anos AP. Não há evidências de espécies humanas anteriores ao *H. sapiens*. O último período glacial ocorreu entre 30.000 e 13.000 anos A.P., com um pique em 18.000 anos AP, e nesta época, devido à grande quantidade de água retida nas calotas polares, o nível dos mares era muito mais baixo do atual, deixando assim seco o estreito de Bering, formando, entre 25.000 e 15.000 anos AP, uma ponte de terra (Beringia) entre a Ásia e a América.

Segundo uma teoria bastante aceita entre os antropólogos, a mais antiga migração de povos siberianos para a América deu origem aos paleoíndios, que povoaram todo o continente. Podem ter ocorrido várias ondas migratórias e não apenas uma (Cavalli-Sforza *et al.*, 1994; Cavalli-Sforza, 2003). Uma segunda migração ocorreu entre 15.000 e 10.000 anos atrás, dando origem às populações *Na-Dene*, que se estabeleceram no sul da Alasca e na costa noroeste da América do Norte, um pouco mais tarde dos *paleo-índios*. Bem mais recentemente, por volta de 1.200 anos atrás, al-

guns grupos *Na-Dene* migraram bem mais ao sul (Apaches e Navajos). Por volta de 10.000 anos atrás, ocorreu uma terceira onda de migração, que deu origem aos aleutinos e aos esquimós. Os primeiros ocuparam as ilhas Aleutas e os segundos o Alasca e a costa norte, chegando mais tarde até à Groenlândia. É possível que os índios *Na-Dene* e os esquimós-aleutinos tenham uma origem comum na Ásia. Os descendentes dos paleo-índios perderam quase completamente os alelos A e B do sistema sanguíneo ABO, enquanto o alelo A é conservado entre os *Na-Dene*, tendo uma frequência elevada entre os aleutinos. Os esquimós apresentam frequências de A e B semelhantes ao resto do mundo. As análises linguística, genética e cultural chegam a resultados semelhantes sobre a origem e evolução das populações humanas das Américas.

Sem dúvida, nem todos os paleoantropólogos concordam com este quadro tradicional do povoamento do continente americano, havendo controvérsias não somente quanto à época da chegada mas também quanto ao número de ondas migratórias no início da ocupação do continente americano. Alguns acreditam que a primeira migração deve ter ocorrido cerca de 31.000 anos AP e a segunda cerca de 18.000 anos AP, sendo que os *Na-Dene* e esquimós não teriam migrado independentemente, separando-se mais tarde na Beringia (Salzano, 1997). Há também paleoantropólogos (Lewin, 1999) que defendem a existência de uma única onda migratória. Neves *et al.* (1997) investigaram a morfologia craniana de fósseis de paleo-índios e verificaram que alguns não se enquadram nos padrões mongolóides, o que os levou a sugerir que deve ter ocorrido uma onda migratória vindo do Centro-Sul da Ásia por via marítima, antes da chegada dos asiáticos pelo estreito de Bering. Esta hipótese encontra um certo apoio nas pesquisas realizadas por Araújo e Ferreira (1997) com *Ancylostoma duodenale*, originário da Ásia e encontrado (ovos) em múmias pré-colombianas, com mais de 7.000 anos. Não podendo o parasita ter sobrevivido ao clima frio do norte da Ásia e da América, a sua presença somente pode ser explicada admitindo que foi introduzido por via marítima, a partir da Ásia. Esta também é a opinião de Dillehay (1997).

Num artigo recente, Neves e Hubbe (2003) rejeitam a possibilidade de migrações transpacíficas ou transatlânticas no final do Pleistoceno, e voltam a defender a hipótese que os primeiros americanos chegaram por via marítima, vindos da Ásia, e acompanhando o litoral até o estreito de Bering, alcançando a Alasca, de onde prosseguiram, sempre margeando a costa, para o extremo sul do Chile. Posteriormente, teriam alcançado, tam-

bém, a América do Sul pela rota costeira atlântica. Neste caso, o povoamento do continente americano teria se processado rapidamente, como é sugerido pela existência de um sítio arqueológico de 12.300 anos AP em Monte Verde, no sul do Chile, terminando assim as polêmicas dos arqueólogos em torno do “modelo Clovis”, que nega uma ocupação das Américas há mais que 12.000 anos AP. Este modelo se baseia na existência de caçadores de grandes mamíferos que utilizavam armas com pontas de pedra trabalhadas de uma maneira muito particular, encontradas inicialmente em sítios arqueológicos da América do Norte. Acreditava-se que uma vez que o povoamento tinha iniciado no extremo norte no continente, não poderiam ser encontradas provas da “cultura Clovis” em regiões mais ao sul, contemporâneas ou anteriores aos achados da América do Norte. Hoje, começa a ser aceita a idéia que a cultura Clovis não foi a primeira a se desenvolver nas Américas, sendo apenas a única ligada à caça de grandes mamíferos, que acabaram se extinguindo.

Assim, o continente americano teria sido colonizado por duas populações biológicas diferentes de *Homo sapiens*: uma ocorrendo a partir de 8.000 anos atrás e a outra anteriormente (Lahr, 1997). Como é documentado por vários crânios fósseis, a primeira delas tinha características mongolóides, e a outra características mais próximas às dos primeiros *Homo sapiens*, que há cerca de 70.000 anos atrás saíram do Norte da África e, passando pela Índia e ao sul do Himalaia, chegaram até o sudoeste asiático e, posteriormente, à Austrália. Mais tarde, os seus descendentes teriam se dirigido para o norte, pela via marítima litorânea, alcançando o estreito de Bering (Neves e Hubbe, 2003). De certo modo, essa nova visão da ocupação do continente americano está alinhada com as análises em nível molecular e que mostram uma multiplicidade de processos de colonização, extinção local e divergência morfológica acontecendo em diferentes escalas de tempo (Templeton 2002).

Os humanos devem ter chegado na Austrália por volta de 40.000 anos atrás, após transpor um trecho marítimo de cerca 80 km, tendo sido encontrados fósseis humanos datados de 39.000 anos. Alguns autores defendem a hipótese que o *Homo sapiens* deve ter chegado à Austrália entre 50.000 e 60.000 anos AP, vindo do sudeste da Ásia via ilha de Java, em uma época em que o nível das águas do Pacífico era mais baixo.

Segundo alguns paleoantropólogos o povoamento do extremo leste do Pacífico ocorreu entre 3.600 e 6.000 anos AP, por ancestrais dos polinésios vindo de Taiwan ou da China. A linguagem e a arqueologia apóiam a hipó-

tese de uma migração principal entre 2.000 e 1.000 anos AP, a partir de Taiwan e das Filipinas. Entretanto, o povoamento das ilhas da Oceania mais próximas ao continente asiático pode ter iniciado cerca de 33.000 anos AP (Gibbons, 2001).

Instalado nos 5 continentes, o Homem, após o final da última glaciação (13.000 anos AP), entrou numa nova etapa da sua história, caracterizada pelo advento da agricultura e da pecuária. O Homem deixou de ser um nômade, caçador/coletor, e se tornou um agricultor, em um processo muito rápido que, em poucos milhares de anos atingiu, a maioria das populações da Terra. Em todos os continentes a agricultura se espalhou a partir de alguns centros de origem para as regiões mais distantes, influenciando de uma maneira duradoura a distribuição espacial das populações humanas.

Assim, o quadro que emerge desta retrospectiva geral sobre a origem e a evolução do Homem, à luz das recentes descobertas de novos fósseis e dos dados moleculares, é bem diverso daquele hoje apresentado na maioria dos livros didáticos e nas revistas de divulgação científica. Espécies mais primitivas de hominíneos não foram substituídas, antes de se extinguir, por novas espécies, em um processo contínuo e gradual. A coexistência de várias espécies de hominíneos, com diferentes mosaicos de características novas e arcaicas, e a ocorrência de longos períodos de estabilidade evolutiva, estão mais de acordo com os padrões de uma evolução horizontal (cladogênese) do que com os de uma evolução vertical (anagênese).

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Thiago F. V. L. B. Rangel pelo auxílio na confecção da figura 1. Nosso programa de pesquisas em Ecologia e Evolução vem sendo continuamente apoiado pelo CNPq, CAPES e Fundação de Apoio à Pesquisa (FUNAPE/UFMG), através de diversas bolsas e auxílios.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A.; FERREIRA, L. F. Homens e parasitas – a contribuição da paleo-parasitologia para a questão da origem do Homem na América. São Paulo, *Revista da USP*, v. 34, p. 58 – 69, 1997.

- BALTER, M. In search of the first europeans. *Science*, v.291, p. 1722 – 1725, 2001.
- BERMUDEZ de CASTRO, J.M *et al.* A hominid from the lowe pleistocene of Atapuerca, Spain: possible ancestors to Neandertals and modern humans. *Science*, v. 276, p. 1392-1395, 1997.
- BALTER, M. In search of the first European. *Science*, v. 291, p. 1722-1725, 2001.
- BROMAGE, T. G.; FRIEDMAN, J. Biogeographic and climatic basis for a narrative of early hominid evolution. *Journal of Human Evolution*, v. 28 p. 109 – 114, 1995.
- BRUNET, M. *et al.* A new hominid from the upper Miocene of Chad, Central Africa. *Nature*, v. 418, p. 145-151, 2002.
- CANN, R. L. Genetic clues to dispersal in human populations: retracing the past from the present. *Science*, v. 291, p. 1742 - 1748, 2001.
- CARROLL, S. B. Genetics and the making of *Homo sapiens*. *Nature*, v. 422, p. 849 - 856, 2003.
- CAVALLI-SFORZA, L. L. *Genes, povos e línguas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CAVALLI-SFORZA, L.L.; MENOZZI, P.; PIAZZA, A. *The history and geography of human genes*. Princeton: University Press, 1994.
- COPPENS, Y. L'évolution des hominids, de leur locomotion et de leurs environnements. In *Origine de la bipédie chez les hominidés*. (*Cahiers de paléanthropologie*). Paris, Editions du CNRS, 1991.
- DARWIN, C. *The descent of Man, and selection to relation to sex*. London: John Murray, 1871.
- de MENOICAL, P. B. Plio-Pleistocene african climate. *Science*, v. 270, p 53 - 59, 1995.
- DILLEHAY, T. D. Problemas e perspectivas na procura dos primeiros ameríndios. *Revista da USP*, v. 34, p. 28 – 33, 1997.
- DISOTELL, T. R. Origins of modern humans still look recent. *Current Biology*, v.90, p. 647 – 650, 1999.
- ELDREDGE, N.; GOULD, S. J. Punctuated equilibria: an alternative to phyletic gradualism. In: SCHOPF, T. J. M. (ed.). *Models in Paleobiology*, San Francisco, Freeman, 1972, p. 82-115.
- FEAGLE, J. G. *Primate adaptation and evolution*. San Diego: Academic Press, 1999.
- FOLEY, R. *Apenas mais uma espécie única*. S. Paulo: EDUSP, 1993.
- FOLEY, R. Evolutionary geography of Pliocene hominids in African biogeography. In: BROMAGE, T.; SCHRENK, F. (eds.). *African Canindé, Xingó*, nº 3, Dezembro de 2003

- biogeography, climate change and early hominids evolution*. New York: Oxford University Press, 1997.
- GAGNEX, P.; VARK, A. Genetic differences between humans and great apes. *Molecular Phylogenetics and evolution*, v. 18, p. 2 - 13, 2000.
- GIBBONS, A. A new face for human ancestors. *Science*, v. 276, p. 1331-1333, 1997.
- GIBBONS, A. Which of our gene makes us human. *Science*, v. 281, p. 1432-1434, 1998.
- GIBBONS, A. The peopling of Pacific. *Science*, v.291, p. 1735 - 1737, 2001.
- GIBBONS, A. In search of the first hominids. *Science*, v. 295, p. 1214 - 1219, 2002.
- GOULD, S. J. *Ontogeny and phylogeny*. Cambridge: Harvard University Press, 1977.
- GOULD, S. J. Lucy on the Earth in stasis. *Natural History*, v. 9, n. 12 - 19, 1994.
- GOULD, S. J. *The structure of evolutionary theory*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University, 2002.
- HACIA, J. G. Genome of the apes. *Trends in Genetics*, v. 17, p. 637 - 645, 2001.
- HAWKS, J. D.; WOLPOFF, M. H. The accretion model for neandertal evolution. *Evolution*, v. 5, p. 1474 - 1485, 2001.
- ISELL, L. A.; YOUNG, T. P. *Journal of Human Evolution*, v.30, p. 389-397, 1996.
- JIN, L.; SU, B. Native or immigrants: modern human origins in East Asia. *Nature Reviews Genetics*, v. 1, p. 126 - 133, 2000.
- JOBLING, M.; JACKSON, M. Human genome evolution. In: *Human genome*. Oxford: BIOS Scientific Publishers, 1996.
- KAY, R. F.; CALLUM, R.; BLYTHE, A. W. Anthropoid origins. *Science*, v. 275, p. 797 - 804, 1997.
- KRAMER, A.; CRUMMET, T. L.; WOLPOFF, M. H. Out of Africa and in to Levant: replacement or admixture in western Asia? *Quaternary International*, v. 75, p. 51 - 63, 2001.
- LAHR, M. M. A origem dos ameríndios no contexto da evolução dos povos mongolóides. *Revista USP*, n. 34, p.72 - 81, 1997.
- LEAKEY, R. E. *Origens*. São Paulo: Melhoramentos/Editora da Universidade de Brasília, 1980.

- MARSHALL, E. Pre-Clovis sites fight for acceptance. *Science*, v.291, p. 1730-1732, 2001.
- NEVES, W.; ZANINI, M. C.; MUNFORD, D.; PUCCIARELLI, H. M. O povoamento da América à luz da morfologia craniana. *Revista da USP*, v. 34, p. 96 – 105, 1997.
- NEVES, W.; HUBBE, M. Luzia e a saga dos primeiros americanos. *Scientific American (Brasil)*, v. 2, p. 24 – 31, 2003.
- PEARSON, O. M. Human evolution: radiations in the last 300.000 years. In: *Nature Encyclopedia of Life Science*, London: Nature Publishing Group, <http://www.els.net>, 2000.
- PICKFORD, M. What caused the first steps towards the evolution of walkie-talkie primates? In: *Origem de la bipédie chez les hominidés.(Cahiers de Paléanthropologie)*. Paris: Editions du CNRS, 1991.
- SALZANO, M. F. Solução final para o enigma do homem de Neandertal. *Ciência Hoje*, v. 22, p. 10 – 11, 1997.
- SALZANO, M. F. As origens extracontinentais dos primeiros americanos: as evidências dos sistemas genéticos clássicos. *Revista da USP*, v. 34, p. 34 - 43, 1997.
- STRINGER, C. Out of Etiópia. *Nature*, v. 423, p. 692 - 695, 2003.
- STUMPF, M. P. H. e GOLDSTEIN, D. Genealogical and evolutionary inference with human Y chromosome. *Science*, v. 291, p. 1738 – 1742, 2001.
- TATTERSALL, I. Once we were not alone. *Scientific American*, v. 13, n. 2, p. 20-27, 2003.
- TEMPLETON, A. Out of Africa again again. *Nature*, v. 416, p. 45 – 51, 2002.
- THORNE, A. G.; WOLPOFF, M. H. The multiregional evolution of humans. *Scientific American*, v. 266, n. 4, p. 28 – 33, 1992.
- VIGNAUD, P. *et al.* Geology and paleontology of the upper Miocene Toros-Menalla hominid locality, Chad. *Nature*, v. 418, p. 152 – 155, 2002.
- WILSON, A.C. e CANN, R.L. The recent african genesis of humans. *Scientific American*, v. 266, p. 20 – 27, 1992.
- WHITE, T. D.; ASFAWI, B.; DEGUSTA, D.; GILBERT, H.; RICHARDS, G.; SUWA, G.; HOWELL, F. C. Pleistocene *Homo sapiens* from Middle Awash Ethiopia. *Nature*, v. 423, p. 742-747, 2003.

WOLPOFF, M. H.; HAWKS, J.; FRAYER, D. W.; HUNLEY, K. Modern human ancestry at the peripheries: a test of the replacement theory. *Science*, v. 291, p. 293- 296, 2001.

WOOD, B. Hominid revelations from Chad. *Nature*, v. 418, p. 133 –135, 2002.

WOOD, B.; COLLARD, M. The human genus. *Science*, v. 284, p. 65 –71, 1999.



# ALFARERÍAS PREHISPÁNICAS DE LAS SOCIEDADES SURANDINAS DE JUJUY (NOROESTE DE ARGENTINA).

MARÍA BEATRIZ CREMONTE\*

## ABSTRACT

In this paper a brief panorama about prehispanic cultural developments from the South Andean section at present occupied by the Province of Jujuy (Argentina northwestern extreme) and its environmental diversity are presented. Two cases of agropastoralist societies pottery expressions belonging to the Formativo and Desarrollos Regionales periods are commented: San Francisco tradition which was developed in the Sierras Subandinas and the Black on Red regional style from the Humahuaca valley.

**Palabras claves:** South Andes – Jujuy – agropastoralist societies – ceramic

---

\* Investigadora del CONICET (Instituto de Geología y Minería - UNJu) - Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Jujuy.

## INTRODUCCIÓN

Es sabido que las vasijas enteras así como los fragmentos cerámicos son un componente relevante del registro arqueológico. El reconocimiento de la existencia de cambios temporales en las formas, decoraciones y materiales hace que la cerámica sea considerada un importante indicador para conocer la cronología de las ocupaciones y estructuras del pasado, pero también para proponer contactos entre diferentes grupos geográficos y /o culturales.

Tradicionalmente estos estudios se han centrado en análisis tipológicos de formas y decoraciones. Pero además, podemos llegar a discriminar algunos procesos culturales referidos, por ejemplo, a organización de la producción, complejidad social, interacción social e identidad. En este sentido es que en la búsqueda de correlatos entre la cultura material y los grupos sociales - mediante diferentes análisis de las vasijas y de sus contextos - no debemos considerar a los objetos cerámicos como unidades de análisis aisladas, sino en función de las interrelaciones que existen entre el ambiente y la sociedad.

Desde esta perspectiva y a modo de ejemplo, me referiré a algunos de los conjuntos alfareros prehispánicos relevantes de la provincia de Jujuy, representativos de entidades culturales que ocuparon ambientes diferenciados en distintos momentos de la secuencia cultural prehispánica. Los ejemplos seleccionados corresponden a las alfarerías de la tradición San Francisco, ubicadas cronológicamente en el Período Formativo y a las del estilo regional Negro sobre Rojo de la Quebrada de Humahuaca que se desarrolló durante el Período de los Desarrollos Regionales. Por cierto estos dos casos son insuficientes para bosquejar un panorama del desarrollo cultural prehispánico, desde la instalación del patrón de vida aldeano hasta la conquista española, en este sector de los Andes del Sur. Muchas otras sociedades, representadas por conjuntos alfareros tempranos diferentes del San Francisco o por estilos posteriores como La Isla y Yavi u otras variantes locales, dan cuenta de la diversidad de los procesos socioculturales que tuvieron lugar en el actual territorio jujeño.

## LA DIVERSIDAD AMBIENTAL DE JUJUY Y EL DESARROLLO CULTURAL PREHISPÁNICO

La provincia de Jujuy está ubicada en el Noroeste extremo de la Argentina, entre los 21° 47' – 24° 37'S y 64 09' – 67° 19'W. Esta provincia, de

53.219 km<sup>2</sup> de superficie, que limita con el norte de Chile, el sur de Bolivia y la provincia de Salta, presenta gran variación ambiental, resultado de la influencia del relieve en las condiciones climáticas y, en consecuencia, en la formación de variadas coberturas vegetales.

En el amplio gradiente altitudinal que existe desde las altiplanicies y montañas andinas occidentales que llegan a los 4.500 msnm (con picos que superan los 5.000 msnm) hasta las llanuras del “umbral al Chaco”, en el extremo-oriental de la provincia a los 300 msnm, se diferencian una serie de unidades geomorfológicas y ambientales (Braun Wilke 2000) que han incidido en los modos de vida de las sociedades prehispánicas y en sus interacciones sociales con relación a la disponibilidad de y acceso diferencial a los recursos económicos (Figura 1).

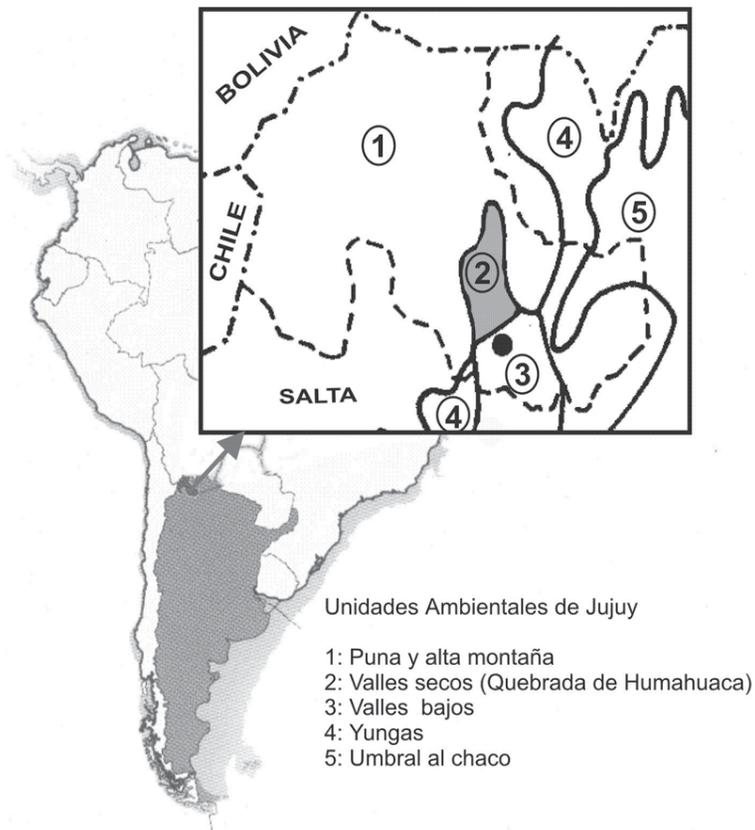


Figura 1. Unidades ambientales de la Provincia de Jujuy (extremo del noroeste de Argentina).

La **Puna** es una amplia y árida región que se extiende a partir de los 3.500 msnm ocupada por cordones paralelos de dirección aproximada Norte-Sur y cuyas depresiones están ocupadas por salares o lagunas. En esta región las precipitaciones varían de los 350 mm a sólo 100 mm anuales. El clima es frío y seco, predomina la vegetación de matas o arbustos bajos xerofíticos, las gramíneas duras, la vegetación de vegas y ciénagas y, en sectores diferenciados, los bosquecillos de quénoas (*Polylepis spp.*), churqui (*Prosopis ferox*) y/o cardones (*Trichocereus spp.*).

En el ámbito de la Cordillera Oriental, ubicada hacia el Este y en contacto con la Puna, se encuentran los **Valles Medios Secos o Quebradas Prepuneñas** como lo es la **Quebrada de Humahuaca**: una depresión intermontana de 180 km de longitud que desciende desde aproximadamente los 3.500 hasta los 1.300 msnm. Si bien existen variaciones en este gradiente altitudinal, la vegetación característica es la Estepa-Matorral Prepuneña con arbustos bajos, cardones (*Trihocereus spp.*), bosquecillos o matorrales de leguminosas arbóreas como el algarrobo (*Prosopis spp.*), churqui (*Acacia visco*) y molle (*Schinus molle*) y las bromeliáceas. El clima es árido en el sector norte y central y semiárido en el sector sur, la amplitud térmica es elevada y las precipitaciones medias anuales varían entre los 120 y 300 mm.

Las Sierras Subandinas ocupan una posición intermedia entre la llanura chaqueña y la Cordillera Oriental. Constituyen el sistema más bajo y extenso de los Andes Centrales y sus cordones más orientales, al recibir copiosas lluvias orográficas, están cubiertos por densos bosques húmedos. Entre las Sierras Subandinas y al pie de las mismas están los **Valles Bajos** que ocupan el Sur y Este de la provincia. Se trata de valles amplios de suave pendiente que se extienden desde los 1.300 hasta los 300 msnm. El clima de estos valles es subtropical serrano (templado) o subtropical húmedo (relativamente cálido todo el año). Las precipitaciones se concentran en el verano y varían desde los 550 a los 1.150 mm anuales. El extenso valle del río San Francisco es un ejemplo de estos valles bajos húmedos.

La vegetación original, alterada en muchos sectores por las prácticas agrícolas modernas, correspondería a una selva transicional entre las **Yungas** (selva basal que cubre las laderas de las montañas), el monte y el bosque chaqueño (Reboratti 1997:19). En el piso más alto se encuentran árboles de gran porte como cedro (*Cedrella sp.*), nogal (*Juglans australis*) y la especie alucinógena cebil colorado (*Anadenanthera macrocarpa*).

Mientras que en el piso más bajo existen bosques de cochucho (*Fagara coco*), molle (*Schinus sp.*), tipa (*Tipuana tipu*), ceibo (*Erithrina falcata*), churqui (*Acacia aroma*), algarrobo (*Prosopis sp.*) y tala (*Celtis tala*), junto con helechos, bejuco y bromeliáceas. Entre estas formaciones se intercalan espacios abiertos con tapiz gramíneo, en muchos lugares invadidos por arbustos espinosos, debido a la acción del ganado que va resembrando estas especies produciendo un notable cambio en la vegetación.

El **Umbral al Chaco** abarca la transición entre los piedemontes húmedos de las Sierras Subandinas y las llanuras altas del paisaje chaqueño entre los 550 a 300 msnm. El clima es tropical cálido todo el año con lluvias estivales de 600 a 850 mm anuales y la cubierta vegetal corresponde a la del bosque chaqueño con especies xerofíticas como el quebracho colorado (*Schinopsis lorentzii*), quebracho blanco (*Aspidosperma quebracho blanco*), mistol (*Zizyphus mistol*), guayacán (*Caesalpinia paraguariensis*), algarrobo (*Prosopis spp.*), etc.; alternado con una densa vegetación arbustiva.

La historia prehispánica de Jujuy se inicia con la llegada de grupos cazadores – recolectores hace aproximadamente once milenios, a fines del Pleistoceno. El modo de vida de estas sociedades del Periodo Arcaico (9.000 al 1.000 a.C) se conoce a través de los registros arqueológicos recuperados en la excavación de cuevas (Inca Cueva, Huaichichocana, Pintoscayoc, etc) en la Quebrada de Humahuaca y en la Puna, donde plasmaron las primeras manifestaciones de arte rupestre. Eran grupos móviles que cazaban guanacos, vicuñas, venados y que recolectaban raíces, semillas y frutos silvestres. Los conjuntos ergológicos indican que obtenían recursos de ambientes variados como resultado de sus desplazamientos periódicos y por participar en redes de intercambio a larga distancia, obteniendo bienes ya sea de la costa del Pacífico como de las llanuras chaqueñas. Alrededor de 4.000 años atrás, algunos de estos grupos iniciaron un proceso de transformación logrando un mejor aprovechamiento de los recursos, manteniendo camélidos en cautiverio y cultivando algunas plantas como poroto, maní y calabaza.

Hace unos 3.000 años comienza una nueva etapa caracterizada por el modo de vida agrícola y pastoril (Período Formativo: 1.000 a.C – 900 d.C) con la construcción de unidades domésticas aisladas o agrupadas, directamente vinculadas con las áreas de explotación agrícola (cultivo de papas y maíz) y ganadera (pastoreo de llamas) en las regiones de la Puna y

de la Quebrada de Humahuaca, y que culminará en la conformación de núcleos aldeanos semi-conglomerados.

Las cerámicas más tempranas de Jujuy se ubican en los inicios de este período y han sido registradas en cuevas y aleros de la puna. Se trata de vasijas utilitarias con aplicaciones o impresiones imbricadas, negras pulidas, ordinarias y lisa marrón (Fernández 1989, García 1989).

En el sector central y norte de la Quebrada de Humahuaca corresponden, a un momento posterior (300-500 d.C), las grandes vasijas “tubulares” alisadas sin decoración cocidas en atmósfera oxidante y las pipas. Mientras que caracterizan a la cerámica de la “Cultura Alfarcito” (500-700 d.C) las vasijas grises pulidas, los cuencos con interior negro, las pipas y las figurinas antropomorfas (Pérez Gollán 1973). Hacia finales de este período y comienzos del siguiente llegan algunas influencias del estado altiplánico de Tiwanaku: cerámicas que recuerdan a esa cultura por sus formas y algunos elementos iconográficos, así como ornamentos de metal con forma de ave o de llamas, pero que no evidencian vínculos directos con Tiwanaku, sino tal vez relaciones esporádicas de tráfico, probablemente a través de San Pedro de Atacama (Nielsen 2002). En el ambiente oriental de las Sierras Subandinas se desarrolló la tradición San Francisco (700? a.C-300 d.C) conocida fundamentalmente a través de sus cerámicas pulidas con motivos incisos, bicolors, corrugadas y con decoraciones modeladas, que parecen ser una derivación de antiguas tradiciones que ingresaron por la vertiente andina oriental. Como se comentará más adelante, la cerámica San Francisco presenta una gran distribución espacial vinculada a intercambios a corta y larga distancia de recursos de las Yungas, pero también habrían existido procesos de expansión territorial hacia el sector sur de la Quebrada de Humahuaca.

Durante el Período de los Desarrollos Regionales (900-1430 d.C) surgen las instalaciones en grandes poblados conglomerados, concentrándose en lugares altos y fácilmente defendibles conocidos como *pukaras* (fortalezas). Estas poblaciones concentradas requirieron de amplios espacios para la agricultura, generalmente ubicados a distancia. Se trata de sociedades con desigualdad social, donde se desarrollaron elites locales que regularon el nuevo orden social así como los intercambios a larga distancia para satisfacer la demanda de artículos de alto valor o “bienes de prestigio” necesarios para legitimar su poder. Así se van estableciendo diferentes unidades sociopolíticas (conocidas a través de la etnohistoria como *Omaguacas*, *Tilcaras*, *Tilianes*, etc) que nuclearon asentamientos

de diferente jerarquía, que pudieron extender sus territorios hacia otros ambientes y que participaron en diferentes esferas de interacción. Las vasijas pintadas con motivos geométricos en Negro sobre Rojo representan el estilo emblemático de estas sociedades tardías. En la puna oriental, la cerámica del Complejo Yavi correspondería a una extensión meridional de los *Chichas*, etnia que ocupaba la región sudeste de la actual República de Bolivia (Krapovickas 1978).

Tal como ocurrió en el resto del Noroeste argentino, durante el Período Incaico (aprox. 1.430 – 1.536 d.C) vastas extensiones del actual territorio de Jujuy fueron anexadas al Tawantinsuyu. La incorporación de estos territorios y poblaciones a la política económica estatal provocó importantes alteraciones debido al traslado de grupos, a la reorganización de los poblados preexistentes (mediante la construcción de edificios incaicos administrativos), como ocurrió por ejemplo en el Pukara de Tilcara y en La Huerta; a la construcción de una red vial que articulaba diferentes áreas de recursos en función de la logística imperial y a la instalación de enclaves en las Yungas y en la frontera oriental. Además, recientes estudios en el extenso sitio de Agua Hedionda están demostrando la instalación de centros con estructuras de almacenaje concentradas (Cremonte *et al.* 2002). Las sociedades locales fueron incorporando en la cerámica atributos morfológicos y decorativos incaicos, que demuestran la presencia estatal y su afiliación al imperio. Debido al carácter indirecto de la dominación incaica – llevada a cabo por grupos incaizados predominantemente procedentes del altiplano meridional – son escasos los elementos de la cultura material que refieren directamente a los del área nuclear (González 1980, Ottonello y Lorandi 1987).

## LA ALFARERÍA DE LA TRADICIÓN SAN FRANCISCO

*Las primeras menciones sobre la alfarería San Francisco se deben a Nor-denskiöld (1903) y Boman (1908). Serrano (1962), caracteriza el sector norte del “área subandina” como la cuna de la “Cultura San Francisco”, definida por los grupos cerámicos: Arroyo del Medio y El Infante. Posteriormente es Dougherty quien dedicó todo su esfuerzo a la investigación arqueológica del valle del río San Francisco y regiones aledañas, obteniendo en el sitio Agua Negra (Dto Santa Bárbara) el fe-*

*chado radiocarbónico de  $2.570 \pm 80$  AP para estas cerámicas (Dougherty 1975).*

Se considera que los asentamientos San Francisco cubrieron un rango temporal comprendido desde al menos el 700 a.C y el 300 d.C. Un fechado más reciente del  $3.460 \pm 110$  AP obtenido en el sitio Abra de Los Morteros (Fernández Distel 1994), indicaría una cronología mucho más temprana para las ocupaciones iniciales. La perduración de más de 1.000 años de estas manifestaciones culturales (casi sin variaciones en sus conjuntos ergológicos) en un amplísimo sector de los Valles Bajos, permiten connotarlas como integrantes de una tradición de raigambre antigua que se expandió a lo largo del cauce del río San Francisco y que, ascendiendo por las cuencas de los ríos y arroyos subsidiarios, ocupó ámbitos más orientales y occidentales.

Con relación al análisis de la cerámica San Francisco, Dougherty estableció dos grandes grupos: el *San Francisco Pulido*, equivalente en parte al grupo Arroyo del Medio de Serrano y el *San Francisco Ordinario*, también equivalente en parte al grupo El Infante, proponiendo una vinculación estrecha y compleja entre ambos (Dougherty 1977).

Las pastas y las superficies más comunes del Grupo SF Pulido son ne-gras, grises o marrones oscuras y minoritariamente rojas, marrones claras o naranjas. Las vasijas presentan un alisado muy parejo a pulido y muy pulido. En los tipos grises a veces se aplicó un baño blancoamarillento muy diluido y en los tipos oxidantes un engobe amarillento, crema, marrón claro o blanco.

Las formas más comunes corresponden a escudillas evertidas de perfil simple y compuesto y subconvexas de perfil compuesto; cuencos evertidos asimétricos de perfil inflexo; botellas subglobulares de cuello restringido con perfil inflexo o compuesto y vasos cilíndricos o subcilíndricos. Las bases son planas y es común que los bordes presenten engrosamientos externos. Además, se registraron cántaros de cuerpo ovoidal con caras modeladas antropomorfas o zoomorfas (utilizados para el enterratorio de niños); pipas angulares de hornillo alto en general con decoración modelada y figuras huecas modeladas e incisas pintadas en rojo sobre blanco o amarillo.

En cuanto a las técnicas decorativas, son característicos los motivos geométricos y rítmicos incisos de series de líneas paralelas que forman grecas, chevrones y rombos, así como los ángulos y triángulos rellenos con puntos o incisiones en su interior, frecuentemente rellenos con

pintura roja. Los motivos pintados son como los incisos, en general rojos y muchas veces delineados por incisión, contrastando ya sea con el color natural de la pared de la vasija o con los engobes blancos, amarillentos, crema o marrones claros. Las decoraciones modeladas fueron aplicadas tanto a las paredes como a las asas y, en general, representan animales o seres fantásticos de morfología dual antrozoomorfas (González 1977) con ojos redondos o en grano de café, narinas distendidas y dientes muy marcados o bien con labios protuberantes y orejas salientes como las de algunos cántaros funerarios, así como representaciones de tatuajes.

El Grupo SF Ordinario presenta pastas de colores similares mientras que las superficies externas son rojas o naranjas y raramente marrones o negras. Pueden presentar una cobertura desleída, amarillenta o blancuzca. En general las superficies son medianamente ásperas y a veces recubiertas con revoque grueso con antiplástico de tiesto molido. Las formas básicas corresponden a ollas globulares y subglobulares, cuencos de fondo plano y paredes rectas evertidas y recipientes esferoidales de boca pequeña (tecomates). La decoración puede ser corrugada, unguiculada, incisa o por desplazamiento de arcilla. Los agregados plásticos no son comunes y corresponden en general a representaciones zoomorfas (ofidios, batracios y aves) emplazadas en las asas (Figura 2).

Las pastas San Francisco pueden ser finas con agregado de tiesto molido, gruesas con granito molido o medias con agregado de arena y porcentajes variables de tiesto molido.

El territorio de los asentamientos San Francisco corresponde fundamentalmente al ambiente de los Valles Bajos húmedos del oriente jujeño y la prolongación de los mismos en el territorio contiguo de la provincia de Salta. Si bien la arqueología de las tierras subtropicales bajas del noroeste argentino son poco conocidas debido a la baja visibilidad de los asentamientos, a la alteración producida por la agricultura moderna y en general a la escasa potencia estratigráfica de las ocupaciones, la vertiente oriental andina parece haber sido la vía de entrada de corrientes culturales que se fueron adaptando a los nuevos ambientes y donde tuvieron lugar desarrollos cerámicos importantes en épocas muy tempranas (González y Pérez Gollán 1966, Dougherty 1975, Fernández Distel 1994).

La amplia dispersión espacial del San Francisco es conocida través de su estilo cerámico claramente definido, presente en numerosos asentamientos Formativos, indicando en la mayoría de los casos situaciones de contacto a través de intercambios caravaneros. Mediante los mismos,

### TRADICION SAN FRANCISCO

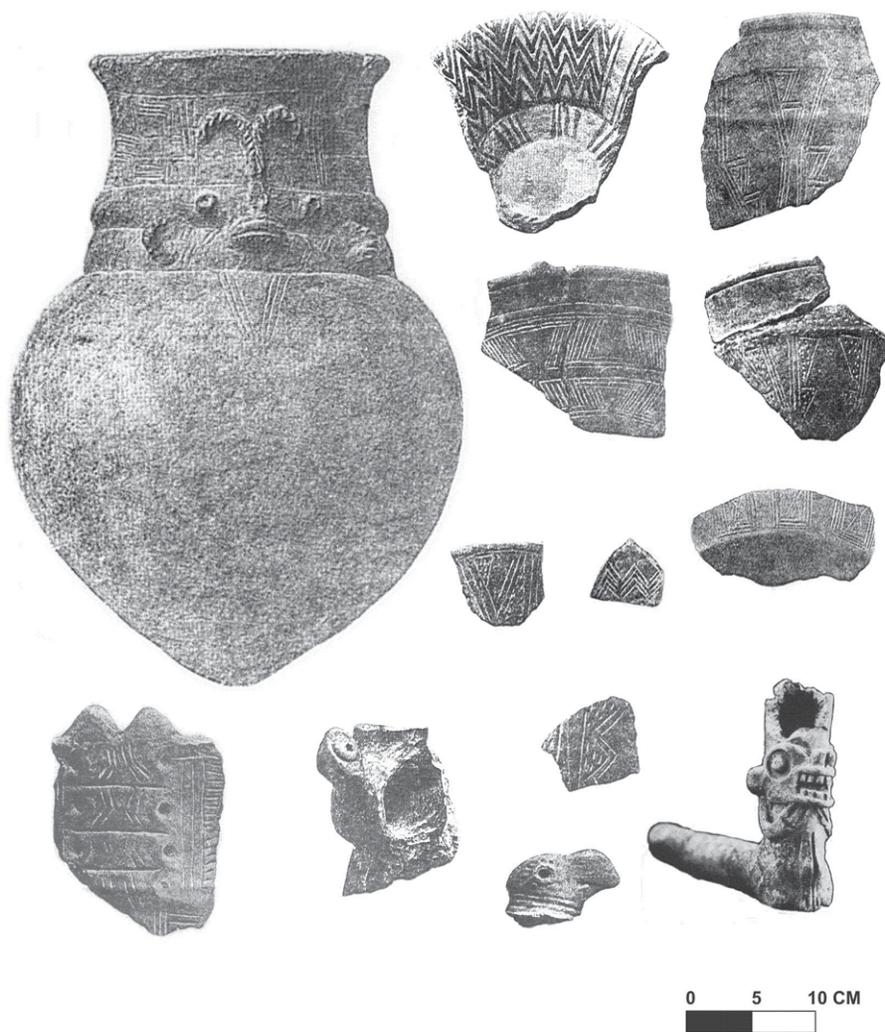


Figura 2. Algunas alfarerías incisas, pintadas y modeladas de la tradición San Francisco.

sociedades de otras regiones del noroeste argentino e incluso de los oasis de San Pedro de Atacama en el Norte de Chile (Llagostera y Costa Junqueira 1999), habrían accedido a bienes de las Yungas. Pero además de estos contactos con grupos de otros ambientes, recientemente pudo constatarse una ocupación permanente San Francisco en el sur de la Quebrada de Humahuaca (2.000 msnm), por debajo de la instalación tardía del Pukara de Volcán (Garay de Fumagalli y Cremonte 2002). Dicha instalación, fechada a principios de la era Cristiana (1940 ± 70 A.P), que presenta un conjunto alfarero propio de las sociedades San Francisco de fabricación local, pudo tener como objetivo la ganadería de camélidos, siendo una zona que ofrece condiciones óptimas para la misma. Asimismo, en este planteo no podemos dejar de considerar que esta instalación pudo favorecer interacciones a corta y larga distancia con otras sociedades de la Quebrada de Humahuaca y de la Puna, de las cabeceras de la quebrada del Toro (Provincia de Salta) y con los oasis de la puna de Atacama.

Estas sociedades habrían tenido una expansión territorial y una diversidad en los tipos de ocupación y explotación de recursos mucho mayor de la hasta ahora considerada, ocupando y explotando recursos a distancia de la cuenca del río San Francisco en ambientes distintos a los que les eran propios. Si a ello sumamos la participaron en procesos de interacción a corta y larga distancia y el grado de desarrollo tecnológico y estilístico de la cerámica, resulta válido replantear el nivel de organización socio-política que pudieron haber alcanzado las entidades socio-culturales caracterizadas arqueológicamente como tradición San Francisco. Si bien desconocemos los cambios operados a través de su historia, pudieron haber trascendido el nivel de simples núcleos aldeanos que practicaron una economía de horticultura, caza y recolección, restringidos al área del río homónimo, tal como tradicionalmente se les ha connotado. Surge de lo expuesto que la tradición San Francisco debe ser incluida en las discusiones actuales sobre la complejidad creciente que están mostrando algunas sociedades del Período Formativo del noroeste argentino (Núñez Regueiro y Tartussi 1999).

## **EL ESTILO NEGRO SOBRE ROJO Y SUS VARIACIONES LOCALES**

La cerámica tardía de la Quebrada de Humahuaca se caracteriza por una profusión de vasijas decoradas con diseños geométricos pintados en negro sobre un engobe de color rojo. Los conjuntos fechados a partir

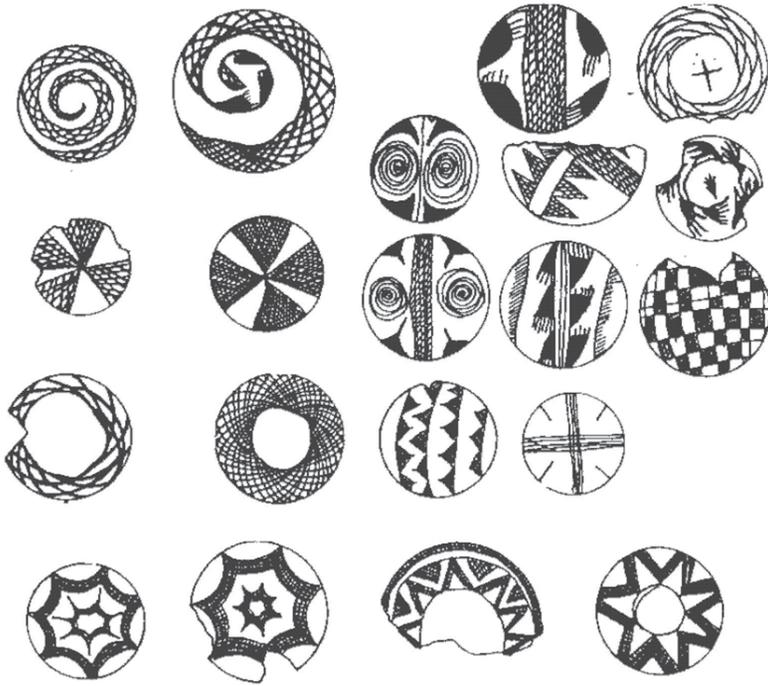
del 1.280 d.C (Nielsen 1997) son las primeras manifestaciones de un estilo de distribución regional que caracterizará a la cerámica de las sociedades de la Quebrada de Humahuaca hasta los fines de la época prehispánica. Los motivos corresponden en su gran mayoría a bandas reticuladas, triángulos negros o reticulados, espirales, “manos o alas”, cruces, dameros, etc. organizados en diferentes configuraciones. Estas decoraciones pueden aparecer tanto en el interior de cuencos y escudillas como en el exterior y bordes internos de cántaros y ollas de cuerpos globulares y bordes evertidos (Figura.3). Otros tipos y estilos asociados son los cuencos Poma negro sobre rojo, decorados externamente con bandas gruesas curvilíneas, los cuencos con interior negro pulido y las ollas Angosto Chico Inciso que presentan incisiones en sus cuellos (Figura 4).

A pesar de la uniformidad que, a nivel regional presentan las vasijas pintadas en Negro sobre Rojo, y las otras alfarerías asociadas, han podido establecerse algunas variaciones entre los conjuntos alfareros del sector sur de la Quebrada de Humahuaca con respecto a los del sector central (Cremonte y Solis 1998; Cremonte 2001).

En el Pukara de Volcán, extenso poblado ubicado en el sector meridional, el porcentaje de vasijas pintadas en Negro sobre Rojo es notoriamente más bajo que en el sector central (Pukara de Tilcara y otros sitios próximos) y son mucho más frecuentes las superficies alisadas que las pulidas. Si bien no se registraron diferencias notables en las formas y en los motivos pintados, predominan los diseños en línea media y gruesa y la banda horizontal o vertical reticulada es la decoración más frecuente. A su vez, los cuencos Poma Negro sobre Rojo son excepcionales en el sector meridional y presentan variaciones tanto en la manufactura como en los motivos pintados (Figura 5). En el sector sur las pastas muestran una mayor proporción de inclusiones no plásticas de cuarzo y cuarcitas con relación a la de fragmentos molidos de filitas y esquistos. Las pastas son en general oscuras indicando una cocción parcialmente oxidada, poco controlada.

Las diferencias mencionadas se manifiestan también en las pastas de las vasijas ordinarias, en los cuencos con interior negro y en las ollas Angosto Chico Inciso. Estas últimas son notoriamente más comunes en el sector meridional y presentan mayor variación morfológica y decorativa (Ottonello 1994). Además, las pastas conforman un mismo grupo con las de las vasijas lisas (marrones, grises, amarillentas y naranjas) que en muchos casos, revelan el

ESTILO NEGRO SOBRE ROJO



DECORACION INTERNA DE CUENCOS Y ESCUDILLAS

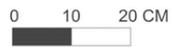
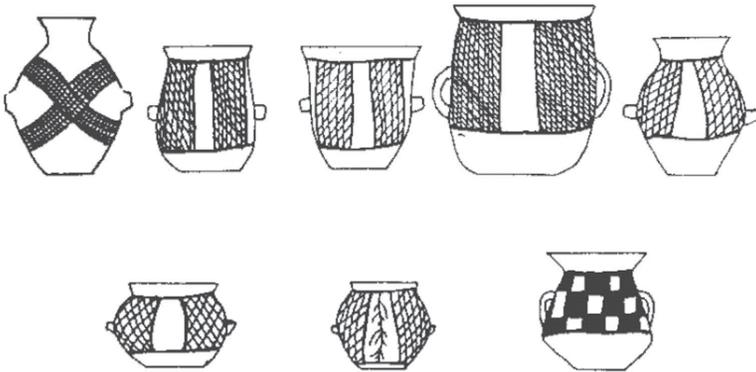


Figura 3. Diseños pintados en vasijas del estilo Negro sobre Rojo de la Quebrada de Humahuaca.

## OLLAS ANGOSTO CHICO INCISO

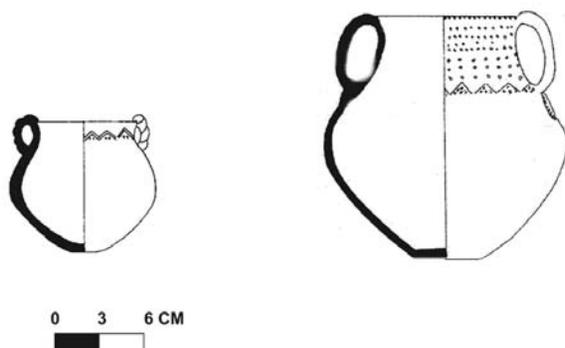


Figura 4. Morfología y decoración de las ollas Angosto Chico Inciso.

agregado exclusivamente de arena como material antiplástico. Este último es un comportamiento de manufactura común en el sur de la Quebrada de Humahuaca así como en los Valles Bajos orientales.

Otras diferencias se basan en la gran cantidad de fragmentos de vasijas ordinarias que presentan las paredes externas “peinadas” (líneas dejadas al pasar un marlo de maíz sobre la superficie aún fresca durante el alisado de la pieza). También es común que el color rojo del fondo de las vasijas pintadas no esté bien adherido a la pared (desprendiéndose fácilmente al tacto).

## POMA NEGRO SOBRE ROJO



Figura 5. Decoración externa de cuencos Poma Negro sobre Rojo procedentes del Pucara de Volcán.

Las vasijas pintadas en Negro sobre Rojo integran un estilo ampliamente distribuido en la Quebrada de Humahuaca, cuando comienzan a conformarse los señoríos que tendrán sus cabeceras políticas en poblados conocidos como *pukaras*, emplazados en zonas generalmente altas y estratégicas, defendibles. Este estilo cerámico regional parece estar reflejando, mediante su agresiva bicromía y la estandarización de formas y decoraciones, la afiliación de los grupos locales a una ideología compartida y mantenida por los señoríos quebradeños.

Los estilos de distribución regional en gran medida encubren y desdibujan las variantes locales en lugares que, aunque cercanos, pudieron tener historias diversas. Es por ello que, si se considera que algunas de sus características pueden reflejar diferencias entre las entidades sociales de una región, es necesario registrar variaciones mínimas en las formas y en las decoraciones, y establecer las frecuencias relativas de estas diferencias comparando conjuntos cerámicos procedentes de diferentes sitios arqueológicos a nivel intrarregional. Pero, al mismo tiempo, es importante discriminar aspectos tradicionales de manufactura, revelados fundamentalmente a través de las pastas, ya que éstos son más resistentes al cambio (Rice 1987). Es decir que los comportamientos referidos a la selección y tratamiento de las materias primas para fabricar las vasijas (la información tecnológica transmitida entre los alfareros de generación en generación), pueden mantenerse en el tiempo de manera independiente a la adquisición de nuevas pautas que imponen ciertos cambios en las formas y /o decoraciones de las piezas. Por último, a todo esto se agrega el análisis contextual de los conjuntos cerámicos, incluyendo aquellas vasijas que no reflejan ese estilo regional y que pueden ser también de manufactura local o bien provenir de otras zonas.

En base a los estudios realizados pudo comprobarse que las vasijas locales del Pukara de Volcán y de sitios contemporáneos en los Valles Bajos del borde oriental de la Quebrada de Humahuaca son similares y que, a su vez, presentan variaciones con respecto a las de sitios del sector central de la Quebrada de Humahuaca. Estas diferencias se manifiestan fundamentalmente a nivel de las pastas y pueden ser planteadas como modalidades locales de manufactura.

Por otro lado, la correlación entre tipos de pastas con formas, decoraciones y frecuencias relativas de los tipos cerámicos representados, muestran cómo se pueden ir registrando idiosincrasias locales que podrían estar actuando como identificadores sociales. La perduración de variables

tecnológicas de manufactura, referidas a la selección de determinadas materias primas, procedimientos de cocción, tratamiento y acabado de las superficies así como la presencia en la región sur de las superficies “peinadas”, la pintura roja “fugitiva” y la abundancia de cerámicas ordinarias y alisadas marrones, amarillentas, naranjas y grises, son comportamientos de la producción cerámica que marcan un patrón de diferenciación. Varias de las características mencionadas aparecen también en la cerámica de sitios tardíos aún más meridionales y orientales y, algunas de ellas ya están presentes en las alfarerías tempranas San Francisco.

Las evidencias comentadas se manifiestan como ingredientes en la construcción de una identidad. La identidad referida sería el resultado de componentes tradicionales presentes en la zona sur y oriental, sumados a los procesos de interacción y a la incorporación de pautas “transmitidas” a través de un estilo regional que, para los Desarrollos Regionales e Incaico contribuyen a delinear una frontera social dentro de la región Humahuaca y que abarca también su borde oriental. Esta frontera se correlacionaría con la de los territorios políticos de los *Tilianes* (sector sur) y la de los *Tilcaras* (sector central), citados en algunas fuentes etnohistóricas (Salas 1945, Sica y Sánchez 1996) como los descendientes de antiguos señoríos quebradeños.

## PALABRAS FINALES

El estudio de las sociedades Formativas de la Provincia de Jujuy, permitió identificar una serie de asentamientos ubicados en la Quebrada de Humahuaca y subsidiarias, en la Puna y en las Sierras Subandinas. Cada uno de estos desarrollos fue estudiado en su ámbito, con relación al medio ambiente y a los recursos propios de la zona, lográndose delimitar así territorios bastante definidos para cada uno de ellos. Las alfarerías de la tradición San Francisco muestran un patrón tecnológico y decorativo que se diferencia de las otras manifestaciones tempranas conformando un estilo cerámico emblemático. Esto último, sumado a su gran dispersión espacial y a su presencia en contextos cerámicos de sociedades que se desarrollaron en ambientes muy diferentes, refleja la participación de los grupos San Francisco en diversos procesos de interacción y de exploración y ocupación de otros territorios.

En la segunda mitad del siglo XIII (durante el Período de los Desarrollos Regionales) y, en relación con los procesos de concentración demográfica e intensificación productiva que llevaron a un nuevo orden social estratificado que se consolida alrededor del siglo XIV (Nielsen 1996), se desarrolla un estilo cerámico representativo de las unidades sociopolíticas que ocuparon la Quebrada de Humahuaca. Esta cerámica, caracterizada por vasijas pintadas en las que contrastan los diseños geométricos negros sobre un fondo rojo, es una manera de representar la ideología compartida por los señoríos quebradeños. A pesar de su gran uniformidad, el estudio comparativo de conjuntos alfareros procedentes de sitios ubicados en la zona central y sur de la Quebrada de Humahuaca, permitió detectar variaciones locales que pueden ser planteadas como indicadores de diferenciación entre las unidades sociopolíticas que se desarrollaron en ambos sectores de la Quebrada.

A través de los ejemplos comentados en estas páginas se ha intentado una introducción a la arqueología de la provincia de Jujuy, siendo sin duda, una mera aproximación al conocimiento de la complejidad y diversidad de los procesos socioculturales prehispánicos que ocurrieron en este territorio ubicado en el extremo del noroeste de Argentina.

## **AGRADECIMIENTOS**

Mi sincero agradecimiento a la Dra Marcia Angélica Alves (MAE-USP) por su apoyo y estímulo para la publicación de este trabajo.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BOMAN, E. 1908 *Antiquités de la région andine de la république Argentina et du désert D'Atacama*. T.II. París
- BRAUN WILKE, R. H. 2001 *Carta de Aptitud Ambiental de la Provincia de Jujuy*. Departamento de Suelos y Ecología. Facultad de Ciencias Agrarias. Universidad Nacional de Jujuy. Ed. UNJU.
- CREMONTE, M. B. 2001 Las pastas cerámicas como una contribución a los estudios de Identidad. *Actas del XIII Congreso Nacional Arqueología Argentina*. Tomo1: 199-210. Córdoba.
- CREMONTE, M. B; SOLIS, N. 1998 La cerámica del Pucara de Volcán: Variaciones locales y evidencias de interacción. *Los Desarrollos Locales y sus territorios. Arqueología del NOA y sur de Bolivia*. (M. B. Cremonte, compil.). Ed. UNJU: 155-196. Jujuy.
- CREMONTE, M.B; ZABURLIN, M.A y PERALTA, S.M. 2002 Una instalación Inka en los valles húmedos de Jujuy. Agua Hedionda (Dto San Antonio). Revista XUXUY (SECTER-UNJU). Edición CD Rom.
- DOUGHERTY, B. 1975 Nuevos aportes al conocimiento del Complejo Arqueológico San Francisco (Sector septentrional de la Región de las Selvas Occidentales). Tesis Doctoral. Universidad Nacional de La Plata. MS.
- \_\_\_\_\_. 1977 Análisis de la variación cerámica en el Complejo San Francisco. *Obra del Centenario del Museo de La Plata*. Tomo II:237-252. Facultad de Ciencias Naturales y Museo. Universidad Nacional de La Plata.
- FERNÁNDEZ, J. 1989 Ocupaciones Alfareras (2.860 ± 160 Años A.P) en la Cueva de Cristóbal, Puna de Jujuy, Argentina. *Revista Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología* 7 (NS): 139-178.
- FERNÁNDEZ DISTEL, A. 1994 Noticia sobre el sitio arqueológico de Abra de Los Morteros y otros lugares de valor prehistórico en la región de Santa Bárbara (Jujuy, Rep. Argentina). *De costa a selva: producción e intercambio entre los pueblos agroalfareros de los Andes Centro-Sur*. (Ed. M.A. Albeck).:255-300. Inst. Interdisciplinario Tilcara (FFyL-UBA). Tilcara.
- GARAY DE FUMAGALLI, M y M.B.CREMONTE 2002 Ocupaciones Agropastoriles Tempranas al Sur de la Quebrada de Humahuaca (Jujuy, Argentina). *Chungara* 34(1):35-52. Universidad de Tarapaca. Chile
- GARCÍA, L. 1989 Las Ocupaciones Cerámicas Tempranas en Cuevas y Aleros de la Puna de Jujuy, Argentina – Inca Cueva Alero I-. *Paleoetnológica* 5: 179-190. Buenos Aires.
- GONZÁLEZ, A. R. 1977 *Arte Precolombino de la Argentina*. Ed. Filmediciones Valero. Buenos Aires.

- \_\_\_\_\_. 1980 Patrones de asentamiento incaico en una provincial marginal del imperio. *Revista Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología* T XIV (1) (NS): 63-82. Buenos Aires.
- GONZÁLEZ, A.R y J. PÉREZ GOLLÁN 1966 El Area Andina Meridional. *Actas y Memorias del XXXVI Congreso Internacional de Americanistas* Vol.1: 241-265. Sevilla.
- KRAPOVICKAS, P 1978 Los indios de la Puna en el siglo XVI. *Revista Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología* T XII (NS): 71-94. Buenos Aires.
- LLAGOSTERA, A y M.A.COSTA JUNQUEIRA 1999 San Pedro de Atacama antes de 1.000 A.D. *Actas del XII Congreso Nacional de Arqueología Argentina..* Tomo 1: 92-101. La Plata.
- NIELSEN, A. E. 1996 Demografía y cambio social en la Quebrada de Humahuaca (Jujuy, Argentina) 700-1535 d.C. *Revista Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología* T XXI (NS): 307-354. Buenos Aires.
- \_\_\_\_\_. 1997 *Tiempo y cultura material en la quebrada de Humahuaca (700-1650 d.C)*. IIT (FFyL- UBA). Tilcara.
- \_\_\_\_\_. 2002 *Quebrada de Humahuaca. Provincia de Jujuy, Argentina. Un itinerario cultural c 10.000 años de historia*. Gobierno de la Provincia de Jujuy. CFI.
- NORDENSKIÖLD, E. 1903 Pracolombische Wohn- und begrabnisplatze and der sud-Westgrenze von Chaco. *Sveska Vetenskaps Akademiens Handlingar*,36. Stockholm.
- NUÑEZ REGUEIRO, V. A Y M. R. A. TARTUSSI 1999 Análisis de la problemática del estudio de las sociedades agropastoriles del Area Centro-Sur Andina. *Actas del XII Congreso Nacional de Arqueología Argentina*. Tomo 1:107-112. La Plata.
- OTTONELLO, M. 1994 La cerámica Angosto Chico Inciso en el sitio del Volcán en el sector meridional de la Quebrada de Humahuaca. *De Costa a Selva: Producción e Intercambio entre los pueblos agroalfareros de los Andes Centro Sur* (Ed. M.A. Albeck): 329-352 Inst. Interdisciplinario Tilcara (FFyL-UBA). Tilcara.
- OTTONELLO, M Y A. M. LORANDI 1987 *Introducción a la Arqueología y Etnología. Diez mil años de Historia Argentina*. Ed. EUDEBA. Buenos Aires.
- PÉREZ GOLLÁN, J. 1973 Arqueología de las culturas agroalfareras de la Quebrada de Humahuaca (Provincia de Jujuy, Rep.Argentina). *América Indígena*. Vol. XXXIII, N° 3:667-679. México.

- REBORATTI, C. 1997 La diversidad ambiental del Noroeste. *De Hombres y Tierras. Una historia ambiental del Noroeste Argentino. (Compil.C. Reboratti):* 11-25. Proyecto Desarrollo Agroforestal en Comunidades Rurales del Noroeste Argentino. Salta.
- RICE, P. 1987 *Pottery Analysis. A Source Book.* Chicago University Press.
- SALAS, A. 1945 El Antigal de Ciénaga Grande (Quebrada de Purmamarca, Prov. de Jujuy). *Publicación del Museo Etnográfico.* Serie A, V. FFyL-UBA.. Buenos Aires.
- SERRANO, F. 1962 *Investigaciones arqueológicas en el valle del río San Francisco (Prov. de Jujuy).* Imprenta salesianos. Salta.
- SICA, G y S. SANCHEZ 1996 Pueblos indígenas de la Quebrada de Humahuaca. Siglos XVI y XVII. La integración surandina cinco siglos después. *Estudios y debates regionales andinos* 91:287-306. CBC.Cuzco.Perú.

# RITUAIS FUNERÁRIOS E PROCESSOS CULTURAIS : OS CAÇADORES-COLETORES E HORTICULTORES PRÉ-HISTÓRICOS DO NOROESTE DE MINAS GERAIS<sup>1</sup>

GLAUCIA MALERBA SENE <sup>2</sup>

## ABSTRACT

By considering the mortuary practices as a set of individual and collective attitudes during the death of a group member, we realized that the majority of these behavioural procedures haven't preserved at all. On the one hand, material evidences of these rituals are quantitatively scanty, on the other they are qualitatively symbolic not only among horticulturalists but also among hunter-gatherers. For this reason, our main aims were to study the continuity and change of the mortuary practices and to understand their symbolic and cultural mechanisms based on hunter-gatherer and horticultural societies who inhabited the Gentio cave archaeological site in northwest of Minas Gerais state from 10,000 ± 120 BP (SI6837) to 410 ± 60 BP (SI 2836). During our study we made use of theoretical postulates that allowed to understand the mortuary practices as one of the most important symbolic evidences of the archaeological context. Thus we selected some variables that permitted to investigate not only biological features of these populations, but also the meanings of mortuary structures and their relationship with the whole culture, such as: total number of burials and individuals, body treatment, sex and age distinctions, grave-goods, associated structures, and chronological and spacial positions.

**Palavras-chave:** arqueologia pré-histórica, rituais funerários, antropologia biológica

---

\* Este artigo corresponde a uma síntese de nossa dissertação de Mestrado em Arqueologia, junto ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Defendida em 1999, o citado trabalho foi apresentado na Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), em Recife, em setembro do mesmo ano.

\*\* Pesquisadora do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), Rio de Janeiro  
Rua Dona Maria, 29/108, Tijuca, Rio de Janeiro, RJ - 20541-030 Tel.: (21) 2238-3215  
gmalerba@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

Ao entendermos ritual funerário como um conjunto de atitudes individuais e manifestações coletivas por ocasião da morte de um membro do grupo, percebemos que grande parte destes procedimentos não se preserva materialmente. Se, por um lado, as evidências materiais destas manifestações ritualísticas são quantitativamente escassas, por outro, são qualitativamente simbólicas não só entre os grupos horticultores mas também entre os caçadores-coletores. Para tanto, objetivamos entender os mecanismos culturais e simbólicos que regem tais sociedades pré-históricas no que se refere aos rituais funerários, buscando embasamento teórico na arqueologia e na etnografia .

Evidentemente, não pretendemos realizar um trabalho puramente teórico. Desta forma, utilizamos os dados sobre os remanescentes ósseos humanos e demais evidências culturais provenientes das escavações no sítio arqueológico Gruta do Gentio II (MG-RP-6) (cf. MACHADO et alii, 1981/2, DIAS JR., CARVALHO, 1981/2). No entanto, não objetivamos fazer uma análise das características biológicas da população local, embora algumas informações deste gênero sejam utilizadas. Foram, então, um meio para conhecermos os rituais funerários do sítio em questão.

Efetivamente, então, nosso objetivo principal foi a reconstituição dos rituais funerários dos caçadores-coletores e horticultores que habitaram o sítio arqueológico Gruta do Gentio II (MG-RP-6) entre 10.000 e 400 AP, considerando como variáveis (inumação e cremação), os tipos de sepultamentos (primário, secundário e indeterminado), o sexo (masculino, feminino e indeterminado), a idade (criança, adolescente, adulto e idoso), os acompanhamentos funerários e as estruturas associadas (quantidade, qualidade, variedade e matéria-prima), tendo como base os remanescentes ósseos humanos das ocupações pré-históricas de caçadores-coletores e horticultores. As categorias de espaço (áreas ocupacionais da gruta) e tempo (camadas estratigráficas) também foram consideradas e cotejadas com as variáveis anteriormente citadas, tornando-se essenciais para a realização desse trabalho, que visa compreender os processos de continuidade e mudança na pré-história, a partir das práticas mortuárias e seus respectivos significados. Dado o grande número de variáveis a serem consideradas neste tipo de trabalho, selecionamos as que mais se adequavam aos objetivos e às limitações desse estudo. O termo limitações refere-se ao fato de que o sítio Gruta do Gentio II não foi sistematicamen-

te analisado; algumas análises preliminares já foram feitas, mas ainda não foram publicadas.

O potencial do estudo dos rituais funerários entre populações caçadoras-coletoras e horticultoras tem sido pouco explorado na literatura brasileira. Na maioria das vezes, as práticas mortuárias são subdivididas em subsistemas menores, os quais, por sua vez, são analisados e descritos sem relação com o todo – o sistema humano, ou até sem vinculação com os demais componentes do mesmo.

O modelo de sistemas humanos justifica seu uso como instrumento analítico que enfatiza (entre outros pontos) o papel da biologia humana e sua inter-relação com o desenvolvimento cultural humano (STICKEL, 1982, p.6).

O interesse pelo estudo das práticas mortuárias, muitas vezes definidas como padrões de enterramento, tem sido evidenciado nos trabalhos científicos de MACHADO (1984,1990,1992,1995), MACHADO, SENE E SILVA (1991,1993), KNEIP e MACHADO (1992,1993). Assim, sobre as inferências que podem ser obtidas a partir da análise dos sepultamentos e quais variáveis são pertinentes ao estudo, MACHADO (1995, p.112) assim estabelece:

Através da análise dos sepultamentos e dos esqueletos humanos preservados em contextos culturalmente definidos pode-se tentar inferências sobre a estrutura social e a organização das sociedades pré-históricas (...). Para classificar e sistematizar as formas de sepultamento, consideramos as seguintes variáveis de acordo com as características próprias dos sítios arqueológicos : a) tipo de sepultamento e tratamento dado ao corpo; b) características das diferentes condições em que foi depositado o corpo; c) características dos diferentes elementos colocados com o corpo no sepultamento (número e tipo de acompanhamento funerário); d) localização espacial dos sepultamentos, em relação às demais estruturas evidenciadas no sítio arqueológico, e) orientação magnética e f) forma e dimensões das covas.

Além da citada autora, mais recentemente MONTARDO (1995) em sua dissertação de mestrado sobre práticas funerárias, demonstrou seu interesse em estudar os sepultamentos enquanto vestígios do ritual funerário, buscando apontar a variabilidade das práticas funerárias.

Tais aspectos têm sido mais ampla e exaustivamente discutidos na literatura estrangeira desde o final do século XIX por Tylor e Frazer, este último tendo publicado o primeiro estudo comparativo sobre práticas mortuárias, buscando, no entanto, mais similaridades do que diferenças culturais, o que demonstrava a fragilidade do trabalho. Só no início do século XX, autores como HERTZ (1907) e MALINOWSKI (1925) (apud BINFORD, 1972) e posteriormente VAN GENNEP (1996 [1932]) dedicaram atenção às diferenças em rituais mortuários em contextos culturais distintos.

Mais recentemente, TAINTER (apud STICKEL, op. cit., p.7) apresenta uma análise do simbolismo nas práticas mortuárias e mostra como elas refletem sistematicamente os diferentes contextos culturais do meio-oeste, centro e sul da Califórnia e Havaí. O autor também critica a utilização dos acompanhamentos funerários como único elemento para a detecção de diferenciação social – *status*. “O ritual mortuário é um processo de simbolização e a natureza de um símbolo é tal que a relação entre a forma de um símbolo e seu referente é arbitrário” (id., ibid., p.7).

Segundo MIREs (s.d.), um corpo de teoria tem sido desenvolvido para auxiliar a reconstrução dos sistemas sociais que deram origem aos costumes mortuários, dentre eles BINFORD (op. cit.) e SAXE (1970).

A maior pressuposição deste corpo de teoria é que a resposta de um grupo social à morte de um de seus membros produziria uma ligação previsível entre o *status* do indivíduo durante sua vida, isto é, sua pessoa social (BINFORD, ibid., p.221)

Contudo, nossa perspectiva analítica e interpretativa não pretende propor modelos gerais e equilibrados para as populações caçadoras-coleto-  
ras e horticultoras, mas quer chamar a atenção para a necessidade de vinculação definitiva da análise e interpretação dos rituais funerários, enquanto componente biológico, aos demais componentes (subsistemas) material, tecnoeconômico, social, ideológico, psicológico e comunicacional do sistema humano num ambiente específico (STICKEL, ibid., p.17).

A proposta de BINFORD (1972, p.220-2) para o estudo das práticas mortuárias, sugere que o tratamento funerário diferenciado pode ser entendido a partir de quatro variáveis principais, a saber: sexo, idade, *status* e filiação social. Estas, por sua vez, podem ser combinadas com

outras de importância secundária, dependendo do caso a ser analisado, dada a heterogeneidade dos rituais funerários intra e inter sociedades.

A heterogeneidade nas práticas mortuárias que é característica de uma única unidade sócio-cultural variaria diretamente com a complexidade da hierarquia de *status*, tanto quanto com a complexidade de toda a organização da sociedade. (BINFORD, *ibid.*, p.222)

De acordo com o citado autor quanto maior o *status* do morto, maior será o grau de envolvimento da comunidade nas atividades dos rituais e conseqüentemente maior será o dispêndio de energia para realizá-las.

Verificamos que o estudo de contextos funerários é um tema propício para entender *status*, hierarquia, diferenciação social e econômica e questões semelhantes. Deve-se observar, porém, que os problemas são hoje vistos como muito mais complexos e que os contextos funerários são examinados como parte de configurações sociais totais (MENESES, 1983).

TAINTER (1974), por sua vez, acrescenta que o dispêndio de energia deveria ser refletido por características do enterramento como tamanho e grau de elaboração da sepultura, método de manuseio e disposição do corpo e a natureza dos acompanhamentos funerários. Neste sentido, enfatiza ao autor que “a quantidade de energia gasta no cerimonial mortuário é o elemento arqueológico chave que reflete as variações na estrutura hierárquica na pré-história”.

O'SHEA (1984, p.39-41 apud MONTARDO, *op. cit.*, p.22-3) apresenta seis categorias gerais para o estudo dos rituais mortuários, a saber: (1) aspectos biológicos (número de indivíduos, sexo e idade de cada um), (2) preparação e tratamento do corpo (tipo de disposição do corpo, cremação/inumação, posição, se estiver articulado, padrão de associação dos ossos, se desarticulados, número de indivíduos em cada receptáculo, tratamentos anteriores ao enterramento, tais como descarne, mutilações, exposição, exumação e enterramento secundário), (3) características da sepultura ou cova (forma, dimensões, profundidade, orientação cardinal, cobertura, preenchimento), (4) acompanhamentos funerários (variedade, quantidade, qualidade, tipo de material), (5) localização (macro - se a área está relacionada a áreas de outras atividades ou a outras áreas de enterramento, meso - distribuição espacial entre os enterramentos de uma mesma área de deposição e micro - distribuição espacial de cada unidade) e (6) aspectos ambientais (condições ambientais ao tempo do enterramento

como, por exemplo, a estação do ano, através de vestígios de pólen, larva de insetos, etc).

Haja vista o número de variáveis que deveriam ser consideradas no estudo das práticas mortuárias, o maior problema seria quais parâmetros usar para selecioná-las a ponto de fazer a escolha certa. Acreditamos, pois, que devam ser aquelas que mais se adequam ao caso de estudo de cada pesquisador.

Da mesma forma, são muitas as variáveis necessárias para se alcançar uma coerente interpretação dos rituais funerários, também são inúmeras aquelas que influenciam e promovem mudanças, de menor ou maior escala, no seio das comunidades caçadoras-coletoras e horticultoras. É fundamental que todas ou boa parte delas sejam consideradas para que os objetivos pré-estabelecidos possam ser atingidos e conclusões pertinentes e passíveis de credibilidade possam também ser aventadas.

Consideramos também que um amplo conhecimento da estrutura e organização das sociedades caçadoras-coletoras e horticultoras seja muito importante para que as variáveis escolhidas possam ser adequadamente estudadas e equacionadas ao longo do processo de análise.

No caso do sítio arqueológico Gruta do Gentio II, situado no noroeste de Minas Gerais, nossa unidade de análise, em quatro etapas de escavação foi possível identificar dois horizontes culturais  $\frac{3}{4}$  um, mais antigo, de caçadores-coletores e outro, mais recente, de horticultores  $\frac{3}{4}$  cujas datações, que variam aproximadamente 10.000 a 7.000 AP e 3.500 a 400 AP, coadunam-se com os demais trabalhos de pesquisa já realizados na região (cf. DIAS JR, 1976/7, BIRD, DIAS JR, CARVALHO, 1991, PROUS, 1992).

Contudo, algumas dúvidas ultrapassam este quadro arqueologicamente definido e delimitado: (1) da mesma forma que parece ocorrer uma clara distinção entre os sistemas culturais – caçador-coletor e horticultor – no sítio em questão, será que isto também ocorreu ao nível dos costumes mortuários, já que tem sido acentuado por diversos autores que há uma grande variabilidade nas práticas funerárias, não só em sítios arqueológicos próximos, mas também em camadas estratigráficas de um mesmo horizonte. Se mudanças ocorreram ao longo de mais de 5.000 anos de ocupação, principalmente ao nível desses rituais, elas poderiam ser arqueologicamente diagnosticadas e simbolicamente interpretadas e as causas a elas associadas poderiam ser processualmente reconhecidas?

Considerando a problemática relacionada ao estudo dos rituais funerários, à continuidade e mudança de suas manifestações, ao inter-relacio-

namento destas ocorrências específicas com a dinâmica caçadora-coletora e horticultora dentro de uma perspectiva sincrônica e diacrônica, buscamos algumas respostas específicas para a continuidade de algumas práticas funerárias e para a diminuição da frequência de outras, ao longo dos horizontes culturais distintos do sítio arqueológico Gruta do Gentio II. Muitos autores, alguns já citados anteriormente, propõem diferentes interpretações, mas tais sugestões à medida que analisadas e julgadas coerentes serão oportunamente apresentadas no corpo deste trabalho.

Ainda permanecem algumas questões cruciais: até onde nós podemos ir para a aquisição de um conhecimento objetivo do passado e que certeza nós podemos ter da acurácia daquilo que acreditamos saber sobre ele, dada a propensão dos julgamentos de valor a colorir nossas interpretações (TRIGGER, 1989, p.381).

Embora tivéssemos empregado os pressupostos teóricos da arqueologia processual (teoria dos sistemas, estudos etnográficos) e pós-processual (importância do indivíduo, valorização dos aspectos simbólicos), consideramos como fundamentais aqueles da arqueologia social cognitiva, que acrescentou novas reflexões a respeito do conteúdo simbólico dos rituais funerários. A abordagem simbólica já vinha sendo enfocada pelo pós-processualismo e tomou um novo impulso com a sistematização de seus pressupostos teóricos a partir dos anos noventa. Para isto, autores como RENFREW, BAHN (op.cit.), PEEBLES (1992), GARDIN (1992), entre outros têm sido uma participação fundamental.

Segundo RENFREW e BAHN (op.cit.), a arqueologia cognitiva é o estudo das formas de pensamento do passado a partir de remanescentes materiais. Ela procura incorporar a informação sobre os aspectos simbólicos e cognitivos, reconhece que a ideologia é uma força ativa dentro das sociedades, vê a cultura material como um fator ativo na constituição do mundo no qual vivemos, já que os indivíduos e as sociedades constroem sua própria realidade social. A arqueologia cognitiva tem um lugar importante dentro dessa construção, pois leva em conta o papel criativo do indivíduo, sem atingir a extrema subjetividade e considera que a construção de leis gerais não é adequada para a arqueologia.

GARDIN (op.cit.) acentua a importância da ciência cognitiva no discurso científico, pois se estamos falando sobre as pessoas, nós necessaria-

mente deveríamos pensar na reconstituição das construções simbólicas e dos modos de pensamentos dessas pessoas no passado.

Qualquer prática social é completamente simbólica, e não há instrumento, nem atividade, nem produto que seja verdadeiramente vazio de significado (...). É essencial considerar esta dimensão simbólica como a mais importante e construir hipóteses que permitem recuperar seu significado, pelo menos em parte (MOLINO, 1992, p.22).

RENFREW e BAHN (op. cit.) reconhecem a impossibilidade de se inferir o significado de um símbolo dentro de uma cultura específica, através de um único objeto. Há a necessidade de a princípio ver como ele é usado e vê-lo no contexto, em associação com outros símbolos. “As coisas que nós encontramos em parte no registro arqueológico são produtos dos pensamentos e intenções humanas e isto oferece tanto potencialidades quanto problemas em seu estudo” (id., *ibid.*, p.370).

A cultura material é um fenômeno cultural codificado duas vezes : uma vez na mente do artesão e a outra na forma física do objeto. Essa dupla codificação permite comparar três fenômenos culturais, ou seja, seus aspectos cognitivos e comportamentais (NEWTON, 1987, p.15).

Os autores citados acima acentuam ainda que existe em cada mente humana uma concepção de mundo, uma estrutura interpretativa, um mapa cognitivo. Assim, uma comunidade na qual as pessoas vivem juntas, compartilham da mesma cultura, falam a mesma língua, freqüentemente possuem a mesma visão do mundo – um mapa cognitivo comum.

A partir dessa explanação, podemos verificar que o estudo dos rituais está mais intimamente relacionado aos símbolos de valor e poder nas relações entre os seres humanos, o que é difícil de demonstrar entre sociedades de economia não monetária. Neste caso, a etnografia pode auxiliar, mas não muito, já que para esse período não há estudos etnográficos nem registros escritos. Ademais, os rituais funerários, nosso tema de estudo, podem ser interpretados a partir da perspectiva simbólica, que trata das relações humanas com o outro mundo. Neste caso, o arqueólogo depara-se com o problema de que nem sempre o sistema de crenças religiosas se faz representar na cultura material (sociedades caçadoras-coletoras, por exemplo).

O estudo da cultura material é o estudo do material para entender a cultura, descobrir as crenças – os valores, as idéias, as atitudes e as suposições – de uma comunidade particular ou sociedade num dado tempo (PROWN, 1993, p.1).

No estudo dos rituais, devemos direcionar nossa atenção para alguns indicadores arqueológicos: (1) os rituais podem realizar-se em lugares especiais ou com características naturais importantes (grutas, cavernas, topo de montanhas, etc); (2) alternativamente, os rituais podem situar-se também em construções especificamente feitas para eles (templos ou igrejas); (3) a estrutura e o equipamento usado para o ritual sejam eles fixos (fogueiras ou igrejas) ou móveis (luzes, vasos, roupas, sinos, etc); (4) a área sagrada é provavelmente rica em símbolos repetidos, (5) presença de figuras de animais, muitas vezes considerados como sagrados ou símbolos de poder ou de *status*; (6) o ritual geralmente envolve gestos, orações, danças, músicas, manifestações de dor, que podem estar refletidos na arte local; (7) sacrifício de animais; (8) comida e bebida podem ser depositadas ou queimadas; (9) outros objetos materiais podem ser trazidos e oferecidos pos ocasião do ritual, sendo quebrados ou mantidos inteiros, (10) a opulência pode ser refletida pela profusão de equipamentos usados, oferendas feitas nas instalações locais (cf. RENFREW, BAHN, op. cit.).

A abordagem cognitiva, quando enfoca necessariamente os rituais mortuários também defende a importância dos mesmos como base para interpretações sociais, através do estudo dos acompanhamentos funerários como forma de se obter informações sobre riqueza e *status* dentro da comunidade, especialmente entre sociedades mais segmentárias. Estas associações entre os membros da comunidade e as oferendas também correspondem a uma parte das atividades simbólicas.

O processo de produção e uso de um objeto representa “princípios gerais” que são mapas cognitivos não só de concepções ideológicas, mas também de ação social. Em arqueologia, estes mapas de ação social são sugestivos de estratégias de identificação social ao redor das quais fronteiras entre diferentes grupos são estruturadas. Neste sentido, a cultura material não é neutra mas ocupa um papel central na representação de relações sociais (CONKEY, 1989, p.151 apud WRIGHT, 1993, p.247).

No contexto dos rituais funerários, a cultura material representada por objetos rituais e algumas vezes preparada unicamente para a cerimônia mortuária, apresenta de maneira geral um maior conteúdo simbólico (cf. NEWTON, *op.cit.*).

Naturalmente, os acompanhamentos funerários tinham um significado social, mas também estão carregados de implicações sobre a maneira pela qual as comunidades que os produziram concebiam sua própria mortalidade, o que é uma parcela importante do mapa cognitivo (RENFREW, BAHN, *op.cit.*, p.394)

Em suma, utilizamos com base teórica os pressupostos da arqueologia processual, pós-processual e arqueologia social cognitiva que se complementam em diferentes aspectos e contribuíram conjuntamente para a realização de um trabalho teoricamente mais completo em arqueologia pré-histórica, e especificamente no estudo de práticas mortuárias.

A associação entre teoria dos sistemas e cognição cujos pressupostos foram elaborados em momentos diferentes da história da arqueologia, surgiu-nos pelo próprio tema do estudo – os rituais funerários, pois, ao mesmo tempo, que correspondem a uma parte específica – componente biológico – do sistema, também se inter-relacionam com outros subsistemas, o social, o ideológico (simbolismo), o econômico, dentro de um contexto ambiental específico.

A realidade é apreendida pela razão. Ela, no entanto, não é totalmente coesa.. Faltar-nos-ia a possibilidade de entender o real como um todo de uma só vez. Assim, a apreensão racional da realidade é feita através das partes que a compõem, ou seja, o todo é composto pela soma das partes (...). Assim, todo processo cognitivo é orientado para ser feito a partir da compreensão isolada de cada parte componente do todo em análise (CONSENS, 1992, p. 19).

Ao tentarmos detectar a continuidade e a mudança dos rituais funerários, verificamos também que as explicações não podiam prender-se às amarras de uma única corrente teórica. Para tanto, procuramos estudar, analisar e confrontar os postulados científicos de escolas variadas e percebemos que eles se complementavam na grande maioria de seus pressupostos teóricos. Assim, pudemos integrar simbolismo, cognição com a sub-

sistência, a economia e o social para compormos, na medida do possível, uma visão integrada da sociedade caçadora-coletora e horticultora.

Podem-se focar as forças biológicas na vida humana, e se podem construir explicações para o lugar dos seres humanos dentro do seu ecossistema. Podem-se focar amplamente os aspectos culturais e sociais e as dimensões simbólicas da existência humana e pode-se procurar compreender em termos de conhecimento e de suas representações. Além disso, em relação aos níveis cultural e biológico de análise, um nível cognitivo deve ser acrescentado aos métodos de pesquisa na pré-história (PEEBLES, 1992, p.59).

## MATERIAIS E MÉTODOS

As evidências materiais analisadas foram os remanescentes ósseos humanos e os demais elementos culturais a eles associados provenientes do sítio arqueológico Gruta do Gentio II.

Com relação aos métodos de abordagem, enfatizamos que a dedução ocupou um papel de destaque na estruturação teórica do trabalho, da mesma forma que a indução, já que ambos são essenciais para a composição de um estudo verdadeiramente científico. Já quanto aos métodos de procedimento, empregamos o analítico, o estatístico e o comparativo. No caso, toda a metodologia utilizada na análise dos remanescentes ósseos humanos foi a mesma utilizada por MACHADO (1984, 1990, 1992).

DORAN (1986, p.21 apud COWGILL, 1994, p.74), os métodos são caracterizados pela combinação de abstração, sistematização e exatidão. Ao nosso ver, os métodos, ao mesmo tempo, que permitem a obtenção dos dados e informações a partir de um corpo teórico previamente definido, também são os que viabilizaram a transformação dos dados (observações arqueológicas) em fontes de conhecimento (interpretação).

## O UNIVERSO ESTUDADO: A GRUTA DO GENTIO II

O sítio arqueológico Gruta do Gentio II (MG-RP-6) (16° 15' S / 46° 02' W) foi descoberto durante a Frente Operacional VII do Programa Nacional de Pesquisas no Vale do São Francisco (PROPEVALE), no ano de 1973,



ocupacionais, devidamente associadas a dois horizontes culturais – um, mais antigo, de caçadores-coletores (camadas II, III e IV) e outro, mais recente, de horticultores (camada I) – cujas datações, que variam aproximadamente 10.000 a 7.000 AP e 3.500 a 400 AP, coadunam-se com os demais trabalhos de pesquisa já realizados na região. (FIGURA 3)



Figura 2. Entrada da Gruta do Gentio II

## OS RITUAIS FUNERÁRIOS NOS HORIZONTES CAÇADOR-COLETOR E HORTICULTOR

Do total de noventa e cinco (95) enterramentos e cento e setenta e seis (176) indivíduos do sítio arqueológico Gruta do Gentio II, observou-se que o horizonte mais antigo, o caçador-coleto, *a priori* representado por três ocupações culturais ao longo do tempo, relacionadas às três camadas estratigráficas de números II, III e IV, apresentou-se constituído por vinte e seis (26) enterramentos e trinta e oito (38) indivíduos, correspondendo respectivamente a 27,5% e 21,5% dos totais de enterramentos e de indivíduos. Quanto ao horizonte horticultor, há sessenta e nove (69)



Figura 3. Área interna da Gruta, início das escavações (1976)

enterramentos e cento e trinta e oito (138) indivíduos, correspondendo a 72,5% e 78,5% respectivamente.

O tratamento dado ao corpo apresentou diferenciações em quantidade e variedade. No entanto, tanto o costume mortuário de inumar quanto o de cremar esteve presente nos horizontes caçador-coletor e horticultor. Entre os grupos caçadores-coletores, a prática de inumação correspondeu a 35% do total de enterramentos desse horizonte, enquanto entre os horticultores equivaleu a 80%. Já a cremação representou 65% das práticas funerárias no horizonte caçador-coletor e 20% no horticultor.

Quanto ao costume mortuário de inumar, observou-se que os enterramentos primários corresponderam a 15,5% no horizonte caçador-coletor contra 23% no horticultor, o tipo secundário equivaleu a 19% no caçador-coletor e 48% no horticultor e o tipo que não pôde ser determinado não ocorreu entre os caçadores-coletores, mas representou 8,5% da prática de inumação entre os horticultores.

A cremação do tipo primário (Antes da Decomposição dos Tecidos Moles - ADTM) representou 27% das práticas mortuárias do horizonte caçador-coletor e 6% do horticultor. Já aquela do tipo secundária (Pós-Decomposição dos Tecidos Moles - PDTM), correspondeu a 38,5% dos costumes funerários do horizonte mais antigo contra 14,5% do mais recente.

Segundo MACHADO (1990) em seu trabalho sobre as práticas de cremação em Minas Gerais, a autora assinala que no caso do horizonte caçador-coletor do sítio em questão observa-se que 82,5% dos enterramentos foram cremados no próprio local e 17,5% deles foram queimados em outro local e re-depositados na Gruta. A maioria desses enterramentos, pelas marcas deixadas nos ossos, foram cremados já sem os tecidos moles (secundário PDTM). Quanto ao horizonte mais recente, a citada autora demonstra que ocorreu o inverso, sendo que 40% dos enterramentos cremados foram queimados na própria Gruta e 60% deles foram cremados em outro local e re-depositados no local em questão.

Quanto às diferenciações sexuais, observa-se que os indivíduos masculinos correspondem a 18,5% no horizonte caçador-coletor e 21% no horticultor. Os femininos representaram 10,5% entre os caçadores-coletores e 19%, entre os horticultores. Já os de sexo indeterminado corresponderam a 71% no horizonte caçador-coletor e 60% no horticultor. Esse alto índice percentual relaciona-se às crianças e aos adolescentes cuja diagnose de sexo não é metodologicamente indicada, já que as características diagnósticas não estão completamente definidas na estrutura óssea.

No que se refere à idade, constatou-se que as crianças representaram 34,5% dos indivíduos no horizonte caçador-coletor e 43,5% no horticultor, os adolescentes 13% no primeiro e 8% no segundo, os adultos 52,5% e 47% e, por fim, os idosos que corresponderam a 0% dos indivíduos no horizonte caçador-coletor e 1,5% deles no horticultor.

As estruturas associadas apresentam-se relacionadas a 46% dos enterramentos do horizonte caçador-coletor e a 60% dos do horticultor, constituindo-se na maioria por fogueiras e conjuntos de blocos calcários ao redor da cova. Os acompanhamentos funerários, por sua vez, foram evidenciados junto a 38,5% dos enterramentos do horizonte caçador-coletor e a 71% dos do horizonte horticultor. As estruturas associadas e principalmente os acompanhamentos funerários apresentaram-se em maior quantidade, qualidade e variedade no horizonte mais recente que no mais antigo.

Quanto à distribuição espacial, observamos que as comunidades caçadoras-coletoras e horticultoras utilizaram mais as áreas intermediária e interna da Gruta do Gentio II. Desta forma, verificou-se que comparativamente não houve nenhum enterramento no horizonte caçador-coletor depositado na área externa. Ao contrário, 26% dos sepultamentos dos gru-

pos horticultores estão nesta área. Na porção intermediária da Gruta, foram evidenciados 34,5% dos enterramentos do horizonte caçador-coletor e 65% dos do horticultor. Na área interna, estão localizados 65,5% dos sepultamentos das comunidades caçadoras-coletoras e 9% daqueles dos horticultores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudarmos os processos culturais de continuidade e mudança dos rituais funerários em horizontes culturais de caçadores-coletores e horticultores pré-históricos, tínhamos consciência não só do potencial e das limitações desse estudo. Evidentemente, procuramos acreditar mais no potencial mas também das limitações para que nossa pesquisa pudesse prosseguir de forma teoricamente orientada.

Embora tivéssemos conhecimento das inúmeras variáveis que são importantes para a compreensão dos significados das práticas mortuárias, procuramos selecionar aquelas que, ao nosso ver, mais se adequavam ao nosso caso de estudo. Assim, consideramos como variáveis o número de enterramentos e de indivíduos, o tratamento dado ao corpo, os tipos de enterramento, as diferenciações sexuais e etárias, os acompanhamentos funerários, as estruturas associadas e as distribuições espaciais e temporais para cada um dos horizontes culturais. Evidentemente, a reconstituição total das sociedades caçadoras-coletoras e horticultoras da Gruta do Genio II não foi possível, mas várias observações e conclusões a respeito dos seus rituais funerários permitiram-nos conhecer um pouco mais sobre outros subsistemas do sistema humano, dentre eles: o sociólogo, o material, o tecnoeconômico e o ideológico (STICKEL, 1985). Neste sentido, é fundamental observarmos que todas atividades humanas possuem significados, se não podemos depreendê-los completamente, é importante que o façamos pelo menos em parte (MOLINO, 1992).

Dadas as frequências comparativas entre os horizontes caçador-coletor e horticultor, procedemos um cruzamento de dados a fim de observarmos a existência ou não de alguma recorrência que pudesse fornecer-nos informações a respeito da estrutura simbólica dos rituais funerários entre as populações caçadoras-coletoras e horticultoras.

Primeiramente, consideramos que o significado do número reduzido de enterramentos e indivíduos no horizonte caçador-coletor quando com-

parado ao horticultor, já que ambos tiveram aproximadamente a mesma duração temporal de 3.500 anos, parece adequar-se às características intrínsecas dessas comunidades.

Os grupos caçadores-coletores ocuparam a região, de modo especial a Gruta do Gentio II, por volta de 10.000 anos A.P., já teoricamente considerado como período holocênico. Entretanto, as características ambientais do final do Pleistoceno deveriam ter permanecido até cerca de 7.000 anos A.P., como parece ter ocorrido em área vizinha, a de Varzelândia, mais ao norte de Minas Gerais (MENEZES, 1997, p.225). O ambiente deveria ser mais seco e com condições térmicas talvez mais baixas que as atuais, tendo repercutido na flora, na fauna e na vida humana. Boa parte do cerrado possivelmente era compartilhada com a caatinga. A fauna embora similar à contemporânea estaria adaptada às condições vigentes. Os cursos d'água seriam menos caudalosos. O número de cursos intermitentes seria mais expressivo que os atuais em função da pouca precipitação e do elevado índice de evaporação.

Esses fatores teriam, então, repercutido na densidade demográfica dessas populações, demonstrada pelo pequeno número de indivíduos no horizonte caçador-coletor do sítio em questão. Ademais, acreditamos também que as condições ambientais precárias para as populações caçadoras-coletoras que habitaram a região nesse período, caracterizada por mais rigidez ambiental (seca), poderiam ter reduzido a taxa de fertilidade das mulheres como ocorre entre grupos caçadores-coletores atuais de regiões desérticas da África e Austrália.

O horizonte horticultor, por sua vez, apresenta um número de indivíduos quatro vezes maior que o caçador-coletor, o que estaria de acordo com a estrutura geral das comunidades que conhecem e praticam uma agricultura mesmo que incipiente. A elevada densidade demográfica é considerada como o resultado de um processo de estabilidade alimentar durante todo o ano e o baixo índice de deslocamentos em busca de suprimentos. É bem verdade que essas comunidades não eram completamente sedentárias, pois ainda utilizavam a coleta de frutos silvestres e insetos, que entre outras complementavam sua dieta. Supomos, então, que isto associado ao clima mais ameno, semelhante ao atual, explicaria em parte a elevada população das comunidades horticultoras que ocuparam a Gruta do Gentio II no período de aproximadamente 3.500 a 500 anos A.P.

Ao considerarmos o tratamento dado ao corpo, percebemos, então, que houve continuidade tanto da prática de inumação quanto da de cre-

mação. No entanto, há de se acentuar que estas ocorreram com características e freqüências diferenciadas. Assim, a cremação era o tratamento funerário mais freqüente entre as comunidades caçadoras-coletoras enquanto a inumação o era entre as horticultoras.

Evidentemente, ao refinarmos o estudo do tratamento dado ao corpo a partir da especificação dos tipos de enterramentos evidenciados nos horizontes culturais do sítio, observamos que para a prática de inumação os enterramentos do tipo secundário apresentam-se em maior intensidade, de modo especial no horizonte horticultor o que demonstraria a importância do ritual funerário para essas sociedades. Este tipo de sepultamento acarretaria um maior dispêndio de energia e a necessidade de um maior número de pessoas da unidade familiar para a preparação e realização do segundo funeral. No horizonte mais antigo, a diferença percentual entre os tipos primário e secundário foi pequena, enquanto no mais recente ela mostrou-se bastante acentuada.

Entre os horticultores, o tratamento dado ao corpo após a morte do indivíduo (enterramento primário) foi preferencialmente conferido às mulheres, embora haja homens, em menor número que receberam tal cuidado. Destacamos duas ocorrências que parecem expressar significados diferenciados. Tratam-se dos enterramentos de dois indivíduos femininos (n<sup>os</sup> 4 e 12), os únicos idosos de todo sítio, que apresentaram farto e diferenciado acompanhamento funerário, tendo sido cuidadosamente depositados em área mais interna da gruta, suscitando possivelmente um desejo do grupo de protegê-los. O enterramento 4 teve a idade diagnosticada entre 60 e 70 anos enquanto o 12, em mais de 50 anos, este último destaca-se ainda mais por apresentar uma grande enxó fragmentada – instrumento para desbastar madeira – junto ao corpo que poderia ter sido de uso próprio ou de um parente próximo, sendo a fragmentação decorrente da utilização exacerbada ou intencional, significando possivelmente o fim da vida (cf. UCKO, 1969). Destacam-se os esqueletos de dois pequenos animais sobre os pés, sendo um de ave, o qual poderia ser um animal de estimação, presença de sabugos de milho e cabaça, podendo ser evidências materiais relacionadas com a preocupação em alimentar o morto durante sua passagem para outra vida, além de pendentes e adornos atípicos que se sobressaíram pela quantidade, qualidade e variedade. Autores como RODRIGUES (1983) e UCKO (op. cit.), entre outros, têm apresentado exemplos etnográficos que demonstram estas interpretações simbólicas.

Quanto a valorização do idoso, parece estar evidente sua importância para a comunidade, já que 100% deles tiveram tratamento diferenciado não só no que se refere à idade, mas também por serem indivíduos femininos. No Vietnã, por exemplo, o *status* do ancião é muito valorizado e o respeito que lhe é conferido durante sua vida deve continuar após sua morte, quando ele se transformará em ancestral a ser cultuado (RODRIGUES, op. cit.). Entre os grupos tribais brasileiros, aos idosos são destinados maior respeito e conseqüentemente maior “poder” frente à comunidade devido à sabedoria que encerram RIBEIRO, 1987b, MELATTI, 1987). Evidentemente, pelas circunstâncias contextuais desses dois casos no horizonte horticultor do sítio, acredita-se na intencionalidade inexorável desses rituais funerários.

Ainda no que se refere ao tratamento do corpo no horizonte horticultor, gostaríamos de assinalar que, se por um lado, os enterramentos femininos do tipo primário foram em maior número, por outro, os do tipo secundário apresentaram um percentual maior de masculinos, demonstrando, pois, uma diferenciação do tipo de tratamento dado a sexos distintos. Embora haja discordância de alguns autores, no sentido de acreditarem que a distinção social em vida, seja ela sexual e/ou etária, possa ser ou não necessariamente reiterada por ocasião da morte, indagamos até que ponto o *status* muda com a morte do indivíduo ou mesmo é omitido. Assim, se um membro do grupo ocupa uma posição de destaque frente à comunidade, acreditamos que isto seria expresso no seu ritual funerário e arqueologicamente identificado através da combinação de uma série de variáveis e de observações contextuais. Como enfatizou BINFORD (op. cit.), quanto maior a importância do indivíduo, maior será o envolvimento da comunidade e maior o dispêndio de energia na realização da cerimônia mortuária, o que parece ter sido o caso dos enterramentos supracitados.

O ritual funerário de cremação tem sido interpretado por alguns autores (MORIN, 1970) como uma forma de evitar o contato com a decomposição do corpo e com os infortúnios dela decorrentes ou mesmo para solucionar questões relacionadas ao espaço habitacional. Além disso, ao fogo utilizado nessas ocasiões seria atribuído um significado especial ou ritual e não mais utilitário. Certamente, por estarmos tratando com categorias simbólicas, especialmente ao nível da pré-história, não podemos afirmar que teriam sido estas as razões ideologicamente definidas pelas comunidades caçadoras-coletoras e horticultoras da Gruta do Gentio II ao

cremarem seus mortos, mas correspondem a algumas reflexões que dentre outras que existem a respeito do tema.

No horizonte caçador-coletor, há uma maior frequência de indivíduos cremados no próprio local, enquanto no horticultor acontece o inverso, sendo o processo crematório propriamente dito realizado em outro lugar, usando-se a Gruta apenas para a redeposição dos restos mortuários (MACHADO, op. cit.). Ademais, a grande maioria dos enterramentos cremados de ambos os horizontes sofre esta intervenção após a decomposição dos tecidos moles (secundário, PDTM). A maior diferença refere-se, pois, ao local de realização da cremação.

A preocupação com os enterramentos de crianças parece significar que mesmo não estando incorporadas ao sistema social e econômico do grupo, elas mereceram um tratamento funerário. Grande parte delas sofreu a intervenção secundária, tanto através de inumação quanto de cremação, que implicaria maior dispêndio de tempo e energia, provavelmente em nível familiar.

No horizonte horticultor observou-se a ocorrência de um enterramento primário (inumação) de criança (nº 10), parcialmente mumificado, com idade estimada entre 9 e 10 anos com destacada quantidade, qualidade e variedade de vestígios culturais, elaborados em diferentes tipos de matéria-prima (adornos, tecidos, vegetais, etc), demonstrando um extremo cuidado na preparação da cova, que foi forrada de folha e tecidos, e no tratamento do corpo, que foi envolvido por um fardo de couro (FIGURAS 4 e 5). Pela idade na qual se encontrava, supomos que ela já desempenhasse muitas atividades cotidianas de subsistência, participando assim do sistema econômico do grupo horticultor. GREGG (1979-80) tem aventado essa possibilidade ao estudar outras comunidades agrícolas e caçadoras-coletoras. Isto, então, poderia explicar tão diferenciado enterramento. O significado desse tipo destacado de ritual para uma criança poderia estar relacionado também ao *status* herdado, já que nessa idade é improvável que uma criança tenha alcançado distinção pessoal (RENFREW, BAHN, op. cit., p.188).

Além do enterramento anteriormente citado, outros (n<sup>os</sup> 15, 19, 20, 21, 23, 31, 33, 38, 46, 50, 53, 55, 56, 60 e 90) também de crianças, reforçam o cuidado e não o descaso com os funerais infantis e/ou mesmo a importância dos laços familiares.

O ritual funerário no horizonte horticultor parece ter se caracterizar pelo transporte dos indivíduos em redes ou esteiras, se primários, e em

cestos, se secundários, sendo, então, depositados em covas razoavelmente profundas, forradas por vegetais diversos, especialmente folhas de palmáceas. Alguns enterramentos, também foram recobertos por esse



Figura 4: Enterramento 10 - primário parcialmente mumificado com vasto comportamento funerário. Horizonte Horticultor



Figura 5: Detalhe do enterramento 10 - Fragmentos de couro, tecelagem e extremidade de uma trança com cabelo

mesmo tipo de material vegetal. No caso dos enterramentos primários, parece claro que o corpo era envolvido em peles de animais e tecidos.

A presença de muitos vestígios de alimentos depositados intencionalmente junto aos enterramentos do horizonte horticultor expressa significados importantes: por um lado, a grande quantidade de alimentos cultivados (milho, amendoim) encontrados reafirma que as estratégias de subsistência (subsistema econômico) dessa população tinham se modificado em relação as do horizonte anterior e se tornaram possivelmente a base de sua economia, por outro, a presença de espigas de milho ou de suas sementes sem o sabugo, de amendoim e de cabaças, possíveis recipientes, junto aos indivíduos 4, 9, 10, 12, 16, 18, 28, entre outros, pode simbolicamente assinalar a preocupação da comunidade no sentido de suprir o morto com alimentos para sua longa jornada até a outra vida (cf. RODRIGUES, op. cit., UCKO, op. cit.) ou demonstrar a importância do cultivo de alimentos àquela comunidade cujos exemplares devem acompanhar o indivíduo mesmo depois da sua morte. Segundo RENFREW e BAHN (op. cit., p.187), devemos considerar também que o que é enterrado com o morto não é simplesmente a equivalência exata do *status* ou dos bens materiais pertencentes ao morto ou usados por ele durante a vida. “Os enterramentos são preparados por indivíduos vivos e são usados por eles para expressar e influenciar suas relações com os outros quando ainda vivos tanto quanto para simbolizar ou servir o morto”.

No horizonte horticultor, os acompanhamentos funerários apresentaram-se de forma mais elaborada e em maior quantidade e variedade junto aos enterramentos femininos, muitos constituem peças únicas. Assim, acreditamos na possibilidade da existência de lideranças familiares nas quais o *status* tendia ser herdado através do casamento ou ainda por herança materna, como sugeriu SHENNAN (apud RENFREW, BAHN, ibid., p.188) para um sítio arqueológico estudado por ela na Eslováquia, cujas circunstâncias se assemelham às do sítio em questão.

Os fortes vínculos familiares que perpassam cotidiano das relações sociais, principalmente no horizonte horticultor, parecem explicar as constantes recorrências de enterramentos coletivos, especialmente secundários, associando adultos masculinos e/ou femininos, crianças e adolescentes (n<sup>os</sup> 1, 2, 5, 11, 13, 16, 18, 22, 25, 29, 30, 32, 39, 42, 43, 47, 48, 52, 54, 57, 58, 61, 62, 64, 65, 67, 73, 81, 83, 86 e 91). Estas pronunciadas recorrências de associações acentuam a idéia de serem enterramentos familiares, isto é, de pessoas que viveram juntas e/ou mantiveram estreitas relações sociais, eco-

nômicas e ideológicas. Sendo assim, não poderíamos deixar de chamar a atenção para o enterramento 11 que *a priori* se destaca pela quantidade, qualidade e variedade de acompanhamentos funerários (5823 contas de sementes, um pendente de osso de crânio de peixe, cento e vinte e uma contas “discoidais” de conchas, tecidos, um pendente lítico “fusiforme”, etc), muitos dos quais são ocorrências únicas entre os enterramentos em geral ou entre os indivíduos femininos. Contudo, foi ao combinar as ocorrências supracitadas com outras variáveis, que percebemos que esse enterramento constituía-se de um adolescente com 19 anos cujo sexo pôde ser diagnosticado como feminino, acompanhado de duas crianças, uma com idade entre 0 e 3 meses e outra, entre 1,5 a 2,5 anos. Consideramos este conjunto como uma ocorrência muito importante, pois pode tratar-se de uma família nuclear.

No horizonte caçador-coletor, a maior associação entre oferendas funerárias e as crianças demonstra a importância das mesmas para o grupo, mesmo quando ainda teoricamente não participavam econômica e socialmente da comunidade. Ademais, também os adultos, principalmente os masculinos, apresentavam acompanhamentos funerários. Dentre eles, destacamos o adulto de sexo masculino (nº 68) que possuía um raspador lítico (FIGURA 6). Entretanto, não observamos, mesmo com as associações entre sexo, idade e acompanhamento funerário qualquer diferença de *status* relacionada à pessoa social simbolizada, ao contrário do que percebemos no horizonte horticultor.

Alguns enterramentos coletivos de adultos e crianças cremados (nºs 36, 44, 74, 75, 77, 80 e 94) também foram observados nesse horizonte, demonstrando possivelmente a manutenção de laços familiares que continuavam após a morte (FIGURA 7). Com salientamos *a priori*, também entre as comunidades caçadoras-coletoras, a unidade básica seria a família.

A comparação entre sexo e idade com estruturas associadas também reiterou uma tendência à diferenciação sexual (masculinos e femininos) e etária (adultos e crianças). Tal observação também foi feita no horizonte horticultor no qual percebemos a mesma tendência.

A disposição espacial dos enterramentos no horizonte caçador-coletor parece demonstrar que essas comunidades procuravam proteger seus mortos, tendo-os depositado na área intermediária e no fundo da Gruta. Nesta última, observamos a presença da grande maioria daqueles sepultamentos coletivos, compostos por adultos e crianças.



Figura 6: Enterramento 68, 69 (primários simples) e 96 (secundário cremado). Horizonte Caçador-Coletor



Figura 7: Enterramento 94, 94 A - Secundário cremado. Horizonte Caçador-Coletor.

No horizonte horticultor, observou-se a recorrência dos enterramentos mais importantes, tais como o 10 e o 12, depositados no fundo da Gruta, reafirmando-se possivelmente a idéia de maior proteção. A grande maioria, no entanto, está na área intermediária cuja localização protegeria a todos da ação das chuvas, do sol, do vento e dos animais.

Assim, a Gruta apresenta evidências ocupacionais ao longo de todo o período compreendido entre 3.490 e 410 anos A.P. por uma ou mais comu-

nidades horticuloras, mas apenas durante o tempo necessário para a concretização dos rituais funerários que poderia levar dias, semanas ou até mesmo meses. Como entre os grupos indígenas atuais, o período de realização desses rituais na pré-história também pode ser caracterizado não só como momentos de tristeza e dor, mas também ocasiões para o fortalecimento dos laços de amizade e reciprocidade entre os membros do próprio grupo e aqueles de outras aldeias.

A possível prática de experimentação agrícola no local, a elevada densidade demográfica, os elaborados enterramentos primários, os recorrentes secundários e os constantes vestígios de redes, esteiras e cestos junto aos enterramentos que parecem caracterizar transporte sugerem que a comunidade horticultora manteve seu assentamento-base em outra área que não a Gruta, provavelmente nas suas proximidades. Ademais, é muito recorrente que grupos, cuja organização econômica é mais sedentária, não habitem o mesmo local onde enterram seus mortos.

O estudo dos rituais funerários da Gruta do Gentio II forneceu uma série de informações a respeito da sociedade que os produziu e dos indivíduos que nela interagiu. Evidentemente, não atingimos o conhecimento total dessas sociedades caçadoras-coletoras e horticuloras, mas tentamos deprender através dos contextos mortuários um pouco mais sobre seus sistemas de significados e valores.

O potencial do estudo dos rituais funerários é enorme dentro do contexto da arqueologia pré-histórica brasileira. No sítio arqueológico Gruta do Gentio II, muitas informações ainda podem ser obtidas ao proceder um estudo minucioso de cada um dos itens que compõe os acompanhamentos funerários, através dos quais poder-se-á conhecer mais sobre as técnicas de manufatura de tecidos e de tratamento de couro animal na pré-história, sobre a obtenção e a preparação de artefatos líticos, ósseos e malacológicos, a fim de se detectar contatos inter-grupais, e sobre nutrição e dieta na pré-história, a partir da análise química de fios de cabelo, pele e unhas lá preservados. Ademais, um estudo aprofundado dos inúmeros itens vegetais e insetos encontrados junto aos enterramentos poderiam precisar a época do ano em que se realizaram os rituais funerários.

Parece evidente, então, que muitos outros estudos relacionados à Gruta do Gentio II podem e merecem ser concretizados. Se assim o forem, certamente poderemos conhecer muito mais sobre o universo cultural e simbólico das populações caçadoras-coletoras e, principalmente, das horticuloras que habitaram o cerrado brasileiro durante a pré-história.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BINFORD, L.R. Mortuary practices : their study and their potencial. Approaches to the social dimensions of mortuary practices. **Memoirs of Society American Archaeology**, New York, n.25, p.208-43, 1972.
- BIRD, M.R., DIAS JR., Ondemar F., CARVALHO, Eliana T. Subsídios para a arqueobotânica no Brasil : O milho antigo em cavernas de Minas Gerais, Brasil. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, n.6, p.14-31, 1991.
- CONSENS, Mario. Arqueologia da ideologia. **Anais da VI Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. Rio de Janeiro: CNPq, FINEP, UNESA, 1992. p.10-17.
- COWGILL, George L. Formal approaches in archaeology. In: LAMBERG-KARLOVSKY (ed.). **Archaeological thought in America**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. p.74-88.
- DIAS JR, Ondemar F. Evolução da cultura em Minas Gerais e Rio de Janeiro. **Anuário de Divulgação Científica**. Goiânia, n.3/4, p.110-30, 1976/77.
- DIAS JR., Ondemar F., CARVALHO, Eliana T. Discussão sobre os inícios da agricultura no Brasil. **Arquivos do Museu de História Natural**, Belo horizonte, v.6/7, p.191-8, 1981/2.
- GARDIN, Jean-Claude. Semiotic trends in archaeology. In: GARDIN, PEEBLES (eds.). **Representations in archaeology**. Bloomington: Indiana University Press, 1992. p.87-104.
- GREGG, S. A. A material perspective of tropical rainforest hunter-gatherers: the Semang of Malaysia. **Michigan Discussions in Anthropology**, hunter-gatherer studies, Ann Arbor, v.5, n. 1/2, p.117-36, 1979-80.
- KNEIP, Lina M., MACHADO, Lilia Cheuiche Machado C. A cremação e outras práticas funerárias em sítios de pescadores-coletores pré-históricos do litoral de Saquarema, RJ. **Anais da VI Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. Rio de Janeiro: CNPq, FINEP, UNESA, 1992. v.2, p. 459-67.
- . Os ritos funerários das populações pré-históricas de Saquarema, RJ: Sambaquis da Beirada, Moa e Pontinha. **Documento de Trabalho**, Rio de Janeiro, n.1, p.1-76, 1993.

- MACHADO, L.C. Análise dos remanescentes ósseos humanos do sítio arqueológico Corondó, RJ, aspectos biológicos e culturais. **Bol. do Inst. de Arqueol. Brasil.** (Série Monog.), Rio de Janeiro, n.1, p.1-425, 1984.
- . Sobre as práticas de funerárias de cremação e suas variações em grutas do norte e noroeste de Minas Gerais. **Revista do CEPA**, Rio Grande do Sul, v.20, n.17, p.235-47, 1990.
- . Biologia de grupos indígenas pré-históricos do sudeste do Brasil. As tradições Itaipu e Una. In: MEGGERS, B. (ed.). **Prehistoria sudamericana**, nuevas perspectivas. Washington D.C.: Taraxacum, 1992. p.77-103.
- MACHADO, Lilia M.C.. Tendências à continuidade e mudança em ritos funerários de populações pré-históricas do estado do Rio de Janeiro. In: BELTRÃO, Maria C. **Arqueologia do estado do Rio de Janeiro**. Niterói: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1995. p. 111-18.
- MACHADO, Lilia M. C., SENE, Glaucia A. M., SILVA, Laura P. R. Estudo preliminar de ritos funerários do sítio do Caju, RJ. **Anais da VII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. UFPB, João Pessoa, Paraíba, 1993. p.75-90.
- MACHADO, Lilia M. C., SILVA, Laura P. R., SENE, Glaucia A. M. Padrões mortuários e adaptação ecológica. Tradição Una, RJ. **Anais da VI Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. UNESA, Rio de Janeiro, 1991. v.2, p.476-83.
- MELATTI, Júlio. **Índios do Brasil**. São Paulo: Hucitec, Brasília: Universidade de Brasília, 1987. Cap.10.
- MENESES, Ulpiano B. A cultura material no estudo das sociedades indígenas. **Revista de História** (Nova Série), São Paulo, n.115, p.103-17, jul./set. 1983.
- MENEZES, Rosângela. **Sociedade e tecnologia lítica**, aspectos de ocupações pré-históricas no município de Varzelândia, Minas Gerais. Tese (Doutorado)  $\frac{3}{4}$  Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.
- MIRES, Ann Marie W. **Sifting the ashes: reconstruction of a complex archaic mortuary program in Louisiana**. p. 114-30, s/d.
- MOLINO, Jean. Archaeology and symbol systems. In: GARDIN, PEEBLES (ed). **Representations in archaeology**. Bloomington: Indiana University Press, 1992. p.15-29.
- MONTARDO, Deise L. O. **Práticas funerárias das populações pré-coloniais e suas evidências arqueológicas**, reflexões iniciais. Tese

- (Mestrado) — Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, RS, 1995.
- MORIN, Edgar. **O homem e a morte**. 2 ed. Mem Martins, Portugal: Europa-América, 1970.
- NEWTON, Dolores. Introdução — cultura material e história cultural. In: RIBEIRO, D (ed). **Suma etnológica brasileira**, tecnologia indígena. 2 ed. Petrópolis: Vozes, FINEP, 1987. v.2, p.15-26.
- PEEBLES, Christopher S. Rooting out latent behaviorism in prehistory. In: GARDIN, PEEBLES (ed). **Representations in archaeology**. Bloomington: Indiana University Press, 1992. p.357-84.
- PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. Brasília: Universidade de Brasília, 1992.
- PROWN, Jules D. The truth of material culture: history or fiction? In: LUBAR, KINGERY (ed). **History from things**, essays on material culture. Washington: Smithsonian Institution, 1993. p.1-19.
- RENFREW, Colin, BAHN, Paul. **Archaeology**, theories, methods and practice. London: Thames and Hudson, 1996.
- RIBEIRO, Berta G. Introdução — a linguagem simbólica da cultura material. In: RIBEIRO, D (ed). **Suma etnológica brasileira**, arte índia. 2 ed. Petrópolis: Vozes, FINEP, 1987b. v.3, p.15-28.
- RODRIGUES, José C. **Tabu da morte**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983. 296 p.
- SALMON, Wesley C. Causality in archaeological explanation. In: RENFREW, ROWLANDS, SEGRAVES (ed.). **Theory and explanation in archaeology**. Academic Press, 1982. p.45-55.
- SAXE, A. A. **Social dimensions of mortuary practices**. PhD Thesis, University of Michigan, 1970.
- STICKEL, E. Gary (ed.). New uses of systems theory in archaeology. **Anthropological Papers**, Los Altos, California, n.24, p.5-40, 1982.
- TAINTER, Joseph A. Social inference and mortuary practices: an experiment in numerical classification. **World Archaeology**, v.7, n.1, p.1-15, 1974.
- TRIGGER, Bruce G. **A history of archaeological thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- UCKO, Peter J. Ethnography and archaeological interpretation of funerary remains. **World Archaeology**, n.1, v.2, p.262-80, 1969.
- VAN GENNEP, A. **The rites of passage**. Chicago: University of Chicago, 1996 [1932].

WRIGHT, Rita P. Technological styles: transforming a natural material into a cultural object. In: LUBAR, KINGERY (ed). **History from things**, essays on material culture. Washington: Smithsonian Institution, 1993. p.242-69.



# ESTUDO PALINOLÓGICO EM UM SÍTIO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA UHE GUAPORÉ/MT

MATHEUS DE SOUZA LIMA RIBEIRO\* E MAIRA BARBERI\*\*

## ABSTRACT

The present study is part of a project of archeological rescue within an impacted area in the southeast of the state of Mato Grosso. Its main purpose is to characterize the early occupation of the area by the pre-historical populations and identify both the changes caused in vegetation and the crops they used to cultivate. The sampling design took into account evidences of human occupation and sediment constitution suitable for preservation, including a total of seven samples throughout the stratigraphic profile. The physical-chemical preparation of the sediments was performed according to the standard methodology used on Quaternary sediments, with slight modifications. The material have showed low diversity and concentration of pollen grains and the results revealed variation in vegetation and the presence of charcoal particles throughout the sequence, suggesting human occupation followed of recolonization by the native vegetation.

**Palavras-chave:** Palinologia, resgate arqueológico, populações pré-históricas, sítio arqueológico, Mato Grosso.

---

\* Biólogo, Laboratório de Paleoecologia/Centro de Estudos e Pesquisas Biológicas Universidade Católica de Goiás, Av. Universitária, 1.069 – St. Universitário, 74.605-010, Caixa Postal 86. Phone: +55 62 227-1370. Fax: +55 62 227-1316. e-mail: [limaribeiro@pop.com.br](mailto:limaribeiro@pop.com.br)

\*\* Dra. em Geociências, Laboratório de Paleoecologia – CEPB/UCG. e-mail: [maira@ucg.br](mailto:maira@ucg.br)

## INTRODUÇÃO

O conhecimento dos grãos de pólen se inicia no século XVII com o desenvolvimento da microscopia, mas somente no século XVIII seu papel no processo de fertilização das plantas começou a ser estudado. Posteriormente, com o avanço da microscopia, o pólen passou a fazer parte da sistemática, como caráter extra na identificação das espécies vegetais (Wodehouse, 1935, *apud* Salgado-Labouriau, 1961).

Apesar dos esforços no estudo dos grãos de pólen, foi somente no século XX, com a descoberta da alergia causada pelo pólen (Palinose) e o reconhecimento de que constitui um bom fóssil guia, que os estudos com pólen tiveram um grande impulso constituindo uma nova ciência: a Palinologia (Wodehouse, 1935, *apud* Salgado-Labouriau, 1961).

A palinologia estuda os palinomorfos (grãos de pólen de Angiospermas e Gimnospermas, esporos de Pteridófitas e Fungos, Algas, Dinoflagelados, Foraminíferos, Acritarcas, entre outros), fósseis ou não. Essa linha de pesquisa baseia-se na grande diversidade morfológica dos grãos de pólen e esporos e na estabilidade química da membrana externa (exina) dos grãos, que permite a identificação dos diferentes táxons botânicos. Os grãos são identificados normalmente em nível de família ou gênero a partir de um conjunto de características como número de aberturas, forma, âmbito, ornamentação e tamanho do grão (Salgado-Labouriau, 1984).

O estudo dos palinomorfos fósseis depositados e preservados em seqüências estratigráficas permite elaborar interpretações paleoecológicas a partir da ocorrência e abundância dos mesmos em diferentes níveis do perfil estratigráfico. Desta forma é possível estabelecer as variações ocorridas na vegetação no decorrer do tempo geológico e a partir destas, as mudanças no clima do passado. Nesse contexto, a compreensão da evolução da paisagem é fundamental para a análise e o entendimento dos mecanismos responsáveis pela origem e manutenção da biodiversidade e permite estabelecer modelos mais reais e adequados para a conservação e o manejo equilibrado dos ecossistemas atuais (Salgado-Labouriau, 2001).

A análise palinológica pode ser empregada também na Arqueologia, permitindo caracterizar as alterações na vegetação natural provocadas pela ocupação humana, a chegada de populações pré-históricas em áreas anteriormente desocupadas, o posterior abandono das mesmas e eventualmente a ocorrência de culturas vegetais de caráter antropogênico (Faegri *et al.*, 1989). A análise de pólen pode auxiliar também na correlação de objetos e

instrumentos de sítios arqueológicos com eventos naturais e com a caracterização do ambiente e dos recursos apropriados pelas culturas pré-históricas (Salgado-Labouriau, 1961).

Os resultados da análise palinológica apresentada a seguir constituem parte integrante do resgate arqueológico efetuado na área de abrangência da UHE Guaporé na porção sudoeste do Estado de Mato Grosso e foi conduzido com o objetivo de caracterizar as alterações na vegetação decorrentes da ocupação humana em um dos sítios escavados, bem como verificar a possível presença de plantas cultivadas pelas populações pré-históricas que ocuparam a região.

## ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo corresponde ao sítio arqueológico Guapé 14 situado em um terraço fluvial a aproximadamente 120 m da margem esquerda do Rio Guaporé, no município de Vale do São Domingos, sudoeste do Estado do Mato Grosso, nas coordenadas UTM 21.291.202E / 8.330.528N (Figura 1).

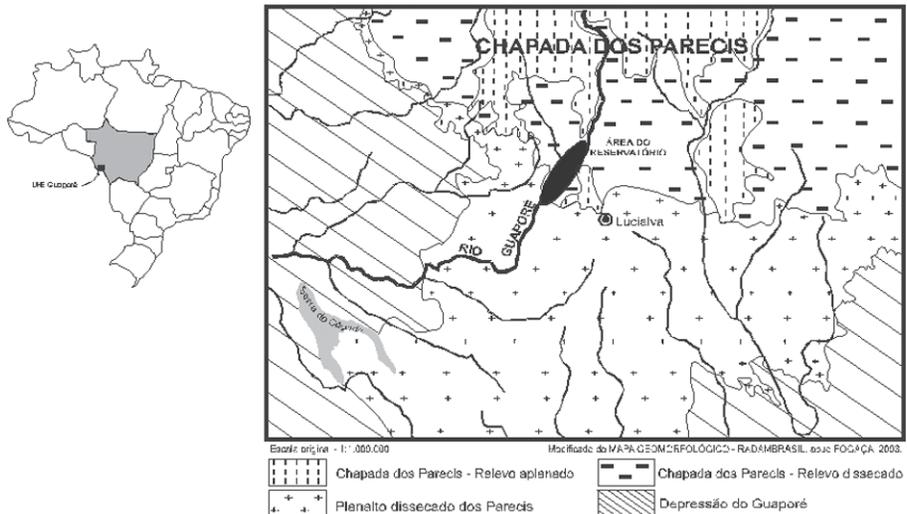


Figura 1: Mapa de localização da UHE Guaporé

O sítio foi objeto de estudo detalhado com sondagens e três escavações arqueológicas para coleta de material e caracterização do perfil estratigráfico da área. O material para análise palinológica é proveniente da escavação B e o sedimento foi coletado ao longo do corte estratigráfico NE G-932 que atingiu a profundidade de 76 cm (Figura 2).

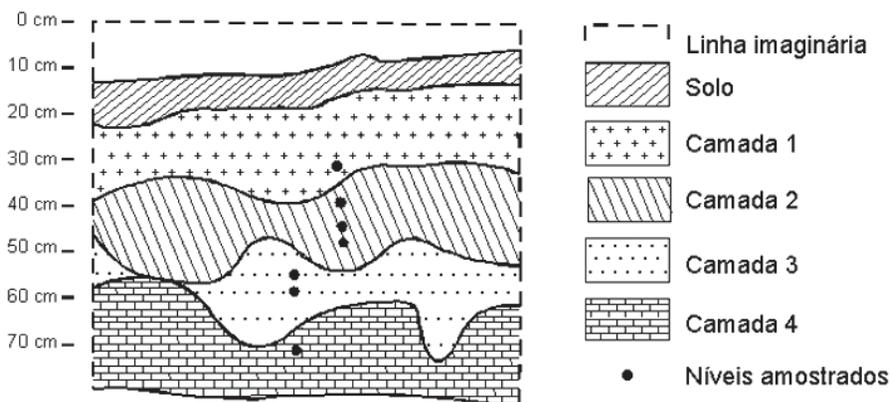


Figura 2 - Corte estratigráfico NE G-932, escavação B

A seqüência estratigráfica deste corte apresenta na base uma camada com aproximadamente 30 cm de espessura de coloração marrom avermelhado a amarelado resultante da decomposição da rocha sotoposta. Sobreposta à camada basal (camada 4) ocorre uma seqüência de espessura variável de cor castanho amarelado a acinzentado (camada 3) que constitui uma faixa de transição entre a camada 04, inferior e a seqüência superior (camada 2) (Fogaça *et al.*, 2003).

A camada 2, com espessura de aproximadamente 40 cm, corresponde a um sedimento de coloração cinza muito escuro, com concentrações locais de grânulos de quartzo e a presença de matéria orgânica e raízes, além de grande quantidade de material arqueológico cerâmico e lítico correspondendo à fase de ocupação mais intensa (Fogaça *et al.*, 2003).

Sotoposto à camada 2 ocorre uma seqüência de coloração cinza escuro a médio, também com ocorrência de material arqueológico, porém de forma escassa (camada 1). A seqüência superior, sem vestígios arqueológicos, corresponde à camada de solo com 5 cm de espessura e coloração cinza escuro com presença de raízes (Fogaça *et al.*, 2003).

Aparentemente a seqüência sedimentar do sítio foi depositada em ambiente terrestre, constituindo resultado de elúvio, com alguma contribuição de colúvio, provavelmente com interferência da dinâmica fluvial do rio Guaporé através da ação de processos erosivos, bem como pela contribuição com sedimentos aluviais em função das diferentes fases do rio.

O sítio se estende pelo terraço, limitado a norte pela rampa do rio Guaporé, a leste por vertente de drenagem de primeira ordem e a sul por rampa suave de cotas mais elevadas que as do sítio (Fogaça *et al.*, 2003).

A oeste, ocorrem afloramentos rochosos de gnaisses e veios de quartzo, onde se desenvolveram solos aluviais associados às planícies aluviais das margens do rio Guaporé (Fogaça *et al.*, 2003).

A vegetação atual na área de estudo é caracterizada por espécies do domínio de contato entre Savana Arbórea Densa e Floresta Estacional Semidecidual, marcada por desmatamento seletivo (Fogaça *et al.*, 2003).

## METODOLOGIA

Embora os processos sedimentares de deposição em condições terrestres oxidantes ou fluviais não favoreçam a preservação dos palinomorfos, a presença de uma camada rica em matéria orgânica constituiu um fator relevante que orientou a pesquisa, já que indicam condições redutoras, favoráveis à preservação dos mesmos.

Aliado a este aspecto, estudos recentes realizados em sedimentos do Neógeno, depositados através de processos fluviais e terrestres nas terras baixas tropicais da amazônia peruana, tem evidenciado a presença de palinomorfos, permitindo análises paleoecológicas quando utilizadas metodologias de preparação que favoreçam a concentração dos mesmos, freqüentemente muito baixa em depósitos com estas origens (Barberi, *et al.*, em preparação).

Desta forma, os objetivos do trabalho, a expectativa de uma baixa concentração de palinomorfos ou a eventual ausência dos mesmos e os novos resultados obtidos para sedimentos de proveniência semelhante, orientaram a seleção dos níveis a serem analisados e as modificações nos procedimentos padrões estabelecidos para análises palinológicas de sedimentos do Quaternário Tardio estabelecidos por Ybert *et al.* (1992).

A seleção dos níveis stratigráficos para amostragem foi orientada por fatores como evidências de ocupação humana e a constituição do sedimento favorável à preservação. Desta forma, foram selecionadas uma amos-

tra de cada camada anterior à ocupação (camadas 04 e 03), três amostras da camada 02, nas porções basal, intermediária e superior, onde o sedimento apresentava melhores probabilidades de preservação além da associação com material arqueológico, e duas amostras, uma na base e outra no topo da camada 01, posterior à maior densidade de ocupação (Figura 2).

A amostragem foi realizada diretamente na parede do corte estratigráfico, segundo os procedimentos padrões de coleta, nos níveis definidos ao longo do perfil (Figura 2). A posição dos níveis analisados e a profundidade em relação à superfície estão indicadas na coluna estratigráfica posicionada na extremidade esquerda dos diagramas de porcentagem e de concentração (Figuras 3 e 4).

Quanto ao tratamento do sedimento visando a eliminação de compostos orgânicos e minerais, concentrando e tornando translúcidos os palinomorfos presentes, este foi iniciado com um volume de 8 cm<sup>3</sup>, muito superior ao normalmente indicado para preparação de material do Holoceno.

A grande quantidade de minerais constituídos por sílica (quartzo e minerais de argila) verificada nas amostras orientou o trabalho no sentido de iniciar a preparação com o bateamento das mesmas e efetuar uma inversão na ordem dos procedimentos, transferindo a fase da técnica do ácido fluorídrico (Assarson & Granlund, 1924 *apud* Faegri *et al.*, 1989), responsável pela eliminação da sílica, para o início do tratamento da amostra.

De modo geral, todas as etapas de preparação propostas por Ybert *et al.* (1992) foram executadas, incluindo a técnica do Hidróxido de Potássio (Von Post, 1967) para eliminação da matéria orgânica, a técnica da acetólise (Erdtman, 1952) para destruição do citoplasma e estabilização da membrana externa (exina) dos grãos de pólen e esporos e a técnica do ácido clorídrico (Faegri & Iversen, 1950), para eliminação dos carbonatos.

Para a elaboração dos diagramas de concentração que mostram o comportamento de cada tipo polínico no decorrer do tempo, independente dos demais elementos, foi utilizado como marcador interno o esporo de *Lycopodium clavatum* (Lycopodiaceae) (Stockmarr, 1971), espécie exótica na região do estudo (Joly, 2002).

O material resultante da preparação foi acondicionado em glicerina para análise em microscópio óptico. Foram lidas no mínimo sete lâminas de cada nível amostrado, com a identificação e contagem de todos os palinomorfos, além de partículas de carvão em dimensões iguais ou supe-

riores a 10  $\mu\text{m}$  (micrometros) que sugerem a ocorrência de queimadas locais (Ferraz-Vicentini, 1999).

Os palinomorfos foram identificados (Figura 6) através de chaves de identificação, catálogos, artigos e livros com descrições dos tipos polínicos já estabelecidos e estudados (Salgado-Labouriau, 1973; Hooghiemstra, 1984; Roubik & Moreno, 1991; Colinvaux *et al.*, 1999; Barberi, 2001). Os dados foram analisados estatisticamente com auxílio do programa Tília e os diagramas montados pelo programa Tiliograph (Grimm, 1987).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da análise palinológica são expressos na forma de diagramas de porcentagem e de concentração (Figuras 3, 4 e 5) indicando a ocorrência, a proporção e as variações nas concentrações dos palinomorfos e das partículas de carvão ao longo do perfil estratigráfico.

Os diagramas mostram diversidade de tipos de algas (Figura 5) e esporos de fungos (Figura 4b) em concentrações variadas ao longo do perfil e poucos tipos de pólen em baixas concentrações que foram identificados a partir de catálogos (Figura 4a).

A baixa representatividade de pólen na seqüência estratigráfica, tanto no aspecto quantitativo como qualitativo, pode estar relacionada às condições de sedimentação em ambiente terrestre que não favorecem a preservação do pólen, passível de destruição por oxidação, ou à presença de queimadas, de origem natural ou antrópica, responsáveis pela destruição dos mesmos (Ferraz-Vicentini, 1999). As diferenças nas características dos palinomorfos influem também no grau de preservação, contribuindo para um selecionamento dos tipos preservados.

Embora a baixa diversidade e quantidade dos tipos polínicos dificultem as interpretações a respeito da caracterização da cobertura vegetal em cada nível analisado e conseqüentemente da evolução da paisagem, algumas considerações podem ser levantadas a partir da análise do comportamento individual de alguns tipos no diagrama de concentração (Figuras 4 e 5).

Quanto às interpretações relativas ao diagrama de porcentagem (Figura 3), que evidencia as proporções entre os tipos de pólen presentes, estas devem ser tomadas com cuidado, uma vez que a quantidade de grãos identificados e contados em cada nível não alcançou os valores mínimos normalmente utilizados para cálculos estatísticos em representa-

ções de porcentagem. Entretanto, a presença de determinados tipos característicos e as relações de proporções entre os mesmos, considerando-se as questões acima mencionadas, permitem levantar pontos interessantes. O número total de grãos de pólen de cada nível está indicado na extremidade direita do diagrama de porcentagem (Figura 3).

Na seqüência inferior do perfil analisado, que corresponde à rocha alterada (Camada 4), não há registro de pólen e esporos (Figura 4a), porém há registro de partículas de carvão, fungos (Figura 4b) e um registro de *Mougeotia*, em concentração reduzida, porém nos maiores valores ao longo do perfil (Figura 5). *Mougeotia* é um tipo de alga normalmente presente em concentrações expressivas em períodos de clima mais frio que o atual (De Oliveira, 1996). A ausência de pólen nesta seqüência provavelmente está relacionada às características da camada, resultante da alteração da rocha e às condições oxidante evidenciadas na coloração e constituição da mesma.

A seqüência seguinte representada pela camada três é caracterizada pelo registro de fungos, partículas de carvão (Figura 4b), o início do registro de algas, em valores muito pouco expressivos e a ausência de *Mougeotia*, presente no intervalo inferior (Figura 5). As características do sedimento desta camada, evidenciando processos de laterização e conseqüentemente de oxidação explicam a ausência de palinomorfos, embora haja registro de partículas de carvão que sugerem a presença de uma vegetação responsável pelo fornecimento de matéria prima para combustão.

A primeira ocorrência de pólen está situada próximo ao contato entre a camada 3 que constitui uma zona de transição e a camada 2 (Figuras 3 e 4a), onde se dá o primeiro registro de ocupação humana (Fogaça et al., 2003). Neste nível o conjunto polínico é representado basicamente por baixas concentrações de pólen de plantas herbáceas e gramíneas, além da presença do tipo *Mandevilla* (Apocynaceae) (Figura 4a) um gênero sub-arbustivo a arbustivo com diversos representantes campestres (Mendonça et al., 1998), que embora constitua 50% do total de grãos registrados não deve ser analisado do ponto de vista da ocorrência uma vez que o número total de grãos é extremamente baixo (Figura 3).

Na seqüência seguinte que corresponde à camada 2, relacionada à ocupação humana, onde o material arqueológico apresenta-se mais conservado (Fogaça et al., 2003), os três níveis analisados nas porções inferior, média e superior registram quantidades totais de grãos de pólen mais elevadas em relação à seqüência anterior, além de variações nas concen-

trações dos elementos botânicos e na proporção entre os elementos de um nível para outro (Figura 4a).

O primeiro aspecto a ser levantado para esta seqüência é o fato de que, embora o sedimento apresente características favoráveis à preservação dos palinomorfos, com a presença de matéria orgânica na matriz, os mesmos continuam ocorrendo em quantidades bastante restritas.

A ausência de pólen deve estar relacionada à incidência de incêndios provavelmente de caráter antrópico, uma vez que os maiores valores de partículas de carvão estão registrados na porção intermediária da seqüência (Figura 4b) e são expressivamente maiores que os valores registrados para as camadas 4 e 3, anteriores à ocupação humana, onde as queimadas provavelmente constituíam processos naturais na região.

O início deste intervalo é marcado pelas concentrações mais elevadas de elementos arbóreos de mata cujos valores decaem em direção ao topo, e pela presença marcante do tipo *Mandevilla* (Apocynaceae) no início da seqüência (Figura 4a). Neste nível 40% do pólen registrado é representado pelo tipo *Mandevilla*, 45% por elementos arbóreos de Mata e 15% de elementos herbáceos (Figura 3).

Embora a literatura não registre aspectos ecológicos e fisiológicos para o gênero *Mandevilla*, há referências sobre outros gêneros herbáceos/arbustivos entre as apocináceas que constituem ervas daninhas ou medicinais (Lorenzi, 2000; Aranha *et al.*, 1972), sugerindo uma possível correlação deste tipo com o início da ocupação. Essa correlação é reforçada com o pico na curva de concentração das partículas de carvão no nível intermediário desse intervalo (Figura 4b), que segundo Faegri *et al.* (1989) sugere abertura de clareiras na floresta anteriormente intacta.

Da base para o topo desta seqüência há uma tendência à queda na concentração dos elementos arbóreos de mata, do tipo *Roupala/Euplassa*, também elemento botânico arbóreo de matas e uma queda nos elementos herbáceos, além da ausência marcante do tipo *Mandevilla* nos níveis superiores da seqüência (Figura 4a).

Enquanto estes elementos decaem da base para o topo, as proporções de Poaceae (Gramineae) aumentam significativamente nessa direção, atingindo cerca de 60% do total de grãos no nível superior (Figura 3). Embora o registro de Poaceae (Gramineae) tenha sido expressivo principalmente nos níveis intermediário e superior da camada 2, não foi observada a presença de tipos polínicos de gramíneas cultivadas como o milho, cujo pólen é passível de identificação a partir do critério da dimensão do grão (diâme-

tro entre 85 e 125 micrometros), caracteristicamente maior que o encontrado entre as gramíneas nativas (Salgado-Labouriau, 1973).

A análise dos dados sugere para esta seqüência a presença de uma mata no início da ocupação da área, substituída posteriormente por uma vegetação mais aberta, com ocorrência expressiva de queimadas de caráter antrópico.

Na seqüência superior analisada, relacionada à camada 01, onde o registro de material arqueológico é menos intenso (Fogaça *et al.*, 2003), o conjunto polínico é representado por aproximadamente 60% de elementos de mata, incluindo os elementos arbóreos de mata e o tipo *Roupala/Euplassa*, além de herbáceas e gramíneas em proporções menores que na seqüência anterior, com registro restrito de Apocynaceae (Figura 3).

Enquanto os dados de concentração são mais elevados para todos os tipos na seqüência superior, principalmente para os elementos herbáceos, as gramíneas e o tipo *Roupala/Euplassa* (Figura 4a), constata-se também uma queda nos valores de partículas de carvão (Figura 4b), sugerindo o retorno, ao menos parcial, de uma vegetação de mata em detrimento de uma vegetação aberta, provavelmente após o abandono da área pelas culturas pré-históricas e a ocorrência de queimadas de origem natural.

## CONCLUSÕES

Embora a quantidade de grãos de pólen encontrados nos níveis analisados não seja significativa para a geração de dados que permitam estabelecer interpretações conclusivas, é possível levantar algumas propostas que sinalizam principalmente para uma nova abordagem na análise palinológica aplicada à arqueologia.

Inicialmente, a possibilidade da obtenção de um registro polínico em seqüências depositadas em condições não favoráveis deve ser considerada como uma nova possibilidade de estudos, orientando os trabalhos de campo de forma a selecionar as áreas mais favoráveis para sondagens e escavações, bem como a coleta e os procedimentos de laboratório. No caso do sítio Guapé 14, a presença, mesmo restrita, de pólen e as variações no

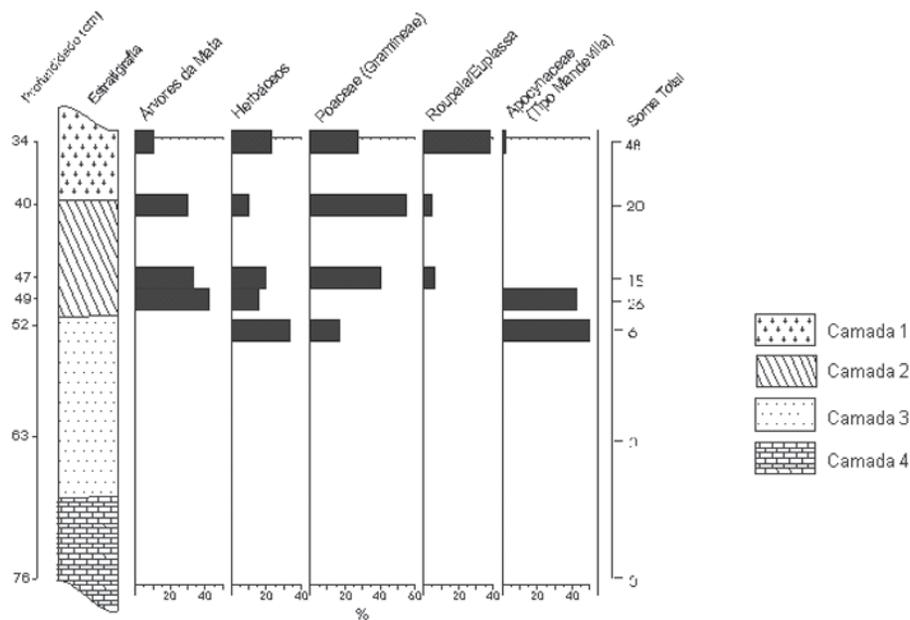


Figura 3: Diagrama de porcentagem dos elementos botânicos

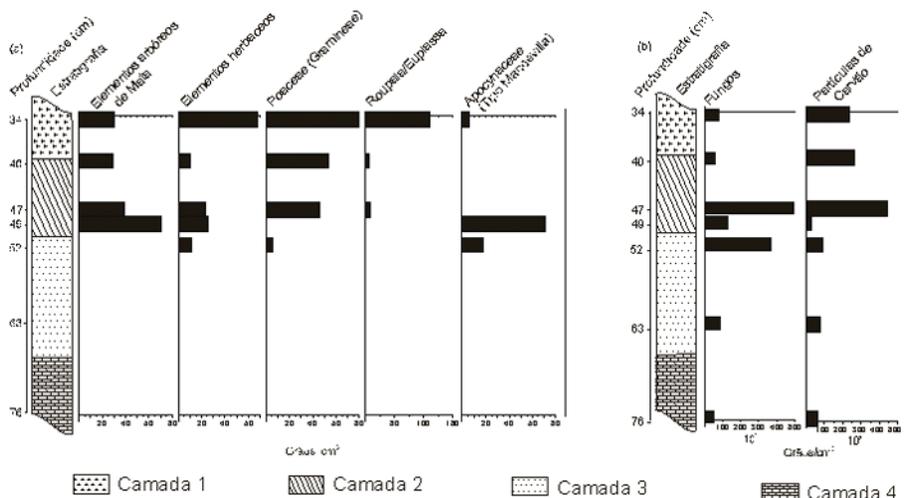


Figura 4: Diagrama de concentração dos elementos botânicos (a) e das partículas de carvão e fungos (b).

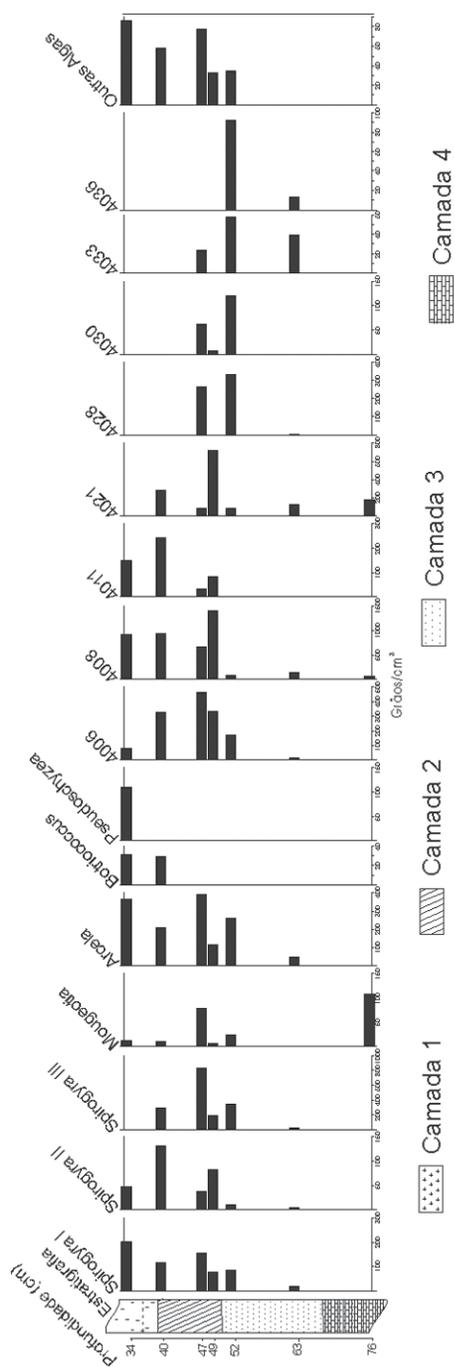


Figura 5: Diagrama de concentração das algas

conjunto ao longo do perfil estratigráfico estudado apontam mudanças na vegetação natural, sugerindo uma ocupação da área por populações pré-históricas.

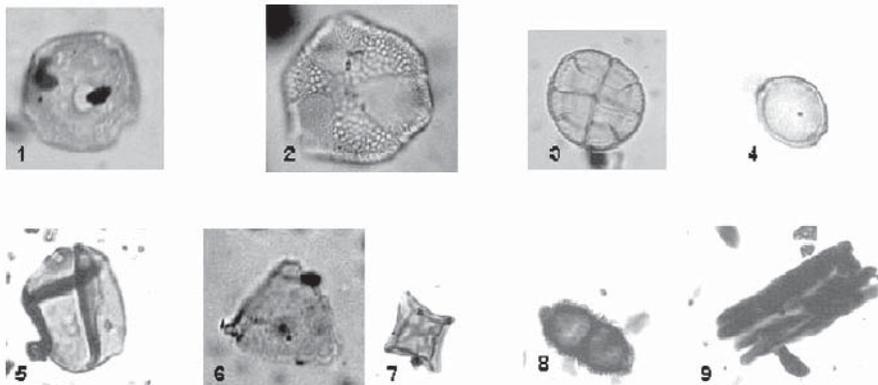
Os dados sugerem a abertura de clareiras na mata, com implantação de uma vegetação mais aberta durante o período de ocupação, substituída novamente pela mata após o abandono da área. O registro das queimadas, a intensidade das mesmas e a relação com os períodos de ocupação fica também evidenciado.

Finalizando, alguns pontos levantados como a possibilidade de identificar cultivos através da presença de tipos polínicos específicos ou relacionados com agricultura (ervas daninhas), a caracterização de queimadas de caráter antrópico e a interferência humana na cobertura vegetal conduzem a uma nova abordagem na pesquisa arqueológica com a utilização da palinologia como mais uma ferramenta auxiliar na compreensão da evolução da paisagem no contexto da caracterização dos processos espaciais e temporais relacionados às culturas pré-históricas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANHA, C.; BACCHI, O.; LEITÃO FILHO, H.F. *Plantas Invasoras de Culturas*. Campinas: ICEA, v. 2, 1972. 597 p.
- BARBERI, M. *Mudanças paleoambientais na região dos cerrados do Planalto Central durante o Quaternário Tardio: O estudo da Lagoa Bonita*. 2001. 210 f. Tese (doutorado em Geociências). Universidade de São Paulo/ Instituto de Geociências, São Paulo.
- BARBERI, M.; RASANEN, M.; REBATA, L. Palaeoecology of neogene sediment from peruvian amazon. (em preparação).
- COLINVAUX, P.; DE OLIVEIRA, P.E.; PATIÑO, J.E.M. *Amazon Pollen Manual and Atlas*. Amsterdam: Harwood Academic Publishers, 1999. 332p.

## REGISTRO FOTOGRÁFICO



**Pólen (Angiospermas):** APCCYNACEAE - Mandevilla (1) BOMEACACEAE (2), LEGUMINOSAE - Stryphnodendron (3) MARACEAE - Brosimum (4), PAECEAE (Gramineae) (5) PROTEACEAE - Roybala/Euplssa (6). Alga: Mougeotia (7). Esporo de Fungo (8). Partícula de Carvão (9).

Figura 6: Registro fotográfico dos palinomorfos.

DE OLIVIERA, P.R. Glacial cooling and forest disequilibrium in Western Amazonia. *An. Acad. Bras. Cien.*, 68 (supl. 1):129-138, 1996.

ERDTMAN, G. *Pollen Morphology and Plant Taxonomy: Angyosperms*. Stockholm: Almqvist & Wihseel, 1952. 539 p.

FAEGRI, K.; IVERSEN, P. *Text-Book of Modern Pollen Analysis*. Copenhagen: Ejnar Munksgaard, 1950. 168 p.

FAEGRI, K.; KALAND, P.E.; KRZYWINSKI, K. *Text-Book of Pollen Analysis*. 4 ed. New York: John Wiley e Sons, 1989, 328 p.

FERRAZ-VICENTINI, K. *História do fogo no cerrado: uma análise palinológica*. 1999. 208 f. Tese (doutorado em Geociências) Universidade de Brasília/Instituto de Ciências biológicas, Brasília.

FOGAÇA, E.; SAMPAIO, D.R.; MORAES, C. de P (org.). *Projeto de resgate do patrimônio arqueológico na área diretamente afetada pela UHE Guaporé/MT*. V. 1. Goiânia, 2003. Goiânia: InfoComp – Companhia da Informação, 2003. CD-ROM.

GRIMM, E.C. CONISS: A Fortran 77 Program for Stratigraphically Constrained Cluster Analysis by the Method of the Incremental Sum of Squares. *Pergamon Journal*, 13: 13-35, 1987.

- HOOGHIEMSTRA, H. *Vegetational and climatic history of the high plain of Bogota, Colômbia: a continuous record of the last 3,5 million years*. Valduz: J. Cramer, 1984. 368p.
- JOLY, A.B. *Botânica: Introdução à Taxonomia Vegetal*. 13 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002. 777 p.
- LORENZI, H. *Plantas Daninhas do Brasil: terrestre, aquáticas, parasitas e tóxicas*. 3 ed. Nova Odessa: Plantarum, 2000. 608 p.
- MENDONÇA, R.C.; FELFILI, J.M.; WALTER, B.M.T.; SILVA JR, M.C.; REZENDE, A.V.; FILGUEIRAS, T.S. & NOLGUEIRA, P.E. Flora vascular do Cerrado. In: SANO, S.M. & ALMEIDA, S.P. de. *Cerrado: ambiente e flora*. Planaltina: EMBRAPA/CPAC, 1998.7, 289-556.
- ROUBIK, D.W.; MORENO, J.E. Pollen and Spores of Barro Colorado Island. 1991. 270 f. *Monographs in Systematic Botany*, Panamá.
- SALGADO-LABOURIAU, M.L. Palinologia: fundamentos, técnicas e algumas perspectivas. *Rev. Bras. de Geografia*. Rio de Janeiro, 23(4): 695-717, 1961.
- SALGADO-LABOURIAU, M.L. *Contribuição à palinologia dos Cerrados*. Rio de Janeiro: Acad. Bras. De Ciências, 1973. 291p.
- SALGADO-LABOURIAU, M.L. Reconstrucion de los Ambientes Através de los Granos de Polen. *Investigacion y Ciencia* (Spanish edition of the Scientific American), 3:6-17, septiembre, 1984.
- SALGADO-LABOURIAU, M.L. Reconstruindo as Comunidades Vegetais e o Clima no Passado. *Humanidades*, 48 (1): 24-40, 2001.
- STOCKMARR, J. Tablets with Spores Used in Absolute Pollen Analysis. *Pollen et Spores*, 13: 615-621, 1971.
- VON POST, L. Forest tree pollen in South Swedish Peat Bog deposits (tradução para o inglês) *Pollen et Spores*, 9(3): 375-401, 1967.
- YBERT, J.P.; SALGADO-LABOURIAU, M.L.; BARTH, M.O.; LORSCHUITTER, M.L.; BARROS, M.A.; CHAVES, S.A.M.; LUZ, C.F.P.; BARBERI, M.; SCHEEL, R.; FERRAZ-VICENTINI, K.R. Sugestões para Padronização da Metodologia Empregada em Estudos Palinológicos do Quaternário. *IG*. São Paulo, 13 (2): 47-49, 1992.



# CAPTAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS E INDÚSTRIA LÍTICA DE ÁGUA LIMPA, MONTE ALTO - SÃO PAULO

SUZANA CESAR GOUVEIA FERNANDES\*

## ABSTRACT

Archaeologists are more and more concerned about connection between natural resources and archaeological site. Material culture is the consequence of such a connection and expresses the way how prehistoric population could obtain from the environment the necessary resources to survive. This work aims at the lithic industry characteristics of Água Limpa archaeological site, which analysis is based on a litologic availability resources collection. The connection between raw materials and lithic evidences can reveal the previous population technological potential and how they lived in the region, offer us all the conditions to understand their ability and the use of their manufactured.

**Palavras-chave:** Sítio Arqueológico Água Limpa, Lítico, Captação de Recursos Litológicos, Serra do Jaboticabal.

---

\* Mestre em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. E-mail: scgfernandes@bol.com.br.

## INTRODUÇÃO

O estudo da cultura material do Sítio Arqueológico Água Limpa é parte integrante da Dissertação de Mestrado “Estudo tecnotipológico da cultura material das populações pré-históricas do vale do rio Turvo, Monte Alto, São Paulo e a Tradição Aratu-Sapucaí”, desenvolvida no âmbito do *Projeto Turvo*, coordenado por Alves - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. (Fernandes, 2001). No presente trabalho salientamos a análise dos vestígios líticos (campanhas de 1993/94), realizadas com a orientação de Morais (MAE/USP), e sua relação com as possíveis fontes de matérias-primas disponíveis.

Durante as campanhas de laboratório, incorporamos às atividades incursões a campo, cujo objetivo era conhecer o entorno do Sítio Água Limpa, identificando os recursos naturais existentes - fontes de matéria-prima lítica e cerâmica, fauna e flora, para tentar compreender como as populações interagem com o meio-ambiente.

A relação entre a indústria lítica e os recursos litológicos existentes se desenvolveram com base nas pesquisas de Tixier, Inizan & Roche (1980) e Morais (1980, 1983), que não consideram válido o estudo dos vestígios líticos apenas com base em sua tipologia, enquanto coleções representativas reconhecidas durante a identificação de caracteres específicos. Trata-se de analisar também o potencial tecnológico do qual tais vestígios fazem parte, resultando em sua confecção e utilização e abrangendo desde a seleção da matéria-prima até o descarte do artefato.

Desta forma a escolha de determinadas rochas é tão importante quanto às características físicas das mesmas, pois são indicativos de um conhecimento prévio por parte daqueles que as utilizou. Este processo de escolha e utilização pode também revelar, por meio dos vestígios líticos encontrados e analisados, uma tendência à experimentação contínua das matérias-primas ou uma utilização generalizada dos recursos disponíveis, demonstrando a existência de um suporte litológico farto e/ou uma situação em que tais vestígios não necessitem de cuidados específicos ao serem confeccionados.

Além disso, ao definir e localizar as fontes litológicas do entorno de um sítio, o arqueólogo pode se deparar com a presença ou não das matérias-primas correspondentes aos vestígios evidenciados. No último caso,

são levantadas questões de suma importância, como troca e o transporte de recursos naturais no período pré-histórico.

A procura da caracterização da indústria lítica de Água Limpa, feita à luz de sua relação com os recursos naturais, perpassou todas estas questões. Para os pesquisadores envolvidos, abriu um leque de informações gerais a respeito das atividades executadas naquele espaço e sobre os mecanismos de resposta às condições ambientais, muitas vezes, adversas.

## INDÚSTRIA LÍTICA DE ÁGUA LIMPA

A análise da indústria lítica de Água Limpa seguiu alguns procedimentos e etapas realizadas de maneira seqüencial. Em um primeiro momento houve o reconhecimento dos vestígios líticos como um todo, identificando os que foram apenas manuseados, daqueles que foram de fato confeccionados e utilizados. A partir de então, foi possível definir que tipo de matéria-prima o homem de Água Limpa teve contato e qual as intervenções utilizadas para a confecção de seus instrumentos. A identificação tipológica dos artefatos foi resultante desta etapa, pois com a identificação de marcas próprias da confecção e do uso chegamos aos mesmos.

Ao final desta primeira triagem tipológica, o material lítico foi separado em quatro categorias: 1) Massa Primordial – matérias-primas aptas ao lascamento, em seu estado natural; 2) Matriz – matérias-primas que resultaram em produtos de debitage; 3) Produto do Talhe/Debitagem/Retoque e 4) Resíduo. (Morais, 1987).

Assim, ao reconhecer o artefato, chegamos também ao objetivo final do homem que o produziu e qual a técnica despendida. Tal procedimento privilegia a análise da cultura material lítica em todas as suas dimensões históricas, já que durante a confecção de uma peça lítica, existe o compartilhar de um conjunto de ações comunitárias, que envolvem etapas de naturezas diversas, como a busca e escolha da matéria-prima, a utilização cotidiana do artefato, o descarte e possíveis reutilizações – algumas vezes com nova função.

Portanto, após a identificação tipológica, o material lítico foi classificado de acordo com a intencionalidade de produção; Morfologia associada a características funcionais, segundo a leitura de Pallestrini (1978) e Moraes (1983), adaptada ao tipo de vestígio evidenciado no Sítio Água Limpa.<sup>1</sup>

Ao todo 307 peças líticas foram analisadas, sendo que 153 delas são Peças Preparatórias e de Natureza Acidental: blocos, núcleos, percutores,

<b>Grupos</b>	<b>Tipos</b>	<b>Porcentagem</b>
<b>Peças preparatórias</b>	Bloco	15,63%
	Núcleos	22,14%
	Lascas iniciais	2,28%
	Lasca de descorticação	0,65%
	Percutor	6,51%
<b>Peças de natureza acidental</b>	Resíduo	4,56%
	Bem Social	3,90%
<b>Peças utilizadas</b>	Bigorna	0,97%
	Batedor	0,65%
	Polidor	3,58%
<b>artefatos</b>	Faca	0,97%
	Lasca sem retoque	13,02%
	Lasca com retoque	3,58%
	Raspador	3,25%
	Almofariz	1,30%
	Lâmina de Machado polido	4,88%
	Mão de Pilão	1,62%
	Lesma	0,32%
	Plaina	0,32%
	Talhador	0,32%
	Furador	0,65%
	Chopping-Tool	0,32%
	Instrumentos de função dupla	2,93%
Instrumentos fragmentados	12,05%	

**Tabela 1** - Classificação da indústria lítica do Sítio Arqueológico de Água Limpa

<sup>1</sup> Os bens sociais (classificados como Peças de Natureza Acidental – ver Tabela 1) não podem ser considerados Peças Preparatórias – Massas Primordiais ou Matrizes, na separação em categorias – pois não serviam a atividades de cunho econômico. Identificados como silexitos, os bens sociais, possivelmente, apresentavam uma função simbólica (Binford, 1962). Sua classificação, enquanto Peças de Natureza Acidental, foi uma opção na medida em que é evidente que não existiu um trabalho anterior à sua utilização, pois seu uso independe da ação humana, mas depende da natureza.

bens sociais, lascas de descortimento, lascas iniciais e resíduos - 77 Peças Utilizadas e artefatos polidos: lâmina de machado, almofariz, mão-de-pi-lão, polidor, instrumentos de dupla função e instrumentos fragmentados sem identificação de forma - e 77 lascados: faca, lascas com e sem retoques, raspador, ponta, lesma, plaina, talhador, furador, chopping-tool e instrumentos de função dupla.

## O SÍTIO ARQUEOLÓGICO ÁGUA LIMPA E SEUS RECURSOS NATURAIS

O Sítio Arqueológico Água Limpa (21° 16' S e 48° 33' W)<sup>2</sup> localiza-se no vale da Serra do Jabuticabal, a cerca de sete Km do centro de Monte Alto (21° 15' S e 48° 29' W). Toda a extensão do Sítio serve atualmente para o plantio e há cerca de 200 m, em uma área ainda não escavada, mas onde tem sido encontrados vestígios na superfície, existe um pasto para rebanho de pequeno porte as margens do córrego Água Limpa (21° 16' S e 48° 32' W). O outro córrego vizinho ao Sítio que, no entanto, sofre mais com o índice pluviométrico anual, é o córrego Santa Luzia, distante cerca de 300 m.

O paredão rochoso mais próximo fica a leste, aproximadamente um Km, onde podemos observar as escarpas areníticas próprias do relevo da região. Sem dúvida, os afloramentos rochosos da Serra do Jabuticabal, oferecem um conjunto de recursos hídricos e litológicos privilegiados, pois além da proximidade, são abundantes.

A identificação do entorno tem sido feita por Alves e equipe desde o início das pesquisas em 1992 (Alves & Calleffo, 2000) com a cooperação dos moradores locais, que nos forneceram valiosas informações orais, intensificando-se nos anos de 1998 a 2000.

A região denominada Planalto de Monte Alto está inserida na micro-região homogênea da Serra do Jabuticabal. Segundo Almeida (1964), o Planalto de Monte Alto faz parte do chamado Planalto Ocidental, apresentando diversos pontos de contato com outra província geomorfológica localizada a leste e denominada *Cuestas Basálticas*. O Planalto Ocidental

---

<sup>2</sup> Coordenadas geográficas marcadas por Global Position System – GPS Magellan 2000.

caracteriza-se por ser uma grande região com geologia quase que exclusivamente do Grupo Bauru<sup>3</sup>, representante da última sedimentação mesozóica da Bacia do Paraná, em que podemos observar seqüências de camadas detríticas, em sua maioria arenosas, resultado da deposição fluvial.

Segundo as pesquisas desenvolvidas no Planalto de Monte Alto por Mezzalira (1974) e Del Grossi (1982), o basalto é a rocha onde a sedimentação Bauru está assentada, presente em cortes superficiais de até 108 m de profundidade, juntamente com o arenito de granulação média e fina, nas camadas mais recentes.

Nas escarpas areníticas (600 a 680 m) estão presentes o arenito Bauru calcífero e, em menor número, silicificado. Nos baixos chapadões (520 a 580 m) verifica-se o solo vermelho escuro, fruto da decomposição do arenito com cimento calcário. Próximo aos córregos observa-se a presença de cascalheiras com seixos de basalto exibindo muitas arestas. Já os solos das várzeas caracterizam-se por terraços fluviais de areia e material escuro e argiloso, com ampla saturação de água e material orgânico. O arenito observado na região é encontrado com elevadas taxa de decomposição nas cotas de 540 a 560 m. De 600 a 700 m aparecem ao longo das escarpas o arenito calcífero, mais resistente e com uma grande porcentagem de moscovita.

A litologia do Grupo Bauru abrange, além das rochas já citadas, as variações: siltitos, argilitos e conglomerados, com predominância na coloração amarela-avermelhada, resultado da presença de óxido de ferro.

Parte desta uniformidade litológica pode ser observada nos espigões com altitude superior a 600 m que se apresentam na forma de escarpas areníticas com relevo pouco variável e vertentes não muito angulosas. Tais características são determinadas pela qualidade do solo e conseqüentemente pela vegetação, sem nenhuma relação com a pluviosidade anual. Segundo Gonzaga de Campos (1987), esta particularidade da região a que chama de “o terceiro planalto do Estado de São Paulo”, abrange uma área extensa entre os rios Pardo e Turvo, entre o Turvo e o Tietê, trechos do baixo rio do Peixe e o alto curso do Paranapanema. No entanto, é justamente no Município de Monte Alto que esta uniformi-

---

<sup>3</sup> O grupo Bauru pertence a uma área que abrange o oeste do rio São Francisco e Goiás, desce uma faixa de arenito desde o extremo sudeste da Bahia, passando por Minas Gerais até São Paulo e Mato Grosso.

dade começa a apresentar particularidades. Neste trecho, a serra do Jabuticabal atinge a maior altitude de toda a Província, chegando a ter 735 m de altura, distribuídos por uma série de bordas escarpadas com vegetação ainda preservada e onde a declividade é acentuada, caracterizando a região como sendo fundamental na tarefa de divisor de águas dos rios que se dirigem tanto para o Tietê, quanto para o rio Grande.

Segundo Ab`Saber (1969) qualifica-se como um das mais típicas *áreas tabuliformes* de centro de bacias encontradas no país. Notamos que muitos afluentes e córregos menores findam no Município, fazendo com que o vale do Jabuticabal, em Monte Alto, seja o encontro de redes hidrográficas fundamentais para o Estado de São Paulo. Exatamente aí, existe a confluência dos córregos das bacias do rio Grande (norte), rio Tiête (sul) e também do rio Pardo (leste), já que o córrego do Tijuco, seu afluente, chega nas proximidades de Monte Alto.

A região destaca-se pela presença de dois tipos de solo: latossolo roxo e vermelho escuro, próprios de áreas que apresentam clima tropical, com temperaturas e precipitações altas, como as encontradas em grande parte da Bacia do Paraná (Amenomori, 1999).

Pertence ao “Domínio Morfo-Climático” dos chapadões florestados do oeste paulista, onde se encontra em uma faixa de transição entre áreas tropicais florestadas e o domínio dos chapadões tropicais, com cerrado e florestas de galerias (Ab`Saber, 1977).

Nas escarpas a vegetação está mais preservada devido à declividade do terreno, indicando uma floresta latifoliada tropical semi-decídua e árvores de médio porte, com destaque para as espécies da família de leguminosas. Próximo aos córregos, onde os solos são mais úmidos e profundos, a vegetação ganha um porte maior (Del Grossi, 1982). Estes eram os locais onde provavelmente a maior parte dos animais foi capturada, durante o período da pré-história. (Alves & Calleffo, 2000; Calleffo, 2000).

Nos baixos chapadões a vegetação original quase não é mais vista em função da ocupação do solo pela agricultura. Os únicos pontos onde encontramos uma vegetação ainda pouco remexida nos indica uma floresta secundária, subcaducifolia tropical de clima semi-úmido com estação de seca bem demarcada e presença de árvores altas, em média de 12 a 20 m. Apresenta grande quantidade de epífitas, cipós, lianas e dossel entreaberto. Já as várzeas são caracterizadas pela presença de uma mata de galeria de pequeno porte, junto aos córregos, ribeirões e rios, e com gramíneas

que atualmente servem de pasto para os pequenos rebanhos locais (Del Grossi, 1982).

O rio Turvo e o ribeirão dos Porcos se destacam na região. O primeiro nasce em Monte Alto e é o maior coletor de águas do Município. Bem como os pequenos ribeirões ramificados de seu corpo principal, nasce nas escarpas areníticas, percorrendo um caminho de direção Norte-Sul não visto nos principais rios de São Paulo, que apresentam um paralelismo em direção leste-oeste. O padrão litológico encontrado e identificado nas resistentes escarpas areníticas determina o curso diferenciado do Turvo que acaba se ramificando em partes menos resistentes e com poder erosivo maior.

Da mesma forma, o ribeirão da Onça, que apresenta características distintas, pois faz parte de uma pequena bacia de drenagem com várias ramificações provenientes do rio da Onça, também desce do vale vindo das escarpas areníticas. O alto índice de ramificações está intimamente relacionado com a presença de arenito carbonático ou silicificado, que apresentam pouca permeabilidade, não colaborando para a infiltração da água no solo (Del Grossi, 1982). Parte destes córregos que nascem nas escarpas ocasionam, em épocas de chuva, o escoamento do material dentrítico até o vale.

## **MATÉRIAS-PRIMA UTILIZADAS**

O relacionamento entre a indústria lítica analisada e o padrão litológico da região, enquanto área de captação de recursos naturais para a confecção de artefatos líticos, nos pareceu uma questão que, a princípio, estaria apenas relacionada ao entorno do Sítio Água Limpa. Traçamos, a partir daí, um raio de ação das populações pré-históricas com os recursos naturais identificados: paredões rochosos, recursos hídricos, cascalheiras, fontes de argila, etc. No entanto, ao definir as fronteiras geológicas de Água Limpa, notamos sua característica de região tabuliforme, podendo indicar, indiretamente, uma outra fonte de recursos naturais transportados por uma rede hidrográfica direcionada a leste-oeste e que tornaria possível a presença de elementos litológicos do Grupo São Bento, presente a cerca de setenta (70) Km de distância de Monte Alto, no Município vizinho de Jaboticabal.

O Grupo São Bento é caracterizado por rochas de origem vulcânica toleíticas em derrames basálticos de coloração cinza e negra, intercalados de arenito de granulação fina, sem grande diferenciação do que foi encontrado nas pesquisas desenvolvidas nos poços da região de Monte Alto. O basalto e o arenito são, portanto, as rochas características de ambos os grupos pesquisados: Bauru e São Bento, não sendo verificada praticamente nenhuma diferença quanto sua composição.

A Formação Adamantina (Ka), Grupo Bauru, do qual o Município de Monte Alto faz parte, apresenta afloramentos com grande variação de estruturas sedimentares de natureza hidrodinâmica. Os arenitos finos e médios de cor rosada, muitas vezes apresentam pequenos nódulos milimétricos de argilitos ou siltitos e os seus estratos freqüentemente estão associados ao carbonato de cálcio, argila e outros tipos de cimento silicoso.

Em Água Limpa o que verificamos é um farto aproveitamento das rochas silicosas, formadas por processos metamórficos e sedimentares, como são os quartzitos, silexitos e arenitos. Apesar disso não existe um descarte das Rochas Ígneas, já que o basalto foi também matéria-prima com alta porcentagem de utilização.

As rochas silicosas apresentam, sem dúvida, algumas vantagens se o objetivo final for o lascamento. Neste caso, sua constituição apresenta

<b>Grupos</b>	<b>Tipos</b>	<b>Porcentagem</b>
Mineral	Quartzo	6,5%
Rocha ígnea	Basalto	24,39%
Rochas Sedimentares	Silexito	41%
	Arenito	4,47%
	Arenito Silicificado	3,25%
Rocha Metamórfica	Quartzito	19%
Rocha Secundária	Crosta Laterítica (Laterita)	0,9%
Resina	Âmbar	0,4%

**Tabela 2** - Classificação das matérias-primas presentes na indústria lítica do Sítio Arqueológico de Água Limpa

dureza considerada alta, sobretudo quando caracterizada a homogeneidade de seus cristais, permitindo quebras regulares (seguindo a orientação física dos mesmos) com fratura *conchoidal* (Dana, 1978, Araújo, 1991).

A preferência pelas rochas silicosas é confirmada pela sua constância nos núcleos coletados, em que o silexito e o quartzito foram as duas rochas mais presentes, respectivamente 80,7 % e 11,5 %. Mesmo assim, no caso dos blocos o que notamos foi uma grande mescla de minerais e rochas. Com exceção do âmbar (resina de origem vegetal), todas as matérias-primas localizadas no Sítio se fazem representar nos blocos com as seguintes porcentagens: quartzo (15,5 %), basalto (24,4 %), silexito (17,7 %), arenito (13,3 %), arenito silicificado (2,2 %), quartzito (22,2 %) e crosta laterítica (4,4 %). O basalto, neste caso, está de acordo com o tipo de padrão litológico regional e é a rocha mais representativa.

Silexito, quartzo, âmbar e arenito, são as matérias-primas das Peças de Natureza Acidental, especificamente os resíduos de lascamento, com clara preferência para a primeira com 76,9 % de presença. Demonstrando novamente uma predileção para o silexito e suas variações (estratificado, nodular, brechóide, porcelanito, bandado, maciço e ágata), além do conhecimento no preparo de artefatos líticos, pois o silexito apresenta, via de regra, fratura concóide compacta, com granulação fina e que oferece segurança e resultado no momento do lascamento. Quartzo, âmbar e arenito tem representação de apenas 22,8 % junto aos resíduos. Existe a possibilidade de, por não termos localizado nenhuma oficina de lascamento, estarmos apenas nos referindo a uma pequena parte das Peças de Natureza Acidental de Água Limpa. No entanto, este resultado não foge ao que já havia sido visto nos núcleos (esgotados, cilíndricos, globulares, poliédricos, corticais e bipolar), em que o silexito é a rocha mais utilizada e mesmo o arenito e o arenito silicificado não apresentam destaque.

A intensa utilização e captação dos recursos litológicos disponíveis, verificados nas Peças Preparatórias e de Natureza Acidental, são características da tecnologia utilizada para a confecção de artefatos e é corroborada pela alta porcentagem de blocos (15,63 %), núcleos (22,14 %) e resíduos (4,56 %).

Lascas iniciais e de descorticamento, bem como os instrumentos lascados foram também confeccionados pelo uso do silexito. Os seguintes vestígios somente utilizaram o silexito como matéria-prima: ponta, plaina, raspador, furador e faca. Lascas com e sem retoque apresentaram novamente uma alta porcentagem desta rocha (72,7 % e 50 % respectivamente).

te), sendo que o quartzo e o quartzito também aparecem como base para o lascamento e o arenito silicificado somente está presente em 37,5 % nas lascas sem retoque.

O quartzo surge de forma bastante clara e pontual: nos percutores (23,5 %), em alguns seixos classificados como Peças Preparatórias e no chopping-tool (100 %).

O basalto, por sua vez, verificado em grande quantidade nos blocos e reservas de matéria-prima, foi identificado junto às lâminas de machado polidas (75 %), mãos-de-pilão (85 %), almofarizes (100 %) e fragmentos de líticos polidos sem identificação de forma (70 %). O arenito surge, em segundo lugar, nos fragmentos e nas lâminas de machado. Além disso, sua utilização é considerável junto as Peças Utilizadas: bigorna (66,6 %), polidor (25 %) e batedor (50 %) - sendo que os outros 50 % de batedores, foram confeccionados de quartzito, que também atinge a porcentagem de 50 % junto aos polidores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Torna-se claro que na indústria lítica de Água Limpa as rochas silicosas foram mais aproveitadas. Presentes nos derrames basálticos da Formação Adamantina (Ka), junto aos arenitos de granulação fina e média e formadas em decorrência de processos sedimentares de origem química, em alguns casos, seu grau de dureza, sua compactação e granulação muito fina, oferecem ótimos resultados para o lascamento. Abundante e apropriada, se revelou a rocha mais interessante arqueologicamente, mesmo porque sua procura não demandava muito tempo.

O arenito, como observado, não foi identificado em quantidade expressiva, mesmo sendo citado por Mezallira (1974), como sendo uma das rochas encontradas em poços, com várias profundidades, no município de Monte Alto. Na geologia do Estado de São Paulo, o arenito de granulação fina e muito fina é predominantes nos depósitos fluviais da Formação Adamantina (Ka), mas, sua utilização para o lascamento não foi aproveitada em detrimento do silexito, do quartzito e do quartzito, presentes nas lascas, raspadores, furadores, facas e resíduos encontrados no Sítio. O arenito silicificado, muito fragmentado nos chapadões de 540 a 560 m e em decomposição nos solos, também não foi utilizado para o lascamento e assim como o arenito não são significativos no caso das Peças Preparatóri-

as. Aparentemente são rochas que só foram utilizadas em casos onde não existia uma preocupação excessiva com o acabamento do artefato, servindo para peças mais rústicas.

A presença de Rochas Ígneas também é recorrente na literatura sobre a composição mineralógica formadora no município. Nas pesquisas desenvolvidas por Mezallira (1974) e Del Grossi (1982) o basalto está presente na superfície e em cascalheiras por toda região do Planalto de Monte Alto. Sua dureza e compactação, proporcionada pela granulação fina, pode oferecer vantagens e em Água Limpa, está relacionado à presença de artefatos polidos, como lâminas de machado, mãos-de-pilão, almofarizes e fragmentos de instrumentos reutilizados e sem identificação de forma.

Quartzo e quartzito aparecem como matéria-prima secundária. Apesar disso, revelaram sua utilidade e acessibilidade aos mais diversos tipos líticos identificados – lascas, batedores, polidores, instrumentos de dupla função e fragmentos de líticos polidos, além de estarem representados nas Peças Preparatórias: blocos, núcleos e percutores.

Os resultados foram extremamente importantes na caracterização da indústria lítica em questão. Só a partir deste trabalho foi possível compreender a necessidade do conhecimento global que envolve etapas e escolhas, unindo conhecimento técnico e necessidade prática. Desta forma foi possível criar laços de inter-relação entre os vestígios, vistos como representações de uma mesma vivência. Os locais de captação de recursos naturais, com base nos vestígios líticos, cerâmicos e faunísticos de Água Limpa, eram naturalmente distintos em alguns momentos, mas compartilhados para que as necessidades fossem supridas. Os recursos litológicos foram explorados e aproveitados de acordo com a especificidade das matérias-primas, delimitando, com certa clareza, quais as rochas e minerais que deveriam ser utilizadas para cada instrumento confeccionado. Por outro lado, as Peças Preparatórias, principalmente os blocos, demonstram uma tendência para o aproveitamento dos recursos globais, ou como reserva de matéria-prima ou como experimentação prática.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER, A N., "A depressão periférica paulista: um setor das áreas de circundesnudação pós-cretácia na Bacia do Paraná", **Geomorfologia**, (15), Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, 1969.

- AB'SABER, A N., "Os domínios morfoclimáticos na América do Sul", **Geomorfologia**, (52), Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, 1977.
- ALMEIDA, F.F.M., "Fundamentos geológicos do relevo paulista", **Boletim do Instituto Geográfico e Geológico**, (41), São Paulo, 1964.
- ALVES, M.A. & CALLEFFO, M.E.V., "Caça, coleta e pesca entre os horticultores-ceramistas de Água Limpa, Monte Alto, São Paulo, **Anais do IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira**, Rio de Janeiro, 2000 (CD Room).
- AMENOMORI, S.N., "Potencial Analítico de Sedimentos e Solos Aplicados à Arqueologia", **Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo**, 1999.
- ARAÚLO, AG. de M. "As rochas silicosas como matéria-prima para o homem pré-histórico: variedades, definições e conceitos", **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, Universidade de São Paulo, 1991.
- BINFORD, L.R., "Archeology as Anthropology", **American Antiquity**, 28, 1962.
- CALLEFFO, M.E.V., "Vestígios faunísticos na dieta alimentar e no cotidiano da população pré-histórica do Sítio Arqueológico 'Água Limpa', Monte Alto. Estado de São Paulo", **XXIII Congresso Brasileiro de Zoologia**, Cuiabá, Mato Grosso, Resumos: 723, 2000.
- CAMPOS, L.F.G. de, **Mappa Florestal**, Edição Fac-Similar, Secretaria do estado do meio Ambiente, São Paulo, 1987.
- DANA, J.D., **Manual de Mineralogia**, Livros Técnicos e Científicos, Editora S.A, Rio de Janeiro / São Paulo, 1978.
- DEL GROSSI, S.R., "As bases Geomorfológicas da Paisagem no Planalto de Monte Alto (S.P.)", **Dissertação de Mestrado apresentada no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**, Universidade de São Paulo, 1982.
- FERNANDES, S.C.G., "Estudo tecnopológico da cultura material das populações pré-históricas do vale do rio Turvo, Monte Alto, São Paulo e a Tradição Aratu-Sapucaí.", **Dissertação de Mestrado apresentada na Área Interdepartamental de Arqueologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**, Universidade de São Paulo, 2001.
- MEZZALIRA, S., "Contribuição ao conhecimento da estatigrafia e paleontologia do arenito Bauru, **Boletim do Instituto Geográfico e Geológico**, (51), São Paulo, 1974.

MORAIS, J.L., “A utilização dos afloramentos litológicos pelo homem pré-histórico brasileiro: análise do tratamento da matéria-prima.”, **Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**, Universidade de São Paulo, 1980.

MORAIS, J.L., “A utilização dos afloramentos litológicos pelo homem pré-histórico brasileiro: análise do tratamento da matéria-prima.”, **Revista do Museu Paulista**, Coleção Arqueologia, 7, São Paulo, 1983.

MORAIS, J.L., “Proposta do estudo das indústrias líticas.”, **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, 32, Universidade de São Paulo, 1987.

PALLESTRINI, L., “O espaço habitacional em pré-história brasileira”, **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, 1978.

TIXIER, J., INIZAN, M.L. & ROCHE, H., **Préhistoire de la pierre taillée**, Cercle de recherches et d'études préhistoriques, França, 1980.

# O CANGAÇO ENTRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA

ANTÔNIO FERNANDO DE ARAÚJO SÁ\*

## ABSTRACT

This article is focused on the relationship between history and memory, having as a departing point the symbolic battles around the celebration of Cangaço (1997-1998). Its goal is to examine the uses of memory in contemporary Brazilian society and, from a conceptual perspective, to discuss its importance to the search of a regional and national identity.

**Palavras-chave:** memória, história, celebração, cangaço.

---

\* Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. Doutorando em História Cultural pela Universidade de Brasília - Av. Melício Machado, 355 - Edf. Eduardo Gomes - apt. 202 - Aracaju/SE - Email: [afsa@ufs.br](mailto:afsa@ufs.br)

Há um enorme fascínio hoje pelas coisas memoráveis, o que pode ser verificado na incomensurável atração exercida pela memória nos diversos campos do saber, desde a neurociência, antropologia, sociologia, psicologia social até chegar à história. Autores de diferentes posturas teóricas chegam a falar de um “momento memorioso” (DOSSE, 2001), de uma “indústria da memória” (KLEIN, 2000) ou ainda de um “mercado das memórias” (ALBERTI, 1996).

Dentre as várias possibilidades de se abordar o tema, optei por enfatizar alguns elementos que permitam pensar a memória e sua dimensão social, numa perspectiva histórica. Este processo revela os suportes mentais e materiais daquilo que, desde Maurice Halbwachs, convencionou-se chamar de “*quadros sociais da memória*” (HALBWACHS, 1994). Ao elaborar aquilo que deve ser “memorável” na sociedade, o discurso sobre a memória, seus usos e práticas, ocupa lugar proeminente nas diferentes teorias contemporâneas, assumindo, inclusive, uma dimensão política muito forte para as chamadas minorias étnicas, mulheres, ambientalistas, homossexuais no mundo atual, pois o passado revela não somente o que ocorreu, mas que o passado é criado, em grande medida, pelos atores sociais em luta no presente, sendo modelado através de formas de erosão, de esquecimento e de invenções seletivas.

Do ponto de vista da teoria da história, o *puzzle* entre história/memória pode ser considerado, atualmente, um tópico bastante atraente. Na busca de uma síntese historiográfica das principais tendências sobre o tema, mapeei sua emergência em direção ao centro da discussão historiográfica nos anos 1990. Nesta época estabelece-se uma nova relação entre a história e a memória, ao se questionar o papel da memória coletiva na história e na construção das identidades coletivas, bem como a memória e o esquecimento enquanto fenômenos políticos. Digno de nota é o monumental trabalho organizado por Pierre Nora, **Les Lieux de mémoire** (1984-1992), em que se busca reconstruir a história da memória coletiva francesa. Exemplos desta nova historiografia da memória, este ambicioso projeto influenciou outras iniciativas em diferentes países como os Estados Unidos, Alemanha, Grã Bretanha, Israel (HUTTON, 1994, p. 95; KLEIN, 2000).

Por que tem crescido o interesse público em memória nas últimas duas décadas? Quais os meandros fronteiriços entre a memória e a história? Qual o papel do estudo da memória no debate teórico e metodológico de uma historiografia que se pretenda crítica e renovadora? A discussão

do problema da memória, enquanto produção simbólica e parte do imaginário social, faz o historiador duvidar de suas certezas e rever também a sua produção como produto de imaginário delineado por memórias específicas? (SANTOS, 1986)

Partindo destas questões, discuto a emergência da memória no discurso histórico contemporâneo, buscando compreender as filigranas tecidas em seus embates com a história, bem como seu relacionamento com a historiografia. Para tanto, tomo como ponto de partida as relações entre comemoração e identidade nacionais, procurando estabelecer como as fissuras possibilitadas pela “*crise*” de valores e referências vividas nas sociedades ocidentais interpõem ao poder político novas leituras da memória coletiva.

Assim sendo, busco analisar como na constituição de “lugares de memória” do cangaço se manifestaram essas disputas políticas em torno do passado e do presente da região, demonstrando, de forma enfática, como as práticas sociais interferem, decisivamente, na determinação das funções e eficácia da memória.

## **A EMERGÊNCIA DA MEMÓRIA NO DISCURSO HISTÓRICO CONTEMPORÂNEO**

Para explicar este fenômeno do ponto de vista histórico e fenomenológico, algumas pistas foram dadas por Andreas Huyssen ao enfatizar que a expansão global de uma cultura e de uma política da memória está associada ao fim das ditaduras latino-americanas, ao “*apartheid*” na África do Sul e a queda do Muro de Berlim. Neste contexto, o imaginário urbano e as memórias traumáticas ocupam um papel-chave para se entender a atual transformação nas experiências contemporâneas de espaço e tempo (HUYSSSEN, 2000).

Também com a emergência da insegurança sobre o futuro econômico, o passado está substituindo o futuro como lugar chave de referência no debate político, especialmente no caso norte-americano. A memória coletiva tornou-se, assim, uma verdadeira matéria-prima da vida cívica. Cada grupo reivindica sua parte no cenário nacional em torno de seu passado de sofrimento, principalmente as minorias étnicas e de gênero (GORDON, 1995).

Então, a explosão da cultura da memória ao nível mundial relaciona-se a sua ênfase nos direitos humanos, em particular nestas questões de minorias e gêneros e na reavaliação dos vários passados nacionais e internacionais, o que tem impulsionado a reescrever a história de uma forma nova e crítica. No caso latino-americano, estas questões estão umbilicalmente ligadas aos processos de democratização e à expansão e fortalecimento das esferas públicas da sociedade civil. Um ponto crucial para a interpretação da expansão desta “*indústria da memória*” ou talvez de um “*mercado das memórias*” é que, apesar de se constituir num fenómeno global e mesmo numa obsessão cultural, os discursos de memória permanecem ligados às histórias das nações e estados específicos. Portanto, o lugar político das *práticas* de memória é ainda nacional, e não pós-nacional ou global (HUYSSSEN, 2000).

Demarca-se neste cenário o deslocamento do foco da cultura contemporânea dos “*futuros presentes*” - típica aspiração da cultura modernista das primeiras décadas do século XX - para os “*passados presentes*”, no sentido do desejo de trazer vários passados para o presente. Essa passagem pode ser caracterizada, a partir dos anos 1980, como uma “*cultura da memória*”, na qual deve ser inserida numa bem-sucedida comercialização da memória na indústria cultural do ocidente.

Criou-se, nesta direção, uma onda global de estudos críticos da memória histórica, versando sobre a construção da identidade individual e coletiva, através dos usos da memória nas suas múltiplas funções culturais, políticas e sociais na *narração do passado*, bem como sobre as estruturas psicológicas da recordação, esquecimento e repressão.

Estas transformações acabam também por impor novas questões para a historiografia contemporânea, na medida em que, produto da própria aceleração e “mundialização” da história, a história não é mais privilégio do historiador (NORA, s/d).

Se, por um lado, a memória “*tornou-se um negócio tão grande que (...) [a] celebração torna-se, como tudo na cultura contemporânea, auto-referida, memória lembrando memória*” (OLIVEIRA, 2000, p. 157). Por outro, o termo *história* vem sendo fustigado de várias maneiras, trazendo consigo associações ambíguas. No contexto das transformações ocorridas na política global no final dos anos 1980, especialmente no que se refere à queda do Muro de Berlim, a história foi declarada morta, obsoleta, superada e até afirmou-se, na ocasião, seu fim. Ora, este paradoxo trouxe novas reflexões teóricas, provocando questionamentos para uma nova teoria

da história, na medida em que o estudo crítico da memória histórica começou a substituir a teoria da história. Talvez isto coloque em evidência a intrínseca conexão entre a mais sofisticada teoria da história e os procedimentos da memória histórica mais enraizada na cultura e no cotidiano da população (RUSEN, 2002).

Cientistas sociais e historiadores têm tentado explicar esta emergência da memória na virada do século XXI com base, de um lado, na ascensão do “multiculturalismo”, que identificou a historiografia como um recurso de dominação cultural e desafiou as narrativas históricas dominantes em nome dos grupos oprimidos e, de outro, aos questionamentos do pós-modernismo ante a verdade e a objetividade históricas (OLICK & ROBBINS, 1998).

Tal debate relaciona-se, portanto, com o crescimento da história cultural e o conseqüente afastamento das histórias estruturais. A recuperação da memória como fonte pode ser, assim, considerada a “*tônica*” da cultura historiográfica contemporânea (DIELH, 2002). Isto refletiu na consciência de uma “*crise*” no seio da disciplina histórica, que tem contribuído para proporcionar ao historiador inúmeras possibilidades de exercer seu ofício. Ao mesmo tempo, essa “*crise*” também oportuniza uma auto-reflexão do trabalho cotidiano do historiador, especialmente no seu relacionamento entre seu discurso e a sociedade em que se inscreve.

Ora, a reflexão sobre os valores e saberes que participam da construção das sociedades contemporâneas passa necessariamente por um exame da relação da cultura com a memória. Pode-se mesmo afirmar que o mundo vive, atualmente, a passagem do “*fim da história*” à emergência da memória, transformada em tema central para se compreender a contemporaneidade, na medida em que expõe a crise da consciência histórica e o questionamento do sujeito universal. De um lado, através do envolvimento direto do historiador com o objeto de estudo, interpondo dúvidas em torno do modelo clássico da objetividade do conhecimento histórico. Por outro lado, este procedimento também coloca em evidência a necessidade da investigação do presente pelo olhar do historiador, trazendo consigo problemas sobre a especificidade das fontes a serem compulsadas. Neste sentido, a história oral aparece como uma possibilidade de inserir a memória como fonte do trabalho do historiador, expondo experiências de grupos que haviam sido ocultadas pela história, ao estarem excluídos da documentação mantida nos arquivos (NORA e outros, 1989; POPKIN, 1996).

Também é importante lembrar que a exacerbação da memória pode ainda ser explicada, em parte, pela mobilização do aparato do poder público nos regimes totalitários do século 20, visando o esquecimento e manipulação da memória coletiva, que resultou num “*fervilhamento memorialístico*”, numa expansão inevitável da história oral (ARRUDA, 2002). Resultado do processo de busca por histórias alternativas e revisionistas, desde os anos 1960, o estudo da história oral e a análise etno-histórica da tradição oral, associada a Jan Vansina e seus discípulos e críticos, ocupam lugar de destaque nas principais instituições acadêmicas internacionais. Ainda que tenham várias finalidades, o principal objetivo de seus pesquisadores é a reconstrução do passado a partir de fontes orais, quer diretamente, quer após cuidadoso processo de tratamento e análise. Mas, desde então, a tônica dos debates sobre as fontes orais tem incidido sobre se são ou não “*verdadeiras*”. Tem-se aqui uma clara influência da matriz positivista para a análise das fontes orais, pois, a memória é um fenômeno complexo não suscetível de ser submetido a uma prova de verdade pela mera aplicação de um conjunto de regras ou pelo recurso tecnológico do registro da atividade cerebral. A memória é uma forma de evidência histórica e deve ser avaliada como tal (LUMMIS in SCHWARZSTEIN, 1991, p. 99).

O que importa aqui não é o fato de determinada memória ser “*verdadeira*” ou não, mas sim o significado social da memória, sua estrutura interna e seu modo de transmissão, por parte de determinado grupo social. O que geralmente falta neste debate é noção da particular natureza da *memória como fonte*, na medida em que a história oral se assenta na memória e não em textos. Os historiadores orais têm preferido tratar a memória como “*um conjunto de documentos que acontece estarem dentro da cabeça das pessoas e não no Arquivo público*” (FRENTRESS & WICKMAN, 1992).

Com a incorporação da memória como fonte histórica, tem-se, atualmente, uma tentação muito forte de identificar história e memória, na perspectiva de construir histórias particulares vinculadas a desejos, às expectativas das comunidades, em particular àquelas marginalizadas ou que tiveram suas identidades reprimidas. O recurso do passado serve, assim, para fundamentar sua identidade reconquistada ou afirmada, ao nível étnico, religioso, sexual etc. O discurso da memória, em meio à fragmentação do contexto pós-moderno, aparece como *re-encantamento*, com base em sua simpatia pelo inefável – o excesso, o sublime, o enigma. Klein

pontua que, nesta interpretação, a História é modernismo, o Estado, ciência, imperialismo, uma ferramenta da opressão; memória é pós-modernismo, o “excluído simbolicamente”, “o corpo”, “uma invenção cicatrizante e uma ferramenta da redenção”. Assim, não é acidental que nossa súbita fascinação com a memória ande lado a lado com o ajuste de contas pós-moderno em torno da consciência histórica como uma ficção opressiva. A memória pode ficar conhecida como uma fase da crise historiográfica contemporânea, precisamente porque ela figura como uma alternativa terapêutica para o discurso histórico (KLEIN, 2000).

A propósito, continuamente os historiadores do tempo presente são confrontados com a palavra do testemunho pessoal daqueles que viveram o que está sendo relatado pelo profissional de história, muitas vezes interpelando-os com vibrantes recordações e indagações sem respostas. Como ressalta Arlette Farge, o “*testemunho e a objectividade da história parecem então contradizer-se ao mesmo tempo que ameaçam estabelecer um conflito, por vezes doloroso, entre memória e história*” (FARGE, 1999, p. 99-100). Mas se memória não é história, a sua irrupção, muitas vezes, incomoda o historiador pelo transbordamento de sensibilidades, sentimentos, enfim da subjetividade, que acaba por dificultar o ordenamento lógico da fabricação de determinado discurso histórico, marcado pelo relato coerente, ordenado e verídico, ora distraíndo-o ou mesmo desviando-o.

Tal confronto entre memória e história, entre testemunha e relato, não seria por conta de “*a história nem sempre estar apta a trabalhar a palavra de outrem?*” Farge responde que a “*palavra em história serve demasiado facilmente o relato como simples episódio, desgarramento do discurso, e não é freqüente ela intervir como lugar principal de onde jorra a interrogação historiadora*” (IDEM, p. 100-101).

Eis aí uma das grandes tensões do mundo contemporâneo: “*a afirmação, absolutamente legítima, por parte de indivíduos ou de comunidades, de sua identidade, e, por outro lado, a necessidade de manter uma distância em relação à história-memória produzida por estas identidades*”. Isto traz consigo o debate fundamental da história como disciplina crítica, sobre seu estatuto teórico e metodológico, na medida em que revela os mitos e as falsificações (CHARTIER, 2001, p. 170).

## COMEMORAÇÃO E IDENTIDADE NACIONAL

Mas qual é o papel das comemorações no contexto das discussões sobre o *puzzle* entre história e memória? Como os eventos são vividos e

como eles têm sido lembrados para a posteridade nas comemorações? Em que medida a consciência política, que emerge dos grupos sociais e comunidades na construção da memória, interpela a história anteriormente contada?

A resposta em parte está na forma como uma comunidade ou nação é recordada da sua identidade, representando-a e contando-a numa metanarrativa, pois ela é muito mais do que uma história que se conta e sobre a qual se reflete, é um culto encenado. Talvez porque a comemoração torna-se mais real e mais intensa que o comemorado e o passado revivido torna-se mais atual do que o passado em si.

Há um relativo consenso entre os historiadores de que, na atualidade, vivemos uma crise das formas tradicionais de se legitimar, reproduzir e representar a memória nacional. As comemorações servem para *ritualizar a história*, reinventando o passado em busca de uma reatualização da identidade nacional, no sentido da criação de uma solidariedade coletiva. História, memória e mitos são acionados para se definir o quê e quem faz parte de um todo chamado nação. A produção das comemorações serve, assim, para reforçar os mitos e escolher os que melhor funcionam no momento presente, visando a produzir solidariedade social e viabilizar projetos coletivos futuros (OLIVEIRA, 2000). Comemorar vem do latim *commemorare*, que significa trazer à memória; fazer recordar, lembrar. Assim, é através da comemoração – festa, celebração, solenidade – que se demarca na memória coletiva aquilo que deve ser lembrado, daquilo que deve ser esquecido. O que reitera que debater sobre memória, é discutir a disputa em torno do controle do passado. Uma questão de poder. A comemoração aqui é encarada como elemento central da construção da identidade e está fundada na memória (FERREIRA, 1997, p. 157).

A atividade comemorativa é, por definição, social e política, já que envolve a coordenação das memórias individuais e coletivas, cujos resultados podem parecer consensuais quando eles de fato são o produto de processos de intensa contestação, luta, e, em alguns casos, de aniquilação (GILLS, 1996, p. 5). Neste sentido, como o relacionamento entre memória e identidade é histórico e se registra de variadas formas, as comemorações se constituem em ocasiões especialmente ricas para a reflexão do historiador, na medida em que possibilitam uma avaliação do já foi produzido e a abertura de novas formas de compreensão histórica. As comemorações tendem a inscrever os atos humanos em um tempo mítico, destituindo do homem sua historicidade.

Desde a publicação do trabalho organizado por Pierre Nora, tem se tornado um lugar comum na cultura contemporânea a afirmação de que nós vivemos numa “era das comemorações”. Isto pode ser percebido no mundo ocidental, tanto na França desde as comemorações do Bicentenário da Revolução Francesa (1989) e do Maio de 1968, quanto no Brasil, a partir das comemorações do centenário da Abolição da Escravidão, em 1988, e da Proclamação da República, em 1989.

A década de 1990 foi toda demarcada por eventos comemorativos no Brasil, fazendo emergir discursos antes marginalizados no contexto da história oficial, como o Tricentenário de Zumbi dos Palmares (1995), os Centenários da Guerra de Canudos (1993-1997) e o Centenário de nascimento de Lampião (1997-1998). Concomitantemente, os anos 1990 assistiram uma significativa proliferação de estudos sobre a memória, mas também a criação de diferentes espaços e lugares de memória.

Todavia, a obsessão em relembrar o passado tem ocasionado uma verdadeira “inflação” de ocorrências comemorativas. Cada monumento particular pode tornar-se virtualmente inexpressivo dentro do oceano de movimentos comemorativos. Assim, a consciência histórica está em perigo de declínio, o que se deve a “trivialização” dos grandes eventos em virtude da superabundância de memoriais (GORDON, 1995, p. 352).

Não se percebe um declínio da memória *em si*, mas da evocação do passado envolta de significado positivo, de uma busca de unidade nacional. Logo, a invenção pública de evocar e encorajar sentimentos de unidade comunitária e nacional, através de comemorações públicas do passado, tem se tornado uma ocasião importante para o debate cívico, como uma disputa atual sobre as narrativas do passado.

Essa interpelação de *memórias subterrâneas* deve ser inserida naquilo que Homi Bhabha chamou de *nação como narrativa*, quando questiona a visão da identidade essencialista da nação, no sentido de que ele associa a identidade cultural com o processo pedagógico de sedimentação histórica, do qual ele contrasta as identificações mutáveis evocadas no processo performativo de significação da idéia de nação (BHABBA, 2001). Seus ensaios possibilitam uma leitura sofisticada das múltiplas identidades da nação moderna e, ao mesmo tempo, o paradoxal ímpeto de seu argumento surge para minar as mínimas condições de articulação para formas viáveis de coesão grupal (WURGAFT, 1995).

P. Nora lembra-nos que os usos sociais da memória são mais diversos e variados que as lógicas identitárias. Assim, se exige para analisá-las o

reconhecimento de que a memória nacional não é uma experiência definitiva, um repertório fechado, mais um campo de forças em perpétua elaboração e em constante remanejamento. Isto pode nos ajudar a compreender a crise do modelo clássico de comemoração, que supunha uma soberania impessoal e afirmativa da Nação, da República, do Estado. Este modelo repousa, assim, na busca da unidade de uma história, baseando-se sobre uma ordem e uma hierarquia. Portanto, uma memória nacional unitária. Segundo este historiador francês, a sua liberação inaugurou uma batalha de memórias, o que ocasionou a *politização da comemoração*. Este fato foi particularmente responsável pela proliferação das comemorações, transformando, de fato, o sistema por inteiro, laicizando-o e democratizando-o. Há uma dupla consequência e de sentido inverso: de um lado, o código e o significado da comemoração passou para grupos particulares, partidos, sindicatos e associações, com todos os conflitos internos e as contestações inevitáveis que eles pressupõem na organização da cerimônia em si; de outro, ao contrário, a manifestação nacional tornou-se menos a expressão militante da unidade de um grupo que a unidade conflituosa de todos os grupos no interior da democracia. O autor arremata dizendo que as comemorações contemporâneas tornaram-se doravante “lugares de memória” e os “lugares de memória” se saturaram de comemorações: a reaproximação, por fim, se impôs no mundo contemporâneo (NORA, 1997, p. 4694 e 4688).

Em diálogo com P. Nora, Franklin R. Ankersmit elabora interessantes questionamentos sobre o significado das comemorações no nosso tempo, mostrando que a comemoração não somente mostra-nos como nós percebemos o passado, mas que é também um depósito, até aqui ignorado, de evidência sobre o passado em si. No que se refere às relações entre comemoração e escrita histórica, ele propõe que a segunda adiciona nosso conhecimento do passado, enquanto que a comemoração alarga o passado em si. Não existe modo mais apropriado para expressar esta diferença entre escrita histórica, de um lado, e comemoração, de outro, que afirmar que escrita histórica pode dar-nos um *entendimento* do passado, enquanto que comemoração quer dar-nos o *passado em si*.

F. Ankersmit tenta explicar o dilúvio de comemorações desencadeado com os bicentenários da Revolução Americana e da Revolução Francesa, propondo que, em primeiro lugar, a comemoração nos provoca uma certa “*trivialização*” do passado. A escrita da história tradicional invariavelmente procura transcender a pessoa ou grupo orientando concepções do passado.

Todavia, sempre se visa alguma verdade histórica eterna e intersubjetiva. Já a comemoração não objetiva a verdade e a profundidade histórica e o seu conteúdo é superficial. Em segundo lugar, ele afirma que a comemoração re-acentua o lugar do sujeito histórico. A escrita histórica tradicional sempre requer que o historiador se abstenha de seus escritos. Mas isto é diferente por completo nas comemorações: é que nós comemoramos alguma coisa e comemoramos o passado somente porque o que é comemorado significa algo para nós.

As comemorações exemplificam o que pode ser descrito como “*a privatização do passado*”, segundo o argumento de F. Ankermit. O passado político e nacional está “morto”, e tem sido agora repostado através de muitos relacionamentos individuais com o passado de indivíduos e de grupos de indivíduos. Isto têm implicações para a comemoração em si: as comemorações originadas ou estimuladas pelo centro político perderão mais e mais seu poder sobre as pessoas, enquanto a periferia será o lugar natural de todo desejo comemorativo. O que ocasiona uma vitória parcial do passado em si sobre a escrita histórica (ANKERMIST, 2002).

Estas reflexões podem colaborar em nossa reflexão sobre os confrontos de memórias em torno do cangaço como símbolo da identidade regional no Nordeste brasileiro. As celebrações em torno do centenário de nascimento de Lampião, Virgulino Ferreira da Silva, são reveladoras da releitura do cangaço elaborada por diferentes grupos sociais atuantes no Nordeste brasileiro, na medida em que o fenômeno aparece como um terreno fértil de pesquisa sobre as aspirações e projetos coletivos na contemporaneidade.

É interessante observar que se estabelecem dois momentos comemorativos do centenário de nascimento de Lampião (1997 e 1998), por conta de dúvidas e disputas em torno da data exata de seu nascimento – se 7 de junho de 1897 ou 4 de junho de 1898. Mesmo em seu nascimento, Virgulino Ferreira da Silva trouxe consigo as ressonâncias contraditórias de um símbolo do sertão nordestino. Isto nos abre um campo de pesquisas ainda inexplorado pelos historiadores do cangaço: a compreensão do funcionamento do imaginário social e de seus mecanismos de apropriação dos acontecimentos históricos.

Com efeito, a oscilação entre mito e realidade, entre fato histórico e projeções coletivas não desaparece, por completo, dentro das próprias análises historiográficas sobre o fenômeno, como bem ressaltou Patrícia Sampaio Silva. Em sua análise sobre a historiografia do cangaço, a pesqui-

sadora enfatizou que o cangaço é um terreno privilegiado do imaginário social, na medida em que há um leque de representações a partir do desdobramento de um mesmo símbolo. Como a família é, ao mesmo tempo, ideal de refúgio, abrigo, de segurança e imagem de cela de prisão, símbolo da opressão carcerária, de jazigo, o cangaceiro é um símbolo contraditório associado a múltiplas representações que vão do bandido sanguinário ao bandido social, do justiceiro ao mau-caráter sem escrúpulos, tornando-se, portanto, aberto a várias ressonâncias (SILVA, P., 1996).

### **SERRA TALHADA: UM TRIBUTO A VIRGULINO**

Em Serra Talhada/PE, o resgate positivo da memória de Lampião está diretamente ligado ao trabalho desenvolvido por Anildomá Souza, presidente da Fundação Cultural Cabras de Lampião e produtor do evento “Tributo a Virgulino”, que se realiza em julho de cada ano. Sua casa, localizada na Vila da Cohab, serve de museu para as pessoas interessadas na temática do cangaço. Seu acervo possui cerca de 60 peças, entre moedas antigas, rifles, bornais, apetrechos de vaqueiro e fotografias do cangaço. Inclusive, está à disposição do público uma cópia da certidão de nascimento de Lampião. Em entrevista ao *Jornal do Commercio*, de Recife, Anildomá Souza afirmou que sua intenção “é que cada detalhe da história seja preservado. O povo brasileiro tem memória curta com relação ao passado” (SÁ, 1998).

É com essa preocupação que ele criou o “Tributo a Virgulino” como forma de homenagear o centenário de Lampião. Entre os dias 18 a 20 de julho de 1997, o evento teve como parte da programação palestras, oficinas de xaxado, venda de artesanato, shows com trios de forró e uma celebração do cangaço, coordenada pelo padre Assis Rocha. As comemorações foram reeditadas em 1998, seguindo o mesmo modelo de apresentação.

Mas, dentro da programação nos dois anos de celebração, a que mais chamou a atenção da imprensa pernambucana foi o convite feito pelo presidente da Fundação, Anildomá Souza, a um dos líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) de Pernambuco, Jaime Amorim, para participar da celebração. Justificando o convite, Anildomá Souza afirma, no *Jornal do Commercio*, que a situação do latifúndio no sertão continua igual à época do cangaço. “Os coronéis continuam mandando do mesmo jeito, enquanto a polícia, por sua vez, age com a mesma

violência dos soldados da volante quando o objetivo final é acabar com as ocupações do MST” (TINÓCO, 1997).

Em 1998, em entrevista ao Estado de São Paulo, Anildomá Souza voltou a insistir numa possível “relação histórica” entre o MST e o cangaço: “Os dois movimentos chamaram a atenção para o abandono do sertão” (ATHIAS & LUIZ, 1998).

É interessante observar que sua leitura do cangaço é herdeira da interpretação da célebre obra de Rui Facó, intitulada **Cangaceiros e Fanáticos**, que se constitui num marco da historiografia sobre o tema. Inspirada no marxismo e com idéias bastante próximas das de Eric Hobsbawn, sua interpretação do cangaço parte do pressuposto que os cangaceiros representam, ao contrário dos movimentos messiânicos, uma forma de luta ativa contra a opressão do latifúndio. Segundo Patrícia Sampaio Silva, sua obra é um elemento capital do processo de apropriação do imaginário, no qual o cangaceiro se transforma em um “proto-revolucionário”, símbolo da luta por uma reforma agrária (FACÓ, 1991; SILVA, p. 1996).

Este simbolismo em torno do cangaceiro deve ser inserido no contexto histórico específico do final dos anos 1950 e início dos 1960, em que Francisco Julião, fundador das Ligas Camponesas em Pernambuco, vai reivindicar os cangaceiros como pioneiros de seu combate. Como afirma Facó, os bandos armados “representam os elementos ativos que preparam as mudanças no caráter nacional”. Segundo Patrícia S. Silva, ao considerá-los como ancestrais das Ligas Camponesas, os intelectuais marxistas transformaram os cangaceiros em um instrumento político, historicamente determinado. Esta leitura do cangaço como resposta à opressão do latifúndio e a um aparelho judicial corrupto e ineficaz, constituiu-se, por longo tempo, na base das interpretações sobre o fenômeno, que vai, inclusive, reverberar no resgate da memória do cangaço elaborado pelos militantes dos movimentos sociais no Nordeste (SILVA, P., 1996; SILVA, J., 1996).

Idealizado por Anildomá Souza, através de um abaixo-assinado dos moradores da rua 24, finalmente Virgulino Ferreira da Silva, Lampião, recebeu no dia 29 de julho de 1998 a primeira homenagem oficial da sua terra natal, quando, por unanimidade, a Câmara de Vereadores de Serra Talhada aprovou a mudança do nome da rua 24, no bairro da Cohab, para rua Virgulino Ferreira da Silva. O projeto do vereador Ari Amorim (PT) representa, segundo o autor, uma justa homenagem a um personagem importante de nossa história e uma contribuição para o turismo local (PEDROSA, 1998).

Nos combates em torno da memória do cangaço em Serra Talhada/PE, como contraponto a essa leitura social do cangaço, encontrei reminiscências que colocam Lampião como um bandido perverso e que estão associadas aos nazarenos e seus descendentes. Em entrevista realizada com David Jurubeba, evidenciou-se a necessidade de se rever a memória positiva dos cangaceiros, a forma como eles têm aparecido na televisão, no cinema e na literatura, mas, principalmente, a série de homenagens que estão sendo realizadas na cidade, inclusive com a construção de uma estátua em Triunfo/PE. Segundo seu depoimento, o único livro que diz a “verdade” sobre o cangaço e Lampião é o escrito por João Gomes de Lira (JURUBEBA, 1999; LIRA, 1997).

A professora Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros desenvolve interessante reflexão sobre o cangaço e a memória, opondo a leitura dos Nazarenos e dos Ferreiras sobre o passado cangaceiro. Tomando como ponto de partida para sua reflexão a memória escrita sobre o cangaço, através dos livros de João Gomes de Lira, já mencionado, *O Canto do Acauã*, de Marilourdes Ferraz, e *Lampião: Além da Versão*, de Alcino Alves Costa, a autora tenta caracterizar a disputa em torno da memória do cangaço entre uma memória volante e de forte perspectiva anti-cangaceira, presentes nos dois primeiros livros, e uma memória anti-volante, através de um discurso legitimador do cangaço, com base no “escudo ético”, tal como propõe Frederico Pernambucano de Melo, presente no último livro (BARROS, 2000).

## **TRIUNFO: MEMORIAL DO CANGAÇO**

Em entrevista realizada em 1º de novembro de 1999, o vereador triunfense Ruy Trezena Patu, que participa do grupo cultural Lampiônico, afirmou que a idéia de se criar um Memorial de Lampião em Triunfo, cidade situada a 425 quilômetros do Recife, foi o fato de que, em Serra Talhada/PE, ela ter sido recusada pela população. Como forma de homenagear o centenário de Lampião, o vereador apresentou o projeto à Câmara de Vereadores de Triunfo, objetivando construir um Centro Cultural, constituído de um xaxódromo, um anfiteatro, uma biblioteca especializada no tema do cangaço, uma videoteca e um salão de recepção para eventos. Mas foi a construção da estátua do Rei do Cangaço, que seria esculpida pelo artista plástico pernambucano Abelardo da Hora, autor de peças

grandiosas da cultura popular como a de Frei Damião de Bozzano, em Souza, no Estado da Paraíba, que gerou intensa polêmica na imprensa pernambucana.

Essa proposta desencadeou uma açodada polêmica entre as duas cidades pernambucanas que reivindicam para si o espólio do cangaço: Serra Talhada e Triunfo. Segundo Luiz Pinheiro de Barros, neto de José Saturnino, primeiro inimigo de Lampião: “Triunfo é uma farsa: eles estão querendo inventar a história” (ATHIAS & LUIZ, 1998).

Em seu depoimento, Ruy Patu discorda dessa leitura e enumera motivos para justificar a identidade de Lampião com a cidade de Triunfo. De um lado, ele lembra que, desde os tempos de almocreve, Lampião era muito conhecido na cidade. Por outro, o vereador rememora que a cidade teve presença marcante na história do cangaço, através da participação de Luís Pedro, braço direito de Lampião, que era filho da terra ou Félix da Mata Redonda, mas também dos coiteiros como o seu sogro, médico e chefe político local, que atendeu duas vezes a Lampião, por conta de um ferimento no pé motivado pelo confronto com as tropas da Paraíba.

As dificuldades financeiras do município, contudo, impossibilitaram ainda a construção da estátua de Lampião que, segundo ainda Patu, poderia desenvolver o turismo histórico e cultural na cidade de Triunfo, conscientizando a população de sua história e gerando renda e empregos, principalmente para as crianças trabalharem como guias mirins. É interessante notar que já existe no município um Museu do Cangaço, mas, segundo o vereador, é uma iniciativa tímida que não desperta maior interesse por parte dos turistas (PATU, 1999).

A polêmica chegou à imprensa da capital pernambucana. Em artigo publicado no Diário de Pernambuco, de 24 de agosto de 1999, Ariano Suassuna mostrou-se contrário à construção da estátua, pois o Rei do Cangaço não é herói nem santo e não é merecedor da homenagem do povo de Triunfo.

Em resposta à nota, o vereador Ruy Trezena Patu afirma que Lampião foi o “maior guerrilheiro da América Latina e o maior andarilho com armas na mão que se conhece no mundo”. Segundo o vereador triunfense, “Capitão Virgulino é hoje folclore e cultura”. E arremata o interesse que move a construção do memorial do Cangaço: “A nossa intenção é tão somente incentivar o turismo na região e nunca glorificar ninguém (...). Por estas e outras razões, Lampião merece ser estátua, se não fora os preconceitos dos políticos e das elites reacionárias” (Carta de Patu, s/d).

De um lado, sua leitura do cangaço se aproxima das linhas gerais da historiografia marxista do cangaço, em que justifica as ações dos cangaceiros como fruto da miséria social e da opressão do latifúndio, colocando-os, inclusive, como “guerrilheiros”. Como anteriormente mencionado, é interessante notar que este tipo de interpretação encontra respaldo na invenção de uma tradição revolucionária, realizada por pensadores e artistas de esquerda dos anos 50 e 60, que viam os cangaceiros como a “ante-sala da revolução” e marcou, indelevelmente, o imaginário social. Esse mito do cangaceiro-herói ainda se faz presente hoje na cultura popular, especialmente na literatura de cordel, mas também no mundo acadêmico, como se pode ver num texto recentemente veiculado na rede mundial de computadores (Internet), intitulado *Os Cangaceiros: La Guerrilla Más Desconocida de Sudamerica*, escrita pelo professor Dr. João Peres (1997) (PERES, 1997).

Por outro lado, na carta endereçada ao jornal da capital pernambucana fica evidenciada uma operação de ressignificação do fenômeno, visando, claramente, torná-lo em produto de consumo para o turismo – “Capitão Virgulino é hoje folclore e cultura” – e que, aliás, se encontra presente também na fala do vereador que propôs a transformação do nome de uma rua de Serra Talhada para Virgulino Ferreira da Silva.

Percebemos, então, uma evidente intenção de evitar as disputas político-ideológicas em torno da memória do cangaço na região, ainda que a ênfase no viés social da interpretação da ação dos cangaceiros prevaleça em ambas as leituras dos vereadores de Triunfo e Serra Talhada.

Assim sendo, essa proposta de implantação de um turismo histórico-cultural no sertão nordestino tem como objetivo, além de promover a memória regional, através da construção e preservação de lugares de memória, despertar o interesse governamental pela exploração racional do turismo do ponto de vista econômico, visando o fomento de fontes alternativas de produção de riquezas numa região de poucas possibilidades econômicas.

## **POÇO REDONDO: PRAÇA LAMPIÃO**

Na região do Baixo São Francisco, encontram-se duas cidades – Piranhas, em Alagoas, e Poço Redondo, em Sergipe – que têm suas trajetórias, fortemente, marcadas pela presença do cangaço. Luitgarde Barros adver-

te-nos que devemos tomar cuidado com os depoimentos dos habitantes de Piranhas e, acrescento, de Poço Redondo, pois, de tanto repetirem suas histórias para jornalistas, escritores e cinegrafistas, eles às vezes acabam por incorporar às suas memórias lembranças que não foram vividas por eles, tornando-se testemunho de fatos jamais vivenciados. Esse comportamento faz com que o pesquisador elabore um registro minucioso dos relatos de cada colaborador, para a comparação de dados das entrevistas (BARROS, 2000, p. 42).

A pesquisadora busca a utilização dos depoimentos orais como instrumentos para preencher as lacunas deixadas pelas fontes escritas. Daí a preocupação de se garantir ao máximo a veracidade e a objetividade dos depoimentos orais, excluindo possíveis distorções. Contudo, nossa proposta difere dessa perspectiva na medida em que privilegia o estudo das representações, atribuindo, assim, um papel central às relações entre história e memória. Queremos perceber os usos políticos do passado pelos grupos sociais atuantes no sertão nordestino, numa espécie de confronto de memórias em torno do cangaço. Portanto, faremos uma incursão na história das metamorfoses da memória, tomando a memória coletiva como objeto de estudo (DOSSE, 2001).

Em sua trajetória histórica, a cidade de Piranhas sofreu o ataque o cangaceiro Gato e seu bando em 1936, na tentativa de resgatar sua companheira Inacinha, que havia sido presa na fazenda Picos pela volante comandada pelo Tenente João Bezerra. Foi essa mesma volante que deu cabo do bando de Lampião na Grotta de Angico, em 28 de julho de 1938, também partindo da cidade de Piranhas. Essa cidade ainda vivenciou o pânico e o terror quando da chegada de um bilhete de Corisco para o Tenente João Bezerra, que, como vingança da morte de Lampião, mandou, junto ao bilhete, as cabeças da família de Domingos Ventura, vaqueiro da fazenda Patos, suposto traidor que originou o massacre de Angicos (RODRIGUES, 1999).

As lembranças desse tempo do cangaço estão depositadas no Museu do Sertão, com sede na antiga Estação Ferroviária de Piranhas. Instituído pelo governo estadual em 13 de novembro de 1986, o Museu possui em sua coleção, além de objetos do cotidiano sertanejo, um conjunto de fotografias e recortes de jornais da época do cangaço proveniente do acervo do professor Frederico Pernambuco de Mello, da Fundação Joaquim Nabuco. Entretanto, como outros lugares de memória da região, encontra-se em condições precárias de funcionamento.

Por outro lado, situado no Sertão Noroeste Sergipano, o município de Poço Redondo também tem sua trajetória histórica marcada pelo fenômeno social do cangaço, por conta da intensa presença do bando de Lampião na região ao longo dos anos 1930.

Algumas imagens dessa passagem de Lampião ainda marcam indelévelmente a memória dos sertanejos de Poço Redondo como o “Fogo de Maranduba”, em 1932, a morte de Lampião, em 1938, e a ascensão e queda do ex-cangaceiro Cajazeira, “Zé de Julião”, na política local nos anos 1950. Por outro lado, na cidade, encontram-se ainda remanescentes do cangaço como a ex-cangaceira Adília Maria de Jesus, mulher do cangaceiro Canário, e um dos coiteiros de Lampião mais famosos na região, Manoel Félix da Cruz.

A institucionalização da Praça Lampião (1988-1998), localizada na cidade de Poço Redondo, em Sergipe, trouxe consigo elementos fundamentais para se entender como as disputas político-ideológicas em torno do cangaço se fazem presentes na região, revelando a importância de lugares de memória neste campo de disputa, especialmente pelo fato da praça aparecer como espaço privilegiado para o estudo da História Local.

Dentro das comemorações do cinquentenário de morte de Lampião, houve um abaixo-assinado, liderado por Raimundo E. Cavalcanti e Manoel Dionízio da Cruz, militantes do movimento popular e sindical preocupados em resgatar a memória do cangaço, que teve a adesão de 300 assinaturas, sendo encaminhado à Câmara de Vereadores para a legalização da praça. Após sua aprovação, a praça foi inaugurada em julho de 1988, com a presença do então prefeito da cidade, Alcino Alves Costa, sendo, então, batizada pela população da cidade como “murinho de Lampião”. Segundo Raimundo Eliete Cavalcanti, “o Murinho era tão disputado que a população assumiu como sendo, né, um espaço importante da cidade” (CAVALCANTI, 1999). Portanto, tornou-se um lugar de memória do município.

Campo de disputa em torno da memória do cangaço em Poço Redondo, a Praça Lampião, em 1993, sofreu um ataque do então prefeito Ivan Rodrigues Rosa, que tentou derrubá-la, sob o argumento de que ela lembrava o nome de um bandido e que não era digna da cidade. Articulado com o juiz de Direito, Pedro Alcântara, o prefeito da cidade convocou um grupo de vaqueiros para uma filmagem da TV Sergipe, retransmissora da TV Globo, no sentido de receber apoio para a derrubada da Praça. Como forma de se contrapor a esta iniciativa, Manoel Dionízio da Cruz e

Raimundo E. Cavalcanti organizaram uma exposição de documentos nacionais e locais, com o intuito de demonstrar a importância do cangaço para a cidade. Com o apoio de estudantes, professores e da comunidade de Poço Redondo, Manoel Dionízio da Cruz enfrentou um debate acalorado com o juiz de Direito, Pedro Alcântara, e o líder político local, Durval Rodrigues Rosa, pai do então prefeito da cidade. Durante a polêmica, Dionízio argumentou que a Praça só seria derrubada se houvesse um plebiscito na cidade. Vencidos pelo argumento da importância do cangaço para a cidade, explicitada pela presença na cultura local de grupos de teatro, de xaxado, além do Centro de Cultura Popular Zé de Julião, os opositores ao monumento realizaram ainda depredações ao monumento. Contudo, ficou mantida a homenagem da cidade a Lampião (CRUZ, 1999).

Nas palavras de Raimundo Cavalcanti, “No dia 28 de julho de 1993, como estava contando, houve aqui uma disputa bem acirrada em torno do símbolo, né, desse espaço, se realmente era público ou privado. Então, através da coordenação de Dionízio, nós conseguimos que a população se posicionasse firmemente em favor da memória de Lampião e do espaço que é do povo”.

É interessante observar que esta disputa em torno da memória do cangaço tem uma evidente vinculação com a política local, na medida em que se encontra, de um lado, uma clara tentativa de negligenciar a forte presença dos cangaceiros na região, caracterizando-o como bandidos e facínoras, destacando-se a liderança política conservadora do ex-prefeito Ivan Rodrigues Rosa, filho de Durval Rodrigues Rosa que, por sua vez, foi coiteiro de Lampião e, sob tortura, junto com seu irmão, Pedro de Cândido, levou a volante do tenente João Bezerra para dar cabo do bando de Lampião na Grota de Angico. Por outro lado, temos Manoel Dionízio da Cruz, militante sindical e ex-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) de Sergipe, descendente da Família Félix (Júlio e Manoel Félix da Cruz), coiteiros históricos de Lampião e seu bando, que busca, junto com outros companheiros como Raimundo E. Cavalcanti, resgatar a rebelião cangaceira contra o coronelismo do início do século XX como cimento ideológico para as lutas em torno da reforma agrária no município de Poço Redondo. Nesta perspectiva, vale registrar que também outros movimentos de rebeldia camponesa são veiculados no discurso das lideranças da esquerda local, como a existência de quilombos na Serra da Guia e a passagem de Antônio Conselheiro pelo povoado de Curralinho, na tentativa de criar uma “tradição revolucionária” na região.

Em 1998, na gestão do prefeito Enoque do Salvador foi reinaugurada, toda reformada, a Praça Lampião. Liderança surgida no contexto da atuação da Comissão Pastoral da Terra no Baixo São Francisco nos anos 70 e 80, sob a coordenação do Bispo de Propriá, Dom José Brandão de Castro, o padre Enoque do Salvador se destacou na luta pela conquista da terra dos índios Xocó na Ilha de São Pedro, no município de Porto da Folha, e da ocupação de Santana dos Frades, em Pacatuba/SE, da Fazenda Barra da Onça, em Poço Redondo. Sua eleição galvanizou todos os setores progressistas da região como forma de interromper o ciclo conservador que se instaurou em Poço Redondo desde os anos 50, sob a liderança de Durval Rodrigues Rosa.

Côncio da importância do resgate da memória, o prefeito Enoque do Salvador contou com a participação decisiva do geógrafo Raimundo E. Cavalcanti, então coordenador de cultura da Prefeitura Municipal de Poço Redondo, na reinauguração do monumento, em julho de 1998, quando das comemorações do centenário de nascimento de Lampião e dos 60 anos de sua morte. Nessa reforma foram inseridas informações históricas de Lampião sobre a sua trajetória no município, desde o Fogo de Maranduba até o Massacre da Grota do Angico. Neste sentido, buscou-se demarcá-los como lugares de memória, através de veiculação de um mapa, objetivando torná-los como pontos histórico-turísticos do município. Vale lembrar que a Grota de Angico é uma área tombada como patrimônio histórico-cultural pela Constituição Estadual de 5 de outubro de 1989, no seu artigo 229. Ainda segundo Raimundo Cavalcanti, “esse espaço é muito importante, porque, além de servir de atrativo turístico pra o município de Poço Redondo, é também um testemunho de um pedaço da história do Nordeste e que tem uma dimensão muito importante da vida da população local”.

Neste mesmo ano instituiu-se, ao lado do I Seminário sobre a História do Cangaço, com debates e exposições, a celebração da Missa para Lampião na Grota de Angico no dia 28 de julho, na data e local onde Lampião morreu. Com a presença de familiares de Lampião, ex-cangaceiros sobreviventes, ex-volantes e ex-coiteiros, a missa teve uma clara tônica política, diante das palavras do padre Eraldo Cordeiro: “Os covardes não ficam na história. Aqui, em Angico, terminou um movimento social que abalou o país por muitos anos. O Cangaço não existia (sic), se houvesse justiça no país e agora, neste lugar onde Lampião foi morto há 60 anos, vamos pedir a Deus, que ilumine os homens poderosos do Brasil de hoje, para haver bom senso nas decisões políticas, pois em cada nordestino, pulsa um

Virgulino sentindo falta de luz”. Ainda segundo o padre, o “Nordeste continua sofrido, discriminado, esperando dias melhores, tal qual nos tempos do Cangaço” (CAMPOS, 1998).

Emerge aqui uma memória anti-volante, através de um discurso legitimador do cangaço, com base no conceito de “escudo ético”, tal como proposto por Frederico Pernambucano de Melo, na medida em que os cangaceiros enfrentavam a injustiça social dos tempos do coronelismo e buscavam vingar alguma afronta a sua honra. Ao caracterizá-lo como movimento social, o padre se aproxima da leitura marxista do cangaço, cuja matriz está presente nas obras de Rui Facó e Eric Hobsbawn. Segundo seu discurso, a atualidade da rebeldia do cangaço é reforçada pela permanência das precárias condições sociais.

## CONCLUSÃO

Os confrontos da memória em torno da problemática do cangaço nas diferentes cidades sertanejas, especialmente no que se refere ao centenário de Lampião e a disputa em torno da “capital do cangaço”, leva-nos a refletir sobre a compreensão do funcionamento do imaginário social e de seus mecanismos de apropriação dos acontecimentos históricos.

Por que a memória e a identidade estão presentes com bastante vigor no vocabulário histórico das décadas de 1980 e 1990? Percebemos uma intensa busca pelo registro das lembranças que expressam o temor pelo desaparecimento do passado por conta de um tempo cada vez avassalador, marcado por transformações abruptas. Neste sentido, as pessoas, grupos e povos procuram reinventar referenciais esquecidos ou silenciados. Há, assim, uma politização da memória, fazendo com a presença de múltiplas memórias subterrâneas obriguem aos poderes a negociarem sua legitimidade (D' ALLESIO, 1998).

As disputas da memória do cangaço devem ser inseridas nesta perspectiva, na medida em que diversos grupos sociais atuantes no sertão do Nordeste brasileiro constroem sua leitura sobre o fenômeno, de um lado, a partir de um viés social, de clara influência do marxismo e do pensamento de esquerda no Brasil, tentando demonstrar sua atualidade no contexto das lutas sociais na contemporaneidade e, de outro, através daquilo que a prof<sup>ra</sup>. Luitgarde Barros chamou de uma “memória volante” e anti-cangaceira, presente nos livros e depoimentos das antigas volantes e de seus descendentes, da qual a autora claramente simpatiza.

Como alerta-nos M. Wiesebron, as memórias publicadas a partir dos anos 70 por pessoas ligadas diretamente ao cangaço – ex-cangaceiros, ex-volantes, ex-militares – ou seus descendentes devem ser lidas com bastante cuidado, pois, em grande parte, percebe-se evidente influência dos debates historiográficos produzidos em torno do tema, principalmente da obra de Eric Hobsbawn, como é o caso de Sila (WIESEBRON, 1996, p. 434).

Foi exatamente essa leitura hegemônica, motivada pela forte presença dos movimentos sociais na região, sobre a memória do cangaço que noto nas comemorações dos centenários de Lampião. Assim, a questão da identidade emerge como um dos fundamentos da luta política e ideológica no sertão, na medida em que os grupos sociais reivindicam incessantemente seus espaços e a identidade nacional já não dá conta da multiplicidade de memórias subterrâneas, que trazem para a historiografia as lembranças dos excluídos.

Por outro lado, nestes mesmos setores políticos, observo uma tentativa de demarcar na geografia do cangaço um papel de destaque de suas cidades e municípios, construindo lugares de memória, com o objetivo de atrair o turismo. Isto implica também no apagamento das divergências em torno da memória do cangaço, especialmente da “memória volante”, e o estabelecimento de um relativo consenso sobre a importância do resgate turístico do cangaço para o desenvolvimento sócio-econômico do sertão nordestino.

Portanto, através das diferentes fontes utilizadas, procuro demonstrar que o cangaço não se tornou história, é ainda memória, campo de luta pelo presente e ferida aberta nas lutas políticas da região, como se evidenciou no caso da luta entre as cidades de Serra Talhada e Triunfo pelo espólio do cangaço ou, principalmente, na luta política em torno da Praça Lampião, em Poço Redondo.

## **FONTES HISTÓRICAS**

### **1. Fontes Escritas**

ATHIAS, Gabriela e LUIZ, Edson. Sertão ainda convive com cenário de Lampião. O Estado de São Paulo. 12 de julho de 1998.

CAMPOS, Wanessa. Missa para Lampião emociona em Anjico (sic). *Jornal do Commercio*. Recife/PE, 02 de agosto de 1998.

Carta do Sr. Ruy Trezena Patu ao jornal *Diário de Pernambuco*, sem identificação de data.

LIRA, João Gomes de. *Lampião: Memórias de um soldado volante*. 2 v. Floresta/PE, Prefeitura Municipal/Tipografia Dom Augusto, 1997.

Ofício n. 1/88 – Encaminhamento de propostas para Comemoração dos Cinquenta Anos da Chacina do Angico – 23 de maio de 1988 – Comissão Pró-Comemoração do Cinquentenário da Chacina do Angico.

PEDROSA, Júlio. Polígono. *Jornal do Commercio*. Recife, 30 de julho de 1998.

SÁ, Giovanni. Paixão e exotismo nos museus particulares de Serra Talhada. *Jornal do Commercio*. Recife, 12 de abril de 1998.

TINÔCO, Pedro. Líder do MST vai ao centenário de Lampião. *Jornal do Commercio*. Recife, 12 de junho de 1997.

## 2. Fontes Orais

CAVALCANTI, Raimundo Eliete. Entrevista ao autor. Poço Redondo, 5 de junho de 1999

CRUZ, Manoel Dionízio da. Entrevista ao autor. Poço Redondo, 13 de junho de 1999.

JURUBEBA, David. Entrevista ao autor. Serra Talhada/PE, 1º de novembro de 1999.

PATU, Ruy Trezena. Entrevista ao autor. Triunfo/PE, 1º de novembro de 1999.

RODRIGUES, Francisco. Entrevista ao autor. Piranhas/AL, 29 de outubro de 1999.

## BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Verena. **Vender história? A posição do CPDOC no mercado das memórias**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1996.

- ANKERSMIST, F. R. Commemoration and Nacional Identity (texto digitado). **Textos para História** do curso de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília. nº 12 (2002) (no prelo).
- ARRUDA, José Jobson de A. - O Sonho de História que se tem no presente. In: DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru: EDUSC, 2002.
- BARROS, Luitgarde O. Cavalcanti. **A Derradeira Gesta: Lampião e Nazarenos Guerreando no Sertão**. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.
- BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.
- CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit**. Porto Alegre: ARTMED, 2001.
- D' Alessio, Márcia Mansur. Intervenções da memória na historiografia: identidades, subjetividades, fragmentos, poderes. **Projeto História**. São Paulo, (17), nov. 1998, p. 269-280.
- DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru: EDUSC, 2002.
- DOSSE, François. **A História à prova do tempo: Da história em migalhas ao resgate do sentido**. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.
- FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos: gênese e lutas**. 9ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Lisboa: Teorema, 1999.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral, Comemorações e Ética. In: **Projeto História**. São Paulo, (15), abril 1997.
- FRENTRESS, James & WICKMAN, Chris. **Memória Social**. Lisboa: Teorema, 1992.
- GILLS, John R. - Introduction: Memory and Identity: the history of a relationship. \_\_\_\_ (dir.). **Commemorations: the politics of national identity**. Princeton/New Jersey: Princeton University Press, 1996.
- GORDON, Daniel. History as an Art of Memory. **History and Theory**. Volume 34, Issue 4 (Dec., 1995).
- HALBWACHS, Maurice. **Les Cadres sociaux de la mémoire**. 2ª edição. Paris: Albin Michel, 1994.
- HUTTON, Patrick. History and Memory; Assassins of Memory: Essays on the Denial of the Holocaust. **History and Theory**. Volume 33, Issue 1 (feb., 1994).
- HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

- KLEIN, Kerwin Lee. *On the Emergence of Memory in Historical Discourse*. **Representations**. University of California Press, Wntr 2000.
- LUMMIS, Trevor. *La Memoria*. In: SCHWARZSTEIN, Dora (org.). **La Historia Oral**. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1991.
- NORA, Pierre e Outros. **Ensaio de Ego-História**. Lisboa: Edições 70, 1989 (Coleção Lugar da História).
- NORA, Pierre. *L'ère de la commémoration*. In: NORA, Pierre (dir.). **Les Lieux de Mémoire (Les Francs)**. v. 3. Paris: Gallimard, 1997.
- NORA, Pierre. *Presente*. In: LE GOFF, J., CHARTIER, R. & REVEL, J. (sob a direção de). **A Nova História**. Coimbra, Edições Almedina, s/d.
- OLICK, Jeffrey K. and ROBBINS, Joyce. *Social Memory Studies: From 'Collective Memory' to the Historical Sociology of Mnemonic Practices*. **Annual Review of Sociology**. Volume 24, 1998: 105-140.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Americanos: Representações da identidade nacional nos Brasil e nos EUA**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Nas comemorações, duas visões opostas*. In: **Jornal do Brasil**. Caderno Idéias Especial – De Cabral a Cardoso. Identidades. Capturado em 13/5/2000 no endereço eletrônico [www.jb.com.br/destaques.500anos/id3ma1.html](http://www.jb.com.br/destaques.500anos/id3ma1.html).
- PERES, João. *Os Cangaceiros: La Guerrilla Más Desconocida de Sudamerica (1997)*. Capturado no endereço eletrônico: [www.lander.es:800/~jlmartin/cangacei.html](http://www.lander.es:800/~jlmartin/cangacei.html), em 29/6/1999.
- POPKIN, Jeremy D. *Ego-Histoire and Beyond: Contemporary French Historian-Autobiographers*. **French Historical Studies**. Volume 19, Issue 4, Special Issue: Biography, Autumn, 1996, 1139-1167.
- RÜSEN, Jörn. *Preface*. In: RÜSEN, Jörn (ed.). **Western Historical Thinking: An Intercultural Debate**. London: Berghahn Books, 2002.
- SANTOS, Afonso C. M. dos. *Memória, História, nação: propondo questões*. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n. 87, out./dez. 1986.
- SILVA, José Maria de Oliveira. **Rever Canudos: Historicidade e Religiosidade Popular (1940-1995)**. São Paulo: FFLCH/USP, 1996 (mimeo).
- SILVA, Patrícia Sampaio. *Le symbole et ses diverses résonances: analyse de l'historiographie du Cangaço*. **Revue Histoire et Société de l'Amérique Latine**. Paris, Amérique Latine: Expériences et Problématiques d'Historiens (A.L.E.P.H.)/Université de Paris 7, n° 4, mai 1996.

WIESEBRON, Marianne. Historiografia do cangaço e estado atual da pesquisa sobre banditismo em nível nacional e internacional. **Ciência & Trópico**. Recife, v. 24, n. 2, jul./dez. 1996.

WURGALT, Lewis D. Identity in World History. **History and Theory**. Theme Issue 34, Wesleyan University, 1995.

# ARTUR RAMOS: ENTRE RENDAS DE BILRO E O SERTÃO DO SÃO FRANCISCO

BEATRIZ GÓIS DANTAS\*

## ABSTRACT

Artur Ramos, whose birthday century is celebrated this year, was an anthropologist who was nationally and internationally known during the 30's and 40's. This essay tries to understand how a famous author, renowned on the field of Afro-Brazilian studies, elects a new study purpose and, with his wife, builds a monography about bobbin lace, one of the brazilian handicrafts expressions which is strongly present at São Francisco's River dale. Not only the biographical influences are analyzed on the selection of the theme but also the social webs that support the data gathering and objects that belongs to Luiza Ramos Collection, as well as the methodology and theoric orientation that transformed a collection firstly made with esthetic purpose into an ethnographic one which supports his written work *As Rendas de Bilro e sua Aculturação no Brasil* (Ramos, 1948).

**Palavras chave:** Cultura material, artesanato, rendas de bilro, Artur Ramos, Rio São Francisco.

---

\*Antropóloga e Professora Emérita da UFS - Rua Maruim, 983. CEP 49 010120 – Aracaju SE

## ROTAS E ROTEIRO

Na história da Antropologia no Brasil, Artur Ramos (1903-1949) figura entre os chamados “heróis fundadores”, termo com que se costuma designar os que desempenharam importante papel na constituição do campo disciplinar e sua institucionalização.

Artur Ramos foi, no seu tempo, um dos antropólogos brasileiros de maior reconhecimento no seu país e no exterior. Apesar da sua curta existência, deixou numerosa produção intelectual que se estende por diferentes campos do conhecimento como Psicologia Social, Psiquiatria, Educação, Folclore e, sobretudo, Antropologia, num tempo em que estavam imbricadas formas de conhecimento que se distinguiam gradativamente.

No ensejo do centenário do seu nascimento, o objetivo deste trabalho é entender como um autor já consagrado em diversos campos do saber, notadamente no afro-brasileiro, elege um novo objeto de estudo e, em parceria com sua esposa, constrói uma monografia sobre as rendas de bilro, obra pouco conhecida, mas que se constitui numa referência básica para os estudiosos do artesanato no Brasil. De permeio, procuro recuperar suas informações sobre a região sanfranciscana na segunda década do século XX e os primeiros registros etnográficos sobre a renda de bilro produzida em Sergipe.

Foi a partir de uma pesquisa sobre artesanato no sertão do São Francisco (Dantas, 2000, 2003; Santos, 2000), realizada no âmbito do Instituto Xingó, através do seu Centro de Documentação e Pesquisa (CENDOP), que “descobri” o livro *A Renda de Bilro e sua Aculturação no Brasil - Nota preliminar e roteiro de pesquisas*, da autoria de Luiza e Artur Ramos. Veio a público em 1948, numa edição da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, constituindo a publicação nº 4 da referida entidade, criada por Artur Ramos e sediada no Rio de Janeiro.

Para analisá-lo, tomo como ponto de partida e inspiração uma idéia partilhada por muitos antropólogos e bem resumida por Mariza Peirano, ao afirmar que:

“Na antropologia a pesquisa depende, entre outras coisas, da biografia do pesquisador, das opções teóricas da disciplina em determinado momento, do contexto histórico mais amplo e, não menos, das imprevisíveis situações que se configuram no dia-a-dia local da pesquisa” (PEIRANO, 1995, p.45).

Meu propósito é, através do fio das rendas, focar a figura de Artur Ramos, homem inserido na problemática do seu tempo e integrado em amplas redes de relações sociais tecidas ao longo de uma curta existência intensamente vivida e desdobrada nas múltiplas experiências de médico, psiquiatra, professor, folclorista, escritor e antropólogo<sup>1</sup>.

## BREVE BIOGRAFIA



Figura 1: Artur Ramos, 1903-1949

Fonte: Relembrando Artur Ramos. Sapucaia, 2003.  
(Acervo da Fundação Artur Ramos, Maceió)

Nascido em Pilar, Alagoas, em 7 de julho de 1903, Artur de Araújo Pereira Ramos formou-se em Medicina em Salvador, aí iniciando sua vida profissional como médico no Hospital São João de Deus e legista do Instituto Nina Rodrigues, transferindo-se depois para o Rio de Janeiro, onde

---

<sup>1</sup> A elaboração deste trabalho baseia-se apenas em fontes bibliográficas. Não foram consultados os arquivos de Artur Ramos espalhados em diversos locais, os quais certamente lançarão mais luz sobre questões aqui tratadas.

se tornou professor de Psicologia Social da recém-criada Universidade do Distrito Federal. A convite de Anísio Teixeira, integrou-se a projetos educacionais, fundando e chefiando o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental do Departamento de Educação do Rio de Janeiro, e, nessa perspectiva, associava a instalação desses serviços nas escolas cariocas à pesquisa nos “morros, nas macumbas, e nos centros de feitiçaria” e os apresentava como “trabalho de largo alcance higiênico e educacional” (RAMOS, 1951, p. 27) procurando, através da ciência, orientar a ação do Estado para solucionar os males do Brasil.

Seus importantes trabalhos de cunho antropológico e as boas relações tecidas no Rio de Janeiro fizeram com que se transformasse em professor de Antropologia e Etnologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, posteriormente Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, da qual se tornou catedrático por concurso em 1946. Desempenhou, desse modo, papel significativo no processo de institucionalização e difusão desse campo de saber, não só através do ensino, mas também da criação da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia (1942), entidade que se manteve atuante no Rio de Janeiro por oito anos promovendo reuniões e publicações (AZEREDO, 1986) e, sobretudo, através da sua imensa obra.

Seu campo de interesse foi muito vasto, tendo se ocupado da criança, das minorias étnicas, do alienado, do neurótico, do folclore entre outros objetos de estudo. Seus primeiros livros dão bem uma idéia da abrangência da sua temática e de sua orientação teórica inicial: *Freud, Adler, Jung* (1933); *Psiquiatria e Psicanálise* (1933); *Educação e Psicanálise* (1934); *O Negro Brasileiro: etnografia religiosa e psicanálise* (1934); *O Folclore Negro do Brasil: demopsicologia e psicanálise* (1935); *Introdução à Psicologia Social* (1936) e *Loucura e Crime* (1937).

Tendo elegido o negro como um dos temas preferenciais de suas pesquisas, publicou sobre o assunto, além dos dois livros já citados e de muitos artigos em revistas nacionais e estrangeiras, obras que o consagram como um grande africanista: *As Culturas Negras no Novo Mundo* (1937); *The Negro in Brazil* (editado em Washington em 1939, posteriormente teve edição brasileira sob o título *O Negro na Civilização Brasileira*); *Aculturação Negra no Brasil* (1942) e *Guerra e Relações de Raça* (1943). O seu trabalho *Introdução à Antropologia Brasileira* (1943 e 1947), dois grossos volumes que tratam da trilogia étnica – o índio, o negro e o europeu e as questões de mestiçagem e aculturação no Brasil –, tornou-se obra clássica, uma espécie de compêndio adotado nas Faculdades de Filo-

sofia, mas cujo prestígio arrefece à medida que novas orientações teóricas se firmam nas Universidades, desbancando o culturalismo.

Trabalhando numa época em que a idéia de raça como esquema interpretativo do desenvolvimento dos povos, se não fora de todo esconjurada pela ciência, cedia cada vez mais lugar à cultura, Artur Ramos fez desta o seu interesse maior na busca do entendimento do negro no Brasil e nas Américas. Fez uso de diversas abordagens teóricas, aplicando, por exemplo, a Psicanálise ao estudo das religiões afro-brasileiras e do folclore, ou seriando formas culturais como os evolucionistas. Mas foi o culturalismo a sua referência mais forte. Inicialmente na vertente alemã e mais tarde na norte-americana, esse foi um traço marcante na obra de Artur Ramos relacionada com o negro, na qual sobressaem duas preocupações: a busca das sobrevivências culturais e as formas de assimilação política e ideológica desse elemento na sociedade brasileira. O enfoque privilegiado era a cultura, o que o fez afinado com a Antropologia Cultural norte-americana, sobretudo após a viagem que realizou aos Estados Unidos no início da década de 40, onde se demorou alguns meses ministrando palestras em várias universidades.

Alguns dos seus livros tiveram tradução em inglês, francês, espanhol, alemão, tcheco e, em 1949, reverenciado pela ciência do seu tempo, foi dirigir o Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, mudando-se para Paris, onde morreu subitamente, em 31 de outubro de 1949, após três meses de trabalho na capital francesa, depois de ter elaborado o plano de atuação a ser desenvolvido pelo órgão.

Com as novas questões que se colocavam sobre a população negra no Brasil, sobretudo a partir dos anos cinqüenta, privilegiando abordagens direcionadas para uma perspectiva estrutural, a obra de Artur Ramos perdeu nas universidades a visibilidade e parte do prestígio que o credenciaram como um dos grandes e mais produtivos antropólogos brasileiros do século passado.

As 432 obras elencadas em seu currículo de 1945 (trabalhará ainda por mais quatro anos) dão bem a dimensão da sua operosidade e justificam a avaliação de Otávio da Costa Eduardo, antropólogo seu contemporâneo, segundo o qual: “todos os seus trabalhos mostram que ele lia e estudava como poucos talvez o terão feito entre nós”(EDUARDO, 1950, p. 450). Lia, estudava e escrevia sobre muitos temas. Um deles foi a renda de bilro, tema específico ora em destaque.

## **AS RENDAS DE BILRO NA VIDA DE ARTUR RAMOS.**

## Lembranças de infância

As rendas estavam entranhadas na vida do antropólogo. Sua familiaridade com estas remonta à sua infância vivida em Alagoas, mais exatamente na cidade de Pilar, sua terra de origem, não só pela presença muito forte das rendeiras na região, mas também devido ao envolvimento de sua família com rendas e bordados. No prefácio do livro, registra essa influência no seu trabalho fazendo uma referência especial aos seus pais:

“Ainda conservo nos meus ouvidos a música dos bilros movidos pelas mãos peritas de minha mãe, filha de engenho das várzeas alagoanas. Meu pai fez uma tentativa – e creio que a primeira no Brasil – de transportar para o tear mecânico a arte das bordadeiras e rendeiras da sua terra, com a Fábrica de Rendas e Bordados, de Pilar, Alagoas, onde também trabalharam meus irmãos, e em cujos meandros complicados passeava outrora a minha curiosidade de menino” (RAMOS, 1948, p.6).

Dessa fábrica, que figura entre as lembranças de infância do autor, segundo Marilu Gusmão – uma das suas biógrafas, que entrevistou familiares e pessoas que privaram da convivência de Artur Ramos – era que o médico Manuel Ramos de Araújo Pereira retirava o sustento da numerosa prole (GUSMÃO, 1974, p. 21).

Esse empreendimento somava-se a muitos outros levados a cabo na região onde, desde fins do século XIX e início do XX, se abrigavam várias fábricas de tecidos e, um pouco mais tarde, também de linhas, matéria-prima da renda. A saga de Delmiro Gouveia (1863-1917), o arrojado industrial que conseguiu transformar a força de quedas d'águas do rio São Francisco em energia para movimentar suas fábricas, é bem o exemplo do surto de industrialização local vivido à época. Dentre as fábricas, merecem destaque a da Pedra e a Estrela, esta instalada em 1914 e especializada na fabricação de linhas (LAGE, 1981).

Ao implantar, no Nordeste brasileiro, experiências levadas a efeito na Inglaterra já no século XVIII, quando se iniciaram as tentativas de fabrico das rendas em máquinas (BECKER, 1955, p.182), o pai de Artur Ramos, homem culto e ilustrado, contribuiu para a modernização da região e se antecipou às experiências que mais tarde se implantariam em Petrópolis

para o fabrico de rendas industrializadas (FLEURY, 2002, p.50). Mas, se no Sudeste tiveram continuidade as tentativas de fabricação das rendas em máquinas, no Nordeste a fábrica do pai de Artur Ramos fechou as portas. O motivo teria sido a dificuldade de conseguir matéria-prima: a linha vinha da Europa, e o suprimento se tornaria difícil com a eclosão da Primeira Grande Guerra (GUSMÃO, 1974, p. 21). Mas foi justamente quando se iniciou a Guerra que Delmiro Gouveia inaugurou a sua fábrica de linhas Estrela na margem alagoana do rio São Francisco, e a matéria-prima, antes importada, passou a ter suprimentos locais. Mas talvez, por outras razões, já não fosse possível manter em funcionamento a “Fábrica de Rendas e Bordados” do Dr. Manuel Ramos, que vai buscar no exercício profissional da medicina o sustento da família (GUSMÃO, 1974, p. 21).

Da fábrica restaram as lembranças de Artur Ramos e as imagens congeladas das máquinas numa foto de 1906.

A fábrica desapareceu, todavia o fabrico artesanal das rendas feitas nas rústicas almofadas das rendeiras no movimento manual dos bilros persistiu em muitos lugares, inclusive nas ribeiras do alto São Francisco,

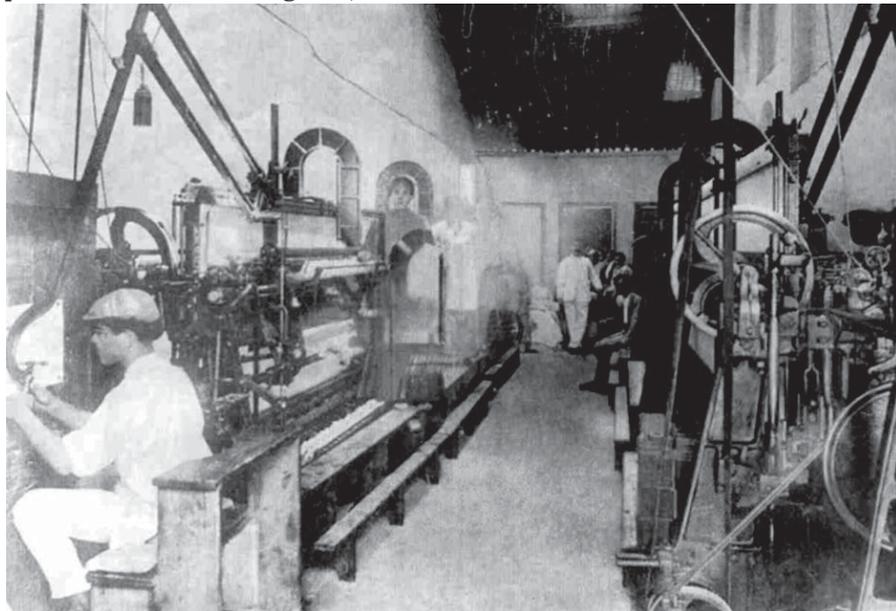


Figura 2: Fábrica de Rendas do Dr. Manuel Ramos, Pilar, Alagoas, 1906.

Fonte: Memória Cultural de Alagoas: Artur Ramos. Caderno do Jornal Gazeta de Maceió, 19.05.2000.

onde, mais uma vez, Artur Ramos se deparou com as rendas produzidas com bilros e almofadas registrando-as em sua obra.

### **A viagem pelo São Francisco e o reencontro com as rendas**

Quando residia em Salvador, em 1929, e atuava como médico do Instituto Legal Nina Rodrigues, em companhia de um delegado viajou pelo São Francisco, no trecho entre Juazeiro e Santa Maria. Foi a bordo do *Saldanha Marinho*, uma das mais antigas *gaiolas* que navegavam pelo rio, hoje servindo como restaurante turístico na cidade de Juazeiro na Bahia (KUMMER, 2003, p. 94). Durante a longa e demorada viagem, ia registrando por escrito, dia após dia, aspectos do meio físico, do homem e da cultura sertaneja tais como se apresentavam nos pontos de parada da embarcação. No seu diário de campo, instrumento de que se servem os antropólogos, há alusões aos trabalhos das lavadeiras, dos remeiros e de suas rivalidades com os marinheiros (tripulação dos vapores), às facções políticas sempre em renhidas lutas, aos cangaceiros e aos tipos humanos diversos da região. Ouvia muitas histórias e detinha-se mais demoradamente na transcrição de quadras, cantigas de cego, lendas e elementos do cancionário popular, enfim, na literatura oral que, segundo a tradição dos norte-americanos seguidores de Boas, se constitui no campo específico do folclore. Não é sem razão que o seu artigo se intitula “Folclore do São Francisco”. Mas sua lente de observação se manteve bastante aberta para registrar também o pequeno comércio nas localidades à beira do rio e, ao enumerar os produtos, por duas vezes seu olhar se deteve sobre as rendas colocadas à venda em Casanova e Remanso. Nesta última localidade, registra Artur Ramos:

“Na margem, perto do vapor, estão alinhadas as mercadorias à espera de comprador. O mesmo espetáculo de outros pontos. E agora uma cena nova. Dezenas de vendeiras de rendas. São meninas e moçoilas que assaltam o “Saldanha Marinho”, caboclas fortes e bonitas. E expõem suas rendas, rendas de todos os feitios, numa enorme profusão. E fazem uma alarido pitoresco, com as súplicas:

– Compre moço! Compre esta renda! Pela luz dos seus olhos! Compre moço!

Não há jeito de nos furtarmos à magia daquela solicitação. Comprei algumas rendas a uma “curiboca” (mulata cor de bronze), como a chamam em Remanso” (RAMOS, 1942: 283-284).

Embora justifique a compra como resultado das artes da pequena vendedora, a aquisição das rendas mostra que suas lembranças de infância vivida nas terras alagoanas entre mulheres que batiam bilros e entre máquinas que tentavam reproduzi-las mecanicamente continuavam vivas.

Essas impressões de viagem de Artur Ramos, divulgadas num artigo publicado na Revista do Brasil (1938) e republicado com alterações no seu livro *Aculturação Negra no Brasil* (1942), são entremeadas por comentários que denunciam as precárias condições de vida na região sanfranciscana, prenúncio de suas preocupações sociais que procuravam colocar a ciência a serviço da resolução dos problemas do seu tempo.

### **O casamento com Luíza, a colecionadora de rendas**

No Rio de Janeiro, em 1934, através de Mário de Andrade, Artur Ramos conheceu Luíza, uma paulista, criada no Rio de Janeiro, professo-



Figura 3: Luíza Ramos

Fonte: Relembrando Artur Ramos. Sapucaia, 2003  
(Acervo da Fundação Artur Ramos, Maceió)

ra de piano, viúva do musicólogo e pesquisador de folclore Luciano Gallet. Uniram-se pelo casamento em 1935 e partilharam vida em comum por quase quinze anos (GUSMÃO, 1974, p. 43).

A presença de Luíza na obra de Artur Ramos tem sido um dado posto em realce por seus biógrafos (GUSMÃO, 1974; BARROS, 2000), o que não é propriamente uma novidade, uma vez que já se tem chamado a atenção para a importância das esposas dos antropólogos no exercício de suas atividades, seja em situação de pesquisa de campo, seja na redação dos trabalhos. O tema, no dizer de Mariza Corrêa, se constitui num capítulo ainda a ser escrito na história da Antropologia, embora já tenha gerado “engraçado pastiche dos inevitáveis agradecimentos às esposas nos textos antropológicos” (CORRÊA, 1988, p. 92).

No caso específico de Luíza, ela organizava os arquivos do marido, levantava bibliografia, fazia transcrições de cantos para a pauta musical, datilografava textos, enfim, desenvolvia um eficiente trabalho de suporte à atividade intelectual de Artur Ramos. Este, em vários dos seus livros, faz menção à sua contribuição caracterizando-a como “colaboradora assídua” (RAMOS, 1948, p. 4). Tornara-se secretária eficiente e prestimosa, sobretudo quando o casal dispensou os auxiliares para conter gastos e poder enviar a mesada do Dr. Manuel Ramos, que vivia em Alagoas doente e em idade avançada, sem poder clinicar (GUSMÃO, 1974). Às aulas de piano que ministrava, aliava as tarefas que subsidiavam a produção intelectual do esposo prolífico. Na biografia de Luíza também as rendas se fazem presentes. É Artur Ramos quem informa:

“Os pais de minha mulher, Dona Tereza de Araújo e Luiz Augusto de Araújo, velhos admiradores da arte italiana, nas viagens que empreendiam à Itália, em fins do século passado, costumavam trazer labores de bilros de Gênova, Rapallo e Santa Margherita, que deram às suas filhas a predileção que elas conservaram, pelas obras de gosto artístico. Alguns dos exemplares que ornaram hoje a Coleção Luíza Ramos provêm dessa fonte de tão grata significação afetiva” (RAMOS, 1948, p.5).

Luíza colecionava rendas. Era um hábito cultivado na sua família através das aquisições feitas pelos pais em viagens à Europa em fins do século XIX, despertando nela e em suas irmãs o gosto pelas rendas e o prazer de usá-las e guardá-las, bases do colecionismo.

O gosto de Luíza pelas rendas e o interesse de Artur Ramos pelos diversos aspectos da cultura, seja material ou imaterial, estão na origem do trabalho que juntos empreendem: a pesquisa, a escrita do livro e a sistematização da coleção de rendas que se amplia bastante durante o trabalho. Mas, não fora a circunstância de a titular da coleção, Dona Luíza, ser esposa do renomado antropólogo Artur Ramos, talvez as amostras de rendas tivessem o mesmo destino dos muitos guardados femininos que, reunidos pacientemente pelas suas detentoras, permanecem em gavetas e tomam rumos ignorados com a morte destas. Foi pelas artes da escrita e do ofício de antropólogo de seu marido, que os pequenos pedaços de renda de bilro ajuntados ao longo de muitos anos, transformaram-se em objeto de estudo, romperam com os limites domésticos e ganharam visibilidade através do livro *A Renda de Bilros e sua Aculturação no Brasil*, da autoria de Luíza e Artur Ramos.

### **Nas tramas das rendas, nas teias do amor**

A co-autoria no trabalho sobre as rendas expressa um momento especial da parceria numa atividade sobre a qual há interesses comuns e saberes especializados que se completam e se materializam através da presença de Luíza como autora. Neste livro, ela sai dos prefácios ou notas de rodapé onde, em geral, estão consignados os agradecimentos, para assumir autoria em pé de igualdade com o marido famoso, que cavalheirescamente lhe cede o lugar de primeiro autor.

Reportando-se ao livro em obra recente, Catherine Fleury (2002, p.167) chama atenção para a “relação amorosa” que o atravessa e constitui. Ele é fruto da paixão ao objeto – rendas de bilro – expressa por Luíza, paixão que levou seu marido, o antropólogo Artur Ramos, a envolver-se com um assunto tão marcadamente feminino.

Ao envolver-se com o tema, fez mais do que selecionar um novo objeto de estudo. Treinou sua esposa nos fazeres da pesquisa, notadamente naqueles relacionados com o levantamento sistemático e o ordenamento dos dados.

Não fora a morte prematura de Artur Ramos e talvez essa parceria tivesse desdobramentos, a exemplo do que tem acontecido com outros casais. Ver, por exemplo, Darci Ribeiro e Berta, cuja vida em comum se inicia com a colaboração feminina nos trabalhos que servem de suporte às

obras do marido e culmina com a individualização e projeção da mulher como autora independente, com significativa produção no campo da cultura material indígena.

Diferente foi o destino de Luíza. Atingida pela morte prematura do marido, que não lhe deixou filhos, sobrevive-lhe seis anos e, nesse tempo, dedica-se a cultuar-lhe a memória, a organizar seu acervo e preparar seus textos inéditos para edição. Morreu em 1955 e, dois anos depois, sua coleção de rendas, ampliada durante a convivência com o antropólogo seu marido, juntamente com o acervo de peças afro-brasileiras por este reunido (LODY, 1987), é adquirida pela Universidade Federal do Ceará. Assim, objetos que se empenharam em reunir durante a vida, nos quais puseram sua atenção e em torno dos quais desenvolveram trabalhos, continuam juntos a testemunhar idas e vindas de uma obra tecida entre as teias das rendas e as tramas do amor.

## **DO LÚDICO-ESTÉTICO AO CIENTÍFICO: ROTEIRO DE CONSTRUÇÃO DA OBRA**

### **Do familiar ao exótico: o estranhamento metodológico**

O interesse científico de Artur Ramos pelas rendas, ou pelo menos a decisão de trabalhar o tema numa perspectiva antropológica, surgiu muito tardiamente na sua vida de intelectual, quando já era autor consagrado, professor universitário no Rio de Janeiro, e após mais de dez anos de convivência com Luíza, a colecionadora de rendas. É a esta que atribui o mérito da pesquisa e a quem dá a precedência na autoria do livro, em cujo prefácio afirma:

“À minha mulher cabem inteiramente a iniciativa e as pesquisas deste trabalho. Das suas falhas de exposição e interpretação sou eu exclusivamente o responsável (RAMOS, 1948, p. 4).

A divisão do trabalho surge clara: Luíza juntou as peças com o seu gosto de colecionadora, herdado da família e sedimentado no convívio com Artur Ramos, homem de múltiplos interesses de pesquisa e cuja concepção de cultura e Antropologia era muito abrangente. Ela recolhe e organiza as rendas e as informações. Ele concebe a pesquisa, sua metodologia,

seu enfoque teórico e escreve o texto final, ao qual Luíza deve ter dado substancial contribuição. Diz Artur Ramos no esclarecedor prefácio do livro:

“Esta coleção, minha mulher vem reunindo há vários anos, e lida com todo o material da renda de bilros, artefatos utilizados nas diferentes áreas do país, e espécimes de rendas, já em número aproximado de um milhar, na sua distribuição por Estados e localidades. O mérito desta pesquisa cabe assim exclusivamente a ela. A minha contribuição consistiu, em imprimir uma diretriz antropológica a um traço de cultura, o que representa uma tentativa de tratamento científico à altura do interesse recreativo e estético do assunto (RAMOS, 1948 p. 3).

As rendas de bilro, entranhadas nas lembranças de infância de Artur Ramos, faziam parte das histórias de família de cada um dos membros do casal e, portanto, eram objetos muito conhecidos de ambos; agora são submetidas a um estranhamento metodológico, vistas não mais como objetos ajuntados com fins estéticos, mas como um traço de cultura a ser cientificamente trabalhado. Como elemento da cultura material, os pedaços de renda colocavam-se como objeto de curiosidade científica e com ela o antropólogo se debruçará sobre a coleção reunida por sua mulher, tendo como referencial teórico o culturalismo americano e como conceito fulcral a aculturação.

Ao transformar a vivência cotidiana e as lembranças de infância em objeto de pesquisa, ou, como diz Roberto da Matta (1978), ao transformar o familiar em exótico para estudá-lo, os autores adotam uma metodologia que vai muito além da aquisição de amostras de colecionador, cercando-se de técnicas que fazem parte do arsenal dos cientistas sociais:

“A sistematização do nosso trabalho veio em 1944 quando minha mulher começou a pôr em execução os métodos sugeridos, que consistiram em: a) pesquisas diretas em certas áreas brasileiras; b) emprego de questionários distribuídos pelas diferentes áreas regionais do país; c) entrevistas com rendeiras, intermediários, comerciantes de rendas, enfim, com todas aquelas pessoas que possuíssem qualquer dose de informação útil ao nosso trabalho; d) fichamento dos exemplares de rendas de bilros colhidas, com todas as características

de identificação, procedência, nomes populares de pontos e padrões, etc.” (RAMOS, 1948, p.3).

Estavam dados os parâmetros do trabalho sistemático que transformariam uma coleção iniciada com interesse recreativo e estético numa coleção etnográfica, ampliando-a com novas coletas metodologicamente orientadas numa perspectiva antropológica que visava “a compreensão de um traço de folk-cultura dos mais característicos de certas áreas do território brasileiro” (RAMOS, 1948, p.3).

Considerando que, além da observação direta e etnográfica, a pesquisa tinha uma abrangência espacial que envolvia diferentes regiões do país, a aplicação de questionários, cujo roteiro os autores anexam ao livro, se torna um expediente necessário. É com seu prestígio de antropólogo já reconhecido e de intelectual com raízes nordestinas, atuando no Rio de Janeiro desde meados da década de 30, que Artur Ramos e sua esposa acionam uma ampla rede de informantes em vários Estados, os quais se encarregam de coletas sistemáticas das amostras das rendas e de informações sobre a atividade artesanal. No levantamento dos dados, envolve-se mais de meia centena de pessoas – rendeiras, comerciantes, donas de casa, escritores e artistas – espalhadas por vários Estados do Brasil. Elas estão nomeadas no prefácio da obra na qual Artur Ramos também fala das dificuldades encontradas: questionários que não retornam, ou são preenchidos indevidamente, escassez de tempo e a quase inexistência de bibliografia brasileira sobre o tema, o que, de certo modo, contrasta com a literatura de origem estrangeira muito presente na bibliografia usada pelos autores.

### **O estado da arte**

Uma consulta à bibliografia de *A renda de Bilro e sua Aculturação do Brasil* serve para balizar o estado da arte sobre o tema no Brasil, à época em que o casal realizou seu trabalho. Alguns artigos publicados em revistas ou constituindo-se em capítulos de livros formam o elenco de obras que, ao lado de uma Enciclopédia de Trabalhos Manuais (SCHWETTER, 1946), constituem a bibliografia brasileira sobre as rendas, tema em geral abordado de forma muito localizada.

É interessante registrar como as rendas – arte essencialmente feminina na produção e no uso – enquanto objeto de estudo tem seduzido alguns homens, resultando dessa atração trabalhos marcados por uma capacidade de observação e minuciosa descrição da apurada técnica com requintes estéticos e de muita precisão. Veja-se, por exemplo, o estudo pioneiro do alagoano Leite Oiticica, realizado a pedido de Gilberto Freyre para compor *O Livro do Nordeste* (1925). As dificuldades deste para encontrar alguém disposto a tratar do assunto são relatadas por Sylvio Rabello ao informar que a primeira reação do alagoano ao ser consultado foi de recusa, pois “aquilo era assunto de mulher” (apud OITICICA, 1967, p. 11). Vencido o preconceito, o ensaio escrito por Francisco de Paula Leite Oiticica, intitulado a *Arte da Renda no Nordeste*, resulta num primoroso estudo em que à descrição detalhada dos instrumentos, das técnicas e de algumas rendas alia considerações sobre a situação das rendeiras e interpretação sobre as funções da arte de fazer rendas entre as mulheres nordestinas.

Também no Ceará homens estudam as rendas, o mesmo acontecendo com Manuel Diegues Júnior, outro antropólogo alagoano, cujos escritos na década de 40, apontam para a dimensão econômica dessa forma de produção artesanal e suas implicações sociais. Além dos aspectos econômicos, as questões simbólicas do artesanato nordestino à época interessavam aos intelectuais, pois integravam o conjunto de bens culturais tradicionais trabalhados como distintivos da região (ALBUQUERQUE, 1996).

Na esteira da produção regionalista que a partir dos anos 30 enfatizou o Nordeste, escritores nordestinos radicados no Sudeste puseram em evidência as “rendas do Norte”. Era assunto trabalhado em revistas de grande circulação como, *O Cruzeiro*, e em jornais do Rio de Janeiro, em que, dentre outros, a escritora Raquel de Queiroz (1948) tratou do tema.

Invariavelmente, os autores chamavam atenção para a decadência da renda, ameaçada pela produção mecanizada, e para a situação das rendeiras, mulheres que produziam verdadeiras obras de arte e viviam miseravelmente. No rastro da difusão da música nordestina através dos meios de comunicação de massa, as rendeiras são cantadas e, por vezes aparecem associadas ao movimento social do cangaço (DIÉGUES JÚNIOR, 1981; DANTAS, 2003). Renovara-se o interesse pelos fazeres populares e tradicionais, e nesse particular as rendas de bilro desempenhavam lugar de destaque na construção de uma imagem do Nordeste. Enfim, o tema estava na ordem do dia. Mas não havia nenhum trabalho que tratasse especificamente do assunto de forma mais aprofundada.

O trabalho de Luíza e Artur Ramos, intitulado *A Renda de Bilro e sua Aculturação no Brasil* vem, portanto, preencher essa lacuna. Se não se constitui em estudo pioneiro do ponto de vista temático, é, sem nenhuma dúvida, o primeiro trabalho produzido sistematicamente com uma orientação teórica definida e uma perspectiva comparativa abrangente.

### **O marco teórico e o plano do trabalho**

O estudo das rendas de bilro tem como referencial a teoria da aculturação desenvolvida no bojo do culturalismo americano a partir da segunda metade dos anos 30 do século XX, no qual Melville Herskovits, Ralph Linton e Robert Redfield são figuras exponenciais na tentativa de definir conceitos e estabelecer procedimentos de pesquisa visando à comparação de traços culturais e a verificação das permanências e mudanças de culturas em contato (HERSKOVITS, 1964, p. 340).

O método de trabalho já era familiar a Artur Ramos que o utilizara em estudos sobre o negro, particularmente no livro *As Culturas Negras do Novo Mundo* (1937), em cujo prefácio anuncia a nova orientação inspirada na Antropologia Cultural, sendo Herskovits citado como autor com quem mantinha contato (RAMOS, 1937, p. 11).

Como assinala Mariza Corrêa, é surpreendente a rapidez com que novas propostas teóricas e metodológicas originárias de centros internacionais de Ciências Sociais, são incorporadas à produção intelectual de muitas personagens da história da Antropologia nascidas no início do século XX no Norte e Nordeste do país (CORRÊA, 1982, p. 18). Este é um traço que o próprio Artur Ramos identificara na vida intelectual brasileira, ao qual denomina de “tótens estrangeiros” para indicar a veneração pela última novidade vinda da Europa ou dos Estados Unidos (RAMOS, 1942). Ao lado do tom jocoso da observação, isso mostra que ele, particularmente, estava sintonizado com o culturalismo americano, num momento em se torna mais freqüente e variada a presença, no Brasil, de antropólogos provenientes de diferentes universidades dos Estados Unidos com suas diversas orientações teóricas (CORRÊA, 1988).

Embora na bibliografia de *A Renda de Bilro e sua Aculturação no Brasil* não apareçam citados os autores americanos que elaboraram a teoria da aculturação, com a qual Artur Ramos se torna mais familiarizado em sua viagem aos Estados Unidos no início da década de 40, esta será a chave

interpretativa utilizada no estudo das rendas, como está indicado no próprio título do trabalho. A isto se soma a influência do difusionismo na busca das origens e trânsitos da renda e ligeiras referências ao funcionalismo.

O plano e o desenvolvimento da obra seguem, em linhas gerais, os mesmos adotados nos estudos sobre a cultura negra no Novo Mundo, nos quais, à base de bibliografia, o autor traça um perfil geral dos povos africanos na terra de origem e depois, à luz dos dados empíricos, estabelece comparações procurando ver os resultados dos contatos, ou seja, as permanências, as mudanças e adaptações dos traços culturais ao novo sistema sócio-cultural.

Em relação às rendas – trabalho essencialmente feminino – esse esquema geral é ampliado no sentido de recuperar o papel da mulher na história e na cultura.

Recorrendo com freqüência à literatura de base antropológica de inspiração evolucionista (Morgan, Bachofen) procuram estabelecer, desde o trabalho com fios nas sociedades primitivas, um contínuo até chegar às formas de rendas presentes na Europa na época dos fluxos populacionais que se deslocam para o Brasil trazendo consigo saberes, valores, crenças e artefatos.

A busca dos centros de origem das rendas de bilro e das rendas de agulha é uma das preocupações dos autores num intrincado e erudito passeio pela literatura européia, sobretudo francesa, incluindo-se os manuais que ensinam a fazer bordados e rendas, a indicar familiaridade com a bibliografia da época. Nessa abordagem histórica sobre as rendas na Europa ocidental (RAMOS, 1948, capítulos 2 e 3), detêm-se mais demoradamente em Portugal (cap. 4), de onde, através dos colonos, o Brasil teria recebido a tradição das rendas de bilro inventada em Veneza. A comparação dos instrumentos, das técnicas, da denominação dos pontos é invocada para mostrar a continuidade da tradição e, ao mesmo tempo, as modificações resultantes do processo de aculturação.

Ao tratar das rendas no Brasil, registram os autores a dificuldade de documentos escritos sobre o assunto, em razão do que abrem mão da tentativa de reconstituição histórica através de fontes escritas e fazem do relato oral e da observação direta os principais elementos de coleta empírica. Era a mesma forma de trabalho empregada nos estudos de reconstituição dos padrões culturais do negro no Brasil (RAMOS, 1948. p. 36).

Traçam um roteiro de distribuição geográfica das rendas no Brasil (cap. 5) enumerando os principais centros produtores nas diferentes regiões, fazendo um percurso que se inicia pelo Ceará – principal foco dessa

forma artesanal – e segue para o sul até o Rio Grande, e para o norte até a Amazônia, passando por quinze Estados.

Nessa geografia das rendas, apontam a conexão entre rendas e redes, entre rendeiras e pescadores, ao constatar que os principais focos rendíferos se localizam no litoral ou à margem dos grandes rios. Dentre estes, o São Francisco aparece como um eixo de aglomeração de rendeiras figurando com frequência na relação dos centros de produção em diferentes Estados. Em Alagoas, depois de elencar os focos da orla, canais e lagoas acrescentam:

“Outros pontos importantes estão nas margens do São Francisco, principalmente Penedo e Pão de Açúcar. Em Piranhas, Mata Grande e Quebrangulo, fazem-se também rendas de bilros, embora com menos intensidade que no litoral e nas margens das lagoas e canais “ (RAMOS, 1948, p.38).

E prosseguem, enfatizando os centros de produção de rendas do vale sanfranciscano.

“Na região leste, Sergipe e Bahia possuem focos importantes da renda de almofadas. E estas parecem se concentrar de preferência no vale do São Francisco. Propriá, defronte de Penedo, na margem do São Francisco, é um centro rendífero de certa importância, bem como Porto da Folha, ao noroeste do estado, na bacia do São Francisco (...) Na Bahia, a tradição maior é das rendas de Remanso, no alto São Francisco, a que já se referiu um de nós, em outro lugar...” (RAMOS, 1948, p. 40).<sup>2</sup>

Ao traçarem o mapa da distribuição das rendas em Minas Gerais, registram: “Uma informação aponta Januária, no alto São do Francisco como outro foco rendífero” (RAMOS, 1948, p. 41).

Não escapa aos autores o papel das migrações internas na difusão do traço cultural pelas diferentes regiões do país, pois, embora estejam preocupados com a renda, não se esquecem dos atores humanos portadores da cultura, nem da artesã que, sentada atrás da almofada, troca bilros e tece

---

<sup>2</sup> À época da pesquisa do casal Ramos, Sergipe e Bahia integravam o Leste. Quanto à localização de Propriá em frente a Penedo trata-se de um equívoco do autor. A cidade alagoana que fica em frente a Propriá é Porto Real de Colégio.

as rendas. Traçam-lhes ligeiro perfil sócio-econômico, apontando as dificuldades de comercialização e organização e o papel dos intermediários, fornecendo dados importantes para se pensar as questões do artesanato numa perspectiva inter-regional e não simplesmente localizada. Suas observações sobre a ação dos atacadistas do Sudeste na consolidação da hegemonia do artesanato cearense, o que termina desbancando as rendeiras alagoanas e encaminhando-as para novas modalidades de trabalhos, são de uma atualidade gritante quando programas diversos estão voltados para a produção de artesanato e nem sempre se empenham em assegurar ou abrir novos mercados consumidores duradouros.

Os capítulos 6 e 7 são dedicados à descrição etnográfica e à análise comparativa dos instrumentos de trabalho, da matéria-prima e dos pontos e padrões das rendas.

A descrição é minuciosa e precisa, e, com base nas semelhanças observadas nos apetrechos nos pontos e padrões da renda concluem pela procedência portuguesa da arte de render no Brasil.

Sobretudo na parte referente aos pontos, há grande esforço no sentido de estabelecer certa ordem nesse emaranhado de denominações nativas. Através das comparações, procuram reduzir a uma mesma categoria o que as designações êmicas tornam tão diversas. Submetem ao tratamento estatístico os pontos da renda, procurando estabelecer escalas de freqüência (RAMOS, 1948, p. 56). As longas listas de designações de pontos de rendas coletadas em diferentes estados e o esforço de estabelecer equivalências entre eles, formalmente, chegam a lembrar, ao leitor mais familiarizado com a obra de Artur Ramos, os quadros do sincretismo no campo religioso, embora conceitualmente não se trate do mesmo fenômeno.

Transitando entre os vários Estados da federação e se deslocando com freqüência à Europa, sobretudo a Portugal, França e Itália, os autores acentuam ora a universalidade de certos motivos, ora a aproximação da tradição das rendas brasileiras com as de Portugal, ora os movimentos aculturativos detectados, por exemplo, nas denominações destas:

“Os nomes populares destes padrões são os mais interessantes e pitorescos, alguns chulos ou inconvenientes, outros líricos, variando de estado a estado, e mesmo de localidade a localidade” (RAMOS, 1948, p. 57).

Mas, segundo os autores, não é a imensa variação de nomes e de formas das rendas que cria dificuldades. É antes a exigüidade de informações coletadas, ante as quais eles declaram:

“Infelizmente, não pudemos colher até o presente, maior número de nomes populares de padrões para um quadro completo da sua distribuição por estados e suas correlações. Isso nos forneceria um vasto material para o estudo comparativo das rendas de almofadas por estados, focos principais de invenção e difusão etc.” (RAMOS, 1948, p.59).

Percebe-se como os autores atribuem uma importância excessiva às denominações das rendas – elemento muito fluido e mutável – como chave para esclarecer, através da comparação, focos de origem e trânsitos culturais.

O último capítulo, significativamente intitulado o “Folclore da Renda”, foi reservado ao registro das tradições orais sobre a arte de rendar. Transcrevem várias ocorrências em que essa tradição é tematizada em cantigas de roda, adivinhações e outros elementos do cancionário e adagiário populares, chamando atenção para a presença da rendeira na gesta dos cangaceiros.

Na gênese desse capítulo está presente a concepção de Artur Ramos sobre Folclore. Tema muito discutido à época, em que, *pari-passu* com o processo de institucionalização da Antropologia e das Ciências Sociais de modo geral, o campo de cada disciplina vai se constituindo aos poucos num contexto de interação contrastiva com disciplinas afins (VILHENA, 1997). Para Artur Ramos, o Folclore é um ramo da Antropologia, por ele delimitado como o estudo das tradições orais, da literatura não escrita e informalmente transmitida, segundo a vertente dos antropólogos norte-americanos liderados por Boas.

É interessante registrar que, ao mesmo tempo, em que está envolvido com a escrita do ensaio sobre as rendas Artur Ramos, está elaborando teoricamente essas questões do Folclore através de ensaios que publica em revistas diversas e, mais tarde, darão origem ao *Estudos de Folclore* (1951), obra póstuma que Luíza se empenhou em ver publicada.

Nas suas conclusões, os autores reafirmam as dificuldades na busca das origens primeiras da renda, sugerindo longínquas vinculações com o Oriente através do macramé, porém fixam-se na tradição ocidental, cristalizada em Veneza por volta do século XV, para estabelecer foco de origem

da renda brasileira. A este componente europeu que nos chega através de Portugal, acrescentam a influência francesa exercida pela imitação direta de padrões, mas também, de forma mais erudita, pela via do livro, como as enciclopédias de trabalhos manuais e o adestramento das jovens mais abastadas nos colégio e conventos. É interessante registrar que não escapou ao casal Ramos esse espraiamento das técnicas entre diferentes estratos sociais e a circularidade dos saberes (BURKE, 1989). Acentuam também a necessidade da compreensão funcional, pois “a renda é um traço cultural que terá que ser estudado e compreendido no contexto geral da cultura de que faz parte” (RAMOS, 1948, p. 69). Está associada a grupos humanos que vivem em áreas atrasadas do ponto de vista econômico, com um modo de vida tradicional, cujos horizontes são limitados pelo “conservantismo e superstição” enfim, um “mundo espiritual mágico e pré-lógico”, marcado pela folk-culture, conceito cunhado por Robert Redfield (1949), referido pelos autores como o *locus* próprio da rendeira. Atentos às inevitáveis mudanças com o avanço da “civilização” da cidade nas áreas rurais, prevêem que esse traço cultural desaparecerá ou se aperfeiçoará incorporando os melhoramentos da civilização e elementos eruditos. Nesse contexto, ao governo e aos membros das associações de assistência social estaria reservada a tarefa de assegurar suporte material e o aperfeiçoamento da expressão artística; aos antropólogos e folcloristas, o estudo pormenorizado e comparativo do traço cultural, em visível retração ante o avanço da sociedade urbana.

Nesse esforço de salvar patrimônios culturais ameaçados, devido à mudança de modos de vida (LAPLANTINE, 1988), o casal cumpre sua parte documentando as rendas, registrando sua história, percurso e técnicas e recolhendo exemplares com que se forma a coleção.

## **A COLEÇÃO DE RENDAS DE BILRO DE LUIZA RAMOS**

Formada entre fins do século XIX e a primeira metade do século XX, a coleção de rendas de Luíza Ramos foi um dos suportes e produtos na elaboração do ensaio sobre as rendas. Depois da escrita da obra ganhou autonomia, embora continue a aclarar pontos importantes da monografia.

Devido a condições muito especiais, conseguiu romper a habitual indiferença que a sociedade brasileira devota a esse tipo de objeto. Ao contrário do que se constata no Velho Mundo, onde várias instituições, em diferentes países, abrigam coleções de rendas antigas, não há no Brasil uma tradição de colecionar e expor em museus a produção das rendas de bilro. Pesquisa recen-

te registra essa característica no tratamento dado às rendas entre nós (FLEURY, 2002, p. 22). Consideradas como exemplares das artes menores ou de artesanato, as rendas de bilro são vistas, no Brasil, em geral, como aviaamentos que integram o mundo das costuras e neste, esporadicamente, podem despertar o interesse de algum estilista cuja projeção pode dar-lhes uma visibilidade proporcional à sua importância, mas em geral passageira, de efeito rápido como costumam ser os eventos da moda; ou como produtos destinados ao consumo de turistas. Uma consulta a diversos *sites* da internet aponta para essa forma diferencial de encarar as rendas de bilro. Na Europa, sobressaem os museus; no Brasil, os *sites* que anunciam as vendas<sup>3</sup>.

Nesse cenário, a Coleção de Rendas de Luiza Ramos, ganha realce e se destaca pelo ineditismo de reunir e preservar peças que, no meio cultural brasileiro, não costumam ser objeto de tratamento museal.

O livro *As Rendas de Bilro e sua Aculturação no Brasil* ajudou a projetá-la e, associado ao fato de sua titular ter conseguido destacar-se junto com seu marido famoso, fez com que ela fosse preservada como uma coleção que encontra abrigo no aparato do Estado.

Na década de cinquenta, essa coleção, juntamente com parte do acervo do antropólogo já falecido, foi adquirida pela Universidade Federal do Ceará e entronizada no Museu Artur Ramos, localizado em Fortaleza, onde até hoje se encontra.

Os pedaços de renda ganharam o estatuto de peças museológicas e se tornaram objetos de tratamento especial, constituindo-se num dos repositórios da memória artesanal brasileira.

Na década de 60, a coleção foi estudada e catalogada por Valdelice Carneiro Girão. Da empreitada resultaram pequenas publicações (GIRÃO, 1963), culminando com o livro: *Renda de Bilros: Coleção Museu Artur Ramos* (GIRÃO, 1984). Além da coleção supracitada, o livro reúne a coleção de rendas do Ceará, formada nos anos 60 do século XX, como parte da pesquisa empreendida por Valdelice Girão com o objetivo de catalogar as rendas da Coleção Luiza Ramos (GIRÃO, 1984). Com base nesta publicação – monumental trabalho de catalogação das rendas de bilro, o mais abrangente que se conhece no Brasil – apresento a seguir uma visão geral da procedência e data das peças, com o objetivo de contextualizar a presença de Sergipe na Coleção Luiza Ramos.

---

<sup>3</sup> Consulta realizada em julho de 2003.

A coleção Luiza Ramos reúne 1.706 amostras de rendas de bilros provenientes de quinze Estados brasileiros, alguns países europeus e da China, incluindo ainda um significativo percentual de rendas de procedência e data desconhecidas. As rendas provenientes de diferentes Estados têm representatividade numérica e datas muito variadas, não obstante a concentração da coleta ser da primeira metade do século XX, particularmente entre 1944-48, época de realização da pesquisa e escrita do livro do casal Ramos.

A obra *Renda de Bilros: Coleção Museu Artur Ramos* (GIRÃO, 1984) traz a reprodução iconográfica das rendas, apresentando-se como uma verdadeira festa para os olhos e um rico material à disposição dos pesquisadores interessados em estudos comparativos, ou de técnicos que fazem reapropriação

#### QUADRO I

Rendas da coleção Luíza Ramos: Procedência e datas-limites

	<b>Estados ou países</b>	<b>Nº de amostras</b>	<b>%</b>	<b>Datas -limites</b>
<b>Rendas Brasileiras</b>	Alagoas	262	15,3	1931-1946
	Bahia	207	12,1	1947-1950
	Ceará	409	24,0	1928-1948
	Maranhão	75	4,4	Sem data
	Paraíba	55	3,2	Sem data
	Pernambuco	28	1,6	1878-1936
	Piauí	9	0,5	1903-1938
	Rio Grande do Norte	68	4,0	1934 -1934
	Sergipe	40	2,3	1926-1947
	Minas Gerais	10	0,6	Sem data
	Santa Catarina	31	1,8	1923-1949
	Rio de Janeiro	4	0,2	Sem data
	Rio Grande do Sul	4	0,2	1946-1947
	Mato Grosso	1	0,05	Sem data
Pará	9	0,5	1950-1950	
<b>Rendas Estrangeiras</b>	China	08	0,5	1846-1945
	França	60	3,5	1901-1949
	Espanha	02	0,1	1922-1947
	Itália	05	0,3	1898-1945
	Portugal	08	0,5	Sem data
<b>Procedência ignorada</b>		411	24,0	Sem data
<b>TOTAL</b>		<b>1706</b>		

Fonte de dados: Valdelice Girão: Renda de Bilros, 1984.

dos modelos e sua re-inserção nos atuais centros de produção de renda, a exemplo do que vem ocorrendo no Ceará (FLEURY, 2002, p. 232).

## A PRESENÇA DE SERGIPE

Uma rápida observação do Quadro I permite ver que a presença de Sergipe na Coleção Luíza Ramos, conforme dados do referido catálogo, não se destaca pelo número de peças, embora sejam estas mais numerosas que em muitos outros Estados do Nordeste. Vistas no conjunto da coleção, as rendas sergipanas ficam na penumbra, sombreadas pela exuberância numérica e de variedade das rendas de outros Estados, notadamente do Ceará, Alagoas e Bahia, locais onde os autores tiveram mais acesso à produção das rendeiras. É, porém, de importância fundamental por se constituir na primeira coleta sistemática conhecida de amostras de rendas no Estado de Sergipe, onde essa forma de artesanato tem vigência documental comprovada pelo menos desde o primeiro quartel do século XIX (DANTAS, 2003). Desse modo, o ensaio *As Rendas de Bilro e sua Aculturação no Brasil*, junto com o registro das imagens e as informações contidas no catálogo organizado por Girão (1984), tem para os sergipanos um significado especial. São os registros mais antigos e durante muito tempo os únicos existentes na bibliografia sobre o tema (CARVALHO NETO, 1994, p. 102), e se constituem em material para pertinentes comparações com os atuais centros de produção de rendas de bilro em Sergipe. Este tema não será trabalhado aqui, obviamente, mas é um campo aberto à pesquisa.

A sistematização das rendas sergipanas presentes na Coleção Luíza Ramos sugere algumas correlações interessantes, conforme se pode observar no quadro abaixo.

O quadro II deixa clara a existência de dois lotes de rendas com datas diferenciadas. Um reúne rendas mais antigas, datadas 1926, provenientes sobretudo de Aracaju, acrescidas de um exemplar procedente de Itabaiana, num total de 15 amostras que representam 37% das rendas de Sergipe presentes no catálogo organizado por Valdelice Girão. O segundo situa-se entre 1945/1947, com material procedente basicamente de Propriá, correspondendo a 45% das rendas coletadas em Sergipe. Um resíduo de 12,5% não tem indicação de data, mas foi recolhido nas mesmas localida-



Figura 4: Renda de Bilro produzida em Sergipe na primeira metade do século XX.

Fonte: Renda de Bilro: Coleção Museu Artur Ramos. Girão, 1984.

des: Propriá e Aracaju. Estas respondem por 95% das rendas sergipanas presentes no catálogo. Ambas cidades eram centros comerciais importantes na década de 40 do século passado. Aracaju, como capital e principal núcleo urbano de Sergipe aglutinava importantes funções e exercia forte

#### QUADRO II

Rendas de Sergipe na Coleção Luíza Ramos  
Procedência e data

Data	Procedência	Quantidade
1926	Aracaju	14
1926	Itabaiana	01
1945	Aracaju	01
1947	Propriá	18
Sem indicação	Propriá	04
"	Aracaju	01
"	Sergipe	01

Fonte de dados: Valdelice Girão: Renda de Bilros. 1984.

atração sobre as produções interioranas; enquanto Propriá, cidade localizada à margem do São Francisco, era centro regional com destacada função comercial.

O lote de rendas de 1926, possivelmente foi integrado à coleção na década de 40, quando Luíza fazia a recolha do material, constituindo-se de rendas tecidas anos antes e guardadas pelas mulheres, muitas vezes integrando enxovais das próprias rendeiras ou das informantes.

Sabe-se, através do prefácio escrito por Artur Ramos (1948, p. 4), que em Sergipe o casal contou com a colaboração de Antônia Moreira de Andrade e Vetúria Prata Carvalho. Sobre a primeira não consegui informações. É possível que seja da parentela de Helvécio Andrade, sergipano de Propriá que teve destacada atuação na educação em Sergipe, com renovados trânsitos com o Sudeste. Quanto à segunda, é mãe do antropólogo e escritor sergipano Paulo de Carvalho Neto. Este, em 1945, foi para o Rio de Janeiro, onde deveria formar-se em Direito, mas terminou cursando Ciências Sociais na Faculdade Nacional de Filosofia, onde se tornou aluno e seguidor de Artur Ramos.<sup>4</sup> Fazendo uso das relações entre professor e aluno, Artur Ramos acessou como informante a veneranda senhora, certamente conhecedora das artes das rendas de bilro como muitas mulheres ricas de antigamente. Ela presenteou o casal de pesquisadores com uma almofada “*com a renda ‘assentada’, isto é, pique, fios, bilros e demais utensílios*” (RAMOS, 1948, p. 4), enviou amostras de rendas e informações sobre diferentes aspectos de sua produção, atendendo ao roteiro de questionário mandado pelos pesquisadores.

A riqueza do material enviado pelas informantes sergipanas transparece no ensaio do casal Ramos, no qual estão inscritos os primeiros registros etnográficos sobre a renda de bilro produzida em Sergipe, abaixo transcritos resumidamente.

Do mesmo modo que ocorria em outros lugares, em Sergipe a renda de bilro era também conhecida como “renda da terra” por oposição à “renda mecânica” que é chamada de “renda do reino” (RAMOS, 1948, p. 37).

A almofada das rendeiras sergipanas encaixa-se na mesma tipologia das almofadas cilíndricas comuns no Nordeste. Mas também informam:

“Existem ainda, segundo indicações colhidas de informantes sergipana e alagoana, almofadas redondas de 40 a 50 centímetros de diâmetro, e 21 centímetros de altura, e se destinam aos trabalhos de aplicações e panos. Estas almofadas sofrem um movimento de rotação no sentido horizontal à proporção que a rendeira progride no trabalho” (RAMOS, 1948, p. 46).

---

<sup>4</sup> Paulo de Carvalho Neto conviveu com Artur Ramos durante cinco anos e foi exercer sua profissão no Paraguai. Como adido cultural, transitou por vários países latino-americanos e radicou-se nos Estados Unidos como professor universitário. Deixou numerosa e importante obra no campo da antropologia, do folclore e da ficção.

Os bilros são feitos de uma só peça, como os de Alagoas e do Ceará, mas em relação a estes, os de Sergipe apresentam características específicas.

“Há alguns de 13,5 centímetros de comprimento e a esfera do cabo chega a ter 3,5 centímetros de diâmetro, os maiores. A chanfradura circular da canela é substituída às vezes por uma saliência circular na parte média da mesma. E as esferas têm freqüentemente a forma de uma cabeçorra com uma protuberância pontuda na parte inferior”(RAMOS, 1948, p. 48).

Do “pique”, roteiro da renda, foi registrada apenas a denominação: “papelão de renda”, mas sobre a matéria-prima informam que as rendeiras locais usavam, além das linhas industrializadas, fibras de bananeira e pita (agave americana) para tecer rendas (RAMOS, 1948, p. 51). Registram que além dos alfinetes metálicos eram também usados espinhos de certas plantas, como o mandacaru, para fixar os pontos das rendas no pique (p. 52).

Muitos dos pontos enumerados em Sergipe repetem a denominação de outros Estados: *trança, cordão, coentro, melindre, pano aberto*; noutras vezes, porém, têm denominações muito específicas e localizadas: *palma, tijolinho ou sopapinho, pano batido*, para indicar pontos que recebem denominações diversas em outros lugares (RAMOS, 1948, p. 54-55).

Quanto aos padrões da renda – desenhos formados pelos pontos – registram:

“ Os informantes de Sergipe nos forneceram os seguintes padrões: *Aranha* (ponto e padrão), *Bico de côco*, *Caracol*, *C... de pinto* (ponto e padrão), *Espinha de peixe*, *França* (assim chamada porque o padrão foi copiado de renda mecânica ou ‘renda francesa’, como lá é chamada), *Jasmim*, *Mosca* (ponto e padrão), *Mosquitinho-e-boa-noite*, *Oitos* (rendas em 888 deitados), *Ólho de pombo*, *Ólho de periquito*, *Pilãozinho...*” (RAMOS, 1948, p. 58).

Ao traçarem o mapa dos centros de produção de renda em Sergipe, enfatizam a região do São Francisco, onde se destacam, como já foi dito anteriormente, Propriá e Porto da Folha, acrescentando que:

“No interior sergipano, fazem-se ainda rendas em Itabaiana, às margens do Vasa-Barris, em Estância, principalmente na praia do Saco, em Simão Dias, Irapiranga (antiga Itaporanga), e outros lugares (RAMOS, 1948, p. 40).

O estudo de Luíza e Artur Ramos é, como se vê, entremeado de informações sobre a renda de bilro produzida em Sergipe, constituindo-se numa imprescindível fonte bibliográfica sobre o fazer das mulheres renadeiras na primeira metade do século XX.

## CONCLUSÃO SOBRE O INCONCLUSO

A obra “*A renda de Bilro e sua Aculturação no Brasil – nota preliminar e roteiro de pesquisa*” traz em seu subtítulo o sinal das obras às quais se pretende retornar. Esse propósito declarado pelos autores em algumas passagens do livro é reafirmado em outras circunstâncias. Em correspondência mantida com Thales de Azevedo, colega de profissão que atuava na Bahia, a quem enviara o trabalho já publicado, Artur Ramos afirma:

“Fico-lhe muito grato, eu e minha mulher, pelas generosas palavras de estímulo que nos manda a propósito de nossa pequena monografia sobre “*A Renda de Bilro*”. Infelizmente não será possível desenvolver as contribuições regionais, como a da Bahia, que vêm muito insuficientes no nosso trabalho. Isso ficará para quando obtivermos novos informes ou possamos fazer pesquisas diretas para o futuro (apud BARROS, 2000, p. 93).

A intenção de dar continuidade ao trabalho é visível também na coleta de rendas efetuada em Paris durante o pouco tempo que o casal lá viveu. As amostras de rendas francesas da Coleção Luíza Ramos são, na sua quase totalidade, datadas de 1949, portanto, coletadas após a publicação do livro. Este teve edição modesta fora do grande circuito editorial a que Artur Ramos tinha acesso,<sup>5</sup> sendo publicado pela Sociedade Brasileira de Antropologia num momento de crise da entidade (Azeredo, 1986).

Não obstante o caráter preliminar que lhe atribuem seus autores, o trabalho do casal Ramos foi, durante muito tempo, no Brasil, a única obra sobre as rendas de bilro com uma abrangência geográfica que quebrava a circunscrição da região nordeste, ou não se limitava a um único Estado. Somente no final da década de 70, uma pesquisadora tomou como univer-

Canindé, Xingó, nº 3, Dezembro de 2003

so de pesquisa dos diversos tipos de rendas as diferentes regiões do país, mas pouco se alargou o conhecimento sobre a geografia das rendas de bilro especificamente (MAIA, 1979, 1981).

Outra marca importante desse trabalho é que nele os autores procuraram ir além do simplesmente etnográfico, estabelecendo comparações, procedimento por meio do qual visavam incorporar uma discussão teórica, tomando como referência os estudos de aculturação. Neste sentido, a obra do casal Ramos entra em sintonia com uma das vertentes da produção antropológica atual que prega o revigoramento da comparação.

Dessa perspectiva, “*A renda de Bilro e sua Aculturação no Brasil*”, acoplada à Coleção Luíza Ramos apresentada no livro “*Renda de Bilros: Coleção Museu Artur Ramos*”(GIRÃO, 1984), muito têm a contribuir. Como em toda boa etnografia,

“... as informações não são oferecidas apenas para esclarecer ou manter um determinado ponto de vista teórico, mas haverá sempre a ocorrência de novos indícios, dados que falarão mais que o autor e que permitirão uma abordagem diversa (PEIRANO: 1995:56).

Aqui abre-se uma brecha para pensar a comparação tomando como referência elementos menos susceptíveis às mudanças resultantes das ações dos indivíduos, como por exemplo as denominações dos pontos e das rendas, fixando-se em modelos e sobretudo nos cartões-guias (“papelões de renda” ou “piques” na linguagem nativa). Talvez estes permitam estabelecer quadros comparativos mais gerais e desvendar a lógica inscrita nos milhares de pequenos furos que servem de roteiro às rendeiras na execução da secular renda de bilro. Esta atravessa os séculos e continua a desafiar a inteligência dos que buscam desvendar no trocar dos bilros, movimentados dois a dois, uma lógica que se anuncia binária como a dos computadores.

---

<sup>5</sup> Artur Ramos dirigiu a Coleção de Divulgação Científica da Editora Civilização Brasileira, e tinha também acesso à Coleção Brasileira (CEN) dirigida por Fernando de Azevedo, na qual publicou três livros entre 1936-50.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. Recife : FJN Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1996.
- ARANTES, Antônio Augusto Arantes Neto. “Pós-fácio”. In MACHADO, Álvaro (coord). **Mestres Artesãos**. São Paulo: 2000.
- AZEREDO, Paulo Roberto. **Antropólogos e Pioneiros: A História da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia**. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.
- BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti**. Artur Ramos e as Dinâmicas Sociais do Seu Tempo. **Maceió: EDUFAL, 2000**.
- BECKER, M. Nair**. Rendas: Manual de Tecnologia. **Rio de Janeiro, MEC, 1955**.
- BURKE, Peter**. Cultura Popular na Idade Moderna. **São Paulo: Companhia das Letras, 1989**.
- CARVALHO NETO, Paulo de. **Folclore Sergipano**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 2ª ed, 1994.
- CORRÊA, Mariza. **As Ilusões da Liberdade – A Escola de Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil**. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 1982.
- CORRÊA, Mariza. “Traficantes do Excêntrico: Os antropólogos no Brasil dos anos 30 aos anos 60”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: v. 3, n. 6, p.79-98, 1988.
- DA MATTA, Roberto. “O Ofício de Etnólogo” ou Como Ter “Anthropological Blues”. In NUNES, Edson Oliveira. **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. Capítulo 1, p.23-35.
- DANTAS, Beatriz Góis. **Rendas e Rendeiras no São Francisco**. Aracaju, 2003 (No prelo).
- DANTAS, Beatriz Góis. “Rendeiras de Poço Redondo: vida e arte de mulheres que batem bilros nos sertões do São Francisco”. **Caderno CENDOP**. Programa Xingó /CHESF/ CNPq/ SUDENE. Aracaju: v. 3, p. 1- 92, 2000.
- DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. “Introdução”. In MAIA, Isa. **Artesanato Brasileiro: Rendas**. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1981, p.9-18.
- EDUARDO, Otávio da Costa et alli. “Artur Ramos 1903-1949”. **Revista do Museu Paulista**. São Paulo, v. 4, p. 439-459. 1950.
- FLEURY, Catherine Arruda Ellwanger. **Renda de Bilros, Renda da Terra, Renda do Ceará: a expressão artística de um povo**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult. 2002.

- GIRÃO, Valdelice Carneiro. "Rendas do Ceará." **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro, n. 6, p. 131-169, maio/agosto, 1963.
- GIRÃO, Valdelice Carneiro. **Renda de Bilros**: Coleção Museu Artur Ramos. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 1984.
- GUSMÃO, Marilu. **Artur Ramos: O homem e a obra**. Maceió: SENEC/DAC/|MEC, 1974.
- HERSKOVITS, Melville. **Antropologia Cultural**. São Paulo: Mestre Jou, 1964.
- KUMMER, Dídimo Otto. **Artur Ramos**. Significativas Passagens. Maceió: Ed. Catavento, 2003.
- LAGE, Nilson. **Delmiro Gouveia**. (col. Os Grandes Enigmas da Nossa História). Rio de Janeiro: Ed. Otto Pierre, 1981.
- LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LODY, Raul. **Coleção Artur Ramos**. Rio de Janeiro: Funarte/INF; Fortaleza: UFCe, 1987.
- MAIA, Isa. **O Artesanato da Renda no Brasil**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, Editora Universitária, 1979.
- MAIA, Isa. **Artesanato Brasileiro: Rendas**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1981.
- OITICICA, Leite. **A Arte da Renda no Nordeste**. Prefácio e Notas de Sylvio Rabelo. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Ciências Sociais/MEC, 1967.
- PEIRANO, Mariza. **A Favor da Etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- QUEIROZ, Raquel de. "Renda da Terra". **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro. 21 de nov. 1948.
- RAMOS, Artur. **Aculturação Negra no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1942.
- RAMOS, Artur. **As Culturas Negras no Novo Mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.
- RAMOS, Artur. **O Negro Brasileiro: Etnografia Religiosa**. São Paulo: Nacional, 1951( 1934).
- RAMOS, Artur. **Estudos de Folk-lore - Definição e limites, teorias de interpretação**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1951.
- RAMOS, Luíza e Artur. **A Renda de Bilros e sua Aculturação no Brasil**: nota preliminar e roteiro de pesquisa. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, 1948.

- REDFIELD, Robert. **Civilização e Cultura de Folk**. São Paulo: Martins Editora, 1949.
- SANTOS, Fabrícia de Oliveira. Catálogo de artesãos de Poço Redondo. **Caderno CENDOP**. Programa Xingó /CHESF/ CNPq/ SUDENE. Aracaju: v. 2, p. 1- 110, 2000.
- SAPUCAIA, Antônio (org). **Relembrando Artur Ramos**. Maceió: EDUFAL, 2003.
- SCHWETTER, Berta. **Enciclopédia de Trabalhos Manuais**. Porto Alegre: Globo, 1946.
- VILHENA, Luis Rodolfo. **Projeto e Missão** – o movimento folclórico brasileiro, 1947-1964. Rio de Janeiro: FUNARTE/ Fundação Getúlio Vargas, 1997.

**AVALIAÇÃO DE ÁREAS POTENCIAIS À  
PRESENÇA  
DE SAMBAQUIS NA COSTA DO ESTADO DE  
SERGIPE UTILIZANDO COMO PONTO DE  
PARTIDA UMA COMPREENSÃO DA EVOLUÇÃO  
DA  
ZONA COSTEIRA NOS ÚLTIMOS 5.600 ANOS A.  
P**

SUELY AMÂNCIO<sup>1</sup>

JOSÉ MARIA LANDIM DOMINGUEZ <sup>2</sup>

**RÉSUMÉ**

Cette recherche a pour objectif utiliser la connaissance de l'évolution géologique-géomorphologique de la zone côtière pendant le Holocène comme outil de prospection archéologique des groupes du type PCC dans la côte de l'Etat du Sergipe (Nord-Est du Brésil). Cinq zones de prospection archéologiques ont été sélectionnés à partir de l'utilisation des critères géologiques-géomorphologiques. Dans ces zones, on a identifié les secteurs qui ont été potentiellement envahis par la mer durant le maximum de la Dernière Transgression (5.100 ans A.P). Les terres sèches qui entourent les zones inondées sont celles qui présentent le plus grand potentiel pour la prospection archéologique des groupes du type PCC.

---

<sup>1</sup> Arqueóloga do MUHSE/PROEX/UFFS, doutoranda do IGEO/UFBA

<sup>2</sup> Professor Titular do IGEO/UFBA

## INTRODUÇÃO

A dinâmica da distribuição das populações humanas no curso de sua história está relacionada com a busca por condições geográficas e ambientais favoráveis à captação alimentar e de matérias primas. Portanto, o meio natural e a distribuição dos recursos no ambiente servem como pontos de partida para o estudo das ocupações humanas (Prous 1992) sendo, também, a tradição cultural e o nível tecnológico dos povos pré-históricos condicionantes importantes para a escolha do ambiente a ser ocupado.

Alterações profundas nos ecossistemas costeiros foram provocadas por variações do Nível Relativo do Mar (NRM) durante o Holoceno e por mudanças nos padrões de transporte e deposição de sedimentos (Dominguez *et al.* 1996). As modificações da fisiografia e dinâmica costeiras exerceram assim, papel importante na forma e na dinâmica da ocupação da zona litorânea pelos grupos humanos pré-históricos, como relatado em Jardine & Morrison (1976) e Dunbar *et al.* (1991) para os litorais da Inglaterra e Estados Unidos, respectivamente e, Kneip (1980), Suguio *et al.* (1991), Amâncio & Dominguez (1999) e Silva (2000), para a costa brasileira.

A costa leste brasileira no decorrer do Quaternário, esteve submetida a importantes flutuações do Nível Relativo do Mar (Suguio & Martin 1978, Bittencourt *et al.* 1979, Martin *et al.* 1980, Dominguez *et al.* 1981, Bittencourt *et al.* 1983, Dominguez 1983, Suguio *et al.* 1985, Dominguez *et al.* 1992). Ainda segundo Suguio *et al.* (1991) e Martin & Dominguez (1992), no Holoceno, durante a Última Transgressão (Bittencourt *et al.* 1979), ocorrida por volta de 5.600 cal yr B.P., os ambientes lagunares atingiram sua expressão máxima. As transgressões subsequentes a 5.600 cal yr B.P., alcançaram cotas abaixo daquelas verificadas durante o máximo da Última Transgressão, e desta forma, não se formaram grandes áreas protegidas na costa. Durante as regressões, por outro lado, a grande maioria dos ambientes lagunares, formados durante a Última Transgressão, desapareceram transformando-se em brejos e pântanos.

A partir do início do Holoceno, os registros de sítios costeiros, com utilização efetiva de seus recursos ambientais são freqüentes. A maior evidência da presença desses grupos que ocuparam a região costeira, são os sítios arqueológicos denominados de sambaquis costeiros, berbigueiros ou sernambis (Garcia 1972). Estes sítios são constituídos basicamente por

amontoados de conchas de moluscos e apresentam vestígios arqueológicos tais como: esqueletos humanos; ossos de animais principalmente de peixes, mas também, de mamíferos, aves, répteis, restos de caranguejos e de ouriços-do-mar; sementes e coquinhos; marcas de fogueiras e de habitação; artefatos de osso (pontas, anzóis, agulhas, adornos) e artefatos líticos (lâminas de machados, quebra-coquinhos, almofarizes, lascas de quartzo), além de fragmentos de matéria-prima não modificados pelo homem.

Os grupos sambaquieiros apresentavam como característica fundamental a acumulação de restos de alimentos, em sua grande maioria as carapaças de moluscos, que foram estruturando paulatinamente plataformas que atualmente se destacam da paisagem atual (Gaspar 1991). Os sambaquis foram implantados em pontos próximos às áreas protegidas do mar, tais como lagunas, estuários e manguezais, e sempre próximos a fontes de água doce (rios ou lagoas). Ainda de acordo com Gaspar (1991), a indústria desses grupos, indica que existia nesses espaços uma cadeia de atividades características de um espaço doméstico onde ocorria a presença de ossos humanos referentes a ambos os sexos e de diferentes idades, sendo este conjunto de características exclusivas do sistema de implantação dos sambaquis.

Os elementos que tiveram peso significativo na escolha de locais para a ocupação das áreas costeiras por grupos sambaquieiros, também chamados de grupos PCC (pescadores, coletores, caçadores), foram a presença de ambientes que pudessem fornecer moluscos em abundância e peixes, além da proximidade com a água doce. Ab'Saber (1984) cita que os construtores de sambaquis eram homens vinculados à coleta de moluscos e peixes, no ambiente de lagunas, canais, estuários e lagamares residuais. Essas considerações são ressaltadas por Prous (1992) quando coloca que as enseadas, baías e lagunas formam o conjunto mais favorável à captação alimentar, sendo os locais normalmente escolhidos pelas populações de coletores generalizados. Prous (1992) ainda faz referência à relação desses grupos com os ambientes de Mata Atlântica, para a coleta de frutos e obtenção da caça, e com os afloramentos do Embasamento Cristalino, do qual tiravam matérias primas para a confecção de artefatos líticos, além de os utilizar como base para polidores e afiadores para a indústria lítica.

Pesquisas sobre sambaquis, sítios que se encontram distribuídos principalmente nas regiões sul e sudeste do Brasil, indicam a presença bem marcada de grupos de PCC na zona costeira por volta de 5.100 anos A. P. (Gaspar 1996a), momento este vinculado ao máximo da Última Trans-

gressão (Bittencourt *et al.* 1979). Estudos também mostram que os sítios sambaquis são os mais numerosos e os mais estudados do país em relação a outras culturas costeiras (Prous 1992). Por outro lado existe uma escassez de sítios arqueológicos desta natureza na região costeira nordestina, salvo alguns registros de sambaquis localizados na Bahia, São Luís do Maranhão e informações em Alagoas e Piauí. Segundo Martin (1997), os dados existentes para o nordeste são fragmentários, em razão das poucas pesquisas arqueológicas desenvolvidas nesta região.

As pesquisas realizadas no norte e nordeste do Brasil, no entanto, apontam, como uma das particularidades dessas regiões, a presença da cerâmica associada aos sambaquis (Calderón 1964 e Silva 2000). No sul e sudeste brasileiros, os sambaquieiros estão relacionados a uma cultura tipicamente pré-ceramista, enquanto que, nas regiões norte e nordeste, esse tipo de indústria encontra-se associada a grupos sambaquieiros já a partir de 7.000 anos A. P. para o litoral norte do Brasil (Gaspar 1996a) e 4.300 anos A. P. para o litoral nordestino (Silva 2000).

Um dos maiores problemas relacionados aos sambaquis, consistiu na grande destruição dos mesmos a partir da construção das primeiras vilas litorâneas do país. De acordo com as informações obtidas em Duarte (1968), vários foram os sambaquis destruídos, ou parcialmente depredados por ação das caieiras que transformaram sítios arqueológicos em cal para construção das primeiras cidades. Ainda durante a primeira metade do século XX os sambaquis continuavam a ser destruídos, embora a razão fosse relacionada a produção de ração, ao utilizar o carbonato derivado das conchas como complemento alimentar de animais (Duarte 1968). Outro problema a ser levantado é com relação a possibilidade de destruição dos mesmos a partir da especulação imobiliária, que passou a utilizar indiscriminadamente as áreas costeiras, principalmente no nordeste onde não existem estudos sistemáticos dos sítios sambaquis.

Acredita-se que muitos sambaquis podem ter sido destruídos no nordeste, pois, relatos históricos do século XVI (Sousa 1938) apontam para a existência dos mesmos em várias localidades, nas quais, entretanto, vestígios de sítios não são encontrados na atualidade. Outro fator consiste no fato de que no nordeste possivelmente não se formaram grandes áreas lagunares durante o máximo da Última Transgressão, áreas estas, necessárias para a proliferação de bancos de moluscos e conseqüentemente de matéria prima para a construção de grandes sambaquis. Quando comparado com o sul e sudeste brasileiros, o litoral nordestino apresentou pou-

cas áreas protegidas durante o Holoceno, conforme pode ser deduzido a partir dos estudos de evolução costeira efetuados por Martin *et al.* (1984), Suguio *et al.* (1991), Martin & Dominguez (1992) e Dominguez *et al.* (1999).

Partindo-se desses levantamentos, pode-se inferir que a grande maioria dos sambaquis, ainda existentes no nordeste provavelmente são de pequeno tamanho, o que é corroborado pelas raras informações disponíveis para esta região (Calderón 1964, Carvalho 1995, Martin 1997 e Silva & Leite 1997). Reforça-se assim, a necessidade de uma abordagem interdisciplinar enfatizando a evolução geológico-geomorfológica holocênica da região nordeste para a localização desses sítios, não só pelo fato de os mesmos já estarem bastante descaracterizados como também pelas suas dimensões originalmente bastante reduzidas.

Pesquisas mais recentes efetuadas por Silva (2000) mostraram ser possível encontrar sítios arqueológicos do tipo sambaqui utilizando como abordagem principal para a prospecção a evolução geológico-geomorfológica holocênica da zona costeira. Tal abordagem consistiu em mapear as possíveis áreas inundadas durante a Última Transgressão, as quais teriam servido de áreas suporte para a implantação desses grupos sambaquieiros.

A região costeira do Estado de Sergipe, área-alvo desta pesquisa, é uma região praticamente inexplorada em termos arqueológicos, existindo apenas poucos levantamentos realizados por Calderón em 1971, e pela Universidade Federal de Sergipe na década de 80 com informações e prospecções de alguns sítios próximos à costa. Esta carência estimulou o desenvolvimento desta pesquisa na busca de uma resposta acerca da lacuna de informações existente para esse Estado. Por outro lado, levantamentos obtidos através de fontes históricas, etnográficas (Sobrinho 1954, Dantas 1991) e de informações orais acerca das populações pré-históricas que ocuparam o Estado de Sergipe, associadas às informações existentes sobre a evolução paleogeográfica quaternária da zona costeira (Bittencourt *et al.* 1983), apontam para o fato do litoral de Sergipe apresentar-se como uma área possivelmente favorável à ocupação por grupos de pescadores, coletores e caçadores durante a pré-história.

Essa costa, durante os últimos 5.600 anos., passou por modificações na sua fisiografia e nos seus ecossistemas que afetaram sua potencialidade como áreas de oferta, acesso a aquisição de alimentos e matéria-prima pelo homem pré-histórico. Desta forma buscando identificar as áreas potenciais à instalação de grupos sambaquieiros na costa de Sergipe, propôs-se usar uma abor-

dagem pouco usual na arqueologia brasileira que é a de utilizar, como ponto de partida, uma compreensão da evolução da zona costeira nos últimos 5.600 anos., para orientar a prospecção arqueológica das culturas sambaquieiras. Para tanto, levou-se em consideração as informações existentes acerca das modificações na geomorfologia costeira decorrentes das variações do Nível Relativo do Mar durante o Holoceno.

## METODOLOGIA

Na realização deste trabalho foram efetuados: (i) levantamentos e análise de textos e documentos sobre as ocupações humanas pré-históricas da região costeira brasileira e de Sergipe; (ii) levantamento de dados de campo sobre a geologia da zona costeira do Estado de Sergipe durante o Holoceno; (iii) interpretação e análise do mapa geológico do Quaternário Costeiro do Estado de Sergipe (Bittencourt *et al.* 1983), e confecção, sobre essa base, do Mapa Auxiliar de Prospecção Arqueológica - MAPA e (iv) prospecção arqueológica da zona costeira.

A análise bibliográfica consistiu em levantar a maior quantidade de dados a respeito das diversas culturas que ocuparam a região costeira brasileira e sergipana durante o Holoceno. Foram analisados trabalhos que relacionam os sítios sambaquis com as variações do NRM e as conseqüentes modificações da fisiografia da zona costeira (Martin & Suguio 1976, Suguio & Martin 1978, Martin *et al.* 1984, Suguio *et al.* 1991, Suguio 1999 e Silva 2000). Levantamentos sobre sambaquis e de outros sítios costeiros no que diz respeito a sua caracterização, distribuição, ocupação dos espaços e uso dos ambientes costeiros foram encontrados principalmente em Sobrinho (1954), Calderón (1964, 1971), Dantas (1976, 1983 e 1985), Carvalho *et al.* (1985, 1986 e 1987), Prous (1992), Carvalho (1993), Figuti (1993), Gaspar (1996 a, 1996 b, 1991, 1997, 1999 e 2000), Lima (1991) e Martin (1999).

Para os trabalhos de levantamento das áreas a serem prospectadas arqueologicamente foi construído o Mapa Auxiliar de Prospecção Arqueológica, utilizando-se como base o mapa geológico do Estado de Sergipe (CPRM 1997). Foram incorporados também a este mapa os conhecimentos acerca da evolução geológico-geomorfológica do litoral sergipano encontrados em Bittencourt (1983). Esse MAPA serviu de guia para os trabalhos de campo nas áreas dessa região costeira.

A integração das informações geológico-geomorfológicas e dos dados sobre a evolução da zona costeira durante o Holoceno permitiu a identificação de locais invadidos pelo mar durante a Última Transgressão e das áreas secas associadas que constituíram regiões com disponibilidade adequada de recursos naturais necessários ao estabelecimento de grupos sambaquieiros. Estas informações, como mencionado acima, foram incorporadas ao Mapa Auxiliar de Prospecção Arqueológica. O estudo e inspeção desse mapa permitiu a identificação das áreas favoráveis à instalação de grupos PCC na região costeira de Sergipe.

Uma vez selecionadas estas áreas, foram iniciados os trabalhos de campo. A prospecção não foi efetuada de modo detalhado em toda a extensão das áreas diagnósticas e consideradas como favoráveis à existência de sambaquis, devido à limitação de recursos financeiros. Entretanto, todas as áreas consideradas como favoráveis foram percorridas. Uma maior atenção foi contudo dedicada à prospecção arqueológica nos pontos próximos a linha de costa durante o máximo da Última Transgressão, tendo em vista não só a sua importância arqueológica como também ao fato de que essa área atualmente é alvo de especulação imobiliária e por esse motivo extremamente susceptível à descaracterização dos sítios que por ventura ali ocorram.

A prospecção constou de entrevistas com habitantes da região, segundo as indicações de Evans & Meggers (1965), e da avaliação em superfície das unidades sedimentares selecionados durante a confecção do MAPA. Essas unidades foram então percorridas a pé, ou de barco, no caso de avaliação dos depósitos fluviais.

## **VARIAÇÕES DO NÍVEL RELATIVO DO MAR (NRM) NA COSTA BRASILEIRA**

As oscilações do NRM podem ser identificadas a partir de evidências sedimentológicas (depósitos arenosos de origem marinha), biológicas (incrustações de vermetídeos, ostras e corais) e evidências culturais pré-históricas (sambaquis) (Martin *et al.* 1993).

As evidências pré-históricas estão representadas pelas amostras de material orgânico oriundo de sambaquis encontrados nas planícies costeiras do Brasil. Essas evidências servem como informações complementares às outras, uma vez que, a construção desses sítios geralmente ocorre nas margens

de antigos ambientes lagunares formados durante os momentos de transgressão marinha (Martin *et al.* 1993). Desta forma, as informações referentes aos sambaquis são utilizadas pelos estudiosos do Quaternário costeiro, muito mais para indicar antigos ambientes lagunares, do que necessariamente para indicar antigas linhas de costa (Martin *et al.* 1993).

Segundo Dominguez *et al.* (1996), em estudos sobre a costa brasileira, durante o Pleistoceno, por volta de 18.000 e 16.000 anos A. P., o Nível Relativo do Mar encontrava-se cerca de 110 m abaixo do atual. A partir desse período esse nível experimentou uma subida chegando à proximidade do nível atual em torno de 7.000 anos A. P.

A partir de então, dando continuidade a esse evento transgressivo, o mar alcança sua cota máxima em torno de  $4,7 \pm 0,5$  m acima do nível atual por volta de 5.100 anos A. P. (Martin *et al.* 1979), evento conhecido como Última Transgressão (Bittencourt *et al.* 1978). Desde então, constata-se um rebaixamento do Nível Relativo do Mar (regressão marinha) (Martin *et al.* 1979). Essa regressão não foi contínua, mas interrompida por oscilações de alta frequência, ocorrendo duas outras transgressões de pequeno porte que não alcançaram mais a cota de 5 m. Essas transgressões foram intercaladas por regressões marinhas que alcançaram cotas em torno do nível médio do mar atual. Esses eventos transgressivos, de acordo com Martin *et al.* (2000) ocorreram por volta de 3.500 anos A.P., e 2.100 anos A.P. alcançando cotas em torno de  $3,5 \pm 0,5$  m e  $2,5 \pm 0,5$  m respectivamente, acima do nível de base. A partir do evento de 2.100 anos A. P. o nível relativo do mar gradativamente alcançou o nível atual (Fig. 01).

### Evolução Paleogeográfica da Região Costeira Sergipana

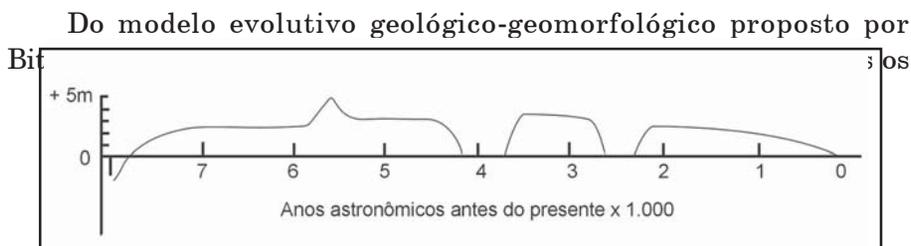


Figura 01- Curvas de variações do NRM (modificado de Martin *et al.* 2000).

dois últimos estágios, uma vez que, os registros do nível do mar anteriores ao máximo da Última Transgressão não têm ligação direta com os vestígios arqueológicos encontrados até então.

Segundo Bittencourt *et al.* (1983), durante a Última Transgressão por volta de 5.600 cal anos A. P., ocorreu a erosão parcial dos Terraços Marinheiros Pleistocênicos. Ainda durante esse momento, em alguns trechos desse litoral o mar retrabalhou as falésias pertencentes ao Grupo Barreiras. Nesta época, o baixo curso dos rios que deságuam atualmente na região costeira passaram a desaguar no interior de corpos lagunares originados pelo afogamento das terras baixas. (Fig. 02). Sobre esse episódio Bittencourt *et al.* (1983) reportam que “essas lagunas foram construídas ou a partir do afogamento da parte inferior dos vales entalhados na Formação Barreiras e da rede de drenagem instalada nos Terraços Marinheiros Pleistocênicos durante o evento anterior, ou ainda, mediante a formação de ilhas-barreiras”.

Durante a regressão que se seguiu à Última Transgressão, o modelo da zona costeira adquiriu seus contornos atuais. Foram formados os Terraços Marinheiros Holocênicos, dispostos externamente aos Terraços Marinheiros Pleistocênicos e as lagunas perderam a sua comunicação com o mar, evoluindo para pântanos (Bittencourt *et al.* 1983) (Fig. 03).

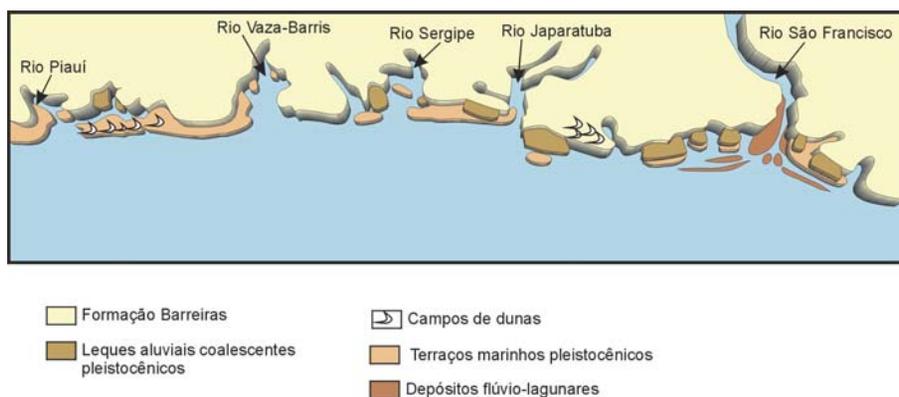


Figura 02 - Paleogeografia da zona costeira sergipana por volta do máximo da Última Transgressão 5.100 anos AP (Modificado de Bittencourt *et al.* 1983)

## AVALIAÇÃO DE ÁREAS POTENCIAIS À PRESENÇA DE SAMBAQUIS NA COSTA DE SERGIPE

Baseado no mapa geológico do Estado de Sergipe (CPRM 1997) e no modelo evolutivo para o Quaternário proposto por Bittencourt *et al.* (1983)

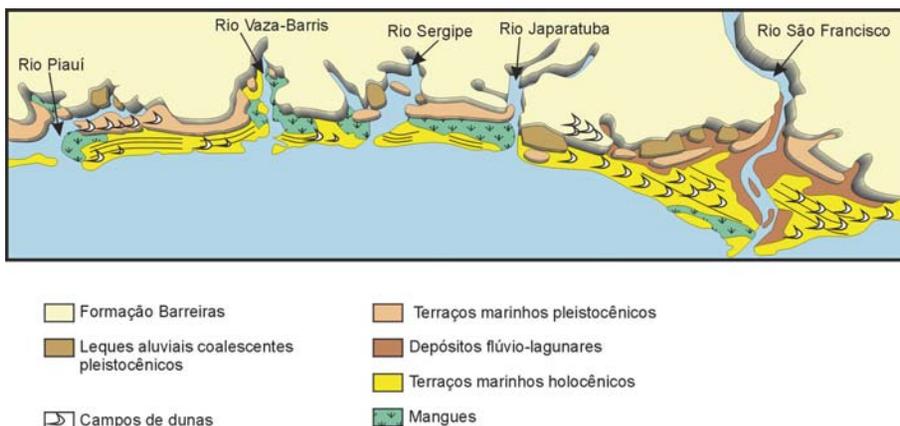


Figura 03 - Morfologia esquemática atual da zona costeira sergipana (modificado de Bittencourt *et al.* 1983)

para a zona costeira do Estado de Sergipe, foi realizado um levantamento das áreas protegidas da zona costeira que possibilitassem um aproveitamento do ambiente para a caça, a coleta e a pesca, por grupos humanos pré-históricos durante os últimos 5.600 cal anos A. P.

A seleção dessas áreas a serem prospectadas se deu a partir de estudos geológico-geomorfológicos da região, uma vez que as zonas baixas, atualmente denominadas de terras úmidas, possivelmente teriam constituído ambientes protegidos do tipo baías/lagunas/estuários, durante o máximo da Última Transgressão.

Os locais com potencial arqueológico foram então selecionados e denominados de Área I (localizada na planície costeira associada à foz do rio São Francisco), Área II (na planície costeira associada à foz do rio Japarutuba), Área III (relativa à planície costeira associada à foz do rio Sergipe), Área IV (situada na planície costeira associada à foz do rio Vaza-Barris) e Área V (situada na planície costeira associada à foz dos rios Piauí/Real).

Segundo os trabalhos de Fairbridge (1976), Suguio & Martin (1978), Martin *et al.* (1988), Suguio *et al.* (1991) e Martin *et al.* (1993), com exceção de sítios localizados sobre o embasamento cristalino, os sítios sambaquis estão implantados em sedimentos que foram depositados durante o Quaternário.

As prospecções foram realizadas nos depósitos sedimentares que bordejavam as áreas invadidas pelo mar durante o máximo de 5.600 anos A. P. e que serviram potencialmente como terra seca para a ocupação de grupos sambaquieiros.

### **Prospecção destinada a avaliação arqueológica nas áreas selecionadas**

Uma vez identificadas as áreas mais favoráveis, que se encontravam delimitadas no MAPA (Mapa Auxiliar de Prospecção Arqueológica), foi realizada a prospecção das mesmas. Estas áreas foram percorridas por terra ou com auxílio de pequenas embarcações, quando se encontravam ao longo das margens de canais estuarinos. Uma maior ênfase foi dada àquelas áreas topograficamente mais baixas, como os terraços marinhos, embora alguns trechos de áreas prospectáveis presentes no Grupo Barreiras também tivessem sido vistoriados.

Durante a prospecção da porção dos terraços marinhos holocênicos que bordejavam as áreas estuarino-lagunares formadas durante o máximo da Última Transgressão, foram registradas cinco acumulações de conchas de pequeno porte, quatro delas relacionadas ao canal de Santa Maria, integrante da Área IV e, uma associada ao canal do Pomonga, integrante da Área III. Esses depósitos de conchas apresentam-se sem sedimentos e como acúmulos superficiais de pequeno porte, a maioria deles com área média em torno de 6 m<sup>2</sup> e 30 cm de profundidade. Desses, o de maior tamanho, denominado São José, foi escolhido para se efetuar uma sondagem arqueológica.

### **Sondagem do São José**

Esse depósito de conchas, situa-se no Povoado de São José, localizado cerca de 3 km da linha de costa atual. Na parte leste deste depósito foi realizada uma sondagem medindo 1,70 m x 2,60 m, obedecendo-se o direcionamento natural do depósito, onde foi evidenciada uma camada

escura a 30 cm de profundidade com vestígios de conchas de moluscos. A uma profundidades de 40 cm de escavação surgiu um sedimento arenoso que constitui o substrato sobre o qual as cochas estão depositadas, sem apresentar a presença de qualquer vestígio arqueológico.

Durante a sondagem foram coletados 211 fragmentos de conchas e 24 conchas completas, originárias de manguezais, identificadas como *Crassostrea rhizophorae* (em maior quantidade) e *Lucina pectinata*. Ambas as espécies são encontradas também em diversos sambaquis do Brasil.

Como mencionado acima, não foi encontrado material que possibilitasse a identificação definitiva desta acumulação de conchas como um sítio arqueológico do tipo sambaqui, uma vez que ainda nos dias atuais as comunidades da área fazem coleta de moluscos e os colocam em amontoados. É possível portanto que o depósito de conchas São José seja recente.

A prospeção efetuada colocou em evidência que sítios arqueológicos do tipo sambaqui não ocorrem nas porções dos terraços marinhos pleistocênicos que bordejavam os poucos corpos lagunar-estuarinos que se formaram associados ao máximo da Última Transgressão.

Uma constatação importante obtida durante a realização dos trabalhos de campo foi o fato de que muitas das zonas baixas que separam os terraços marinhos holocênicos dos terraços marinhos pleistocênicos não são preenchidos por sedimentos lagunares relacionados à Última Transgressão, como à primeira vista parecia indicar o estudo dos mapas geológicos e as indicações contidas nos trabalhos anteriores, como o de Bittencourt *et al* (1983). Estas zonas baixas apresentam substrato arenoso, constituindo zonas de deflação eólica sobre o terraço marinho pleistocênico, ou são ocupadas por canais de maré bordejados por manguezais e cujo meandramento provocou seu alargamento. Portanto, pode-se afirmar que durante o máximo da Última Transgressão não se formaram expressivas zonas lagunares entre os terraços marinhos holocênicos e pleistocênicos, estando as maiores áreas estuarinas restritas aos vales afogados do Grupo Barreiras, bordejados por encostas íngremes, formando ambientes que não são propícios à implantação de sambaquis.

## **POSSÍVEIS RAZÕES PARA A AUSÊNCIA DE SAMBAQUIS NO LITORAL DE SERGIPE**

Os trabalhos de prospecção realizados na costa de Sergipe não permitiram a descoberta de sítios arqueológicos do tipo sambaqui.

Segundo Calderón (1964), Martin (1997) e Silva (2000) as poucas pesquisas existentes indicam que os sambaquis do nordeste do Brasil exibem pequena altura (máximo de cinco metros), portanto de visualização e identificação mais difícil se comparados aos sambaquis do sul e sudeste do Brasil, os quais pelas suas dimensões se destacam facilmente na paisagem. Este fator constitui, portanto, um obstáculo à localização deste tipo de sítio arqueológico na região nordeste do Brasil.

Os trabalhos mais recentes tais como os de Silva *et al.* (1998) e Silva (2000), para o litoral norte da Bahia; Carvalho (1995), para o litoral do Piauí, e informações existentes em Martin (1997), para os litorais dos estados do Maranhão e Alagoas, que reportam a existência de sítios do tipo sambaqui até então desconhecidos para estes trechos do litoral nordestino, nos leva a crer que a falta de pesquisas possa ser um fator importante para explicar a ausência de informações sobre sítios do tipo sambaqui no nordeste do Brasil.

No litoral de Sergipe, até o momento não havia sido desenvolvida nenhuma pesquisa específica que objetivasse a descoberta de sítios PCC, o que poderia em uma primeira instância justificar a ausência deste tipo de sítio. Entretanto, talvez um dos principais fatores a explicar ausência de sítios PCC esteja relacionado a uma fisiografia desfavorável da zona costeira a este tipo de ocupação.

Buscando responder a várias indagações sobre a presença de sambaquis no nordeste, neste trabalho, optou-se por prospectar a zona costeira tendo como base a história evolutiva da mesma durante o Holoceno, a fim de facilitar a identificação das áreas da zona costeira que seriam mais favoráveis à instalação de sítios do tipo PCC. Essa metodologia foi aplicada em estudos do litoral Norte da Bahia e mostrou-se satisfatória, demonstrando a aplicabilidade do método, uma vez que esse tipo de abordagem é bem adequada à prospecção de sambaquis em zonas costeiras onde as condições lagunares não subsistiram por muito tempo e, dessa forma, condicionaram a existência de pequenos sítios, que pouco se destacam na paisagem (Silva 2000).

Os estudos desenvolvidos até o momento na costa sergipana mostram que por volta de 5.600 anos A. P., o Nível Relativo do Mar alcançou cerca de 4,7 m acima do nível atual, o que em princípio possibilitaria o

desenvolvimento de sistemas lagunares e estuarinos e feições protegidas (Bittencourt 1983), locais favoráveis à ocupação por grupos PCC.

No litoral de Sergipe, a partir de critérios geológico-geomorfológicos e arqueológicos já descritos, objeto deste estudo, os locais considerados como propícios à ocupação de grupos PCC são os depósitos pleistocênicos e holocênicos associados as planícies costeiras relacionadas às desembocaduras dos rios Japarutuba, Sergipe, Vaza-Barris e Piauí/Real.

A prospecção de campo realizada nestes alvos selecionados como mais favoráveis, a partir dos critérios geológico-geomorfológicos, não resultou na identificação de sítios arqueológicos do tipo sambaqui. Os trabalhos de campo realizados durante estas prospecções mostraram entretanto as razões para esta ausência.

Estes trabalhos de campo permitiram constatar que o litoral do Estado de Sergipe não condicionou geologicamente a formação de grandes ambientes lagunares nos últimos 5.000 anos A. P. (Amâncio & Dominguez 1999). Uma das razões para a não formação desses ambientes seria possivelmente uma declividade acentuada da planície costeira sergipana. Roy *et al* (1994) sugerem que planícies costeiras com declividades superiores a 0,7º não favorecem a formação de sistemas ilhas barreiras/lagunas, suporte este que necessita ser ainda testado para a costa de Sergipe.

Pôde-se constatar que as zonas baixas que separam os Terraços Marinheiros Holocênicos dos Terraços Marinheiros Pleistocênicos no litoral sergipano, além de muito estreitas, nunca constituíram lagunas no máximo da Transgressão Holocênica. Estas são apenas zonas topograficamente mais baixas onde o lençol freático aflora formando terras úmidas de água doce, ou então foram originalmente muito estreitas e depois ocupadas por canais de rios que, como resultado de meandramento lateral as fizeram aumentar de largura (Amâncio & Dominguez 1999). Um exemplo claro é a planície costeira de Abaís (entre o rio Piauí e o rio Vaza-Barriz), onde o substrato da zona baixa que separa os terraços marinheiros holocênicos dos pleistocênicos é arenoso, e não apresenta qualquer indício da existência de uma antiga laguna.

Nos casos dos canais Pomonga e Santa Maria, a sua largura é resultante de meandramento destes, que progressivamente ampliaram a extensão das áreas deprimidas. Estas constituíram uma feição bidimensional apresentando-se comprida e estreita, o que inviabilizaria o seu uso pelos construtores de sambaquis no caso de coleta de seus recursos e amontoamento dos restos alimentares em um único ponto, formando um sambaqui.

Isto pode ser explicado pelo fato de que esses grupos teriam que fazer grandes deslocamentos para coletar moluscos que dessem suporte à alimentação de um grupo, nesse caso seria exigida uma energia muito grande desses habitantes, tendo que possivelmente navegar ao longo do manguezal para a coleta. Outro fator a ser observado é que o meandramento lateral destes canais pode ter eliminado o registro de grande parte dos vestígios arqueológicos porventura existentes. Este aspecto pode ser muito bem observado na região do canal Santa Maria e no canal do Pomonga, onde os pequenos acúmulos de conchas recentes encontram-se atualmente em fase de desabamento.

Outro aspecto a ser levado em conta é que os grandes estuários associados aos rios que deságuam na costa sergipana tinham no máximo da Última Transgressão provavelmente, suas áreas intermareais bastante reduzidas. As paredes íngremes dos vales destes rios escavados no Grupo Barreiras não favoreceram a formação de áreas intermareais significativas durante períodos do nível relativo do mar mais alto que o atual. Portanto, no máximo da Última Transgressão não haveria condições para o manguezal se implantar, uma vez que a água estava encostada diretamente nas paredes, chegando até a erodí-las. Isto dificultaria a formação de planícies de marés e de manguezais, ou estes teriam dimensões bastante reduzidas.

O resultado da prospecção nas áreas-alvo I a V colocou em evidência apenas a existência de depósito de conchas situados sobre os terraços marinhos holocênicos às margens do canal Pomonga (área-alvo III) e canal Santa Maria (área-alvo IV). Todos estes depósitos de pequeno porte apresentavam características recentes. A sondagem realizada no maior destes, o Sítio São José (margem do canal Santa Maria), não apresentou material arqueológico, sendo a prática de amontoar conchas uma atividade corriqueira dos mariscadores que atuam na região.

As áreas prospectadas mostraram-se estéreis quanto à existência de sambaquis, mesmo que de pequeno porte.

Portanto, se existiram grupos pré-históricos nesse período na planície costeira de Sergipe, esses não utilizaram de modo extensivo recursos extraídos de ambientes lagunares/estuarinos, uma vez que a zona costeira não apresentou durante o máximo da Última Transgressão uma fisiografia que favorecesse o aparecimento destes ambientes.

Quanto às fontes de matéria-prima para uso por grupos pré-históricos no litoral do Estado de Sergipe, as áreas onde estes teriam mais facilidade de acesso a fontes de material lítico útil para lascamento são extremamente escassas. As

poucas ocorrências estão associadas ao leito dos rios e ao Grupo Barreiras. As fontes de material lítico que podem ter utilidade para o uso bruto e fabricação de instrumentos polidos também são raras no litoral. Essas são encontradas em forma de seixos rolados nos depósitos do Grupo Barreiras e leitos dos rios e, afora isto, apenas nas unidades geológicas Pré-Cambrianas cujos pontos mais próximos do litoral distam cerca de 25 km a 30 km.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER, A. N. 1984. Tipos de habitat do Homem do Sambaqui. **Revista de Pré-História**, São Paulo, p. 121–122.

AFONSO, M. C., DE BLASIS, P. A. 1994. Aspectos da formação de um grande sambaqui: alguns indicadores em Espinheiros II, Joinville. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 4: p. 21-30.

AMANCIO, S. G.; DOMINGUEZ, J. M. L. 1999. Influência da evolução costeira holocênica e a ocupação pré-histórica no litoral de Sergipe. VII Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário–ABEQUA-3 a 9 de outubro de 1999, Porto Seguro, BA. CD-room.

AMANCIO, S. G. 2001. **Influência da evolução costeira holocênica na ocupação da costa do Estado de Sergipe por grupos sambaquieiros** Dissertação de mestrado, Salvador, IGEO/UFBA.

BITTENCOURT, A.C.S.P. 1996. As coberturas terciárias e quaternárias do interior e da zona costeira. In: **Geologia da Bahia: Texto Explicativo para o Mapa Geológico ao Milionésimo/Coord. J.S.F. Barbosa & J.M.L. Dominguez**. Salvador, Sec. da Indústria, Comércio e Mineração, Superintendência de Geologia e Recursos Minerais. P. 165–181.

BITTENCOURT, A.C.S.P., DOMINGUEZ, J.M.L., MARTIN, L. FERREIRA, Y.A. 1982. Dados preliminares sobre a evolução do delta do rio São Francisco (SE-AL) durante o Quaternário: influência das variações do nível do mar. **Anais do IV Simpósio do Quaternário no Brasil (CTCQ/SBG)**, Rio de Janeiro. p. 49-68.

BITTENCOURT, A.C.S.P., MARTIN, L., VILAS BOAS, G. S.; FLEXOR, J-M. 1979. Quaternary marine formations of the coast of the State of Bahia, Brazil. In: Proc. 1978. **Int. Symp. Coastal Evolution in the Quaternary**. Suguio K.; Fairchild, T.R.; Martin, L. and Flexor, J-M. Eds. São Paulo p. 232–253.

BITTENCOURT, A.C.S.P., MARTIN, L., DOMINGUEZ, J.M.L., FERREIRA, Y.M.A. 1983. Evolução paleográfica quaternária da costa do Estado de Sergipe e da costa Sul do Estado de Alagoas, **Revista Brasileira de Geociências**. p. 93-97.

BITTENCOURT, A.C.S.P., VILAS BOAS, G. S.; FLEXOR, J-M.; MARTIN, L. 1979. Geologia dos depósitos Quaternários no Litoral do Estado da Bahia. In INDA, H. ed., **Geologia e Recursos Minerais do Estado da Bahia**. Salvador, SMEC/CPM. V. 1. 9 (textos básicos). p. 1-21.

CALDERÓN, V. 1964. **O Sambaqui da Pedra Oca**. Relatório de uma Pesquisa, 2. Universidade da Bahia, Instituto de Ciências Sociais, 88 p.

CALDERÓN, V. 1971. Breve Notícia sobre Arqueologia de duas Regiões do Estado da Bahia, Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas-PRONAPA-Museu Paraense Emílio Goeldi. **Publicações Avulsas**, 15, Belém, p. 163-178.

CARVALHO, F. L. 1993. **Machado, Um Sítio Cerâmico Sergipano**, Publicação Interna da UFS/DCS, 17 p.

CARVALHO, F. L. e equipe do PAX, 1985-1986-1987. Relatórios do Projeto de Mapeamento dos Sítios Arqueológicos do Estado de Sergipe. DCS/UFS. mimeografado.

CARVALHO, L.G.A. 1995. A presença de Sambaquis no Litoral Piauiense. **Anais da 47ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência-SBPC-Resumos**, Comunicações Vol. II, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 9 a 14 de Julho de 1995. p. 112.

CPRM. 1997. **Mapa Geológico do Estado de Sergipe** - Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil. Geologia e Recursos Minerais do Estado de Sergipe-Codise/. CPRM.

DANTAS, B. G. 1976. Índios e Brancos em conflito pela posse da terra. Aldeia de Água Azeda Século XIX. In. **Anais do VIII Simpósio Nacional de Professores Universitários de História**. p. 221-252.

DANTAS, B. G. 1983. Missão Indígena do Geru. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, (29): p. 65-87.

DANTAS, B. G. 1985. História de grupos Indígenas e fontes escritas: o caso de Sergipe. **Revista de Aracaju**. (8): p. 115-123.

DANTAS, B. G. 1989. História de grupos indígenas e fontes escritas: o caso de Sergipe In: *Revista de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, USP, Volumes 30/31/32*, p. 469-480.

- DANTAS, B. G. 1991. Os índios em Sergipe. **Textos para a História de Sergipe**. UFS/BANESE, Aracaju. P. 19-55.
- DNPM/MME, 1971 – Mapa Geológico do Brasil – escala 1:5.000.000
- DOMINGUEZ J. M. L.; BITTENCOURT, A C. S. P.; MARTIN, L. 1992. Controls on quaternary coastal evolution of the east-northeastern coast of Brazil: roles of sea-level history, trade winds and climate. In: DONOGHUE, J. F.; FLETCHER, C. H. ; SUTER, J. R. eds., **Quaternary Coastal Evolution. Sedimentary Geology**, 80. p. 213–232.
- DOMINGUEZ, J. L. 1987. **Quaternary sea level changes and the depositional architecture of beach-ridge strandplains along the coast of Brazil**. Ph. D. Dissertation, University of Miami–Florida/USA, 288 p.
- DOMINGUEZ, J. M. L.; BITTENCOURT, A C. S. P.; MARTIN, L. 1981. Esquema evolutivo da sedimentação quaternária nas feições deltaicas dos rios São Francisco (SE/AL), Jequitinhonha (BA), Doce (ES) e Paraíba do Sul (RJ). **Revista Brasileira de Geociências**. 11 (4). p. 227–237.
- DOMINGUEZ, J.M.L. 1983. **Evolução Quaternária da planície costeira associada a foz do rio Jequitinhonha (BA): Influência das variações do nível do mar e da deriva litorânea de sedimentos**. Salvador-Ba. Dissertação de Mestrado. IGEO/UFBA, 79 p.
- DOMINGUEZ, J.M.L.; LEÃO, Z.M.N. & LYRIO, R.S. 1996. **Litoral Norte do Estado da Bahia: evolução costeira e problemas ambientais**. Roteiro de Excursão E4/ Cong. Bras. Geol., SBG-Núcleo Bahia/Sergipe, Salvador, 1996, 32 p.
- DOMINGUEZ, J.M.L & BRICHTA, A. 1997. Estudos Sedimentológicos dos Terraços de Xingó. **Cadernos de Arqueologia**. Projeto Arqueológico do Xingó – Universidade Federal de Sergipe/CHESF/PETROBRÁS.
- DOMINGUEZ, J.M.L.; MARTIN, L., BITTENCOURT, A. C. S. P., TESTA, V., SILVA C. C. & LEÃO, Z. M. A. N. 1999. **Atlas Geo-Ambiental da Zona Costeira do Estado da Bahia–CONDE**. Convênio SICM/SGM/UFBA/FAPEX. Painel (Doc No:2.5-A).
- DUARTE, P. 1968. **O Sambaqui visto através de alguns sambaquis**. Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo. São Paulo, 113 p.
- DUNBAR, J.S.; WEBB, S.D.; FAUGGHT, M. 1991. Inundated Prehistoric Sites in Apalachee Bay, Florida, and the Search for the Clovis Shoreline. Chapter 6: 117–149. In: **Paleoshorelines and Prehistory: Investigation of Method**. Edited by Lucille Lews Johnson, CRC Press, Boca Caton Ann Abort Landom, 239 p.

- EVANS, C. & MEGGERS, B. J. 1965. **Guia para prospecção arqueológica no Brasil**. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi (série guias) 57 p.
- FAIRBRIDGE, R. W. 1976. Shellfish-Eating preceramic Indians in Coastal Brazil. **Science**, 191:353-359.
- FIGUTI, L. 1993. O Homem Pré-Histórico, o Molusco e o Sambaqui: Considerações Sobre a Subsistência dos Povos Samabaquieiros. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 3: 67-80.
- GARCIA, C. D. R. 1972. **Estudo comparativo das fontes de alimentação de duas populações pré-históricas do litoral paulista**. Tese de Doutorado, Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo, São Paulo-SP.
- GASPAR, M. D. 1991. **Aspectos da organização de um grupo de pescadores, coletores e caçadores: região compreendida entre a Ilha Grande e o delta do Paraíba do sul, Estado do Rio de Janeiro**. Tese de doutoramento. São Paulo, FFLCH, USP, 362 p.
- GASPAR, M. D. 1996a. Análise das Datações Radiocarbônicas dos Sítios de Pescadores, Coletores e Caçadores, **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, série Ciências da Terra 8. p: 81-91.
- GASPAR, M. D. 1996b. Ocupação do território e construção de sambaquis brasileiro por pescadores, coletores e caçadores, Resumos do Simpósio Arqueologia de Las “Tierras Bajas” Uruguai. p. 25–26
- GASPAR, M. D. 1997. A Pré-História do Estado do Rio de Janeiro: sistemas sociais identificados até a chegada dos europeus. **Boletim do Museu Nacional, Antropologia 60**, Rio de Janeiro, 22 p.
- GASPAR, M. D. 1999. Os ocupantes pré-históricos do litoral brasileiro. In: **Pré-História da Terra Brasilis**. Org. Maria Cristina Tenório. Ed. UFRJ. p. 159–169.
- GASPAR, M. D.; TENÓRIO M. C. 1989. Amoladores e Polidores Fixos Encontrados no Litoral do Brasil. Resumos da V Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira–SAB, Santa Cruz do Sul-RS. p. 224.
- GASPAR, M.D. 2000. **Sambaqui: Arqueologia do litoral brasileiro**. Coleção Descobrimos o Brasil. Ed. Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 89 p.
- JARDINE, W. G. & MORRISON, A. 1976. The archaeological significance of Holocene coastal deposits in south-western Scotland. In: **Geoarchaeology Earth Science and the Past**. Sectio 2 Coastal and Lacustrine environments. Gerald Duckworth and Co. Ltd., London. p: 175–196.
- KNEIP, L. M. 1980. Seqüência cultural do sambaqui do Forte-Cabo Frio, Rio de Janeiro. Estudos de Arqueologia e Pré-História Brasileira, Institu-

to Anchieta de Pesquisas, São Leopoldo, RS. **Pesquisas Antropologia**, 31 p.

LIMA, T. A. 1991. **Dos mariscos aos peixes: um estudo zooarqueológico de mudança de subsistência na pré-história do Rio de Janeiro**. Tese. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo – SP.

MARTIN, G. 1999. **Pré-História do Nordeste do Brasil**. Terceira edição atualizada – Recife: Editora Universitária da UFPE, 450 p.

MARTIN, L. FLEXOR, J-M. VILAS BOAS, G.S., BITTENCOURT, A.C.S.P. & GUIMARÃES, M.M. - 1979 - Courbe de variations du niveaux relatif de la mer au cours des 7000 dernières années sur un secteur homogène du littoral brésilien (nord de Salvador - Bahia). **Proceedings of the 1978 Intern, Symp. On Coastal Evolution in the Quaternary.**, São Paulo, SP. p. 264-274.

MARTIN, L. FLEXOR, J-M.; SUGUIO, K. 1991. Possible changes in the holocene wind pattern recorded on the southeastern Brazilian coast. **Bolm. IG-USP**, Publ. Esp. 8. p. 117–134.

MARTIN, L. SUGUIO, K., FLEXOR, J-M. 1993. As flutuações do nível do mar durante o Quaternário Superior e a evolução geológica de “deltas” brasileiros. **Boletim IG-USP**, Publ. Esp. No. 15. p. 1-1

MARTIN, L., DOMINGUEZ, J. M. L. 1992. Geological history of coastal lagoons—with particular references to examples from the east coast of Brazil. In: B. Kjerfve (ed.), **Coastal Lagoon Processes**, Elsevier, Amsterdam.

MARTIN, L.; SUGUIO, K. 1976. Excursion route along the coastline between the town of Cananéia (state of São Paulo) and Guaratiba outlet (state of the Rio de Janeiro). **International Symposium on Coastal Evolution in the Quaternary**. Special publication número 2. p. 11–18

MARTIN, L.; SUGUIO, K.; FLEXOR, J-M. 1984. Informações adicionais fornecidas pelos sambaquis na reconstituição de paleolinhas de praia quaternária: exemplos da costa do Brasil. **Revista de Pré-História**, Instituto de Pré-História da USP. Edição comemorativa do cinquentenário da USP, São Paulo, 6. p. 128–147.

MARTIN, L.; BITTENCOURT, A. C. S. P.; VILAS BOAS, G. S.; FLEXOR, J-M. 1980. **Mapa Geológico do Quaternário Costeiro do Estado da Bahia**—Esc. 1:250.000. Salvador—Ba, SME/CPRM. 60 p (texto explicativo e mapa).

MARTIN, L., DOMINGUEZ, J. M. L. BITTENCOURT, A. C. S. P. 2000. Holocene sea-level History along eastern-southeastern Brazil: addition supporting evidence of High-frequency Sea-level oscillations. **Journal of Coastal Research** (in press).

MARTIN, L.; SUGUIO, K.; FLEXOR, J-M., AZEVEDO, A. E. G. 1988. **Mapa Geológico do Quaternário Costeiro dos Estados de Paraná e Santa Catarina** – Texto explicativo e Mapas. Série Geologia. Número 28. Seção Básica. Número 18. Brasília. Ministério das Minas e Energias- Departamento Nacional da Produção Mineral. 40 p.

MARTIN, L.; SUGUIO, K.; FLEXOR, J-M. 1986. Shell middens as a source for additional information in Holocene shoreline and sea-level reconstruction: examples from the coast of Brazil. In: **Sea-level research: a manual for the collection and evaluation of data** edited By Orson Van de Plassche Free University, Amsterdam, p. 503-521.

PROUS, A. 1992. **Arqueologia Brasileira**. Editora UNB, Brasília – DF, 605 p.

ROY, P. S.; COWELL, P. J.; FERLAND, M. A. & THOM, B. G. – Wave-dominated Coasts. In: R. W. G. Carter & C. D. WOODROFFE (eds.). *Coastal Evolution – Quaternary Shoreline Morphodynamics*. Cambridge University Press.

SILVA, C. C.; LEITE N. 1997. Relatório de prospecção arqueológica – Litoral Norte do Estado da Bahia (manuscrito).

SILVA, C. C. 2000. **Herança Geológica como ferramenta para a prospecção de sambaquis no litoral norte do estado da Bahia: o exemplo do sambaqui Ilha das Ostras**. Dissertação de mestrado. IGEO/UFBA. Salvador–BA, 126 p.

SOBRINHO, S. 1954. **Laudas da História de Aracaju**, 320 p.

SOUSA, G. S. de. 1938. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 493 p.

SUGUIO, K. 1999. **Geologia do Quaternário e mudanças ambientais: (passado + presente = futuro)**, São Paulo: Paulo's Comunicação e Artes Gráficas, 365 p.

SUGUIO, K.; MARTIN, L. 1978. **Formações quaternárias marinhas do litoral paulista e sul fluminense**. Boletim IG/USP. Publicação especial (1). p. 11–18.

SUGUIO, K.; MARTIN, L.; BITTENCOURT, A. C. S. P.; DOMINGUEZ, J. M. L.; FLEXOR, J-M; AZEVEDO, A. E. G. 1985. Flutuações do nível do mar durante o Quaternário superior ao longo do litoral brasileiro e suas implicações na sedimentação costeira. **Revista Brasileira de Geociências**, 15 (4). p. 273–286

SUGUIO, K.; MARTIN, L.; FLEXOR, J-M. 1991. Paleoshorelines and the sambaquis of Brazil. Chapter 4. In: **Paleoshorelines and Prehistory: Investigation of Method**. Edited by Lucille Lews Johnson, CRC Press, Boca Caton Ann Abor London, 239 p.

# A ETNOHISTÓRIA COMO ARCABOUÇO CONTEXTUAL PARA AS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NA ZONA DA MATA MINEIRA\*

ANA PAULA DE PAULA LOURES DE OLIVEIRA\*\*

## ABSTRACT

This article aims to emphasize the importance of Ethno-history in the implementation of archaeological excavation at Zona da Mata in the state of Minas Gerais. This paper intends to valorize the Indian cultural heritage that is many times denied by the official historiography. Variety sources, such as oral, written, archaeological or ethnographic ones, are primordial in this paper since the blank-files caused by the insufficient number of documental records make the historian work difficult in the constitution of Mata Mineira's past.

**Palavras-chaves:** Etnohistória, Arqueologia, História Regional, Zona da Mata Mineira.

---

\* Este artigo é dedicado muito especialmente à memória da saudosa pesquisadora do Museu Nacional do Rio de Janeiro, Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lina Maria Kneip, que natural da Zona da Mata Mineira, sempre inspirou e incentivou as pesquisas na região. Aproveito a oportunidade para agradecer aos pareceristas da comissão editorial da Revista Canindé pelos comentários e contribuições a este texto, bem como ao Prof. Dr. André Prous por sua leitura e valiosas colocações.

\*\* Coordenadora do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da Universidade Federal de Juiz de Fora.

## INTRODUÇÃO

A Arqueologia na Zona da Mata, meso-região a sudeste do Estado de Minas Gerais, ainda é incipiente. O primeiro projeto de pesquisa que teve e continua tendo por objetivo uma sistematização dos prováveis sítios arqueológicos na região só foi recentemente apresentado ao IPHAN pela equipe do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana – MAEA – da UFJF<sup>1</sup>. O mote para a elaboração do Projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata Mineira, coordenado por esta autora e contando com a participação de uma equipe de profissionais qualificados, centrou-se, fundamentalmente, na sua capacidade de contribuir para uma conscientização da importância de se valorizar, restaurar e preservar o patrimônio arqueológico, histórico, cultural e ambiental.

Não obstante, os estudos arqueológicos em Minas Gerais não são recentes. Desde a primeira metade do século dezenove, quando P.W. Lund publicou seus primeiros informes sobre os vestígios pré-históricos de Lagoa Santa<sup>2</sup>, nas proximidades de Belo Horizonte, as atenções de diversos pesquisadores nacionais e estrangeiros se voltaram para a arqueologia da região. As investidas científicas após Lund, foram realizadas entre os anos de 1926 e 1929, por Jorge Augusto Padberg-Drenkpol<sup>3</sup>, arqueólogo austríaco contratado pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro. Seu intuito era o de despertar interesse da intelectualidade mineira pelo patrimônio arqueológico e incentivar os estudos em Lagoa Santa. Entre os anos de 1935 a 1960, diversas escavações foram empreendidas pelos membros da Academia de Ciências de Minas Gerais que, sem os recursos técnicos necessários, não alcançaram os resultados pretendidos<sup>4</sup>. Em meados da década de cinquenta, outra tentativa foi feita pelos arqueólogos do Projeto Internacional Americano-Brasileiro. Contudo, voltado mais para as discussões dos resultados dos estudos realizados pelos pesquisadores locais, o projeto não conseguiu se consolidar<sup>5</sup>.

<sup>1</sup> O Projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata Mineira está registrado no IPHAN sob o número 01514.000231/2000-02, publicado no Diário Oficial do dia 15 de maio de 2002. Portaria nº 89. Sobre o projeto e suas ações educativas, vide Loures Oliveira e Monteiro Oliveira (2001:83-100).

<sup>2</sup> Vide Hoch e Prous (1985:172) e Funari (1999).

<sup>3</sup> Apud Prous (1992:9-12).

<sup>4</sup> Vide Walter (1958).

<sup>5</sup> A equipe estava formada por Wesley Hurt da Universidade de South Dakota, por Oldemar Blasi do Museu Paraense e Fernando Altenfelder da Escola de Sociologia de São Paulo. Para maiores informações sobre a História da Arqueologia em Minas Gerais, vide publicações do Arquivo do Museu de História Natural - UFMG.

Implantado entre os anos de 1965 e 1970, o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – PRONAPA –, não pôde contar com pessoal especializado no Estado de Minas Gerais. Assim, Ondemar Dias Jr. (1974:105-116)<sup>6</sup>, arqueólogo responsável pelas pesquisas na Região Sudeste do país, estendeu suas investigações até o sul de Minas, onde registrou a ocorrência de diversos sítios arqueológicos, com o estabelecimento de duas fases de classificação cerâmica, como a Ibiraci e Piumhi. Ainda entre as décadas de sessenta e setenta, Dias Jr. (1975) e sua equipe prospectaram e registraram inúmeros sítios no Vale do Rio São Francisco, com a realização de importantes escavações no norte, nordeste e noroeste de Minas Gerais.

É, pois, somente na década de setenta, com a Missão Franco-Brasileira liderada por Annette Laming-Emperaire e por André Prous, que Minas Gerais viria a contar com seu primeiro grupo local de arqueólogos. As escavações sistemáticas iniciaram-se em 1971, e, em 1976 a Missão Franco-Brasileira em Lagoa Santa, juntamente com a Universidade Federal de Minas Gerais e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, consolidou o primeiro Núcleo Científico de Arqueologia no Estado (Prous 1977:7).

Neste cenário, a Zona da Mata Mineira permaneceu incólume, com exceção de algumas investidas para salvamentos de sítios, que, correndo riscos evidentes de destruição, mereceram a atenção de pesquisadores do Museu Nacional do Rio de Janeiro<sup>7</sup>. Nesta mesma perspectiva, mas agora no âmbito da arqueologia de contrato, a região tem sido prospectada e sondada por diversas equipes de especialistas preocupados em registrar os sítios que estejam em vias de destruição devido a obras de terraplanagem, ampliação de estradas e construção de barragens, entre outros<sup>8</sup>.

Mas a Mata Mineira tem muito mais a oferecer em termos de informações sobre nossa história pré-colonial do que apenas o fato de ter sido,

---

<sup>6</sup> Vide também Dias et alii (1988).

<sup>7</sup> Dignos de nota são os trabalhos desenvolvidos por Kneip e arqueóloga Filomena Crancio (2001) no município de Leopoldina.

<sup>8</sup> Só no ano de 2002 foram realizadas duas campanhas para salvamentos. No município de Rio Novo, nas obras de terraplanagem para construção do Aeroporto Regional da Zona da Mata Mineira, foram empreendidas escavações para o salvamento do sítio Mata dos Bentes, sob a direção da arqueóloga Mônica Carsalad Schlobach em parceria com a equipe de Arqueologia da Universidade Federal de Juiz de Fora, coordenada por esta autora. No município de Guarani, sob direção do arqueólogo Fabiano Lopes de Paula, foram escavados diversos sítios pré-coloniais e históricos, em decorrência da construção da barragem de Nova Ponte, realizada pela Companhia Força e Luz Cataguases-Leopoldina.

até o início do século XVIII, a Zona Proibida do Império, é o que na verdade têm demonstrado os resultados alcançados com a conclusão das primeiras etapas do Projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural. A recente colonização da região tem possibilitado rememorar aspectos importantes sobre seu passado. Atualmente, é possível conhecer até mesmo a segunda geração de famílias constituídas pela miscigenação de integrantes dos grupos indígenas, descendentes de escravos e estrangeiros que aqui chegaram em busca de terras para se estabelecerem. É, pois, sob esta perspectiva, que entendo os estudos de Etnohistória como elementos importantes para o conhecimento do passado dos antigos habitantes da região, tomados aqui na condição de prerrogativas aos estudos arqueológicos.

Ampliar a rede de fontes para a história local, de modo a fornecer subsídios para futuras investigações arqueológicas, visando identificar o indígena e também o negro na qualidade de agentes históricos e sociais, é um dos principais objetivos deste empreendimento. Para tanto, foram utilizadas não só as obras dos viajantes naturalistas estrangeiros que passaram pela região, mas documentos publicados na Revista do Arquivo Público Mineiro, onde foi possível encontrar informações a respeito dos assentamentos indígenas na Mata, da política indigenista colonial e suas consequências para os principais grupos mencionados pelos autores<sup>9</sup>. As fontes secundárias como obras de historiadores e lingüistas, baseadas na literatura de cronistas que discutem as origens e identidade étnica dos diversos grupos indígenas da Zona da Mata Mineira, também foram consideradas.

Para evitar uma abordagem restrita aos documentos disponíveis, elegei a pesquisa oral e os dados arqueológicos preliminares para a região<sup>10</sup> na qualidade de fontes alternativas, numa tentativa de valorizar e promover outras versões para as interpretações da história local. Baseei-me em relatos informais de descendentes indígenas, sobretudo moradores da área rural dos municípios de São João Nepomuceno, Descoberto e Itamarati de

---

<sup>9</sup> Ainda por serem incluídos nos resultados desta pesquisas estão os dados colhidos nos arquivos municipais e em registros paroquiais sobre processos, batismos e óbitos de indígenas e seus descendentes. Estes dados serão sistematizados somente após a conclusão da primeira etapa do projeto. Este estudo, como mencionado, faz parte de uma proposta maior, a de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata Mineira, que conta ainda com uma equipe multidisciplinar de pesquisadores responsáveis pelas análises arqueológicas, da Geomorfologia, Topografia, Palinologia, Botânica e Histórica (vide relação dos pesquisadores cadastrados no Núcleo de Pesquisa MAEA CNPq).

Minas (Simões 2000). Os dados arqueológicos coletados nestas localidades foram sistematizados pela equipe do MAEA/UFJF, a partir dos quais foi possível estabelecer um estudo comparativo preliminar dos sítios, que, por suas características tecnológicas, geomorfológicas e paisagísticas indicam pertencer a grupos com hábitos bem semelhantes<sup>11</sup>. Dessa forma, o eixo metodológico do trabalho desenvolveu-se partindo da documentação histórica para se chegar às confrontações com as informações arqueológicas e com a tradição oral da população alvo.

## ETNOHISTÓRIA

A Etnohistória, como bem sabido, não pode prescindir das fontes documentais produzidas e legadas pelos viajantes naturalistas estrangeiros, bem como dos resultados de investigações etnográficas que possam oferecer subsídios para o entendimento dos vestígios de culturas extintas. Em face das dificuldades que este tipo de análise apresenta, principalmente no que se refere à homogeneidade das informações diante de uma série de lacunas nas fontes, torna-se necessária a comparação de todos os dados que se tenha à disposição. Desse modo, e como bem exposto por Trigger (1987:42), para uma análise da Etnohistória é fundamental conjugar elementos e dados teórico-metodológicos tanto da História, como da Etnologia.

---

<sup>10</sup> Os sítios registrados no IPHAN pela equipe de Arqueologia da UFJF são os seguintes: Sítio Santa Rosa (RN), Sítio Primavera (SJM), Sítio da Poca (SJM), Sítio Estiva (GU), Sítio Novo Horizonte (GU), Sítio Córrego de Areia (ME), Sítio Toca do Índio (ME), Sítio da Pedra Furada (MN), Sítio Indaiá (IM), Sítio dos Coqueiros (LD) e Sítio Mata dos Bentes (RN), este último, registrado pela arqueóloga Mônica Carsalad Schlobach. De modo geral, os sítios são colinares com baixas altitudes e próximos a pequenos cursos de água, ou mesmo a rios das principais bacias de drenagem. Com base na história da região podemos afirmar que desde o século XIX, com a introdução do plantio de café e posteriores interferências antrópicas, os solos vêm sofrendo alterações devido ao uso de arado. Por esse motivo, os artefatos são encontrados expostos na superfície, ou no máximo a pouca profundidade, deteriorados pelo intemperismo e sofrendo ainda com as queimadas sucessivas, muito utilizadas na renovação de pastagens em épocas de estiagem.

<sup>11</sup> Nos sítios cadastrados foram realizadas prospecções, cujos resultados possibilitaram inferências preliminares a respeito da tecnologia empregada na confecção da cerâmica, sobre alguns vestígios da alimentação, sobre a matéria prima para lascamento, bem como uma datação que varia entre 600 e 800 A.P. (vide Loures Oliveira 2003)

Opotei, assim, pela análise de doze cronistas, os quais julguei de melhor contribuição ao estudo proposto, por oferecem descrições mais específicas a respeito dos grupos indígenas da Zona da Mata Mineira. Utilizei os relatos de Freireyss (1982), Wied-Neuwied (1958), Debret (1978), Spix e Martius (1976), Rugendas (1979) e Eschwege (1818) que informam sobre a primeira metade do século XIX. Para descrições sobre a segunda metade do mesmo século, contei com os relatos de Burmeister (1980), Ehrenreich (1886) e Noronha de Torrezão (1889). Para a primeira metade do século XX, fontes importantes como Ploetz e Métraux (1930) e Loukotka (1937) não poderiam ser esquecidas.

Não são poucas as descrições de viagens dos naturalistas estrangeiros que dedicaram seu tempo e interesse ao estudo da flora e fauna brasileiras. Recentes edições e reedições têm demonstrado a importância de tais relatos, possibilitando novas abordagens e reflexões. A editora da Universidade de São Paulo dedicou uma série à reprodução dos principais informes, a Coleção Reconquista do Brasil. Somente para citar alguns exemplos pertinentes a este artigo, encontra-se aí o botânico Freireyss (1982), natural de São Petersburgo, que permaneceu no Brasil de 1813 a 1815, período em que viajou do Rio de Janeiro até Vila Rica, capital da província na época, com a intenção de conhecer o país sob o ponto de vista da História Natural. O Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied (1958), que após realizar estudos aprofundados sobre a literatura de viagens à América do Sul, decidiu pesquisar de forma científica as regiões brasileiras ainda inexploradas. Desembarcou no Rio de Janeiro em meados de 1815, recrutando os botânicos Sellow e Freyreiss para sua expedição. Tinha como objetivo atravessar os estados entre Rio de Janeiro e Bahia. A viagem durou quase dois anos, e, em agosto de 1817, Wied-Neuwied regressou à Europa com uma coleção de várias espécies de plantas e inúmeros desenhos. Em 1816 foi a vez do artista Jean Baptiste Debret (1978) chegar ao Brasil. Membro da burguesia francesa, Debret participou da Missão Artística Francesa que tinha por finalidade criar uma Academia de Belas Artes no Rio de Janeiro, onde permaneceu até 1831. Spix e Martius (1976)<sup>12</sup> estiveram em terras brasileiras entre os anos de 1817 e 1820. Enviados pelo governo da Baviera junto à Missão Austríaca, a qual tinha por objetivo conhecer cientificamente a botânica brasileira, os naturalistas iniciaram sua pesquisa em Minas Gerais pelo sul do Estado, passando pela Zona da Mata, depois por São João Del Rei, Serra de São José (Tiradentes), Rio Paraopeba, Mariana, Vila Rica (Ouro Preto), Tejuco

(Diamantina), Minas Novas e o arraial da Chapada, de onde seguiram em direção ao rio São Francisco, próximo à divisa com Goiás. O artista alemão Johann Moritz Rugendas (1979), desenhista da expedição patrocinada pelo Czar Alexandre I da Rússia e chefiada pelo botânico Langsdorff, também deixou seu legado para os estudos etnohistóricos da região. Aqui chegando, abandonou os companheiros e pôs-se a viajar por conta própria. Não há um itinerário preciso sobre as incursões de Rugendas, que em vez de descrever suas viagens, preferiu redigir notas para seus desenhos.

O zoólogo e geólogo Hermann Burmeister (1980), de origem alemã, viajou pelo Brasil em missão científica entre os anos 1850 e 1852, quando buscou descrever a geologia e a fauna brasileira, complementando os estudos que estavam se desenvolvendo nesta época a respeito da História Natural do país. Morou durante cinco meses na região de Lagoa Santa em companhia de Peter Lund e fez incursões a Ouro Preto, Mariana e ao longo do rio das Velhas, passando também pela Mata Mineira. De modo geral, o interesse destes viajantes, não excluindo todos os demais citados acima, era pela descrição da fauna e da flora brasileira, identificando o indígena na condição de ser constitutivo das mesmas, o que claramente reflete a mentalidade e visão de mundo européias, em um período em que ainda se discutia a natureza do indígena americano.

As fontes secundárias são obras de historiadores que tomaram a Zona da Mata Mineira como objeto de pesquisa. Oiliam José (1965), Paulo Mercadante (1973) e Celso Falabella de Figueiredo e Castro (2001) são alguns nomes de destaque. Contudo, esses estudos não são isentos de juízos, os quais são oriundos de uma forma de pensamento em que o indígena era e, lamentavelmente, ainda é, considerado culturalmente inferior ao homem de ascendência européia, exigindo por isso os mesmos cuidados dedicados aos relatos dos naturalistas estrangeiros<sup>13</sup>.

O subjetivismo presente nas fontes, repletas de julgamentos de valores, reflete a dificuldade dos autores em entender os nativos em sua alteridade. O estrangeiro, e mesmo alguns historiadores nacionais, ora os viam por meio de uma visão romântica, ora como representantes da barbárie, sendo esta uma situação ainda muito recorrente na relação da

---

<sup>12</sup> Os textos de Spix e Martius utilizados neste artigo foram editados pela Melhoramentos. Os números correspondentes a estes viajantes na Nova Série da Coleção Reconquista do Brasil são os 46, 47 e 48.

sociedade envolvente com as etnias que resistiram à colonização e ainda resistem aos programas de integração nacional. A maioria dos relatos apresenta uma visão da selvageria, em que os autores descrevem práticas e costumes indígenas como abomináveis a seus olhos “civilizados”<sup>14</sup>.

É, pois, a partir destas considerações que buscarei apresentar alguns aspectos da vida dos antigos moradores da Mata Mineira, tomando por base as representações que os naturalistas faziam dos grupos indígenas. Assim, procurarei promover um estudo etnohistórico relacionando os dados históricos, quando possível, com elementos etnográficos e etnoarqueológicos sobre o grupo indígena Maxakali que ainda preserva seus costumes tradicionais<sup>15</sup>. O objetivo se torna então uma tentativa de conhecer melhor os indígenas que, antes da intensificação da colonização na região, em fins do século XVIII e início do XIX, ocuparam o que hoje abrange a região Zona da Mata do Estado de Minas Gerais.

### **Os antigos habitantes da Mata Mineira**

O atual território do estado de Minas Gerais foi ocupado, bem antes da chegada dos primeiros bandeirantes aos sertões da região<sup>16</sup>, por diversos grupos indígenas que se deslocavam pelo espaço em função de suas atividades de subsistência, como a caça, a pesca e a coleta, e de seus referenciais simbólicos, muitas vezes associados a certas formações paisagísticas<sup>17</sup>.

<sup>13</sup> Ressalto não ser meu objetivo nos limites deste artigo, realizar uma sociologia dos viajantes, assim como proposto por Oliveira Filho (1987), o que por si só resultaria em um novo trabalho, mas relacionar, de forma comparativa e complementar, os dados oferecidos por estes viajantes sobre os hábitos e costumes dos indígenas da região.

<sup>14</sup> Vide Vanni (2002).

<sup>15</sup> Grupo indígena do tronco lingüístico Macro-Jê, os Maxakali estão assentados no Vale do Mucuri, nordeste de Minas Gerais, desde a intensificação da colonização na região em fins do século XVIII. Por terem resistido ao contato de mais de trezentos anos e ainda manterem intactos tanto a língua, como muitos aspectos tradicionais de sua cultura, podem muito bem respaldar comparações etnohistóricas a fim de possibilitar inferências sobre os grupos antigos da Mata Mineira. A opção pela comparação com este grupo é decorrente, fundamentalmente, de sua filiação ao grupo lingüístico Macro-Jê, provavelmente parentes próximos dos grupos Jê que, antes da colonização, ocuparam a Zona da Mata Mineira. Vide Alves (1992), Álvares (1996) e Monteiro Oliveira (1999). Outro motivo é a íntima relação desta autora com o grupo, tema de trabalhos anteriores desenvolvidos em Antropologia das Missões (Loures Oliveira 2002a e 2002b).

Para os limites geográficos do que se conhece hoje por Zona da Mata Mineira, nas fontes tanto primárias quanto secundárias sobressaem as notícias a respeito dos grupos que se assentavam pelas margens dos rios Pomba, Paraibuna, Muriaé e Xipotó. Os mais citados são, no entanto, os Puri, os Coroado (ou Croato) e os Coropó (Cropó). Estes seriam, supostamente, descendentes de grupos Goitacá que migraram do litoral fluminense, região de Campos e São Fidélis, para a Mata Mineira<sup>18</sup>. Tal origem comum foi sugerida pelos cronistas, com base em alguns aspectos semelhantes identificados entre os integrantes dos diferentes assentamentos, como as características físicas e, principalmente, lingüísticas. Os Coropó teriam sido os primeiros a se deslocarem, ocupando o Vale do Rio Pomba. Mais tarde vieram os Coroado e os Puri, grupos comumente descritos como guerreiros e inimigos, que ocuparam toda a região<sup>19</sup>.

Além dos três grupos mais conhecidos, outros muitos são mencionados por seus assentamentos passageiros ou permanentes. São estes os Abaíba e os Botocudo, Tapuias que se distinguiram por sua beligerância (Wied-Neuwied 1958:130), assim como os Guarulho que passaram pelos rios Pomba e Muriaé. Ainda habitando as margens do Rio Pomba, encontravam-se os Caramonã, os Puriaçu, também conhecidos como “Puris Grandes”, e os Tamoio que teriam migrado para a região em número reduzido. Pelas margens do Rio Paraibuna estavam os Miriti, que mantinham ligações com os Puri do Rio Pomba. Os grupos dos Arari ou Araci são citados como moradores da extensa área que vai da Serra de Ibitipoca até a região do atual município de Barbacena. Por fim, um pequeno grupo Carijó teria migrado para a região de Conselheiro Lafaiete, os quais foram expulsos pelos desbravadores do século dezesseis.

Apesar dessa pequena lista que não se esgota nos grupos mencionados<sup>20</sup>, somente os Puri, os Coroado e os Coropó mereceram destaque nas

---

<sup>16</sup> Sobre os bandeirantes que adentraram a Zona Proibida do Império vide Mercadante (1973).

<sup>17</sup> Vide Monteiro Oliveira (1999) sobre o *Mikax Kakax* dos Maxakali, paredão rochoso que se destaca na geomorfologia de seu território e que representa na constelação de imagens do mundo percebido pelo grupo uma referência na reprodução contínua de sua cultura e identidade.

<sup>18</sup> Freireyss (1982:102), Métraux (1946:521) e Wied-Neuwied (1958:103-104). Vide também Mercadante (1973:31) e Dias e Carvalho (1980).

<sup>19</sup> Wied-Neuwied (1958:104); Spix e Martius (1976:198).

fontes analisadas. Isto porque, no início do século dezanove, período em que a maioria dos viajantes esteve na região, estes grupos já viviam aldeados na área que abrange hoje os municípios de Viçosa, Coimbra, Ervália, São Geraldo, Visconde do Rio Branco, Ubá, Tocantins, Rio Pomba, Guarani, Guidoal, Astolfo Dutra, Dona Eusébia, Cataguases, Mirai, Muriaé, Patrocínio de Muriaé e Leopoldina, entre outros<sup>21</sup>. Estes aldeamentos compulsórios eram organizados pelo Governo e por ordens religiosas, sobretudo as franciscanas, no fim do século dezoito e início do dezanove. Assim, os Coropó foram restritos à aldeia de São Manuel da Pomba, atual região de Rio Pomba; os Coroado ao Presídio de São João Batista, hoje Visconde do Rio Branco, e aos Puri ficou reservada a aldeia de São Paulo do Manuel Burgo, atual município de Muriaé<sup>22</sup>. Um fator que talvez justifique a lacuna na descrição dos grupos menores é a idéia de que estes fossem integrantes dos grupos mais numerosos. Talvez famílias ou aldeias com diferentes denominações, mas pertencentes ao mesmo grupo étnico, uma vez que falavam, quando não a mesma, pelo menos línguas bem próximas, que possibilitavam o entendimento mútuo. Além disso, é possível verificar nas descrições dos cronistas, que havia semelhanças significativas nos costumes dos grupos, que eram diferenciados mais por sua aparência física do que por suas particularidades étnicas.

Esta divisão em aldeias e famílias é comum entre os Maxakali. Cada aldeia realiza internamente seus rituais, com a participação dos parentes mais próximos. Os integrantes de outras aldeias são convidados somente em rituais especiais, quando seus parentes mais distantes ou afins devem ser envolvidos (Álvares 1996). Os conflitos internos que fazem parte da ordem e dinâmica estrutural do grupo poderiam muito bem explicar a

---

<sup>20</sup> José (1965:13-37) apresenta um rol de mais de setenta grupos indígenas que se assentaram temporariamente e até permanentemente na região entre os séculos XVII e XIX.

<sup>21</sup> Para melhor visualização da área mencionada, vide mapa da região ao fim deste artigo.

<sup>22</sup> Digno de nota aqui é a concepção de espaço do indígena que, diferente do europeu, não reconhece as fronteiras políticas instauradas pelo governo. Mesmo com a criação de aldeamentos compulsórios, os indígenas migravam e se assentavam onde lhes bem conviesse. Assim, o olhar crítico do pesquisador não deve se deter somente sobre os incontáveis juízos de valores perpetrados ao indígena como ser integrante da natureza exótica, mas também para as projeções feitas sobre a concepção de mundo destes indivíduos.

inimizade entre Puri e Coropó<sup>23</sup>, tão apregoada nos relatos. Digno de menção, também, é o fato das nomeações de muitos grupos étnicos consagradas entre os autores no Brasil não corresponderem à sua autodenominação (Ricardo 1992). Os nomes são, na maioria das vezes, desconhecidos dos próprios grupos, os quais recebem tais denominações de inimigos, devido a algum tipo de aspecto físico, que muitas vezes desemboca em um caráter extremamente pejorativo<sup>24</sup>. A designação Puri, por exemplo, não guarda qualquer correspondência com o verdadeiro nome do grupo que se dividia em três subgrupos, os Sabonan, Uambori e Xamixuna (Métraux 1946: 523). O termo Puri tem sua origem na língua Coroado e quer dizer “audaz ou bandido”. Curiosamente os Coroado também eram assim denominados pelos Puri, que, desse modo, lhes retribuía a ofensa (Debret 1978:69).

Os Puri formavam vários grupos que se localizavam nas matas a leste do Presídio, outros próximos à serra do Caparaó, conhecidos neste lugar como “Arrepiados”, ou “Arripidiados” devido ao corte que usavam no cabelo. Os Puri também estavam assentados na faixa de terra do Cágado e dos seus afluentes, do Pirapetinga até as cercanias de Leopoldina<sup>25</sup>. Nesta mesma região, próximo à atual Cataguases, alguns sertanistas encontraram os primeiros grupos de Coroado (Mercadante 1973:29). De acordo com Freireyss (1982:82), cerca de dois mil indivíduos andavam espalhados pelas matas por volta de 1820, sendo considerados o maior grupo da região. Seus assentamentos se espalhavam por todo o sertão do Rio Pomba. Dentro dos aldeamentos oficiais, os indígenas se dividiam em pequenas aldeias que se espalhavam pelo mato, ligadas por trilhas de difícil acesso.

<sup>23</sup> Os aldeamentos Coropó se estendiam por um espaço de aproximadamente cento e vinte quilômetros quadrados a partir do Presídio de São João Batista, sendo divididos em vários pequenos grupos que se compunham de três ou quatro cabanas baixas de palha (Freireyss 1982:82). Por volta de 1813, os Coropó tomaram as matas a oeste do Presídio. Somavam menos de duzentos indivíduos, sendo dois remanescentes do grupo Paraíba e outro dos Pacuju, que habitaram as margens do Rio Paraíba e que já haviam desaparecido (Ibid.:82).

<sup>24</sup> Um exemplo bastante ilustrativo é o dos próprios Maxakali que se autodenominam *Tikmi'in*. O termo Maxakali não encontra qualquer relação em sua língua materna. É uma forma totalmente estranha à sintaxe da língua. Já os Botocudo recebem dos Maxakali o nome de *Ipkoxxeká* (Orelhas Grandes), assim designados após uma guerra pela defesa do território Maxakali. O próprio termo Botocudo é uma denominação portuguesa devido à forma dos pedaços de madeira que usam nas orelhas e no lábio inferior. Segundo Debret (1978:66) “Edgereck-mung é o nome verdadeiro [Botocudo] na sua própria língua e *Epcoseck* (orelhas grandes) o que lhes dão os selvagens Malalis, em Peçanha, nas margens do Rio Doce superior, onde travam constantes batalhas”. Vide também Métraux e Nimuendajú, (1946) e Wied-Neuwied, (1958:215).

Cada aldeia era composta por três a quatro cabanas e comportava de trinta a quarenta indivíduos, assim como as dos Maxakali nos dias de hoje. Segundo Debret (1978:54), as cabanas dos Coroado eram como berços recobertos de folhas de palmeiras entrelaçadas e altas, de três a quatro pés apenas. Freireyss (1982:86) as descreve, no mesmo período, início do século dezenove, em forma de barraca, com altura de um a nove pés. Mais tarde, em meados do mesmo século, elas passariam a ser construídas em madeira, com paredes de barro e teto de palha, semelhantes às casas dos colonos, mas sempre espalhadas pelo mato e afastadas do caminho (Burmeister 1980:172).

Os Puri não se preocupavam muito com o local de dormir, cavavam no chão uma espécie de bacia e ali se acomodavam. Suas cabanas são descritas como duas forquilhas fincadas no chão, mal cobertas com folhas de sapé que serviam de cobertura e parede ao mesmo tempo (Ibid.:40). Deslocavam-se freqüentemente e utilizavam adornos como o botoque nas orelhas e nos lábios<sup>26</sup>. Apesar de algumas famílias cultivarem o milho, sua principal atividade era, predominantemente, a caça.

Também de interesse, embora não extensas, são as descrições dos utensílios de uso diário dos Coroado. Confeccionavam três tipos diferentes de flechas, cada qual com uma função específica. Eram feitas de uma espécie de junco bem reto e seco, medindo cerca de cinco pés de comprimento e as que possuíam pontas menores eram empregadas na caça de pequenos animais, as mais finas eram utilizadas na pesca e as com um lado com farpas eram usadas na guerra ou na caça de macacos (Burmeister 1980:171-176). Os arcos fabricados a partir de uma fibra, denominada Crauá pelos indígenas<sup>27</sup>, também eram muito comuns. Os Coroado utilizavam para a pesca uma grande lança chamada “teschemná”, com cerca de nove pés de comprimento feita com um tipo de junco de uma polegada de espessura. Na extremidade amarravam duas pontas farpadas de madeira de cerca de oito polegadas (Freireyss 1982:94). Utilizavam também machados que fabricavam em pedra, de várias formas e medidas. As facas, para uso culiná-

<sup>25</sup> Vide José (1965:33) e Castro (1987:40).

<sup>26</sup> Debret (1978:66) classifica os Puri, os Pataxo e os Botocudo como descendentes dos Aimorés “... da raça dos *tapuias*”. Este mesmo viajante se refere à utilização de botoques por estes indígenas que tinham os lábios alongados devido à perfuração para utilização de botoques (Ibid.: 69-71).

rio ou emprego no corte de cipós, cascas e galhos, eram fabricadas com ossos.

De grande interesse para este estudo são as referências nos relatos dos mais variados naturalistas a respeito da produção cerâmica. As descrições sobre a diminuição da confecção de utensílios de cerâmica entre os Puri e Coroados, por volta do século XIX, são quase unânimes. Deve-se este fato, no caso dos Puri, ao seu modo de vida e dieta alimentar ligados à caça e coleta, além da necessidade constante de deslocamentos em virtude da perseguição perpetrada pelos colonizadores. Essas condições tornaram o uso da cerâmica pouco funcional, estando reduzido às práticas funerárias. Do mesmo modo, porém, por outros motivos, os Coroado abandonaram a cerâmica devido à sua fixação em aldeamentos, sendo esta substituída ora por cuias e cabaças, ora por artefatos de origem européia.

Segundo Wied-Neuwied (1958:105), a produção cerâmica mais comum verificada junto aos Puri e Coroado era a de enormes urnas funerárias. Outras formas só puderam ser observadas entre os Coroado, que as utilizavam na armazenagem de água e alimentos. Para esta finalidade, os Puri empregavam cascas de sapucaia e pequenas cabaças (Burmeister 1980:171). Além da cerâmica, das armas e instrumentos cortantes, os cronistas descreveram também a confecção de materiais como redes de dormir, de pesca, esteiras, cestas, bодоques, cuias de cuité, gamelas e outros utensílios. As redes e sacolas eram tecidas pelas mulheres com fibra de embira<sup>28</sup>.

A ausência de qualquer tipo de instituição político-administrativa entre os grupos da Mata Mineira, que possuíam no máximo lideranças guerreiras e religiosas, também é consenso nos relatos. A estas últimas eram conferidas características sobre-humanas como o poder de se comunicar com espíritos e com o mundo sobrenatural. Os Coroado utilizavam os grandes potes de cerâmica em suas festas para a produção de uma bebida alcoólica com base na fermentação do milho. Quando venciam uma guerra contra os Puri, praticavam a antropofagia, comendo algum pedaço – normalmente o braço – do corpo de seu inimigo capturado, que se misturava à bebida<sup>29</sup>.

---

<sup>27</sup> Para Mercadante, Nelson de Sena e outros autores, a origem do nome Coroado seria uma espécie de derivação do termo Crauá. A palavra Crauatá, que teria se transformado em Croatas e depois Coroados, significaria rijo como Crauá, se referindo à rigidez muscular dos indivíduos do grupo.

Debret (1978:54) descreve a utilização de urnas funerárias chamadas “camuci” pelos Coroado. No caso da morte de um chefe de família, quebravam-lhe os ossos e o depositavam de cócoras nestas urnas para depois enterrá-lo aos pés de alguma grande árvore da aldeia ou no centro da casa. Já os Puri enrolavam o defunto com faixas depois de quebrar-lhe alguns ossos principais e, semelhantemente aos Coroado, depositavam arcos, flechas e demais objetos do morto em sua sepultura.

De modo geral, com a chegada e fixação do colonizador nos sertões de Minas Gerais, ocorreram profundas transformações no cotidiano e costumes indígenas. Como visto, a imposição do modo de vida europeu fez com que a população nativa fosse submetida a uma forte dominação que não lhe dava direito nem mesmo de se deslocar pelo território, sendo obrigada a se fixar em determinados aldeamentos, em locais pré-estabelecidos pelos colonizadores. Em 1850, período em que Burmeister (1980:166) passou pela Mata Mineira, os indígenas já não fabricavam mais suas armas ou utensílios domésticos, utilizavam armas de fogo e objetos trazidos pelos portugueses. Andavam vestidos e não mais apresentavam um comportamento tão “arredio e cauteloso” como nos primeiros contatos<sup>30</sup>. Algumas casas já eram construídas em pedra, o que acabou provocando o rompimento do costume das cabanas feitas de madeira e palha ou folhagem que permitiam o fácil deslocamento do grupo. Mesmo tendo resistido ao contato, os grupos da Mata se depararam com uma colonização intensa que incluía aldeamentos e escravidão. Este processo impôs a aceitação de novos costumes que foram sendo incorporados como uma estratégia de sobrevivência frente à dominação.

As informações contidas nas fontes escritas sobre a exploração, escravidão e massacre dos indígenas não são poucas. Este domínio poderia ser ilustrado como o fato relatado nas páginas de Freireyss (1982:117), que descreve um episódio da história de um grupo de cerca de trezentos Puri que foi levado a São João Del Rey com a promessa de terras e uma nova vida. Contudo, ao chegarem, as mulheres e crianças foram escravizadas e os homens que fugiram para as matas foram assassinados em tocaia.

---

<sup>28</sup> Um belíssimo exemplar deste tipo de trabalho pode ser observado junto às múmias encontradas no final do século dezenove em uma gruta no Município de Goianá (Beltrão e Lima 1986).

<sup>29</sup> Freireyss (1982:102) e Wied-Neuwied (1958:127).

<sup>30</sup> Vide também Wied-Neuwied (1958:104).

Outra prática muito utilizada para se efetivar o extermínio foi a disseminação proposital de epidemias, para as quais o organismo indígena não possuía anticorpos. Estas doenças eram espalhadas dentro dos aldeamentos através de roupas contaminadas, entregues aos indígenas. Como ressaltou Castro (1987:42), o fator que contribuiu para o desaparecimento definitivo dos Puri foi uma epidemia de sarampo alguns anos após seu estabelecimento nas cercanias de Feijão-Cru<sup>31</sup>, na terceira década do século XIX. A epidemia tomou grandes proporções e, com a febre, os indígenas se atiravam na água fria acelerando ainda mais sua morte, fato que eliminou os últimos remanescentes Puri.

Mas a herança cultural destes povos e suas formas tradicionais de vida não desapareceram com os milhares de indígenas dizimados. Elas ainda estão presentes na memória da população da Mata, principalmente da zona rural, prontas para serem recuperadas<sup>32</sup>. É, pois, sobre as bases destes relatos, mesmo que repletos de juízos de valor e subjetivismos próprios da época em que foram produzidos, que a pesquisa etnográfica com a população rural foi pensada e direcionada, objetivando a contextualização histórica de futuros estudos arqueológicos na região. Trata-se de informações orais que poderão contribuir principalmente para a localização de sítios e interpretação dos vestígios oriundos de assentamentos dos últimos grupos indígenas na Mata Mineira.

## **HISTÓRIA, ETNOGRAFIA E ARQUEOLOGIA.**

Com base em estudos preliminares realizados pela equipe de Arqueologia da Universidade Federal de Juiz de Fora nos municípios de São

---

<sup>31</sup> Atual município de Leopoldina.

<sup>32</sup> Neste momento, ações educativas em forma de oficinas tecnológicas estão sendo desenvolvidas pela equipe do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da UFJF junto às escolas de ensino médio de São João Nepomuceno. Os trabalhos são divididos em quatro etapas, que consistem de duas aulas expositivas sobre os antigos moradores e o recente processo colonizador da Zona da Mata Mineira, tendo como atividade de avaliação, entrevistas com as pessoas mais velhas da cidade; uma aula oficina, na qual a criança, após coletar a argila nas jazidas próximas à cidade, idealiza a forma que deverá alcançar no fabrico da cerâmica e a confecciona. Na última seção a equipe analisa as impressões da criança através de dinâmicas que visam a conscientização para a conservação e valorização do patrimônio arqueológico e cultural, regional e nacional.

João Nepomuceno, Rio Novo, Guarani, Descoberto e Itamarati de Minas, tem sido possível identificar pontos divergentes não só entre as classificações dos viajantes, mas também no que concerne a tradição oral e os dados arqueológicos, disponíveis principalmente para a região das serras fluminense e mineira (vide Dias e Carvalho 1980).

O histórico de ocupação das terras por colonos e imigrantes italianos e alemães na Zona da Mata, no final do século dezenove e início do século vinte, gerou grande perseguição e massacre dos indígenas que haviam, até então, resistido às tentativas de integração promovida pelo governo oficial através dos aldeamentos. Seus remanescentes e descendentes, ainda que preservando características físicas e costumes incontestavelmente indígenas, negam esta ascendência, temendo pelo preconceito. Até hoje, é possível perceber o medo da população, principalmente rural, em admitir esta relação. Quando questionados sobre seus parentes mais antigos, ressaltam, na maioria das vezes, uma ascendência européia ou africana.

Durante os trabalhos de campo, a equipe esteve em contato com a comunidade rural dos já citados municípios eleitos para a primeira fase do projeto. Na zona rural, entre os municípios de Itamarati de Minas e Descoberto, está situada a comunidade de Caramonos, denominação atribuída pelos viajantes a um determinado grupo indígena que vivera na região (Simões 2000). Grande parte da população da Serra, também conhecida como Serra dos Caramonos, é descendente de imigrantes italianos e índios. Um texto sem referência, que se encontra sob posse de um morador da cidade de Itamarati de Minas, conta a história de que no alto da Serra, no local denominado “Alto do Aventureiro”, por volta de 1905, se refugiara o último grupo de Caramonos, sob a liderança de um cacique chamado Antônio Velho (Ibid.).

Foi possível ouvir muitas histórias a respeito dos indígenas da região, sobre os vestígios ainda presentes no local, como as “painéis de índio” e as “pedras de raio”, denominação popular para os vasilhames de cerâmica e as machadinhas indígenas. De acordo com inúmeros depoimentos orais, a pedra cai junto com um raio em dia de grande tempestade, desce a uma profundidade de sete metros e, depois de sete anos, aflora para atrair mais raios. Ao mito popular, foi acrescentado ainda que estas pedras trazem mal-agouro, daí a dificuldade em encontrá-las (Loures Oliveira e Corrêa 2001)<sup>33</sup>.

Alguns hábitos alimentares dos antigos moradores também puderam ser recuperados através da pesquisa oral. Os grandes moluscos

*Strophocheilidae* e a caratinga, uma espécie de cará mais dura que a comum, alimentos apreciados até hoje, parecem ter sido as principais especiarias dos Caramono, juntamente com a mandioca e a abóbora, entre outros.

As informações sobre a localização de antigos assentamentos indígenas também são comuns na localidade. Bem no alto da Serra, precisamente na divisa dos municípios de Itamarati de Minas e Descoberto, havia, no final do século dezenove, uma grande exploração mineradora de ouro. Segundo um dos informantes, os indígenas eram explorados pelos mineradores que passaram a viver junto às aldeias (Simões 2000). Outro interlocutor, muito especial por ser descendente direto de Puri, relatou uma história bem conhecida de que um índio havia ido até a vila de Descoberto e visto um homem apagando seus escritos com areia. Curioso com o ato, o índio se ofereceu para trazer ao homem uma areia mais fina que apagaria com maior eficiência. Ao trazê-la para o colono, este observou que era ouro e pediu ao indígena que o levasse até o local onde o havia encontrado. Descobrendo a fonte, o colono matou seu informante para que ninguém mais soubesse (Ibid.).

Muitas outras histórias puderam ser obtidas e ajudaram inclusive no reconhecimento e identificação de sítios arqueológicos<sup>34</sup>. No entanto, os dados que sobressaem nos relatos orais e até mesmo nos registros escritos dizem respeito à descendência étnica dos grupos da Mata. Nem mesmo os viajantes conseguiram alcançar um consenso sobre a questão. Embora eles tenham realizado seus estudos em épocas quase contemporâneas ao que foi relatado, a ausência de formação antropológica dos viajantes impossibilitou que as informações sobre os antigos moradores da Mata fossem mais sistemáticas. Com a crença de que no Brasil existiam duas grandes famílias: Tupi, dos indígenas da costa, reconhecidos como “mansos”; e Tapuia ou Jê, os mais “bravios” e que ocupavam o território interiorano, a tendência inicial foi inserir os nativos da Mata dentro desta classificação. Tendo sido comprovada, através dos tempos, sua inaplicabilidade, classificações mais amplas foram surgindo<sup>35</sup>.

---

<sup>33</sup> Sobre esse tema vide também Cascudo (1979:602-603) e Martinez (1993:21-22) entre outros.

Sena (1926:145-176), em seu estudo sobre a distribuição geográfica dos grupos indígenas do Brasil, apóia-se nas referências de Martius e Ehrenreich (apud Sena), que formularam uma proposta de classificação para os indígenas em oito grupos abrangentes. Martius sugere a divisão em oito nações, os Tupi-Guarani, habitantes da costa oriental; os Jê ou Cran, do interior; os Guck, do extremo oeste até os Andes; os Guereng, dos sertões paulista, paranaense e baiano; os Parexi, do Mato Grosso e Pará; os Aruak, da Amazônia; os Guaicuru, do Mato Grosso do Sul até o Paraguai e Bolívia; e por fim os Goitacá, conhecidos como “corredores da floresta”, habitantes do vale do Paraíba do Sul. Neste último grupo estariam inseridos os Puri, os Coroado e os Coropó (ibid.:159). Ehrenreich (apud Sena) também considera oito grupos, mas que seriam os Tupi, os Jê, os Goitacá, os Caraíba, os Maipure, os Pano, os Miranha e os Gaicuru. É, pois, com base nas duas classificações que Sena conclui que os Puri seriam Jê e os Coroado Goitacá, ou Waitacá como preferiu chamá-los. Os Coropó seriam, na verdade, oriundos de uma mistura entre os Jê e os Goitacá.

Para Saint-Hilaire (1938:32), os Coroado eram descendentes dos Goitacá e se subdividiam em dois outros grupos: os Tampruns e os Sasaricons, que moravam em aldeias diferenciadas. Já o Barão von den Steinen (apud Mercadante 1973:27) considera os Coroado um grupo étnico autônomo, assim como os Tapuia ou os Tupi. Eles teriam sido expulsos da costa pelos Tupi, sendo obrigados a marcharem de leste para oeste, como ocorreu com os Jê.

O consenso maior, como visto, parece ser o da migração do litoral para o interior. De acordo com Mercadante (1973:28), tanto o Pe. Manuel de Jesus Maria quanto Guido Marliére concordavam com a idéia de que os Coroado, os Coropó e os Puri tinham uma origem comum. Ao serem expulsos da costa pela intensificação da colonização, por volta de 1630, tiveram que se adaptar às condições da Mata Mineira, criando diferenças e até rivalidades entre si<sup>36</sup>. Adeptos desta teoria estão a maioria dos viajantes, incluindo Rugendas (1979), Freireyss (1982) e Burmeister (1980),

<sup>34</sup> Como mencionado anteriormente cerca de nove sítios arqueológicos foram identificados na região através do trabalho de conscientização realizado pela equipe do MAEA-UFJF durante as exposições itinerantes. Veja Loures Oliveira e Monteiro Oliveira (2000 e 2001(a), (b) e Loures Oliveira, Corrêa e Surya 2002).

<sup>35</sup> Montserrat (1998).

que acreditavam ser a denominação Coroado oriunda do corte de cabelo, adaptado pelos indígenas às matas densas do interior<sup>37</sup>.

Além dos viajantes, também historiadores, lingüistas e antropólogos tentaram classificar estes grupos com o objetivo de determinar sua origem étnica. Mais uma vez citando o lingüista Nelson de Sena (1924: 192-337), o idioma Puri seria um dialeto alterado da língua denominada “geral”, o Tupi. Diferencia os Coroados dos Puri, por estes últimos terem vindo de Goiás, pois ambos seriam pertencentes ao grupo dos Botocudo que, segundo ele, era o designativo geral dos índios de Minas Gerais, incluindo os do vale do Rio Pomba. José (1965:13) propõe, no entanto, uma outra subdivisão. As bases mineiríndias seriam duas: a) o grupo Tapuia classificado como Aimoré; o Botocudo com suas divisões e subdivisões; e os Cataguá; b) o grupo Goitacá subdividido em Croato, Puri e tribos menores do Nordeste Mineiro.

Mercadante (1973:33), ao escrever sobre os indígenas da Mata, não se deixa convencer da suposta origem Jê dos três grupos, que de acordo com a literatura dos viajantes, desenvolveram diferenças específicas em seu processo de adaptação ao ambiente da Zona da Mata. Citando Sena, Maximiliano e Ferreira de Resende, Mercadante (ibid.) postula serem inúmeras as imprecisões nos relatos a este respeito. Assevera serem os Puri um ramo dos Tupi, por possuírem muitos vocábulos parecidos e de significados iguais, reforçando sua idéia ao encontrar semelhanças entre as descrições sobre o modo de vida dos Puri e o dos Aymoré de Porto Seguro, mencionado por Varnhagen (1981).

Pesquisas arqueológicas realizadas nas serras e no litoral fluminense também apontam para os mesmos questionamentos. Segundo Dias e Carvalho (1980), ao se comparar unidades arqueológicas diferenciadas, caracterizadas por fases culturais individualizadas e por diferentes tradições<sup>38</sup>, é possível perceber que certos padrões comuns subsistem, enquanto outros podem apresentar variações locais. De acordo com estes mesmos autores (ibid.:77), é provável que os Coroados de Campos e da região de São Fidélis no Estado do Rio de Janeiro sejam provenientes da união entre

---

<sup>36</sup> É interessante observar a idéia implícita de que os indígenas só habitavam a costa brasileira e que com a intensificação da colonização estes foram se deslocando para o interior, como se este lócus fosse completamente desabitado.

<sup>37</sup> De acordo com Métraux (1946:521), os Goitacá foram identificados aos Purí e Coroados sem qualquer razão verificável.

Goitacá e Coropó, formando, como já mencionado nas fontes primárias, juntamente com os Puri e os Coroado, uma só família lingüística. No entanto, é bem possível que todos os grupos denominados Coroado pelos cronistas (Xumeti, Arari, Coropó, Puri) não sejam mais que remanescentes de Tamoio e Suruçú que, dizimados nos primeiros séculos da colonização, teriam escolhido a serra como refúgio (ibid.).

Continuando com o raciocínio de Dias e Carvalho (1980), estes observaram também que os dados arqueológicos obtidos em suas escavações em sítios nas serras fluminense e mineira apontam para um povoamento da tradição Tupiguarani, fase Ipuca, em uma área, para a qual os relatos etnográficos afirmam ter sido habitada por Coroado (rio Muriaé) e também para o local onde eles foram aldeados no início do século XIX, em São Fidelis.

É bem provável que tenha existido pontos de contato nas serras mineira e fluminense entre as duas tradições, a Una e a Tupiguarani, e que tenham se materializado em épocas recentes junto aos Coroado (Ibid.:76). Esta constatação levou os mencionados autores a acreditarem que os Coroado, identificados historicamente com os Puri, tenham ligações estreitas com a fase arqueológica Ipuca, da tradição Tupiguarani, mesmo que apresentando traços provenientes da tradição Una, local.

Fundamentados nestes pressupostos, Dias e Carvalho formularam duas hipóteses a respeito da origem dos Puri. A primeira os apresenta como descendentes dos antigos elementos da fase Mucuri, que por circunstâncias diversas teriam abandonado a cerâmica e modificado seus hábitos alimentares na serra. Já a segunda hipótese, mais realista na opinião dos autores, indica que os Puri, oriundos tradicionalmente da região do

---

<sup>38</sup> As tradições mencionadas neste texto pelos autores são as: Tupiguarani, que de acordo com Chmyz (1976:146) é “uma tradição cultural caracterizada principalmente por cerâmica policrômica (vermelha e ou preto sobre engobo branco e ou vermelho), corrugada e escovada, por enterramentos secundários em urnas, machados de pedra polida, e, pelo uso de tembetás”; já a tradição Una, segundo Prous (1992:333-345), apresenta ampla variação de uma região para outra, “... a ‘unidade’ que permite que sejam reunidas na mesma tradição se verifica sobretudo em oposição a outros conjuntos ceramistas, Aratu e Tupiguarani. De uma maneira geral, estes vasilhames ‘Una’ são caracterizados pela ausência de qualquer decoração, por dimensões pequenas, formas globulares ou cônicas, [...] a cor da parede é muito variável, geralmente cinza ou marrom escuro, [...] os abrigos costumam apresentar pinturas ou gravuras rupestres [...]”, onde normalmente eram sepultados seus mortos.

Rio Pomba, Minas Gerais, representariam um grupo recente, vinculado à tradição Una, indiretamente relacionada com características da fase Mucuri. Esta tradição ocupou grandes áreas do litoral e das Serras Fluminense e Mineira, atingindo áreas do Espírito Santo, pelo menos durante cerca de mil anos ou mais, compartilhando os espaços em ocasiões diversas, com grupos arqueológicos da tradição Tupiguarani, representados pelas fases indicadas. Desse modo, os Coroados seriam a materialização de pontos de contato entre a tradição local Una e a Tupiguarani em épocas recentes. Os Coroados representariam, pois, o desenvolvimento de um processo de dinâmica cultural, no qual a língua seria um dos elementos mais significativos, mantendo-se a identidade nos traços morfológicos e materiais.

Os dados arqueológicos sistematizados pela equipe de Arqueologia da UFJF, ainda pouco podem contribuir a respeito desta discussão. A classificação tipológica proposta para a cerâmica apresenta especificidades que podem confundir mais que esclarecer a respeito de uma investigação sobre os grupos étnicos que a produziram. Os vestígios provenientes das últimas escavações realizadas no Sítio Primavera em São João Nepomuceno têm atestado mais uma vez a presença de elementos de decoração classificados, comumente, como típicos da tradição Tupiguarani em uma área que, pelos relatos etnohistóricos, fora ocupada por grupos de Puri e Coroados, o que poderia corroborar algumas das postulações de Dias e Carvalho. De fato, os nomes de fases, sub-fases e tradições arqueológicas, não correspondem às classificações etnográficas, apesar de receberem termos bem semelhantes. Assim, ao serem considerados os resultados preliminares das investigações arqueológicas associados aos estudos etnohistóricos e históricos da Mata Mineira, é possível ter cerâmica de tradição Tupiguarani produzida por grupos, que, a princípio, não possuem qualquer relação, seja com grupos Tupi ou Guarani<sup>39</sup>. Isto ocorre porque a classificação em fases e tradições considera aspectos de fabricação da cerâmica e características dos assentamentos, enquanto as classificações da lingüística, utilizadas pelos viajantes para traçar as diferenciações étnicas dos grupos, toma as particularidades de seus idiomas e até mesmo de seus tipos físicos.

Diante de tanto desencontro de informações etnohistóricas e arqueológicas, a tradição oral tem uma boa saída para a situação. A maioria dos informantes afirma que a designação Puri era utilizada para os “índios bravos”, corroborando as descrições de Debret (1978:69) sobre os

designativos pejorativos. Hoje em dia, quando uma pessoa se assemelha fisicamente a um indígena, é comum que seja chamada de Puri. Já as outras denominações seriam subgrupos de Coroado que, falando a mesma língua, chamavam seus inimigos de Puri. Entre os Coroado estaria inclusive o grupo dos Caramonã, responsável por grande parte do legado cultural presente hoje na memória dos moradores da Comunidade da Serra dos Caramonos na divisa dos municípios de Descoberto e Itamarati de Minas.

O fato é que a origem dos grupos da Mata e sua filiação étnica não podem ser delimitadas simplesmente por características lingüísticas, localização ou outro fator de diferenciação estabelecido por sujeitos que trataram os indígenas da região apenas como mais um elemento constitutivo da fauna e da flora do Brasil. Desde a chegada do colonizador, a voz do indígena foi calada e este não pôde nem mesmo passar sua autodenominação para os pesquisadores. Os nomes dos grupos brasileiros conhecidos hoje foram inventados pelo outro, pelo inimigo, indígena ou colonizador, incapaz de entender o universo simbólico de cada etnia. O que restou é uma rica tradição presente na memória e no *ethos* da população de regiões ainda pouco exploradas. Mesmo que miscigenada com elementos constitutivos das diversas culturas que se amalgamaram na conformação da sociedade brasileira, esta tradição é autêntica representação de um povo que necessita, depois de dois séculos de massacre e preconceito, ser valorizado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo o desenvolver da colonização portuguesa no Brasil, mais precisamente da região da Zona da Mata, gerado um massacre sem precedentes, dizimando boa parte da população indígena, é correto afirmar que suas culturas não chegaram a ser totalmente exterminadas<sup>40</sup>. Sem outra opção, os indígenas que se renderam ao aldeamento compulsório acabaram se miscigenando com a população de negros e colonos. Nas invasões às aldeias, pela posse de terra, os homens eram assassinados e as mulheres estupradas e levadas às vilas para trabalharem e manterem relações com seus algozes. Muitos são aqueles que afirmam, sem

---

<sup>39</sup> Para uma avaliação crítica da utilização de terminologias inauguradas pelo PRONAPA no Brasil vide Alves (1991) e Moraes (2000).

qualquer noção da violência perpetrada a seus antepassados, que sua avó ou bisavó foi “pega a laço”.

A forma com que o indígena foi tratado no período da colonização se reflete, até hoje, no preconceito presente na mentalidade da população nacional. Ora tratado como bom selvagem, ora como preguiçoso e bravo, atualmente não se conhece o indígena como ele verdadeiramente é. O desrespeito é consequência direta da não compreensão do outro em sua alteridade. Os costumes e as tradições destas etnias estão presentes no cotidiano do povo, sem que este se dê conta da riqueza dessa influência em sua formação cultural. Todo o vocabulário, as crenças, passando pelos hábitos alimentares e até mesmo o simples costume do banho diário estão repletos de uma cultura que não foi soterrada na memória, ainda que o tenha sido pela História e por outros instrumentos de dominação em muitas ocasiões<sup>41</sup>.

Este trabalho buscou inserir o indígena enquanto formador da cultura e sujeito da história da Zona da Mata Mineira, numa tentativa de atrair a atenção das comunidades envolvidas para a valorização e preservação de seu patrimônio cultural. Os documentos e os relatos oficiais omitiram o massacre realizado e negou-os a condição de responsáveis por grande parte da cultura nacional. Ao longo do processo de formação da nação brasileira construiu-se uma história com a qual a maioria da população não se identifica. Seus relatos, sua memória e suas tradições devem ser valorizados como patrimônio nacional, muito mais que as representações forjadas de valores que não lhes pertencem e que muitas vezes não fazem sentido.

Para a Arqueologia, esta conscientização é essencial, pois é através dela que o pesquisador conseguirá sua inserção junto à comunidade na qual pretende atuar. No caso específico deste trabalho, a Arqueologia é o instrumento catalisador no processo de valorização dessa memória. Seu objetivo é trazer à tona sobre o passado daquele povo, com respeito e dignidade, fazendo-a refletir sobre a importância de se preservar o

---

<sup>40</sup> O conceito de cultura empregado alia-se à perspectiva semiótica de Geertz (1989:15) “... acreditando como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significado que ele mesmo teceu, [assumindo] a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura de significado”.

<sup>41</sup> Vide Lima e Silva (1999).

patrimônio arqueológico e cultural, fundamental para a construção do passado da Zona da Mata Mineira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVARES, M.M. **Yámiy o povo do canto**. Campinas: Unicamp, 1996 (Dissertação de Mestrado)
- ALVES, C. A cerâmica pré-histórica no Brasil. Avaliação e proposta. **Clio**, Série Arqueológica, Recife, 1(7):11-89, 1991:
- ALVES, M.A. Permanência das manifestações de identidade étnica na cultura material do povo Maxakali. **Relatório Antropológico** apresentado a FUNAI de Governador Valadares, Minas Gerais, 1992.
- BELTRÃO, M.C.; LIMA, T.A. Mumificações naturais na pré-história brasileira: um estudo de caso. **Revista de Arqueologia**, Museu Paraense Emílio Goeld, Belém, 3(1):3-39, 30 IV, 1986.
- BURMEISTER, H. **Viagem ao Brasil**. São Paulo: Edusp, 1980.
- CASCUDO, L.C. **Dicionário de folclore brasileiro**. São Paulo: Melhoramentos, 1979.
- CASTRO, C.F.F. **Os Sertões de Leste. Acheias para a história da Zona da Mata**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 2001.



- CHMYZ, I. Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. In:  **Cadernos de Arqueologia**. Museu de Arqueologia e Artes Populares, Paraná, 1(1), 1976:119-148.
- DEBRET, J.B.  **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**. São Paulo: Edusp, 1978.
- DIAS, O.; SEDA, P. BELLO, M.T. Escavações arqueológicas no Norte de Minas Gerais Varzelândia: o Sítio do Zé Preto (MG-VG-27).  **Revista de Arqueologia**, Rio de Janeiro: SAB, v.5(1), 1988:75-89.
- DIAS, O. Nota prévia sobre as pesquisas arqueológicas em Minas Gerais.  **Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Resultados preliminares do quinto ano 1969-1970**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeld. Publicações Avulsas n. 26. 1974:105-116.
- DIAS, O.; CARVALHO, E. A Pré-história da serra fluminense e a utilização das grutas do estado do Rio de Janeiro.  **Pesquisas – Antropologia**, nº 31. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1980: 47.
- DIAS, O. Pesquisas arqueológicas no Sudeste Brasileiro.  **Boletim do IAB**. Rio de Janeiro: Série Especial nº 1, 1975.
- EHRENREICH, P.M.A. Über die Puris Ostbrasilien.  **Zeitschrift Ethnologie**, vol. 18, 1886:184-188.
- ESCHWEGE, W.L.  **Journal von Brasilien**. Weimar, 1818.
- FREIREYSS.  **Viagem ao Interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.
- FUNARI, P.P.A. Arqueología e historia, arqueología histórica mundial y américa del sur. In:  **Anales de Arqueología y Etnología**, vol. 50/51, 1995/1996.
- FUNARI, P.P.A. Brazilian archaeology, a reappraisal. In:  **Archaeology in Latin America**. G. Politis & Benjamin Alberti (eds), London & New York, Routledge, 17-37, 1999.
- GERTZ, C.  **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: CTL, 1989.
- HOCH, E.; PROUS.A.  **A contribuição de P.W. Lund à Arqueologia européia e brasileira**. In: Arquivos do Museu de História Natural. Belo Horizonte: UFMG, vol x, 1985:170-176.
- JOSÉ, O.  **Indígenas de Minas Gerais**. Belo Horizonte: MP Edições, 1965.
- KNEIP, Lina Maria; CRANCIO, Filomena. O sítio cerâmico da Fazenda Vargem Linda – Leopoldina, MG. In:  **Resumos da SAB 2001, a arqueologia no novo milênio**. Rio de Janeiro, 2001:96-97.
- LIMA, T.A.; SILVA, R.C.P. 1898-1998 A Pré-História Brasileira em cem anos de livros didáticos. In:  **Fronteiras**. Revista de História da UFMS. Corumbá, 1999. (prelo)

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. **Relatório do primeiro ano de pesquisas do Projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata Mineira**. Juiz de Fora: MAEA/UFJF, IPHAN, 2003.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. O sentido das missões religiosas junto ao grupo indígena Maxakali no Nordeste de Minas Gerais. **Numen**, Juiz de Fora, v. 9, 2002. (prelo)

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. **Relatório Técnico do Projeto: Resistência religiosa Maxakali: defesa cultural ou falha na estratégia de conversão**. FUNAI 2000-2001. Juiz de Fora: UFJF, 2002.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; CORRÊA, A.A. A tradição oral na Zona da Mata Mineira: o mito da pedra de raio. **Resumos do I Congresso Nacional de Iniciação Científica**. São Paulo: SEMESP, vol. 1, 2001.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; MONTEIRO OLIVEIRA, L. Patrimônio arqueológico e cultural da Zona da Mata mineira. In: **Canindé**, nº 1, Sergipe:UFS, 2001 (a).

LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; MONTEIRO OLIVEIRA, L. o Projeto Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata Mineira. **Resumos da SAB 2001**. Rio de Janeiro, 2001 (b).

LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; MONTEIRO OLIVEIRA, L. Para uma etnografia dos saberes: ação educativa do Projeto de Mapeamento Arqueológico Patrimônio Arqueológico e Cultural da Zona da Mata mineira. **Anais do I Fórum Internacional de Investigação Qualitativa com crianças e adolescentes**. Juiz de Fora/Siegen: 2000.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; CORRÊA, A.A.; SURYA, L. Proposta de análise dos sítios arqueológicos na Zona da Mata Mineira. Anais do 2º Workshop Arqueológico de Xingó. Canindé do São Francisco-Sergipe: MAX, 2002: 115-116.

LOUKOTKA, C. La familia lingüística Coroado. **Journal Societé Américanist**, Paris, n.s., vol. 29, 1937:157-214.

MARTINEZ, V.M.F. **Teoria y metodo de la arqueología**. Espanha: Editorial Síntesis, 1993.

MERCADANTE, P. **Os sertões do Leste. Estudo de uma região: a Mata Mineira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MONTEIRO OLIVEIRA, L. **A produção cerâmica como reafirmação de identidade étnica Maxakali: um estudo etnoarqueológico**. São Paulo: USP, 1999. (Dissertação de Mestrado).

MONTSERRAT, R.M.F. Línguas indígenas no Brasil contemporâneo. **Índios no Brasil**. GRUPIONI, L.D.B. (org.). São Paulo: Global Editora, 1998.

MORAIS, J.L. Arqueologia da Região Sudeste. **Revista da USP – Antes de Cabral: Arqueologia Brasileira II**, São Paulo, n.44, 1999-2000:194-217.

NIMUENDAJÚ, C. **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em colaboração com a Fundação Nacional Pró-Memória. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

NORONHA TORREZÃO, A. Vocabulário Puri. **Rev. Trim. IHGB**, vol. 52, 1889:511-512.

OLIVEIRA FILHO, J.P. Elementos para uma sociologia dos viajantes. **Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Marco Zero e Editora da UFRJ. 1987:84-148.

PLOETZ, H.; MÉTRAUX, A. La civilization matérielle et la vie sociale et religieuse des indiens Zé du Brésil meridional et oriental. **Revista del Institut Etnologico U.N. Tucuman**, vol. 1:107-238. 1930.

PROUS, A. **Arqueologia brasileira**. Brasília: UNB, 1992.

PROUS, A. Editorial. **Arquivo do Museu de História Natural – UFMG**. Vol. II. Belo Horizonte: MHN, 1977.

RICARDO, B. **Passados 500 anos, sequer sabemos os seus nomes**. Seminário Internacional Ciência, cientistas e tolerância. São Paulo: UNESCO/USP, 1997. (mimeografado).

RUGENDAS, J.M. **Viagem pitoresca através do Brasil**. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1979.

SENA, N. Toponymia Geographica de origem brasílico-indígena em Minas Gerais. **Revista do Archivo Público Mineiro**. Anno XX, 1924. Belo Horizonte:Imprensa Oficial de Minas, 1926.

SENA, N. Os índios do Brasil. Memória Ethnografica. **Revista do Archivo Público Mineiro**. Anno XX, 1924. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas, 1926:145-218.

SENA, N. A distribuição geográfica das tribus indígenas do Brasil: sua ethnogenia. **Revista do Archivo Publico Mineiro**. Anno XXV, 1937. Belo Horizonte:Imprensa Oficial de Minas, 1938:157-176.

SENA, N. Sobre ethnographia brasileira. **Revista do Archivo Publico Mineiro**. Anno XXV, 1937. Belo Horizonte:Imprensa Oficial de Minas, 1938:336-355.

SIMÕES, M.C.S.R. **Relatório técnico da 2ª campanha pesquisa de campo no município de Itamarati de Minas e Descoberto, 22/09/2000. Projeto Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da**

- Mata Mineira.** LOURES OLIVEIRA, A.P.P. (coord.). Juiz de Fora: UFJF, 2000.
- SPIX, J.B.; MARTIUS, K.F.P. **Viagem pelo Brasil, 1817-1820.** Rio de Janeiro: Melhoramentos, vol. I, 1976.
- STEWART, J.H. (Editor), Washington: United States Government Printing Office, 1946:523-530.
- TRIGGUER, B.G. **Etno-historia: problemas y perspectivas.** San Juan, Argentina: Instituto de Investigaciones Arqueológicas, 1987.
- VANNI, J.C. **Sertões do Rio Cágado, origem de povoados, vilas e cidades que integram a Bacia Hidrográfica do Rio Cágado.** Rio de Janeiro: Comunita, 2002.
- VARNHAGEN, F.A. **História geral do Brasil.** São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, vol 1, 1981.
- WALTER, H.V. **Arqueologia da região de Lagoa Santa (Minas Gerais).** Rio de Janeiro: Sedegra, 1958.
- WIED-NEUWIED, M. **Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817.** São Paulo: Comp. Editora.



**DOCUMENTAÇÃO CERÂMICA  
CONTEXTUALIZADA E AS DIFERENÇAS DE  
GÊNERO NOS SEPULTAMENTOS PRIMÁRIOS  
DO  
SÍTIO DE ÁGUA LIMPA, MONTE ALTO, SÃO  
PAULO**

MÁRCIA ANGELINA ALVES\*

**ABSTRACT**

The present article analyzes the contextualized ceramic documentation as an element that indicates gender differences in the *primary* burials of youngsters and adults at the *Água Limpa* site, located in *Monte Alto*, a town in the state of *São Paulo*.

The process of evincing the primary burials area has been made possible owing to the development of annual excavations in *Água Limpa*, within the scope of the *Turvo* project.

The method of field research was that of “*Wide Surfaces*” associated with Leroi-Gurhan’s technique of “*‘decapagens’ by natural levels*”, adapted to the tropical soil of Brazil by Pallestrini.

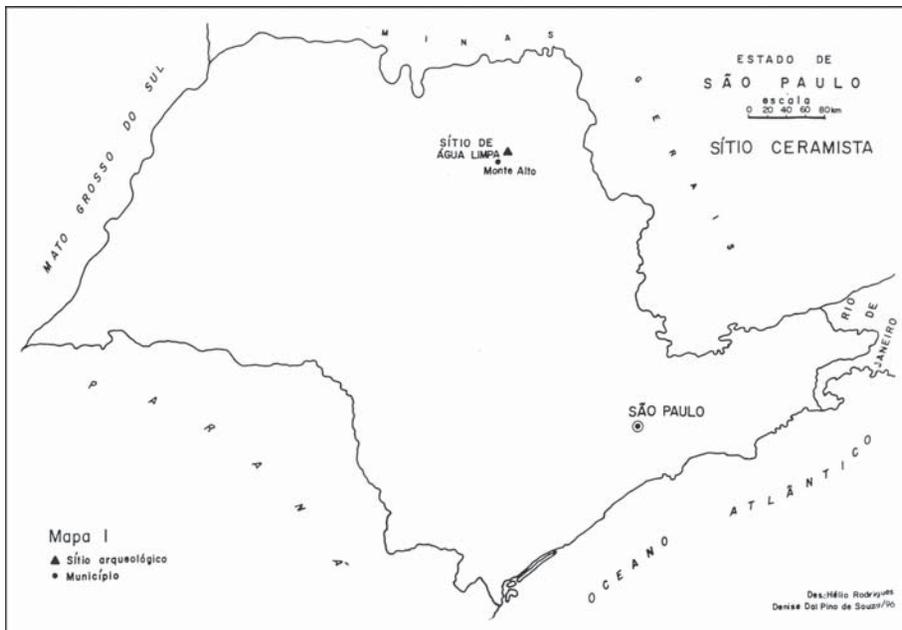
---

\* Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

## INTRODUÇÃO

O sítio de *Água Limpa* situa-se em três minifúndios do bairro rural “Água Limpa”, distante 7,0 Km da sede municipal – Monte Alto, São Paulo.

Monte Alto localiza-se na região norte do Estado de São Paulo, distante 380,00 Km da capital, estando a 735m de altitude e a 21° 15' 40” de latitude Sul e a 48° 29' 47” de longitude Oeste Greenwich (Mapa 1), (IBGE, 1957).



Mapa 1

O clima é “quente com inverno seco” (IBGE, op. cit.).

Segundo Koeppen (1948) o clima é *temperado úmido e seco no inverno*”.

As temperaturas médias anuais oscilam entre máximas de 29/32°C a mínimas de 14/15°C (IBGE, op. cit.).

A vegetação do Município de Monte Alto é de “matas subtropicais decíduas e mesofíticas do Brasil oriental e meridional (Hueck, 1972) pertencente ao domínio da “*Floresta Estacional Semidecidual*” (Velloso et alli, 1991).

A cobertura vegetal atual do sítio de Água Limpa e do bairro rural onde ele se localiza é *secundária*, com cultivo de culturas *permanentes* (mamão, manga, goiaba, laranja, etc.) e *secundárias* (cebola, milho, beringela, etc.).

A vegetação *primária* ainda existente ocorre, parcialmente, na Serra do Jaboticabal, que circunda o bairro rural Água Limpa.

A região de Monte Alto tem “relevo ligeiramente ondulado e possui dois tipos de solo: latossolo roxo e latossolo vermelho escuro” (Alves e Calleffo, 1996).

As pesquisas arqueológicas vem sendo desenvolvidas por Alves e equipe no sítio de *Água Limpa* desde 1992/93 no âmbito do projeto *Turvo*, (Alves, 1995) e são custeadas pela Prefeitura Municipal de Monte Alto, São Paulo, cuja parceria foi estabelecida por um convênio assinado entre a Universidade de São Paulo (intermediada pelo Museu de Arqueologia e Etnologia) e a Prefeitura em questão em 1994/95.

Os dados parciais já interpretados foram analisados por Alves e Calleffo (1996 e 1997), Calleffo e Alves (1996), Calleffo (1999) e Alves e Cheuiche Machado (1995/96).

## METODOLOGIA/PESQUISAS DE CAMPO E ESTRATIGRAFIA

O método empregado nas pesquisas de campo do sítio de *Água Limpa* foi o de “*Superfícies Amplas*” de Leroi-Gourhan (1950 e 1972), do Collège de France que objetiva a detecção e a evidenciação da “*totalidade social*” através de uma abordagem tridimensional (Leroi-Gourhan, 1964/65 e Mauss, 1950) de assentamento(s) pré-histórico(s) de populações extintas e sem escrita utilizando-se da “*técnica de decapagens por níveis naturais*” para a evidenciação das “*estruturas*” *in situ* (Leroi-Gourhan, 1972), associada ao processamento de datações por Carbono 14 ( $C_{14}$ ) e por Termoluminescência (TL).

Este método foi introduzido no Brasil por Pallestrini (1975), discípula de Leroi-Gourhan, da Universidade de São Paulo (Museu Paulista) convenientemente adaptado ao solo tropical.

As escavações desenvolvidas no sítio de Água Limpa foram e são fundadas no método de “*Superfícies Amplas*” com o emprego da “*técnica de*

decapagens por níveis naturais” que possibilitaram até o presente (setembro/99) a realização de quatro campanhas anuais de pesquisas de campo (julho/93; setembro/94; setembro-outubro/95 e setembro/96), além de análises em laboratórios de lítico, cerâmica, fauna, etc., do Museu Municipal de Arqueologia de Monte Alto, do Museu de Arqueologia e Etnologia (USP), do Museu de Zoologia (USP) e do Instituto Butantan, além do processamento de datações por Termoluminescência na FATEC/SP – Faculdade de Tecnologia de São Paulo (maioria) e no Instituto de Física/USP (minoria).

*Água Limpa* é um sítio a céu aberto, classificando-se no padrão de assentamento definido por Pallestrini (1975) de “lito-cerâmico colinar”, depositado na parte mediana de uma colina contornada ao Sul, pelo córrego Água Limpa e, ao Norte, pelo córrego Santa Luzia (IBGE, 1972).

As quatro campanhas de pesquisas de campo realizadas em *Água Limpa* dividiram o sítio em três zonas de escavações:

- Zona 1 = 1.200,00m<sup>2</sup> (Mapa 2);
- Zona 2 = 5.865,00m<sup>2</sup> (Mapa 3);
- Zona 3 = Ainda não pesquisada. Aproximadamente em torno de 5.000,00m<sup>2</sup>.

Foram realizadas trincheiras em leque nas duas zonas de escavações correspondentes a 628,00 metros de extensão, ou seja, *oito* na Zona 1 (em um total de 152,00m extensão) e *seis* na Zona 2 (em um total de 476,00m de extensão), sendo que cada trincheira teve a profundidade de 1,0 a 1,20m e 60cm de largura.

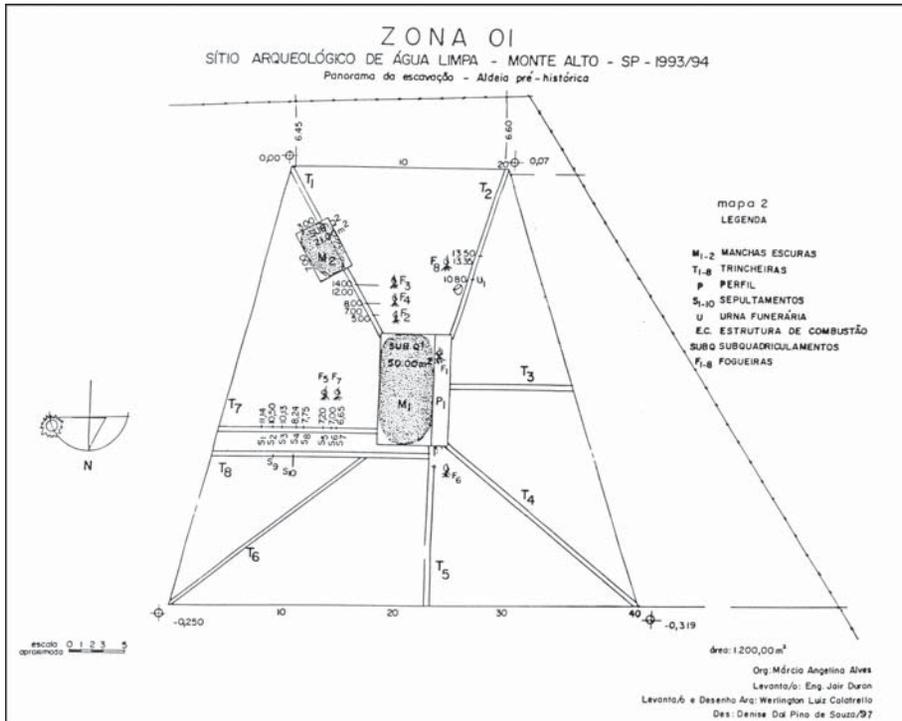
As trincheiras detectaram sepultamentos *secundários* dentro de urnas de cerâmica lisa e escura – um na Zona 1 – T<sub>2</sub> e, outro, na Zona 2 – T<sub>3</sub> (Mapas 2 e 3).

Na Zona 1 as trincheiras 7 e 8 detectaram uma *área de sepultamentos primários* de indivíduos jovens e adultos estendidos e semifletidos (Alves e Cheuiche Machado, 1995/96).

Trincheiras executadas nas duas zonas de escavações detectaram *fogueiras* externas e internas às habitações (“Manchas Escuras”), além da detecção de *restos alimentares* (correspondentes a restos faunísticos e malacológicos (Alves e Calleffo, 1996 e 1997).

Foram realizadas decapagens nas duas “Manchas” da *Zona 1*:

- M<sub>1</sub> – *Subquadrículamento de 50m<sup>2</sup>*:



Mapa 2

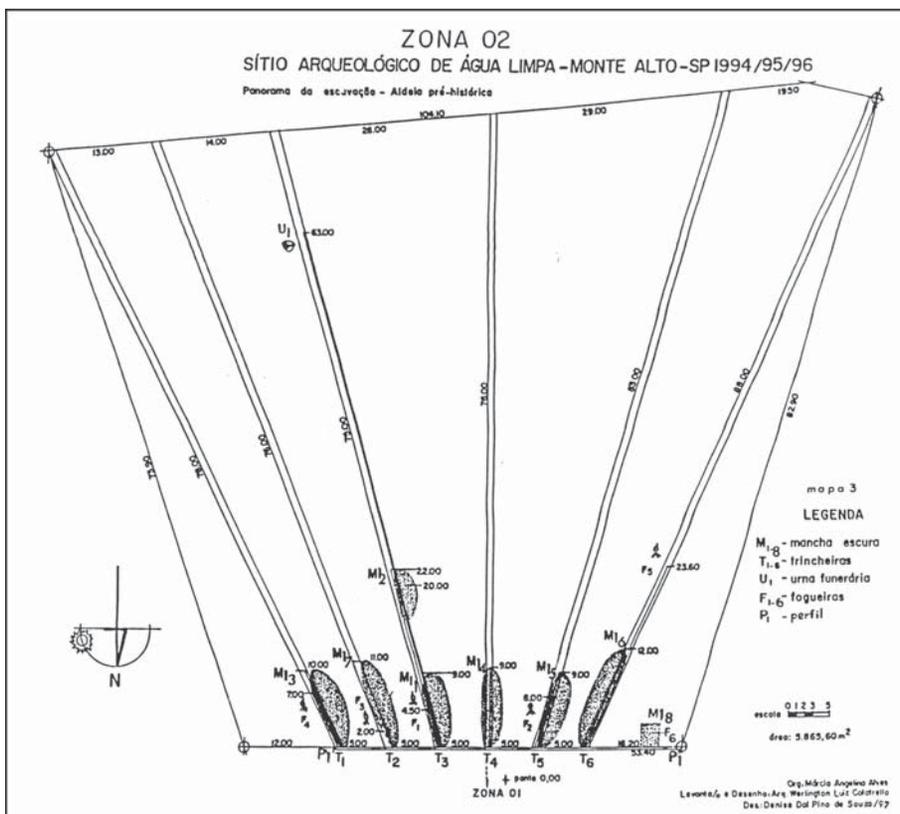
Foi executada uma raspagem seguida da primeira decapagem que evidenciou documentação cerâmica associada a peças líticas lascadas e a restos faunísticos e malacológicos (Mapa 2); (Alves e Calleffo, 1997);

- $M_2$  – Subquadriculamento de 21m<sup>2</sup>:

Foi executada uma raspagem seguida de uma primeira e segunda decapagens que evidenciaram fragmentos de cerâmica associados a lítico lascado e a restos faunísticos e malacológicos (Mapa 2); (Alves e Calleffo, op. cit.).

Na Zona 2 foram desenvolvidas decapagens em uma sondagem de 4 x 3m – denominada de  $M_{1/8}$ , aborta junto ao Perfil 1, no metro 26,20 a partir do Ponto Zero em direção Leste (Mapa 3).

- $M_{1/8}$  – Subquadriculamento de 12m<sup>2</sup>:



Mapa 3

Foram executadas três decapagens que evidenciaram uma fogueira interna à *Grande Mancha Escura* da Zona 2 – cuja extensão (sentido O/L) é de 42,0m denominada de M<sub>1/1</sub>... até M<sub>1/8</sub>. A Fogueira evidenciada estava associada a fragmentos de cerâmica lisa, carvão vegetal, duas lascas, um raspador e a restos faunísticos e malacológicos (Mapa 3).

Nas duas zonas de pesquisas foram executados *perfis estratigráficos*, assim distribuídos:

- Z<sub>1</sub> - Perfil 1 = 10,0m extensão / 2,0/1,5m largura e 2,0m profundidade (Mapa 2)

-  $Z_2$  - Perfil 1 = 42,0m extensão / 2,0/1,5m largura e 2,0m profundidade (Mapa 3)

Os perfis acima mencionados detectaram a estratigrafia do sítio de *Água Limpa*, constituída por um único estrato arqueológico: o *lito-cerâmico*, com cultura material diversificada: cerâmica, lítico (lascado e polido), vestígios faunísticos e malacológicos que possibilitaram a reconstituição de atividades sociais de caça, coleta e pesca (Alves e Calleffo, 1997).

### PADRÕES DE SEPULTAMENTOS E DATAÇÕES:

Dois padrões de sepultamentos foram evidenciados no sítio de *Água Limpa* pelas trincheiras de verificação.

As trincheiras 7 e 8 (executadas em 1993/94) detectaram uma *área de sepultamentos primários* (de 0,45 a 1,5m de profundidade) de indivíduos jovens e adultos estendidos e semi-fletidos (Alves e Cheuiche Machado, 1995/96).

Nela foram evidenciados e exumados dez esqueletos estando cinco associados a vasilhames (tigelas) e fragmentos (de placa) de cerâmica, uma lâmina de machado polida, um seixo (percutor), uma placa de cristal de quartzo e um adorno, um dente de mamífero (porco-do-mato [*tayassu sp.*]), (Alves e Calleffo, 1997) colocados em partes anatômicas específicas dos esqueletos (Alves e Cheuiche Machado, 1995/96).

Os esqueletos que se encontravam acompanhados de “bens” funerários são os seguintes:

-  $S_4$  - “*Feminino*, adulto, decúbito dorsal, acompanhado de tigela de cerâmica lisa e escura entre os fêmures e uma lâmina de machado polida, ao lado do fêmur Direito e uma placa de cristal de quartzo ao lado do fêmur Esquerdo”; (Alves e Cheuiche Machado, 1995/96: 307), (Foto 1);

-  $S_7$  - “*Feminino*, idade estimada entre 25-30 anos decúbito dorsal, acompanhado de tigela de cerâmica lisa e escura sob os pés” (op. cit.), (Foto 2);

-  $S_6$  - “*Masculino*, adulto, semi-fletido lateral direito acompanhado de fragmentos de placa de cerâmica lisa e escura sobre o crânio” (op. cit.), (Foto 2);

-  $S_8$  - “*Masculino*, jovem, idade estimada entre 20/21 anos, decúbito dorsal, acompanhado de fragmentos de placa de cerâmica lisa e escura



Foto: Alves, M.A., 1993

**Foto 1 – Sítio de Água Limpa – Monte Alto/SP**

*Sepultamento 4 – “sexo feminino, adulto, decúbito dorsal, acompanhado de tigela de cerâmica lisa e escura entre os fêmures e uma lâmina de machado polida, ao lado do fêmur Direito e uma placa de cristal de quartzo ao lado do fêmur Esquerdo”*

(Alves e Cheuiche Machado, 1995/96)

sobre o crânio, pequena tigela de cerâmica (lisa e escura) próxima ao esterno, um pequeno seixo (percutor) sob a mandíbula e um adorno – um dente de mamífero (porco-do-mato – *tayassu sp*)” (Alves e Cheuiche Machado, 1995/96: 307) e (Alves e Calleffo, 1997), (Foto 3).

-  $S_{10}$  – Sexo ainda não identificado<sup>1</sup> idade não estimada, semi-fletido lateral esquerdo acompanhado de fragmentos de placa de cerâmica lisa e



Foto: Alves, M.A., 1993

**Foto 2 – Sítio de Água Limpa – Monte Alto/SP**

Destaque de dois sepultamentos primários de indivíduos adultos:

$S_7$  – “sexo *feminino*, decúbito dorsal, acompanhado de tigela de cerâmica lisa e escura sob os pés;

$S_6$  – sexo *masculino*, semi-fletido, lateral direito, com fragmentos de cerâmica lisa e escura sobre o crânio”.

(Alves e Cheuiche Machado, 1995/96)



Foto: Alves, M.A., 1993

**Foto 3 – Sítio de Água Limpa – Monte Alto/SP**

Sepultamento<sub>8</sub> – “sexo *masculino*, decúbito dorsal, com acompanhamento de fragmentos de cerâmica lisa e escura sobre o crânio, pequena tigela próxima ao osso esterno, um dente de mamífero e um seixo pequeno sob a mandíbula”.

(Alves e Cheuiche Machado, 1995/96)

escura sobre o crânio e fragmento de cerâmica (lisa e escura) ao lado do joelho esquerdo (Alves, 1994).

Os outros cinco sepultamentos primários correspondentes aos sepultamentos 1 – 2 – 3 – 5 e 9 *não* tinham acompanhamentos funerários. São os seguintes:

- $S_1$  – “*Feminino*, + de 35 anos, decúbito dorsal”;
- $S_3$  – “*Feminino*, idade estimada entre 25-30 anos”;
- $S_2$  – “*Masculino*, + de 35 anos, decúbito dorsal”;
- $S_5$  – “*Masculino* - 35 anos, decúbito dorsal”;
- $S_9$  – “*Masculino*, adulto, fletido”;

(Alves e Cheuiche Machado, 1995/96: 307)

Dois *sepultamentos secundários* foram detectados pelas trincheiras. Um em cada zona de escavação.

A  $T_2$ , na Zona 1, detectou um sepultamento secundário de indivíduo adulto, sexo não identificado, dentro de uma urna, com tampa, de cerâmica lisa e escura (Alves, 1993) (Alves e Cheuiche Machado, 1995/96).

A  $T_3$ , na Zona 2, detectou um sepultamento secundário, cujos ossos ainda não foram analisados, dentro de uma urna de cerâmica (lisa e escura) e sem tampa (op. cit.), (Alves, 1994).

Todos os vasilhames cerâmicos que acompanhavam os cinco sepultamentos *primários* que continham “bens” funerários foram datados por Termoluminescência<sup>2</sup>. Os resultados das datações são os seguintes:

- $S_4$  – *Feminino*  $\Rightarrow 1.243 \pm 160$  anos A.P.;
- $S_7$  – *Feminino*  $\Rightarrow 950 \pm 175$  anos A.P.;

<sup>1</sup> As análises osteológicas foram realizadas em nove dos dez esqueletos exumados – o do Sepultamento 10 não foi analisado porque ele está exposto no Museu Municipal de Arqueologia de Monte Alto, São Paulo, inaugurado pelo Prefeito, Sr. Dr. Elias Bahdur, no dia 22 de abril de 1999, no Centro Cívico Cultural.

A Dra. Lília Maria Cheuiche Machado do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB) foi a responsável pelas análises osteológicas. Ela contou com a colaboração da Ms. Gláucia Malerba Sene e da mestrandia Lúcia Pangaio Seda (aos níveis de limpeza e restauração dos nove esqueletos classificados e analisados) ambas da equipe de pesquisadores do IAB.

<sup>2</sup> Datações processadas na FATEC/SP, no Laboratório de Vidros e Datação sob a coordenação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sônia Hatsue Tatumi a qual contou com a colaboração de dois estudantes da FATEC e bolsistas da FAPESP: Alexandre Andrade da Costa e Érica Fumie Momose.

- $S_6$  - Masculino  $\Rightarrow 725 \pm 121$  anos A.P.;
- $S_8$  - Masculino  $\Rightarrow 1.342 \pm 201$  anos A.P.;
- $S_{10}$  - Gênero ainda não identificado  $\Rightarrow 1.044 \pm 211$  anos A.P.

As urnas de cerâmica que continham sepultamentos *secundários* também foram datadas na FATEC/SP pela equipe da Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Sônia Hatsue Tatumi. Os resultados são os seguintes:

- Zona 1: Trincheira 2 – Urna 1 –  $1.147 \pm 182$  anos A.P.;
- Zona 2: Trincheira 3 – Urna 1 –  $660 \pm 80$  anos A.P.

Algumas fogueiras foram datadas por Termoluminescência já que todas as fogueiras evidenciadas tanto na Zona 1 quanto na Zona 2, eram formadas por fragmentos de cerâmica lisa e escura, associados a carvão vegetal, lascas, raspadores, pontas, ossos de mamíferos e répteis além de conchas.

Até o presente (setembro/99) foram datadas duas *fogueiras* que se localizavam na *Zona 1*:

- $F_1$  – Detectada pelo  $P_1$  (interna à  $M_1$ ) =  $1.524 \pm 212$  anos A.P.<sup>3</sup>;
- $F_5$  – Detectada pelo  $T_7$  (externa às habitações) =  $460 \pm 50$  anos A.P.<sup>4</sup>;

(Mapa 2).

Na *Zona 1* foi detectado pela trincheira 2 um vasilhame de cerâmica (lisa e escura) contendo ossos de mamífero que foi datado por Termoluminescência. O resultado é o seguinte:

- $T_2$  – Vasilhame com restos faunísticos =  $870 \pm 70^5$  anos A.P.;

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

<sup>3</sup> Datação processada no Instituto de Física da USP pelos jovens Edmilson Linguotto (graduando em Geofísica/USP) e Luís Antônio Ferreira Vasconcellos (graduando em Geologia/USP) sob a coordenação da Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Sônia Hatsue Tatumi.

<sup>4</sup> Datação processada na FATEC/SP sob a coordenação da Professora Tatumi.

<sup>5</sup> Idem à nota número 4.

*Água Limpa* como sítio a céu aberto, localizado em ambiente de clima tropical – marcado por duas estações, a chuvosa e a seca, as quais geram uma acentuada acidez do solo que danifica e destrói material arqueológico menos resistente ao tempo como madeira, ossos, cestaria, etc. é *inusitado* pela conservação de documentação arqueológica diversificada, ou seja: possui de vestígios resistentes como cerâmica e lítico lascado e polido a vestígios perecíveis como fragmentos ósseos, dérmicos além de ossos humanos (procedentes de sepultamentos primários e secundários), (Alves, 1993 e 1994), (Alves e Calleffo, 1996 e 1997), (Alves e Cheuiche Machado, 1994/95) e (Calleffo, 1999).

Os restos alimentares evidenciados representados por vestígios faunísticos e malacológicos reconstituíram padrões de subsistência baseados nas atividades sociais de *caça, coleta e pesca* das populações ceramistas que ocuparam, sucessivamente, *Água Limpa*, durante mil anos, isto é, de  $1.524 \pm 212$  anos A.P. a  $460 \pm 50$  anos A.P., (Alves e Calleffo, 1996 e 1997), (Calleffo, 1999) e (Alves e Furlaneto Ferreira, 1999).

A evidenciação da *área de sepultamentos primários de indivíduos jovens e adultos* localizada no “perímetro da aldeia” (Pallestrini, 1975) mas *fora* das “Manchas Escuras” (habitações), evidencia a distinção entre os espaços para morar/viver e o espaço para sepultar os mortos – jovens e adultos.

O costume de se sepultar os mortos jovens e os adultos na *área de sepultamentos primários*, pelas populações ceramistas de *Água Limpa*, ocorreu durante muito tempo atestado pelas datações do Sepultamento 8 – de  $1.342 \pm 201$  anos A.P. até  $725 \pm 121$  anos A.P. – Sepultamento 6, as quais indicam e comprovam a *tradição* de se sepultar em um mesmo espaço em distintas profundidades (Alves e Cheuiche Machado, 1995/96) os mortos de faixas etárias correspondentes a jovens e adultos.

Outra tradição é a da prática de *sepultamentos secundários* de  $1.147 \pm 182$  anos A.P. (Zona 1) a  $660 \pm 80$  anos A.P. (Zona 2), *sem* uma demarcação definida de espaço para este tipo de sepultamento.

Entretanto, o dado arqueológico mais importante relacionado aos sepultamentos *primários* refere-se à *cerâmica*, *sem* decoração, como elemento indicador de *diferenças de gênero* entre os esqueletos de *Água Limpa*, ou seja:

- os sepultamentos 4/7/6/8 e 10 tinham *acompanhamentos funerários* representados fundamentalmente por documentação cerâmica: tigelas (pequenas e médias) e placas;

- nos sepultamentos 4 e 7 correspondentes a esqueletos do sexo *feminino* as tigelas estavam sempre associadas aos membros *inferiores*:

a)  $S_4$  – “tigela lisa e escura entre os fêmures”, (Foto 1);

b)  $S_7$  – “tigela lisa e escura sob os pés” (Foto 2);

- os sepultamentos 6 e 8 correspondentes a esqueletos do sexo *masculino* as *placas de cerâmica* estavam sobre os crânios, isto é, a documentação cerâmica relacionava-se ao crânio e uma única tigela de cerâmica foi evidenciada junto ao Sepultamento 8 próximo ao osso esterno (Foto 3) (Alves e Cheuiche Machado, 1995/96).

Assim, a documentação cerâmica definida como “bens” (ou acompanhamentos) funerários associados aos Sepultamentos 4 e 7 (sexo feminino) e 6 e 8 (sexo masculino) indicam diferenças de *gênero* e segundo Binford (1971) podem simbolizar “divisão de trabalho homem/mulher” e/ou “posição social” (Alves e Cheuiche Machado, 1995/96).

Somente a prática de uma arqueologia de campo voltada para o desenvolvimento de *escavações sistemáticas e intensivas* em um *mesmo* sítio empregando-se metodologia que evidencie a *totalidade social* da(s) ocupação(ões) pretérita(s) é que se evidenciará documentação contextualizada e se poderá visualizar e interpretar as suas estruturas.

Assim sendo, as escavações desenvolvidas em *Água Limpa* pelo método de “*Superfícies Amplas*”, possibilitaram a evidenciação e interpretação dos dados colocados neste trabalho e a montagem do *Museu Municipal de Arqueologia de Monte Alto*, São Paulo, que teve como eixo as estruturas arqueológicas evidenciadas pelas campanhas desenvolvidas em 1993/94/95 e 96.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES, M. A. **Diário de campo – Primeira Campanha de Pesquisa**, julho de 1993.

\_\_\_\_\_. **Diário de campo – Segunda Campanha de Pesquisa**, setembro de 1994.

\_\_\_\_\_. *Projeto Turvo, Vale do Turvo, São Paulo. Paineis apresentados na VIII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Programa da VIII SAB. Porto Alegre: PUC/RS, 1995

ALVES, M.A., CALLEFFO, M.E.V. *Sítio de Água Limpa, Monte Alto, São Paulo – estruturas de combustão, restos alimentares e padrões de subsistência*. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v.6, 1996.

\_\_\_\_\_. *Caça, coleta e pesca entre os horticultores-ceramistas de Água Limpa, Monte Alto, São Paulo*. **Anais da IX Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira**, Rio de Janeiro, 1997. Rio de Janeiro: SAB, 2000. Cd Rom.

ALVES, M.A., CHEUICHE MACHADO, L.M. *Estruturas Arqueológicas e Padrões de Sepultamentos do Sítio de Água Limpa, Monte Alto, São Paulo*. **Anais da VIII Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira**, Porto Alegre: EDIPUCRS, v.2, 1995/96.

ALVES, M.A., FURLANETO FERREIRA, I.A. *Museu Municipal de Arqueologia de Monte Alto, São Paulo e o resgate da ancestralidade indígena*. **Painel apresentado na X Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. Programa X SAB. Recife: UFPE, 1999.

BINFORD, L.R. *Mortuary Practices: their study and their potential*. Approaches to the social dimensions of mortuary practices. **Memoirs of the Society for American Archaeology**, New York, n.25, 1972.

CALLEFFO, M.E.V. *Vestígios Zoológicos no sítio de Água Limpa, Monte Alto, São Paulo*. **Anais da X Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, setembro, 1999. [no prelo].

CALLEFFO, M.E.V., ALVES, M.A.. *Zoarqueologia: análise de vestígios faunísticos através de evidências biológicas e documentação óssea, recuperados do sítio “Água Limpa”, Monte Alto – São Paulo (Projeto Turvo)*. **XXI Congresso Brasileiro de Zoologia. Resumos**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.

HUECK, K., SEIBERT, P. **Mapa de la Vegetación de America del Sur**. Stuttgart: Gustav Fischer Verlag, 1972.

- IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**, vol. XXIX. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1957.
- \_\_\_\_\_. **Folha Topográfica de Taquaritinga**. Folha SF-22-X-D-11-4. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1972.
- KOEPPEN, W. **Climatologia**. México: Fondo de Cultura Económica, 1948.
- LEROI-GOURHAN, A. **Les Fouilles Préhistoriques – Technique et Méthodes**. Paris: A. J. Picard et Cie., 1950.
- \_\_\_\_\_. **Le geste et la parole – 1-Technique et langage; 2- La Mémoire et les Rythmes**. Paris: Editions Albin Michel, 1964/65.
- \_\_\_\_\_. *Vocabulaire. Fouilles de Pincevent: Essai d'analyse ethnographique d'un habitat magdalénien*. **Gallia Préhistoire. Supplément**, Paris, v.7, 1972.
- MAUSS, M. **Essai sur le don**. Paris: Presses Universitaires de France, 1950.
- PALLESTRINI, L. **Interpretação das estruturas arqueológicas em sítios do Estado de São Paulo**. São Paulo: Fundo de Pesquisas do Museu Paulista/USP, 1975. (Coleção Museu Paulista, Série de Arqueologia, n.1)
- VELLOSO, H.P., RANGEL FILHO, A.L.R., LIMA, J.C.A. **Classificação da vegetação brasileira adaptada a um sistema universal**. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1991.



# **NOTAS E RESENHAS**



# NOTA PRÉVIA SOBRE TRAÇOS DE DESARTICULAÇÃO E DESCARNAMENTO EM UM ESQUELETO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO FURNA DO ESTRAGO, BREJO DA MADRE DE DEUS, PERNAMBUCO

OLIVIA ALEXANDRE DE CARVALHO<sup>1</sup>

SHEILA MENDONÇA DE SOUZA<sup>2</sup>

ALBÉRICO NOGUEIRA DE QUEIROZ<sup>3</sup>

ARDILLES FÉLIX DA SILVA<sup>3</sup>

MARIA APARECIDA DE MENEZES ALVES<sup>3</sup>

MARIA ISABEL CHAVES SILVA<sup>3</sup>

O estudo foi realizado em um esqueleto incompleto de um adulto, proveniente de um sepultamento secundário, pertencente ao acervo paleoantropológico do Laboratório e Museu de Arqueologia-Departamento de Biologia/CCT da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). O material foi resgatado do sítio Furna do Estrago (Fig.1) pela arqueóloga Jeannette Maria Dias de Lima em escavações realizadas em 1984 (Lima, 1985).

Trata-se de uma sepultura cujo padrão destaca-se das demais já estudadas para este sítio arqueológico. O sítio está localizado no município do Brejo da Madre de Deus-PE, sendo formado por um pequeno abrigo sob rocha com 125 m<sup>2</sup> de área coberta, sendo que 76 m<sup>2</sup> foram escavados. Este local também foi utilizado como cemitério indígena, cuja datação foi estimada entre 1860 ± 50 BP (BETA 145954) e 1610 ± 70 BP (BETA145955) (Lima, 2001).

Apesar dos estudos bioantropológicos efetuados anteriormente, muito pouco foi descrito sobre as alterações tafonômicas dos esqueletos humanos. As primeiras análises foram realizadas por Mello e Alvim e Mendonça de Souza nos anos 80. No presente trabalho, objetivamos fazer uma descrição das alterações tafonômicas, identificação de cortes, presença de fraturas, quebras, marcas, perfurações, presença de raízes, fungos, depó-

---

1. Bolsista da CAPES, doutoranda do Dpt.d'Antropologie et d'Ecologie, Université de Genève, Suisse. Consultora do Museu de Arqueologia de Xingó.

2. Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ-RJ).

3. Laboratório e Museu de Arqueologia-Departamento de Biologia/CCT UNICAP.



Figura 1 – Sítio Furna do Estrago, Brejo da Madre de Deus, Pernambuco.

sitos de cálcio, alterações por causa químicas, mudanças de coloração e mudanças causadas por intemperismo, como também sinais patológicos (ósseos e dentários), conforme o proposto por Buikstra e Ubelaker (1994) e Botelha *et al.* (2000).

Os ossos estão em bom estado de preservação, apresentando os seguintes elementos: crânio incompleto, frontal e ossos da face inteiros, temporal esquerdo fragmentados, mandíbula fragmentada, dentes superiores e inferiores bem conservados. O pós-crânio é constituído pelos úmeros, rádios inteiros e ulna (direita fragmentada) e ossos das mãos inteiros (metacarpos). Observamos também a presença de costelas, 12 do lado direito (oito inteiras e quatro fragmentadas) e 10 do lado esquerdo (cinco inteiras e cinco fragmentadas).

Os fêmures, tíbias e patela esquerda encontram-se inteiros, notamos a ausência de vértebras e dos demais ossos do esqueleto.

As modificações nas superfícies ósseas observadas foram: erosão, desarticulação, fraturas e quebras pós-morte no crânio. No pós-crânio identificamos as marcas de corte compatíveis com descarnação e desarticulação principalmente nos membros inferiores, as quais estão localizadas próximas nas epífises distais e proximais.

Nos membros superiores observamos: marcas de cortes transversais, profundas, paralelas à articulação do osso, localizadas próximas à epífise distal, no úmero direito. No número esquerdo observamos marcas de cor-

tes transversais, paralelos a articulação do osso e repetitivos formando secção em “V”; notamos também na diáfise, marcas de descarnação. Na ulna direita há fraturas transversais e longitudinais. Sinais de erosão na epífise distal do rádio esquerdo.

Nos membros inferiores observamos: no fêmur direito erosão, marcas de cortes transversais repetitivas localizadas no colo cirúrgico e marcas transversais profundas próximas à epífise distal. No Fêmur esquerdo encontramos marcas de cortes transversais profundos paralelos e repetitivos em forma de “V”, localizadas próximas à epífise distal do osso; ainda no fêmur esquerdo, encontramos marcas de descarnamento na diáfise (marcas profundas repetitivas e agrupadas). Na tíbia direita encontramos sinais de erosão e marcas de cortes profundos e repetitivos localizados na epífise distal. Na tíbia esquerda encontramos cortes profundos e repetitivos em volta do osso localizados próximos à epífise distal do osso. Nas costelas observamos marcas de golpes, descarnação e marcas de dentes de roedores (com secções quadradas, irregulares e repetitivas), provocando modificações na textura da superfície dos ossos.

O indivíduo apresenta sinais de crescimento ósseo no frontal sugerindo um possível trauma cicatrizado, como também áreas de desgaste óssea pós-mortem (Fig.2). Foi diagnosticada patologia dentária (cárie) (Fig.3) e a variação no desgaste dentário. O uso de prática funerária diferenciada associando o descarne, a desarticulação e o enterro secundário neste indivíduo pode indicar que, embora aparentemente associado ao conjunto funerário principal, trata-se de um sepultamento de ocupação mais recente, relacionado às últimas ocupações do sítio, com data igual ou inferior a  $1040 \pm 050$  (SI 6295).

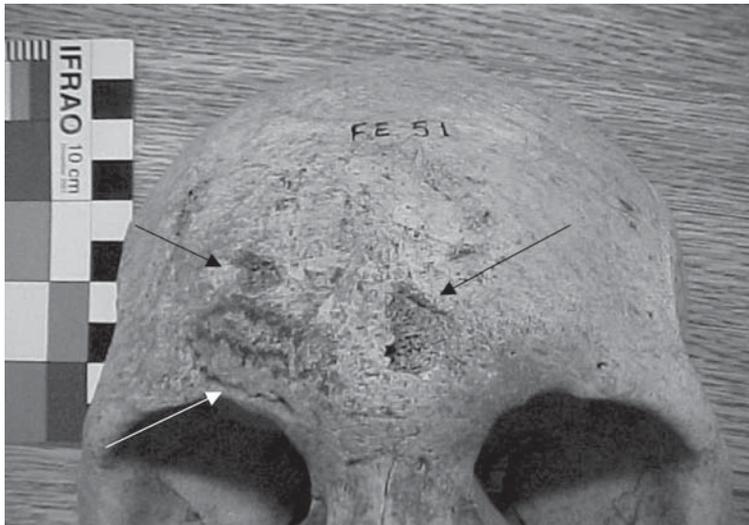


Figura 2 - Processos erosivos (setas pretas) e possível trauma no frontal (seta branca), Furna do Estrago, Brejo da Madre de Deus, Pernambuco.



Figura 3 – Paleopatologia dentária (cáries nos incisivos centrais), Sítio Furna do Estrago, Brejo da Madre de Deus, Pernambuco.

## REFERÊNCIAS BLIOGRÁFICAS

- BOTELLA, M.C.; ALEMÁN, I. ; JIMÉNEZ, S. A. 2000. **Los Huesos Humanos: Manipulación y Alteraciones**. Barcelona: Ediciones Bellaterra.229
- BUIKSTRA, J.E.; UBELARKER, D. H. 1994. **Standards for data collecion from humam skeletal remains**. Fayetteville,Arkansas Archaeological Survey. Research Series 44:206.
- LIMA, J. M. D. 1985. Arqueologia da Furna do Estrago, Brejo da Madre de Deus - Pernambuco. **CLIO - Série Arqueológica**, n.2. Recife, UFPE, p. 97 - 111.
- \_\_\_\_\_. 2001. El Sítio Arqueológico Furna do Estrago - Brasil. En una Perspectiva Antropológica y Social. Tesis. Universidad Nacional Autónoma de México (tese não apresentada, no prelo para publicação).



# A COLEÇÃO DE ARTES PLÁSTICAS DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE XINGÓ

VERÔNICA NUNES\*

*A base material de um museu é sua coleção...*

M<sup>a</sup> Cecília F. Lourenço

## SOBRE COLEÇÃO

A palavra coleção vem do latim *collectio* e significa conjunto de objetos da mesma natureza. O acúmulo de objetos constitui o acervo (lat. *acervus*). Desse modo o acervo de uma instituição ou de particulares se apóia nos objetos/artefatos das coleções; esse conjunto de bens integram um patrimônio. As expressões coleção e acervo estão associadas a museu.

O colecionismo de obras de arte foi desenvolvido pelos romanos, especialmente a partir dos saques realizados em Siracusa (212 a.C) e Corinto (146 a.C) com o produto dos quais encheram templos em Roma e constituíram coleções pessoais.

Os museus são herdeiros do colecionismo e, muitas das coleções foram resultantes da curiosidade oriunda das viagens e se constituíram nos *gabinetes de curiosidades*, nos quais as classes dominantes guardaram as espécies e espécimes de material resultante das coletas realizadas pelas expedições de caráter científico; outros artefatos decorreram do deleite pela aquisição de obras de arte que ficavam fora de circulação no mercado de arte.

Pomian (1984, 51) destaca que esses objetos *ainda que em sua vida anterior tivessem um uso determinado, as peças de museu ou de coleção já não o têm*, isto é, no museu os objetos de arte não tem função decorativa.

Essa idéia é reforçada por Bruno (1996,71) ao considerar que

---

\* Professora do Departamento de História/UFS. Museóloga provisionada pela Lei Federal n.º7.287 (18/12/1984), com registro no COREM/BA.

O colecionismo e todos os seus derivados sócio culturais, pertencem intrinsecamente às estruturas de longa duração no que diz respeito à história das idéias e mentalidades dos homens desde o Renascimento,

Isto porque foi durante a Renascença que o colecionismo aumentou tendo sido nesse período que se constituíram as grandes coleções particulares.

Pomian (1984, 53) entendeu coleção como

qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar do público.

Para o referido autor as peças de coleção ou de museu não estão para decorar, isto porque decorar, dispondo quadros e esculturas, significa quebrar a monotonia de paredes vazias que já existem; enquanto que, nos museus e nas grandes coleções particulares levantam-se ou arranjam-se paredes para aí dispor obras (1984,51-52).

É possível perceber diante do exposto que existem poucas diferenças entre as coleções particulares e os museus, uma vez que seus acervos decorrem do acúmulo de objetos. Isto, sem adentrar na questão de que muitos museus são originários de doações de colecionadores particulares.

Como se vê, *a base material de um museu é a sua coleção e nela os objetos foram reunidos pela capacidade testemunhal e patrimonial.* (Lourenço. 1993,31).

## AS COLEÇÕES DO MAX

As coleções do Museu de Arqueologia de Xingó são resultantes das escavações arqueológicas que foram [e são] responsáveis pela evidenciação de artefatos das sociedades pré-coloniais estabelecidas às margens (alagoana e sergipana) do rio São Francisco.

O estudo das diversas coleções pode estabelecer a construção da herança cultural da região e contribuir com as populações indígenas remanescentes na área para o processo de conhecimento da própria evolução cultural.

A essas coleções resultantes de um olhar da arqueologia foi associada a coleção de artes plásticas, que é o objeto de interesse desse artigo.

### **A coleção de Artes Plásticas.**

Provavelmente seja pertinente a seguinte indagação, mesmo sem o interesse, nesse momento, de uma resposta, mas de uma reflexão:

Por quê objetos de arte contemporânea, que não tem a mesma natureza do colecionismo resultante da arqueologia, foram integrados ao acervo do Museu de Arqueologia de Xingó?

Lourenço (1991, 28) destaca que

o interesse da arte moderna pelo primitivo, que aparece em vários momentos, como no expressionismo, cubismo e surrealismo, dá margem a abrigar manifestações distanciadas de seu próprio teor universalista, introduzindo certos acentos.

Para a autora a *operação de incorporar o peculiar também confere singularidade e acrescenta preocupações, como as que afligem o humano em geral, assim implementando-se uma linguagem sem fronteira* (Lourenço. 1999,28). No caso das produções artísticas do MAX, pode-se observar uma fronteira temporal, e o tempo é um aspecto de interesse nos museus, por ser uma categoria de difícil compreensão, sobretudo quando a abordagem esta relacionada com as questões referentes à pré-história.

O MAX é um museu monográfico que reúne artefatos da tecnologia e cultura de sociedades pré-coloniais, e as obras de arte contemporâneas são intervenções e leituras possíveis sobre os homens que viveram nessas sociedades.

A coleção de artes plásticas do MAX foi oriunda das discussões para a montagem da exposição de longa duração, e o critério estabelecido para a produção artística foi o de possibilitar aos artistas uma reflexão sobre o universo cultural das sociedades, cujos artefatos seriam destacados através de coleções referências na exposição de longa duração. Não se pretendeu constituir uma linha na arte moderna sergipana, uma vez que os produtos artísticos resultam de uma solicitação e a elaboração final é uma interpretação plástica do Homem de Xingó.

A solicitação deve ser compreendida sob a ótica de que

os artistas dos anos 90 abandonaram a torre de marfim para estabelecer um diálogo com o público. Inspirados em uma nova realidade, procuram operar não apenas na brecha entre a arte e a vida, mas principalmente entre a antropologia e a história, entre o local e o global. (Bueno. 1999, 286).

### **Os artistas e suas produções.**

Bené Santana e Elias Santos, têm se destacado pela realização de produtos artísticos voltados para a história de Sergipe, e em conjunto realizaram trabalho sobre os índios Xocó (Ilha de São Pedro, Porto da Folha/SE) que integram o acervo do Museu do Homem Sergipano/UFS; sobre João Ribeiro (1860/1934) cujas telas interpretam a Sala do Silêncio, isto é, a biblioteca do polígrafo sergipano sob o olhar de seu filho Joaquim Ribeiro, que integra o acervo da Casa de Cultura João Ribeiro (Laranjeiras/SE), além da execução de produções artísticas sobre Clodomir Silva, para o espaço da Biblioteca Pública Municipal.

A esta atividade eles associam a realização de cursos livres que oferecem à população. Em que pese a formação autodidática em arte, ambos freqüentaram cursos livres na Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia.

A coleção se constitui de quatro obras de arte nas técnicas de óleo sobre tela, escultura e baixo relevo (incisões em cerâmica e cimento). No que diz respeito ao número de objetos da coleção, Pomian (1984, 67) nos diz que *não é necessário determinar quantidades (...)* e que *este número é, portanto, necessariamente muito variável no tempo e no espaço (...)* e que *o que realmente importa é a função e é esta que exprime os caracteres observáveis que definem a coleção.*

Por outro lado, retornando ao conceito de coleção do citado autor essas obras estão sendo mantidas definitivamente fora do circuito do mercado de arte, submetidas a uma proteção especial em um local fechado arranjado para tal fim e expostas ao olhar público. Todas, *sem exceção, desempenham a função de intermediários entre os espectadores e um mundo invisível de que falam os mitos, os contos e as histórias.* (Pomian. 1984,67)



Figura 1: Fachada do MAX. Em destaque a escultura **Asa no Tempo**.  
Bené Santana, escultura em pedra e cimento.  
IN: Museu de Arqueologia de Xingó e suas exposições



Figura 2: Mural em Cerâmica.  
Bené Santana



Figura 3: Incisão contemporânea sobre o Homem de Xingó I. Elias Santos, óleo sobre tela.  
IN: Aracaju Magazine. 2002.

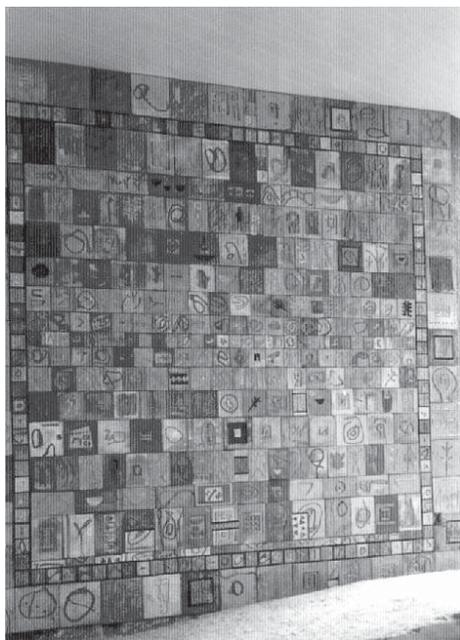


Figura 4: Incisão contemporânea sobre o Homem de Xingó II. Elias Santos. Incisão sobre cimento.

Foto: Verônica Nunes.

Estes produtos artísticos unem natureza e geologia e ao mesmo tempo empregam material antigo: a pedra e a argila, e contemporâneo: o cimento. Nas obras perpassa a idéia do homem passageiro, e em sua concepção permeia o sentido de que os antepassados lidavam com esses materiais: pedra e argila, cujo contraponto está nos novos materiais empregados: cimento e seu derivado, o concreto.

Na escultura, é visível que a forma dos objetos é utilitária; nos painéis de cerâmica e cimento as incisões não são pura cópia dos desenhos rupestres. Nestas obras está o homem dos séculos XX e XXI que olha o fragmento que serve de referência entre o passado e o presente.

Diferentemente das pinturas rupestres e gravuras existentes na região de Xingó, os produtos artísticos da coleção de artes plásticas do MAX estabelecem uma nova relação com o mundo a partir da sua produção, permeada pela consciência da presença da história, da sociedade e da alteridade num universo globalizado (Bueno. 1999,286).

## RETORNANDO AO SENTIDO DA COLEÇÃO PARA UMA CONCLUSÃO

As obras que ingressaram no conjunto museológico do MAX tiveram explicitadas a razão de sua aquisição. Se faz necessário definir a política museológica de aquisição de obras para a coleção de artes plásticas, pois entende-se que o acervo do MAX não tem como objetivo adquirir obras de arte contemporânea que demonstre a pré-história sergipana.

Conforme o enunciado 3 do texto *Adquisiciones para lãs colecciones de museo* (Código de Deontologia. 2002, 7).

Toda institución museística deve adoptar y publicar una definición de su política de colecciones. Esta política debe abordar las cuestiones relativas a la protección y utilización de las colecciones publicas existentes, así como determinar claramente los ámbitos de colección y comprender instrucciones relativas a la conservación perdurable de lãs colecciones.

A coleção de artes plásticas do MAX não altera o seu papel de museu de arqueologia. Ela pode ser vista como uma novidade e enquanto forma-se às coleções arqueológicas compondo um imenso painel de fragmentos que permite a aquele que olha a emoção de visualizar o invisível, aquilo que está, como afirma Pomian (1984, 66) *muito longe no tempo*. Também nos proporciona refletir sobre o papel do artista que *está em fabricar um objeto tão aberto e deixa-lo ser terminado por aqueles que olham. Eles o farão com a sua memória – seu passado, seu saber, seu conhecimento* (Christian Boltanski apud Bueno, 1999, 287).

É possível que existam outras intenções nessa coleção e por isso é necessário outras intenções nessa coleção e por isso é necessário estudos complementares já que esse artigo é uma leitura possível sobre a constituição da coleção de artes plásticas do MAX.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acervo. SEGUIER, Jayme de. **Dicionário Prático Ilustrado**. Porto Lello e Irmão. 1947. p.13.
- ARAÚJO, Marcelo Mattos. Formação e composição do acervo IN: **1967-1992. Museu Lasar Segall: históricos, análises e perspectivas**. São Paulo. Museu Lasar Segall. 1992. p.107-112.
- BRUNO, Cristina. Formas de humanidade: concepção e desafios da musealização. **Cadernos de Sociomuseologia**. Lisboa. ULHT/Centro de Estudos de Sociomuseologia. n.9. p.65-88. 1996.
- BUENO, Maria Lúcia. **Artes plásticas no século XX:modernidade e globalização**. Campinas/SP. Ed. da UNICAMP. 1999.
- Código de Deontologia del ICOM para los Museus**. ICOM. 2002.
- Coleção. SEGUIER, Jayme de. **Dicionário Prático Ilustrado**. Porto Lello e Irmão. 1947. p.241 e FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa**, 10 ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1960. p.17.
- GUTHE, Carl E. The Collections. IN: \_\_ **The management of small history museums**. 2 ed. The American Association for State and Local. Nashville. 1969. p. 21-50.
- LOURENÇO, Maria Cecília França. **Museus acolhem o moderno**. São Paulo. Ed. USP. 1999.
- MALARO Marie C.¿Una colección qué és? **Registral Report**. v.1. n.8. p.2-5. 1975.
- MENDONÇA, Valéria. Museu ganhará painéis. Elias Santos, através de sua arte, está fazendo um resgate da produção artística do homem de Xingó. **Jornal da Cidade**. Caderno C. Variedades. Edição 18.12.1999.
- MOLES, Abraham. A coleção. IN: \_\_ **Teoria dos objetos**. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. 1981. p. 137-152.
- NUNES, Verônica Maria Meneses. Museu de Arqueologia de Xingó: nota sobre o discurso expositivo. **Canindé**. Revista do Museu de Arqueologia de Xingó. Universidade Federal de Sergipe. n.1. Dezembro. P214-217. 2001.
- PENHA, Denise Hamú de la. O papel dos museus antropológicos no Brasil. **Caderno de Ensaios. Estudo de Museologia**. Rio de Janeiro. MinC/IPHAN/Deptº de Promoção. n.2. p.29-40. 1994.
- POMIAN, Kristitzof. Coleção. **Enciclopédia Einaudi Memória – História**. Porto. Imprensa Nacional. Casa da Moeda. 1984. v.1. p.51-86.

ROJAS, Roberto; CRESPIAN, José Luiz e TRALERO, Manuel. **Os museus no mundo**. Tradução Luis Amaral. Rio de Janeiro. Salvat Editora do Brasil. 1979.



# EXPOSIÇÃO ITINERANTE: XINGÓ, 9.000 ANOS DE OCUPAÇÃO HUMANA.

ALMIR SOUZA VIEIRA JÚNIOR<sup>1</sup>

Na busca da divulgação da pesquisa arqueológica em Xingó realizada desde 1988, e da difusão do conhecimento sobre a pré-história do Baixo São Francisco, o Museu de Arqueologia de Xingó - MAX, no cumprimento de sua função educativa, mais precisamente no projeto “O Museu vai a Escola, a Escola vai ao Museu – Ação Educativa do MAX”, elaborou um módulo de exposição itinerante composto por 8 banners explicativos: Xingó – Ocupação Humana, O Meio Ambiente em Xingó, Museu de Arqueologia de Xingó – Uma Surpresa no Sertão, O Uso da Pedra no Cotidiano do Homem Pré-Histórico, O Uso do Barro no Cotidiano do Homem Pré-Histórico, Expressões gráficas – A Representação do Mundo Simbólico, Ritos Fúnebres – Representação Simbólica da Morte e O Cotidiano em Xingó. Além disso, são apresentadas réplicas de cerâmica: jarro, tigelas, cachimbos, pesos de rede e fragmentos; réplicas de materiais líticos: lascas, raspadores, pilão e mão-de-pilão e lâminas de machado e de esqueletos: dois adultos e uma criança; reprodução de painel do sítio de arte rupestre, além de televisão e vídeo.

A partir da entrada, os expositores mostram a chegada do Homem à América e a Xingó, além das condições ambientais aí encontradas por ele. As vitrinas e os expositores da estante central mostram o Museu de Arqueologia de Xingó, as características da indústria lítica e cerâmica aí desenvolvida e alguns artefatos em pedra e barro.

Na seqüência, há um expositor que retrata as características da arte rupestre observada na área, além da reprodução, em escala quase natural, de parte do painel do Sítio Letreiro.

Passando adiante, o visitante encontra duas vitrinas com três esqueletos humanos e exemplos de peças de mobiliário funerário, como um co-

---

<sup>1</sup> Arqueólogo do MAX, responsável pela Exposição Itinerante Xingó: 9.000 anos de Ocupação Humana e mestrando em Geografia “Estudos Arqueológicos” NPGeo/UFS.

lar em osso e tembetá em amazonita, além de painel que instrui sobre os ritos funerários em Xingó.

Ao final, depara-se com um painel que descreve a vida cotidiana no Xingó pré-histórico, enriquecido por uma maquete que reproduz parte da paisagem e da vida na área.

Na televisão são reproduzidos, de forma seqüenciada e ininterrupta, dois vídeos produzidos no Museu: o primeiro, sobre as exposições do MAX e, o segundo, sobre a pesquisa arqueológica realizada na área.

Durante a exposição, há distribuição de variado material de folheteria e de publicações para bibliotecas de escolas.

Em caso de impossibilidade de montagem do módulo, a exposição pode ser montada apenas com a colocação dos “banners”, das vitrinas, do trimídia e da televisão em variadas posições.

A exposição, além de seus painéis e réplicas de materiais arqueológicos, dispõe de material didático para um trabalho mais dinâmico e participativo sobre a temática arqueológica. São as oficinas pedagógicas, onde são disponibilizados aos alunos e visitantes cartilhas, quebra-cabeças e dominó arqueológico para uma maior interatividade com o público e fixação da temática da exposição.

Nos locais em que a exposição é montada, são selecionados estudantes para a monitoria. Para que a monitoração possa desempenhar um papel importante na interação entre o visitante e a exposição, é feito um trabalho com estudantes/estagiários. Nesse trabalho, são feitas observações quanto à forma de recepção aos visitantes e a abordagem dos temas, didaticamente apresentados de acordo com a clientela. Na capacitação, os alunos selecionados passam por um treinamento que consiste basicamente nas seguintes etapas: Leitura de Textos, Mostra de Filmes, Contato com a exposição e Avaliação.

- **Leitura de Textos:** aos alunos/monitores são proporcionados, com antecedência, textos para o conhecimento da pesquisa e das temáticas abordadas pela exposição.
- **Mostra de Filmes:** são apresentados os dois filmes que acompanham a exposição.
- **Contato com a exposição:** os candidatos a monitores são acompanhados na exposição e a partir daí são esclarecidas dúvidas referentes à arqueologia e aos temas trabalhados na exposição.

- **Avaliação:** os alunos são avaliados oralmente com a prática de monitoria.

O trabalho com os alunos/monitores em cada cidade em que a exposição foi apresentada contou com 24 alunos de 10 instituições, como as Universidades de Brasília, Federais de Alagoas, do Rio de Janeiro, de Goiás, da Bahia, da Paraíba e de Pernambuco, além da Fundação Instituto Oswaldo Cruz e Universidade Católica de Petrópolis.

Como parte das ações educativas e culturais desencadeadas pela exposição, são proferidas também palestras, sob a responsabilidade do Prof. Almir Souza Vieira Júnior, para professores e alunos, buscando permitir ao visitante um maior conhecimento das condições de vida das populações pré-históricas do Baixo São Francisco, as características da pesquisa arqueológica realizada na área e os vestígios e artefatos coletados, além da importância do Museu de Arqueologia de Xingó como instituição difusora de conhecimento sobre a pré-história regional. Foram proferidas palestras na cidade de Goiânia - GO, Campina Grande - PB, João Pessoa - PB e Recife - PE.

Até o momento, foram **onze as exposições já realizadas**, que proporcionaram, ao todo, uma visitação superior a **29.000 pessoas** e contaram com a frequência de estudantes de mais de **500 escolas**, da rede pública e particular de ensino, em **7 estados brasileiros** e no **Distrito Federal** (*Ver quadro*).

A décima segunda mostra encontra-se em andamento, atualmente na cidade de Recife - PE, no Museu do Homem do Nordeste, da Fundação Joaquim Nabuco, até o dia 12 de outubro do corrente ano. Merecendo ser destacado ainda que três apresentações foram realizadas em Aracaju, uma no Shopping Jardins e duas no Hotel Parque dos Coqueiros - Encontro Nacional de Dirigentes de Recursos Humanos e Fórum PETROBRAS de Meio Ambiente -, e Rio de Janeiro - Sede da PETROBRAS e Museu Nacional/UFRJ.

Durante mais de dois anos de atividades pelo país, percorrendo-se **mais de 8.500 km**, os trabalhos da exposição têm buscado sempre proporcionar aos professores e alunos um aprofundamento da pré-história regional do Baixo São Francisco, tendo o MAX, tendo como proposta básica à aproximação público-musealização-patrimônio cultural.

**Exposição Itinerante: Xingó, 9.000 anos de Ocupação Humana  
Apresentações 2001/2003**

<b>Cidade</b>	<b>Período</b>	<b>Nº de visitantes</b>	<b>Subtotal</b>
Aracaju - SE Shopping Jardins Hotel Parque dos Coqueiros	27/08/2001 a 09/09/2001 12/09/2001 a 14/09/2001	4.500  700	5.200
Brasília - DF Câmara dos Deputados	12/11/2001 a 16/11/2001	2.000	2.000
Maceió – AL Espaço Cultural da UFAL	04/12/2001 a 21/12/2001	1.500	1.500
Rio de Janeiro – RJ PETROBRAS Museu Nacional/UFRJ	01/04/2002 a 05/04/2002 08/04/2002 a 02/06/2002	700 4.100	4.800
Petrópolis – RJ Palácio Itaboraí/FIOCRUZ	04/06/2002 a 30/09/2002	6.197	6.197
Goiânia – GO Museu Antropológico/UFG	18/02/2003 a 10/04/2003	2.754	2.754
Salvador - BA Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA	04/06/2003 a 30/07/2003	1.520	1.520
Aracaju – SE Hotel Parque dos Coqueiros (Fórum BR)	06/08/2003 a 08/08/2003	893	893
João Pessoa – PB Espaço Cultural “José Lins do Rego”	12/08/2003 a 12/09/2003	4.551	4.551
Recife – PE Museu do Homem do Nordeste	17/09/2003 a 12/10/2003		
	<b>TOTAL</b>		<b>29.415</b>

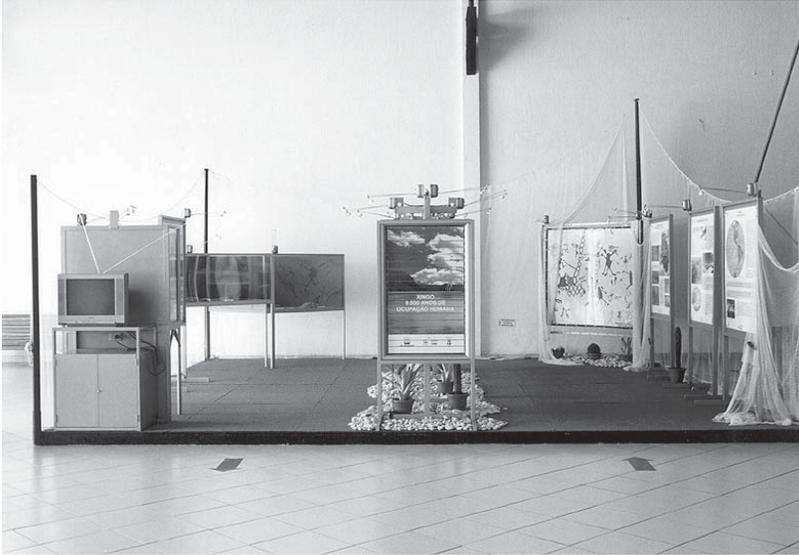
\* Somatório dos Livros de presença e estimativas de público.



Exposição Itinerante – Foto Márcio Garcez



Exposição Itinerante – Foto Márcio Garcez



Exposição Itinerante – Foto Márcio Garcez



Exposição Itinerante – Foto Márcio Garcez

## INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES

Os pesquisadores interessados em publicar na revista **Canindé** devem preparar seus originais seguindo as orientações abaixo, que serão exigências preliminares para recebimento dos textos para análise dos “referees”:

1. Os textos podem ser escritos em português, espanhol, inglês ou francês.
2. Os textos devem ser digitados no processador Microsoft Word, sem formatação dos parágrafos, do espaçamento entre linhas ou paginação com, no máximo, 25 páginas tamanho A4, encaminhados em disquete, com duas cópias em papel, uma das quais sem nome do(s) autor(es).
3. O disquete deve ser identificado com o sobrenome do primeiro autor e título do artigo.
4. Além do texto principal, deverão ser encaminhados abstract (ou resumé) de, no máximo 200 palavras em um só parágrafo, título em inglês ou francês, palavras chave (até 5) em português e em inglês ou francês. No caso de o texto estar em língua estrangeira, o resumo deve ser redigido em português.
5. O título deve ser digitado em maiúsculas. Um espaço abaixo dele deve(m) ser digitado(s) o(s) nome(s) do(s) autor(es) seguido(s) de sua filiação institucional e atividade ou cargo exercido, endereço para correspondência e e-mail.
6. Os subtítulos devem ser destacados no texto com um espaço antes e outro depois.
7. As tabelas devem ser digitadas em folha à parte, usando o recurso “tabela” do próprio processador utilizado para o texto. Sua posição de inserção no texto deve ser indicada como abaixo.

### TABELA Nº XX

8. As figuras não deverão exceder o tamanho de 17cm x 11cm e poderão ser fornecidas sob a forma de arquivo digital (em branco e preto) ou em original em vegetal, desenhadas a nanquim preto, sem

moldura, com escala gráfica (no caso de cartogramas e mapas) e legendas legíveis. Os títulos não deverão estar escritos na figura, mas enviados em folha à parte. As figuras devem ser identificadas por numeração seqüencial e sua posição de inserção no texto marcada como exemplificado abaixo. Figuras coloridas poderão ser aceitas desde que o autor se responsabilize pelo custo das páginas respectivas.

### FIGURA Nº XX

9. As referências bibliográficas deverão ser indicadas no texto pelo sobrenome do(s) autor(es), em maiúsculas, data e página, quando for o caso (SILVA, 1995, p. 43). Se um mesmo autor citado tiver mais de uma publicação no mesmo ano, identificar cada uma delas por letras (SILVA, 1995<sup>a</sup>, p. 35).
10. Solicita-se evitar ao máximo notas de rodapé.
11. As referências bibliográficas (**somente as citadas no texto**) completas deverão constar ao final do texto, por ordem alfabética, obedecendo a seguinte seqüência e estilo (para maiores detalhes, consultar a NBR 6023:2000 da ABNT).

#### **Livro**

SOBRENOME, Nomes. **Título do Livro**. Local de Edição: Editora, ano da publicação.

#### **Artigo**

SOBRENOME, nomes. “Título do Artigo”. **Nome da Revista**. Local de Edição, v. volume, n. número, p. página inicial – página final, período, ano da publicação.

#### **Capítulo de livro**

SOBRENOME, Nomes (do autor do capítulo). “Título do capítulo”. In SOBRENOME, Nomes (do editor ou organizador do livro). **Título do Livro**. Local de Edição: Editora, ano de publicação. Número do Capítulo, p. página inicial – página final do capítulo.

12. É responsabilidade do autor a correção ortográfica e sintática, bem como a revisão da digitação do texto, que será publicado exatamente conforme enviado.